



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**



JAMILLE DA SILVA LIMA

**TERRITÓRIO E DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL
RURAL: O (DES)ENVOLVER DOS ATIVISMOS SOCIAIS NO
TERRITÓRIO DO SISAL-BA**

Salvador – Bahia
2014

JAMILLE DA SILVA LIMA

**TERRITÓRIO E DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL
RURAL: O (DES)ENVOLVER DOS ATIVISMOS SOCIAIS NO
TERRITÓRIO DO SISAL-BA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Geografia do Instituto de Geociências da Universidade Federal da Bahia como requisito para obtenção do título de Mestre em Geografia.

Profa. Orientadora Dra. Gilca Garcia de Oliveira

Salvador – Bahia
2014

Ficha catalográfica elaborada pela
Biblioteca do Instituto de Geociências - UFBA

L732t Lima, Jamille da Silva
Território e desenvolvimento territorial: o (des)envolver dos
ativismos sociais no Território do Sisal - BA / Jamille da Silva Lima.-
Salvador, 2014.
181 f. : il. Color.

Orientador: Prof. Dra. Gilca Garcia de Oliveira
Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal da Bahia.
Instituto de Geociências, 2014.

1. Projetos de desenvolvimento rural. 2. Desenvolvimento
rural. 3. Geografia agrícola. I. Oliveira, Gilca Garcia de. II. Título
. III. Título.

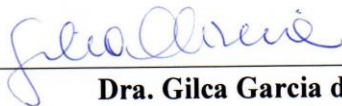
CDU: 911.373

TERMO DE APROVAÇÃO

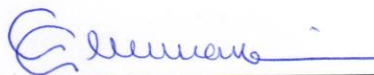
**TERRITÓRIO E DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL RURAL: O
(DES)ENVOLVER DOS ATIVISMOS SOCIAIS NO TERRITÓRIO DO
SISAL-BA.**

JAMILLE DA SILVA LIMA

BANCA EXAMINADORA



Dra. Gilca Garcia de Oliveira
Doutora em Economia
Departamento de Geografia, UFBA, Brasil.



Dra. Guiomar Inez Germani
Doutora em Geografia
Departamento de Geografia, UFBA, Brasil.



Dr. Agripino Souza Coelho Neto
Doutor em Geografia
Departamento de Educação, UNEB, Brasil.

Aprovada em Sessão Pública de 26/08/2014

AGRADECIMENTOS

Para agradecer àqueles que contribuíram para a concretização deste estudo, recorreremos aos filósofos Espinosa e Deleuze, como fez Walter Cruz em sua dissertação, defendida no ano de 2006. Espinosa e Deleuze distinguem os bons dos maus encontros. Estes nos fazem adoecer, secar e sofrer, enquanto os bons encontros produzem a criatividade, a beleza e a felicidade. Neste sentido, agradecemos aos “bons encontros” que possibilitaram a realização desta pesquisa.

Ao encontro entre meus pais, Vanderleia e Irineu, que deu origem a minha família. Obrigada pelo amor e compreensão em momentos difíceis à concretização desta pós-graduação. Agradeço também por terem apostado em mim, respeitado as minhas escolhas e me apoiado incondicionalmente. À minha vó Lita, por estar sempre disponível a me ouvir, e com muita sabedoria e serenidade sempre aconselhou-me. Às minhas irmãs, Jacielle e Janielle pela sinergia criada em favor dos meus objetivos. À Jane, também sou grata pela irmandade, carinho e cumplicidade. A Jacielle devo ainda agradecer por ter gerado Henrique e viabilizado o meu encontro com ele, hoje meu filho. A Henrique, pela ternura emitida no seu olhar, bravura, paciência e acima de tudo, por ter me escolhido para ser sua mãe. Suas palavras a me pedir “cocorro (socorro), ajuda mamãe”, fecundaram em mim a maternidade. A meu cunhado Hailton, pelas palavras de incentivo e pela hospitalidade em Salvador durante o período desta pós-graduação. A Gustavo, meu sobrinho, pelo carinho e alegria irradiada.

Ao maravilhoso encontro com Guilherme, que me apoiou desde a graduação, incentivando-me a continuar na Geografia. Agradeço-lhe pela torcida, compreensão e apoio em distintos âmbitos e momentos da minha vida. Os desencontros e percalços nos tornaram mais maduros e convictos do desejo em nos reencontrarmos. À este meu esposo e também pai de Henrique, agora nosso filho, sou grata pelo fraterno amor.

Ao encontro com Agripino Coelho na Universidade do Estado da Bahia, que me possibilitou um encontro com a Geografia, a pesquisa e a docência. Como o maior incentivador da minha trajetória acadêmica, agradeço-lhe veementemente pela dedicação que me dispensou, e por tornar o mestrado um sonho latente e possível. Agradeço-lhe pela amizade e diálogos problematizadores. Este bom encontro permitiu-me galgar grandes conquistas pessoais e profissionais.

Ao encontro com Gilca Garcia, pela presente orientação e confiança no meu trabalho. Lhe sou grata pela leitura atenta e encaminhamentos do/para meu trabalho, mas especialmente agradeço pela aprendizagem proporcionada por sua postura enquanto ser humano e profissional, que combina rigor, compromisso, simplicidade, sensibilidade e generosidade.

Ao encontro com os professores do Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal da Bahia, principalmente com Guiomar Germani por sua sensibilidade acolhedora, preocupação com a coletividade, respeito ao outro e pela contribuição na re-leitura do meu projeto de pesquisa. Agradeço também aos professores Ângelo Serpa e Cristóvão Brito pelo rico debate no âmbito da disciplina Teoria e Método da Geografia.

Ao encontro com os colegas do Programa Pós-geo, em especial com Daniela, Diosmar, Flávia, Léo, Livia Fraga, Simony e Willian pela solidariedade, troca de experiências e saberes, bem como a Israel, que além disso ajudou-me na elaboração dos mapas desta pesquisa. À Lorena e Solange, pela amizade e interlocução na pesquisa.

Ao encontro com os estudantes-pesquisadores do Geografar, especialmente Avelar e Kássia, pela amizade e apoio em momentos de necessidade.

Aos encontros com os colegas da Universidade do Estado da Bahia, Campus IV e Campus XI, em especial com Miriam, Diva, Jacy, Gustavo, Jorima, Vamberto, Itamar, Jaime, Daniela, Maria da Paz, Luiz Rogério, Lícia e Ana Margarete. Cada um ao seu modo, contribuiu com o desenvolvimento desta pesquisa. Aos colegas Ednúsia, Onildo e Oriana do grupo de pesquisa Geografia e Movimento Sociais da Universidade Federal de Feira de Santana, pela convivência prazerosa e permutação de saberes. A Ricardo Bahia, que tanto me ensinou e me estimulou a seguir carreira acadêmica, desde o período da minha graduação.

Ao encontro com os representantes das organizações investigadas, em especial com Eleneide (ARCO Sertão), Jovanilton (APAEB-Valente), Gisleide (MOC) e Alcrísia (FATRES). Agradeço à atenção, a disponibilização de documentos importantes acerca das respectivas organizações e a receptividade na realização das entrevistas.

Ao re(encontro) com as amigas Andrea, Sarah e Rafaela. Agradeço a compreensão e a amizade.

Ao bom encontro com Deus, que a cada dia renova a minha fé e esperança.

Nessa adversidade, a questão é saber como a História irrompe na vida de todo dia. Como, no tempo miúda da vida cotidiana, travamos o embate, sem certeza nem clareza, pelas conquistas fundamentais do gênero humano; por aquilo que liberta o homem das múltiplas misérias que o fazem pobre de tudo: de condições adequadas de vida, de tempo para si e para os seus, de liberdade, de imaginação, de prazer no trabalho, de criatividade, de alegria e de festa, de compreensão ativa de seu lugar na construção social da realidade. Uma vida em que, além do mais, tudo parece falso e falsificado, até mesmo a esperança, porque só o fastio e o medo parecem autênticos. Na abundância aparente, não estamos realizados – estamos apenas saturados e cansados em face dos poderes que parecem nos privar de uma inteligência histórica do nosso agir cotidiano.

José de Souza Martins

RESUMO

Esta pesquisa tem por objetivo analisar as implicações sociopolíticas resultantes da adesão dos ativistas sociais do Território do Sisal à política de desenvolvimento territorial rural do MDA, especialmente no âmbito do Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais. A atual política de desenvolvimento rural brasileira, centrada no território enquanto institucionalidade da governança, apoia-se numa perspectiva descentralizada de planejamento e gestão, através do estímulo à participação social nos rumos do “território”. O apelo ao conceito de desenvolvimento territorial rural torna-se uma tônica predominante, que parece garantir a superação da concepção setorial e exógena de desenvolvimento rural e ao mesmo tempo abranger a complexa dinâmica social. Nesse rumo, carece um estudo que analise o (des)envolver dessa política de desenvolvimento territorial rural, especialmente no Território do Sisal, concebido por muitos como experiência exemplar. Para tanto, partiu-se da concepção de Estado para em seguida, contextualizar a incorporação da abordagem territorial do desenvolvimento rural no Brasil, problematizando os processos, articulações e argumentos que levaram a conformação e defesa dessa complexa adjetivação da noção de desenvolvimento. Posteriormente, avaliou-se o desenvolver da abordagem territorial, especificamente investigando os efeitos de sua institucionalização no contexto político brasileiro, bem como suas implicações políticas na dinâmica da sociedade civil no Território do Sisal. Buscou-se respaldo numa pesquisa documental e de campo. Na pesquisa documental analisaram-se os documentos eletrônicos referenciais da política de desenvolvimento rural brasileira e também documentos basilares das organizações sociais investigadas, tais como jornais e revistas, relatórios de atividades, entre outros. A pesquisa de campo foi desenvolvida a partir da aplicação de entrevistas semi-estruturadas aos principais líderes dessas organizações e também por meio da participação com observação sistemática em algumas reuniões do CODES-Sisal realizadas durante os últimos dois anos. O estudo aponta que apesar da emergência da abordagem territorial do desenvolvimento rural anunciar várias mudanças em relação aos projetos de desenvolvimento do passado que tinham a região como unidade de intervenção, continua-se regionalizando o espaço com enfoques semelhantes, que associam pobreza à agricultura, mas agora se revestem do discurso de participação social, sustentabilidade, reconhecimento da identidade, entre outros que contribuem para legitimação de formas históricas de dominação. Nesse sentido, o conceito de desenvolvimento territorial rural constitui-se num instrumento de poder mobilizador e organizador do mito que despolitiza a sociedade civil, especialmente no caso dos ativismos sociais do Território do Sisal.

Palavras-chave: Desenvolvimento Territorial Rural; Território; Ativismos sociais.

ABSTRACT

This investigation aims to analyze the socio-political implications resultant in the accession of social activists from Sisal area to the MDA's rural territorial development policy, especially under the National Program for Sustainable Development of Rural Areas. The current policy of Brazilian rural development, centered on the territory while governance's institutionally, relies on the decentralized perspective of planning and management, through stimulus in the social participation on the course of "territory". The appeal to the concept of territorial rural development becomes a dominant theme, that seems to ensure the resilience of the sectorial and exogenous conception of rural development and at the same time cover the complex dynamic social. In this direction, the Sisal Territory, conceived by many as exemplary experience. This started from the conception of State, for then, contextualizes the incorporation of the territorial approach and rural development in Brazil, questioning the processes, articulations and arguments that led the conformation and defense of this complex adjectives of the notion of development. Subsequently, was assessed the develop of the territorial approach, specifically to investigate the effects of institutionalization on the Brazilian political context, as well as its policy implications in the dynamic of civil society in the Sisal Territory. Sought the support in a documentary search and field. In this documentary research was analyzed the electronics files references of Brazilian rural development policy and also the base documents of the investigated social organizations, such as newspapers and magazines, reports of activities, among others. The field research was developed from the application of semi-structured interviews the main leaders of these organizations and also through participation in systematic observation in some meetings in the CODES-Sisal held during the last two years. The study indicates that despite the emergence of a territorial approach to rural development announce several changes in the relation of development projects from past that had the region as the unity of intervention continues up localizing space with similar focus, linking poverty to agriculture but now accepts the discourse of social participation, sustainability, recognition of identity, and others who contribute to legitimizing historical forms of domination. In this sense, the concept of territorial rural development constitutes an organizing and mobilizing power tool of the myth that depoliticizes the civil society, especially in the case of social activism in the Sisal Territory.

Keywords: Rural Territorial Development; territory; Social activism.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ADS	Agência de Desenvolvimento Solidário
APAEB-Valente	Associação de Desenvolvimento Sustentável e Solidário da Região Sisaleira
ARCO Sertão	Agência Regional de Comercialização do Sertão da Bahia
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
CAR	Companhia de Ação Regional
CEB	Comunidade Eclesial de Base
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
CIDA	Comitê Interamericano de Desenvolvimento Agrícola
CIRAD	Centro de Cooperação internacional em Pesquisa Agronômica para o Desenvolvimento
CMDR	Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural
CODES-Sisal	Conselho Regional de Desenvolvimento Rural Sustentável
CONCRAB	Confederação Nacional das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil
CONDRAF	Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável
CONSISAL	Consórcio Público de Desenvolvimento Sustentável do Território do Sisal
CONTAG	Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
COOPERAFIS	Cooperativa Regional de Artesãos e Fibras do Sertão
COOPEV	Cooperativa dos Pequenos Empreendedores de Valilândia Região Sisaleira

COOPOFITE	Cooperativa Polivalente Filhos da Terra
CPDA	Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade
DLIS	Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
FAO	Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura
FATRES	Fundação de Apoio aos Trabalhadores Rurais da Região do Sisal
FHC	Fernando Henrique Cardoso
FIEB	Federação das Indústrias do Estado da Bahia
GEOGRAFAR	Grupo de Pesquisa A Geografia dos Assentamentos na Área Rural
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDEB	Índice de Desenvolvimento de Educação Básica
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IDHM	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
IDS	Índice de Desenvolvimento Social
IICA	Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INE	Índice do Nível de Educação
INS	Índice do Nível de Saúde
IRMCH	Índice da Renda Média dos Chefes de Família

ISB	Índice dos Serviços Básicos
LEADER	<i>Liassons Entre Actions de Developement de l'Economie Rurale</i>
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MOC	Movimento de Organização Comunitária
MST	Movimento dos Trabalhadores Sem Terra
OPPA	Observatório de Políticas Públicas para a Agricultura
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PETI	Programa de Erradicação do Trabalho Infantil
PIB	Produto Interno Bruto
PNOT	Plano Nacional de Ordenamento Territorial
PPGDR	Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PRONAGER	Programa Nacional de Geração de Emprego e Renda
PRONAT	Programa de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais
PT	Partido dos Trabalhadores
PTC	Programa Territórios da Cidadania
RN	Riqueza das Nações
SDR	Secretaria de Desenvolvimento Rural
SDT	Secretaria de Desenvolvimento Territorial
SEAGRI	Secretaria da Agricultura, Pecuária, Irrigação, Reforma Agrária, Pesca e Aquicultura

SECULT	Secretaria de Cultura do Estado da Bahia
SEDECULT	Superintendência de Desenvolvimento Territorial da Cultura
SEI	Superintendência de Estudos Econômicos da Bahia
SEPLAN	Secretaria de Planejamento do Estado da Bahia
SICOOB- COOPERE	Cooperativa Valentense de Crédito Rural
STR	Sindicato dos Trabalhadores Rurais
SUAF	Superintendência de Agricultura Familiar
TECEMOS	Território, Cultura e Ações Coletivas
TSM	Teoria dos Sentimentos Morais
UFCG	Universidade Federal de Campina Grande
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFRRJ	Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
UnB	Universidade de Brasília
UNEB	Universidade do Estado da Bahia
UNESP	Universidade Estadual Paulista
USP	Universidade de São Paulo

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Trecho do rio Itapicuru, Pov. Pedra Grande, Tucano–BA.....	105
Figura 2	Paisagem do município de Retirolândia–BA.....	106
Figura 3	Brasão de alguns municípios do Território do Sisal.....	109
Figura 4	Plantação de Sisal–Retirolândia.....	110
Figura 5	Pseudocaule do Sisal.....	110
Figura 6	Folheto da Cooperativa Regional de Artesãs Fibras do Sertão...	112
Figura 7	<i>Layout</i> Página inicial do site da FATRES.....	142

LISTA DE MAPAS

Mapa 1	Territórios de Identidade da Bahia, 2014.....	88
Mapa 2	Territórios da Cidadania, Brasil.....	92
Mapa 3	Território do Sisal – Bahia.....	96
Mapa 4	Localização do Território do Sisal no semiárido baiano.....	101
Mapa 5	Aptidão dos Solos – Território do Sisal.....	103
Mapa 6	Hidrografia – Território do Sisal.....	104
Mapa 7	Participação da população rural na composição populacional nos municípios do Território do Sisal – 2010.....	114
Mapa 8	Índice de Gini – Território do Sisal, 2006.....	118

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Concepções de Estado.....	54
Quadro 2	Síntese das características fisiográficas do Território do Sisal...	102
Quadro 3	Uso do solo e relações de produção por categoria de propriedade da terra nos municípios de Valente e Santa Luz - 1988-1990.....	119
Quadro 4	Panorama do domínio político familiar na prefeitura do município de Conceição do Coité - Bahia– 1933 a 2009.....	125
Quadro 5	Firmas industriais e comerciais que opera(ra)m com sisal no Território do Sisal.....	126
Quadro 6	Noticiários com alusão ao Território do Sisal.....	144
Quadro 7	Missão das organizações sociais que atuam no Território do Sisal.....	147
Quadro 8	Relação das organizações sociais que atuam Território do Sisal com à política de desenvolvimento territorial rural.....	151

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Participação da população rural na composição populacional nos municípios do Território do Sisal.....	115
Tabela 1	Estrutura fundiária, Território do Sisal – 2006.....	117
Tabela 2	Indicadores socioeconômicos do Território do Sisal.....	122

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	18
1 AS DISTINTAS PERSPECTIVAS TEÓRICAS SOBRE O ESTADO E SEU PAPEL NA SOCIEDADE.....	24
1.1 Teorias do Estado: o Estado do bem-comum.....	24
1.1.1 Perspectiva clássica.....	26
1.1.2 Perspectiva liberal.....	30
1.1.2 Perspectiva pluralista.....	33
1.1.3 Perspectiva corporativista.....	36
1.2 Teorias do Estado na perspectiva de classe.....	38
1.2.1 Marx, Engels, Lenin e o Estado.....	39
1.2.2 O pensamento gramsciano: Sociedade civil e o Estado.....	46
2 O ESTADO BRASILEIRO E A POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL RURAL.....	57
2.1 A emergência e disseminação da abordagem territorial do desenvolvimento rural.....	59
2.1.1 A institucionalização da “nova” política de desenvolvimento rural no Brasil e as justificativas para a abordagem territorial.....	65
2.2 O (des)envolver da abordagem territorial.....	70
2.2.1 A constelação de conceitos na abordagem territorial e o desenvolvimento.....	74
2.2.1.1 A escala do desenvolvimento rural: da região ao território...	81
2.2.2 Uma década de PRONAT: onde se chegou?.....	89

3. A POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL RURAL E OS CAMINHOS DOS ATIVISMOS SOCIAIS NO TERRITÓRIO DO SISAL.....	95
3.1 Território do Sisal: da dita inospitalidade à reinvenção dos modos de vida.....	99
3.1.1 Os caminhos do determinismo: a “hostilidade” da natureza e a fibra do sertanejo.....	100
3.1.2 As características socioeconômicas.....	113
3.1.3 Indistinção entre o público e o privado: a reinvenção e permanência das forças político-empresariais.....	123
3.1.4 As emergências: latência e fortalecimento dos ativismos sociais....	126
3.2 (Des)envolvendo o Território do Sisal: relações entre o Estado Brasileiro e os ativismos sociais.....	136
3.2.1 Os (des)caminhos da política de desenvolvimento rural no Território do Sisal.....	146
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	161
REFERÊNCIAS.....	165
APÊNDICE.....	179

INTRODUÇÃO

Esta problemática de pesquisa surgiu a partir do envolvimento, na condição de bolsista de iniciação de pesquisa, com as atividades desenvolvidas nos últimos anos pelo Grupo de Pesquisa Tecemos – Território, Cultura e Ações Coletivas –, do Departamento de Educação/Campus XI/UNEB. Essas atividades viabilizaram o contato com algumas experiências associacionistas – cooperativas, associações, organizações não-governamentais, sindicatos, entre outros –, que atuam no chamado Território do Sisal. Nesse âmbito, constatou-se que essas organizações incorporaram com facilidade as proposições da política territorial do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), especificamente a linha de ação do Programa de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais, o PRONAT, implantado desde o ano de 2003. Essa observação, vinculada as discussões fomentadas por líderes do grupo de pesquisa Geografar – A Geografia dos Assentamentos na Área Rural –, motivou os intentos deste estudo.

O PRONAT encontra-se centrado no conceito de desenvolvimento territorial rural e na construção de uma nova institucionalidade que recebe o nome de território.

O conceito de desenvolvimento territorial rural é constituído pela agregação de três conceitos complexos e com ampla discussão nas ciências humanas, especialmente na Sociologia, na Geografia e na Economia. Mas, devido ao forte caráter operacional, esses conceitos têm sido facilmente incorporados e disseminados nos estudos acadêmicos, nas formulações de planos e diretrizes de órgãos governamentais, bem como nos documentos e discursos da sociedade civil.

A aderência a esses conceitos defendidos pelo MDA tem levado, inclusive, alguns recortes espaciais, os chamados territórios rurais, a uma posição de destaque em escala nacional. O Território do Sisal é um exemplo disso, sendo apresentado como uma experiência bem sucedida de organização e cooperação (MDA, 2005a).

O Território do Sisal foi delimitado a partir da política territorial da SDT/MDA em ação colegiada com a sociedade civil organizada, sendo constituído por 20 municípios do semiárido baiano. Conforme o MDA, o Território do Sisal constitui-se num Território Rural, e posteriormente este também recebeu o título de Território da Cidadania. Associado a essa política, o governo da Bahia utilizou essa divisão territorial enquanto unidade espacial de intervenção estatal, e criou a denominação Território de

Identidade. Nesse caso, o Território do Sisal é ao mesmo tempo, chamado de Território Rural, Território da Cidadania e Território de Identidade.

Localizado no semiárido baiano, o Território do Sisal, conhecido pelo cultivo do *Agave sisalana*, o sisal, apresenta uma realidade bastante conflituosa, que Coelho Neto (2010) denominou de permanências e emergências. As chamadas permanências manifestam-se pelo conjunto de condições estruturais e pela particularidade histórica que se forjou nesse recorte espacial, haja vista que o referido “Território”, é reconhecido pela prevalência das suas adversidades edafoclimáticas atribuídas à seca; por um conjunto de indicadores socioeconômicos desfavoráveis exemplificados pelos índices de analfabetismo, desemprego, concentração fundiária, etc., bem como pelos esquemas de práticas políticas conservadoras. As emergências configuram-se pelo processo marcante de mobilização e organização da sociedade civil, que se manifesta na proliferação de movimentos sociais, ONGs, sindicatos, associações e cooperativas, que tem reescrito a história regional, especialmente no sentido de construção e fortalecimento das complexas redes de cooperação, que no âmbito desta pesquisa são apontadas como ativismos sociais. Os ativismos, parte constituinte da sociedade civil, “são um conjunto mais amplo de ações públicas organizadas, [...] e relativamente duradouras” (SOUZA, 2006, p. 278).

Esse contexto emblemático e contraditório, corroborou para a aderência singular à proposta de desenvolvimento territorial do MDA, especialmente no caso dos ativistas sociais, que acreditam que a política territorial desse Ministério consiste numa maneira legal de resistir e opor-se às oligarquias políticas locais/regionais, bem como de enfatizar seus princípios de horizontalidade e participação na gestão pública.

A constatação da estreita identificação dos ativismos sociais do Território do Sisal com a política territorial do MDA e, por conseguinte, a incorporação dos conceitos e diretrizes que ela propõe, fecundaram as seguintes indagações: Qual a relação existente entre os ativismos do Território do Sisal e os propósitos da atual política de desenvolvimento territorial rural do MDA? Como as proposições teórico-metodológicas da política de desenvolvimento territorial encontram ressonância na sociedade civil do Território do Sisal? Quais as implicações sociopolíticas resultantes da adesão às concepções defendidas pelo PRONAT? Como os ativismos sociais incorporam os preceitos do MDA e os ressignificam?

A maioria das pesquisas sobre as organizações sociais desse Território mostram que elas, em especial a Associação de Desenvolvimento Sustentável e

Solidário da Região Sisaleira (APAEB), contribuem para a promoção do desenvolvimento, seja este acompanhado do qualificativo endógeno, local ou territorial rural. Há uma ênfase no papel dessas experiências sociais, principalmente da APAEB, na promoção do desenvolvimento, mas carece um olhar mais apurado sobre o (des)envolver concebido e operacionalizado por eles, sobretudo, após a implantação da política de desenvolvimento territorial rural do MDA.

Não se pode negar a importância da organização e “participação” da sociedade civil na dinâmica do Território do Sisal, mas, não podemos negligenciar as implicações políticas e sociais oriundas da conformação dessas relações entre esta sociedade e o Estado, haja vista a avaliação de outras experiências de estruturação territorial, como é o caso do estudo de Freitas (2009), bem como o próprio processo de formação e historicidade do Estado.

Nesta pesquisa propõe-se analisar as implicações sociopolíticas resultantes da adesão dos ativismos sociais do Território do Sisal à política de desenvolvimento territorial rural do MDA, especialmente no âmbito do Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais. Partindo desse objetivo geral, foram desdobrados os seguintes objetivos específicos:

- Contextualizar o surgimento e as justificativas da/para abordagem territorial nas políticas de desenvolvimento rural no Brasil;
- Discutir as bases teóricas que orientam os princípios, diretrizes e metodologias adotadas pelo PRONAT, especialmente no que concerne ao conceito de território e desenvolvimento territorial rural;
- Investigar o contexto espacial, socioeconômico e político-institucional de estruturação do Território do Sisal, tentando compreender as razões que explicam a adesão dos ativismos sociais à política de desenvolvimento territorial rural.
- Analisar as implicações sociopolíticas resultantes do estreitamento do MDA com ativismos sociais no Território do Sisal.

Para a consecução desses objetivos, inicialmente recorreu-se à revisão de literatura, que cumpriu um relevante papel na fundamentação da leitura marxista da empiria, na contextualização do surgimento da abordagem territorial do desenvolvimento rural no Brasil, na discussão dos conceitos basilares deste estudo e na investigação do contexto espacial, socioeconômico e político-institucional de estruturação do Território do Sisal. Para este último, também foi feita uma pesquisa

estatística junto ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Superintendência de Estudos e Informações do Estado da Bahia (SEI) e a Companhia de Ação Regional (CAR).

Para análise das bases teóricas que orientam os princípios, diretrizes e metodologias do PRONAT, além da revisão de literatura, foi desenvolvida uma ampla pesquisa documental, na qual analisaram-se os documentos eletrônicos referenciais da política territorial, publicações administrativas, revistas, mapeamentos e relatórios de avaliação do processo de implantação da política territorial em todo o país.

A análise das implicações sociopolíticas resultantes da adesão aos preceitos e conceitos defendidos pelo PRONAT, na ação dos ativismos sociais no Território do Sisal, se apoiou em dois eixos: a pesquisa documental e a de campo. A pesquisa documental foi realizada a partir da consulta de informes em jornais e revistas, relatórios de atividades, projetos elaborados e sites de algumas organizações sociais que atuam no Território do Sisal, especificamente a Agência Regional de Comercialização do Sertão da Bahia (ARCO Sertão), a Associação de Desenvolvimento Sustentável e Solidário da Região Sisaleira (APAEB-Valente), a Cooperativa Regional de Artesãos e Fibras do Sertão (COOPERAFIS), a Cooperativa Valentense de Crédito Rural (SICOOB-COOPERE), a Fundação de Apoio aos Trabalhadores Rurais da Região do Sisal (FATRES) e o Movimento de Organização Comunitária (MOC), bem como o Colegiado Territorial do Sisal denominado “Conselho Regional de Desenvolvimento Rural Sustentável da Região Sisaleira do Estado da Bahia” (CODES-Sisal). Essa escolha deu-se pelo protagonismo dessas organizações na “condução” da política de desenvolvimento territorial rural do MDA e pela representatividade institucional que possuem no Território do Sisal.

A pesquisa de campo foi desenvolvida a partir da aplicação de entrevistas semi-estruturadas¹ aos principais líderes das organizações supracitadas e também por meio da participação com observação sistemática em algumas reuniões do CODES-Sisal realizadas durante os anos de 2012 e 2013. Porém, também fez-se uso de depoimentos concedidos a autora deste estudo, entre os anos de 2008 e 2011. As organizações sociais investigadas nesta pesquisa, também foram sujeitos de

¹ As entrevistas foram conduzidas por Agripino S. Coelho Neto, que durante o ano de 2012-2013 também encontrava-se em atividade de campo, fruto da sua pesquisa de doutoramento. Apesar de distintos propósitos de pesquisa, realizou-se uma parceria com o Coelho Neto, ficando a autora desse estudo responsável pela filmagem das entrevistas.

investigação em momento anterior, no âmbito das monografias de graduação e especialização, quando objetivava-se, respectivamente, analisar a estruturação em rede da ARCO Sertão e seu papel no processo de mobilização e fortalecimento da sociedade civil no Território do Sisal; e compreender os efeitos da apropriação e usos dos conceitos de desenvolvimento territorial e economia solidária na ação dos coletivos sociais organizados no Território do Sisal. O conteúdo dos testemunhos e documentos adquiridos foi analisado sob uma perspectiva quantitativa e qualitativa.

A apresentação da pesquisa encontra-se estruturada em três capítulos. Após esta introdução, inicia-se o primeiro capítulo no qual faz-se uma discussão acerca das distintas interpretações sobre o Estado, já que elas implicam em diferentes políticas públicas e perspectivas de/para a sociedade civil. Coadunando com a perspectiva marxista, especificamente gramsciana, propõe-se pensar o Estado não somente como aparelho coercitivo, mas como fruto de uma relação orgânica e dialética entre sociedade civil e política, na qual a hegemonia, sob diferentes formas, está em toda parte.

No segundo capítulo, busca-se analisar o modo operante do (des)envolver da política de desenvolvimento territorial rural, implantada no Brasil pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário desde o ano de 2003. Inicialmente, contextualiza-se a incorporação da abordagem territorial do desenvolvimento rural no Brasil, tanto nos estudos acadêmicos, quanto no âmbito das políticas governamentais, problematizando os processos, articulações e argumentos que levaram a conformação e defesa dessa complexa adjetivação da noção de desenvolvimento. Em seguida, avalia-se o desenvolver da abordagem territorial, especificamente investigando os efeitos de sua institucionalização no contexto político brasileiro, bem como suas implicações na dinâmica da sociedade civil.

No terceiro capítulo, analisa-se a realidade sociopolítica e econômica do Território do Sisal, acionando os termos “permanências” e “emergências”, como propôs Coelho Neto (2013). Eles são empregados como um par dialógico para compreender a coexistência entre condições estruturais perdurantes ou que não sofreram mudanças significativas, e novos fenômenos, novos agentes sociais. A leitura desse contexto, ajudou a explicar a estreita relação dos ativismos sociais no Território do Sisal, com a atual política de desenvolvimento territorial da SDT/MDA, assim como contribuiu para elucidar os efeitos dessa “confluência perversa”, usando a expressão de Dagnino (2004).

Ao final do estudo, apresenta-se as últimas considerações, sistematizando as implicações sociopolíticas resultantes da adesão aos preceitos e conceitos defendidos pelo PRONAT/MDA, nos rumos dos ativismos sociais no Território do Sisal.

1 AS DISTINTAS PERSPECTIVAS TEÓRICAS SOBRE O ESTADO E SEU PAPEL NA SOCIEDADE

Nesta seção almejamos apresentar uma síntese das principais teorias do Estado, pois um estudo que pretende analisar a abordagem teórico-metodológica de uma política pública de desenvolvimento, avaliando sua repercussão num recorte espacial específico, requer uma discussão sobre as distintas interpretações sobre o Estado e seu papel na sociedade. Esta não é tarefa fácil, mas é necessária, pois diferentes leituras do Estado implicam distintas políticas públicas e perspectivas de/para sociedade civil.

Discutir a concepção de Estado é tradição nas Ciências Sociais, mas é sintomático que a Geografia, enquanto Ciência, que em suas raízes esteve atrelada político-ideologicamente ao Estado, carece de estudos sobre essa forma de organização social secular. Historicamente, os geógrafos utilizaram seu conhecimento para produzir teorias e espacialidades que serviram de instrumentos ao Estado, ou usavam e ainda usam os recortes espaciais instituídos pelo Estado como recortes analíticos em suas pesquisas, tal como também fazemos neste estudo. Mas, coadunamos com os poucos geógrafos que, para além disto, buscaram refletir sobre esse agente nuclear que institui as referidas espacialidades, tendo em vista o seu papel na dinâmica de uma sociedade.

Embora outras ciências tratem com maior especificidade o assunto, não se pode negligenciar o debate sobre o conceito de Estado e nos centrar apenas em entender suas ações e produtos. O debate sobre o conceito de Estado dialeticamente associado à análise de suas ações, viabilizará uma melhor compreensão da dinâmica socioespacial, dado o seu papel no processo de (re)produção do espaço geográfico.

Apesar do surgimento de discursos com pretensões normativas em prol da erradicação do Estado, a exemplo de Ohmae (1996)², o debate sobre o Estado é histórico e tem se acentuado, contribuindo para a conformação de uma miríade de teorias complexas que, apesar de terem relação com um número reduzido de matrizes teóricas, apresentam profundas divergências que potencializam o debate sobre a complexidade do papel do Estado. Recentemente, a preocupação com esta temática

² Kenichi Ohmae, ex-consultor de corporações transnacionais, apresenta uma defesa tão exaustiva em favor do fim do Estado nacional, que publicou uma polêmica obra com o título “O fim do Estado Nação”.

tem sido uma tônica ainda mais forte nesse processo de teorização, devido à dinâmica imposta pela globalização³.

Mas não se pretende aqui sintetizar todas as teorias do Estado. A síntese do que foi reunido e denominado de principais teorias envolve uma escolha subjetiva, que implica na omissão de algumas delas. Destacam-se, principalmente, as teorias de tradição liberal clássica, que defendem o Estado do bem-comum e as de tradição marxista, que sustentam a perspectiva da natureza de classe do Estado.

O trabalho de Carnoy (1988) apresenta uma análise panorâmica dessas abordagens teóricas, sendo por isso uma referência basilar nessa tarefa de categorização e análise das teorias do Estado, muito embora o autor priorize a perspectiva marxista, o que por sua vez não se constituiu num obstáculo, já que neste estudo se coaduna com essa leitura do Estado.

1.1 Teorias do Estado: o Estado do bem-comum

Inicialmente são apresentadas as teorias que defendem o Estado do bem-comum, visto que o arcabouço conceitual nuclear dessa perspectiva, ainda se mostra muito presente no discurso da sociedade de maneira geral, a começar pela concepção de Estado democrático. Conforme classificação proposta por Carnoy (1988), essas teorias podem ser subdivididas em quatro perspectivas: clássica, liberal, pluralista e corporativista.

A perspectiva clássica trata-se de uma abordagem contratualista, sustentada pela necessidade de controle das paixões, o estado de natureza. Nesta, destaca-se Hobbes, Locke e Rosseau. Na perspectiva liberal, caracterizada como utilitarista, defende-se um Estado mínimo em prol do livre funcionamento do mercado. Entre os autores dessa perspectiva, destaca-se Adam Smith. A perspectiva pluralista refere-se a ideologia das democracias capitalistas, enfatizando-se as contribuições de Schumpeter. A perspectiva corporativista defende a harmonia de classes e a unidade social, sendo o Estado a representação do bem-comum. Nela, destaca-se Stepan.

³ Apesar de alguns autores defenderem que a globalização é um processo antigo, fomentado desde o capitalismo comercial, entende-se aqui globalização como intensificação do processo de internacionalização do mundo capitalista, em consonância com as concepções de Giddens (1991) e Santos (2008).

1.1.1 Perspectiva clássica

A teoria clássica do Estado surgiu na Europa, após um intenso período de conflitos que desencadearam mudanças estruturais na organização social, e político-econômica do continente europeu no final do século XVI e todo o século XVII. É aproximadamente no final do século XVII que reformulam-se os direitos individuais e o estado da natureza humana, pois até então estes estavam estritamente vinculados a interpretações da lei divina, definidas pela Igreja Católica. Apropriando-se das interpretações que lhes convinha dos textos religiosos, a Igreja, juntamente com a aristocracia rural estabeleceram e impuseram as leis “divinas” (CARNOY, 1988).

São vários os argumentos para explicar o declínio do feudalismo e o surgimento do capitalismo, como se vê no famoso debate da historiografia marxista entre Paul Sweezy e Maurice Dobb⁴. Sabe-se que esse episódio associado à queda do poderio político-econômico da Igreja Católica foram fundamentais para o desenvolvimento posterior da teoria do Estado liberal e para instituir novas bases de poder.

Enquanto isso, os filósofos clássicos expunham suas ideias nos estertores de tais mudanças políticas e, apesar de subverterem a lógica das leis divinas, ainda apoiavam-se nas interpretações teológicas:

[...] os teóricos clássicos conservaram a base divina para o exercício do poder: o “bem comum”. Digo base “divina” para o poder porque, embora a doutrina clássica fizesse sucumbir os direitos divinos em favor de uma redefinição do que é natural e, a partir daí, dos direitos individuais, a origem de todos os direitos ainda era uma “autoridade superior”. [...] O “bem comum” era inerente à racionalidade divina dos seres humanos; era Deus no homem; mas em vez de ser revelado, sua compreensão poderia ser adquirida (CARNOY, 1988, p. 23-24).

Acreditava-se que a razão humana era proveniente de Deus, mas esse pressuposto não dirimiu o caráter revolucionário dos filósofos clássicos, que se basearam nos próprios elementos teológicos para propor uma nova concepção de homem e de Estado. Nesse sentido, de fato houve uma revolução, tal como acredita Carnoy (1988), mas as reflexões e proposições da maioria desses autores também

⁴ Esse debate foi originalmente publicado em *Science and Society* na década de 1950, posteriormente, após a inclusão de outros textos de historiadores que tratam da temática, como Georges Levebvre e Eric Hobsbawm, foi publicado na obra que tem por título “Transição do feudalismo para o capitalismo”, em 1977. A obra evidencia a controvérsia entre os pesquisadores para explicar o surgimento do capitalismo.

alimentaram e fundamentaram novos colonialismos e hierarquizações do saber e do poder.

As críticas dos filósofos clássicos foram importantes para frear os ditames da Igreja e da aristocracia rural, mas serviram de base à burguesia que emergia junto com o capitalismo. A produção teórica foi utilizada para legitimação da nova estrutura e prática política que se ascendia, especialmente os escritos de Locke. Logo, a forma de conceber e propor a organização social denominada de Estado estava imbricada à lógica do mercado.

Entre esses filósofos, inicialmente, destaca-se Thomas Hobbes, que propõe um novo método com base na lógica dedutiva para refletir sobre o comportamento político do(s) indivíduo(s). A partir da discussão sobre o “estado da natureza”, condição humana de igualdade na qual o indivíduo encontra-se sob a égide de suas paixões, Hobbes (1979) em “O Leviatã”, originalmente publicado em 1651, defende a sujeição dos seres humanos a um ser soberano, que tanto pode ser um indivíduo ou um grupo social. Para ele, o reconhecimento dessa soberania se fazia necessário para não suscitar a guerra, a morte, tendo em vista que “o homem é lobo do homem”. Assim, o poder absoluto hobbesiano significa a prevenção do colapso.

A teoria política contratualista de Estado é para Hobbes uma maneira de abrandamento dos sinuosos problemas sociais e políticos da Europa e, principalmente, da Inglaterra. Almejava-se “[...] engendrar o desenvolvimento de uma maior paz social, bem como organizar, estatalmente, isto é, por vias do Leviatã uma espécie de ordem social e política” (LOPES, 2012, p. 172).

Apesar desses propósitos e de Carnoy (1988) defender que Hobbes não contou com o mercado “[...] para opor interesses a paixões, isto é, para o controle social” (p. 27), a teoria que ele elabora não é incompatível com a lógica do mercado. Nesse sentido, na teoria hobbesiana “o poder físico seria derrotado pela força civilizadora desse mercado” (CARNOY, 1988, p. 27). A relação com o sistema capitalista é tão fecunda que afirma-se que “[...] as paixões dos homens serão contidas pela maximização de seus interesses econômicos, uma sublimação da violência na busca do ganho econômico no contexto pacífico desse mercado” (Ibid., op. Cit.), ou seja, no pensamento de Hobbes, o estado da natureza (paixões humanas) seria contido em prol de lucros econômicos. Mas isto é ainda mais forte nas formulações de Locke.

Locke⁵ coadunou com algumas concepções de Hobbes, especialmente a respeito da necessidade de uma sociedade política regida por um corpo de leis. Era preciso instituir um ser superior comum para não suscitar o estado de guerra, fruto dos inconvenientes do estado da natureza⁶:

Homens vivendo juntos segundo a razão, sem um superior comum na Terra com autoridade para julgar entre eles, eis efetivamente o estado de natureza. Mas a força, ou uma intenção declarada de força, sobre a pessoa de outro, onde não há superior comum na terra para chamar por socorro, é estado de guerra (LOCKE, [1681] 1994, p. 91-92).

Locke ([1681] 1994) defendia a instituição de um governo civil forjado por corpos coletivos de homens e não apenas um ser soberano, conforme propunha Hobbes ([1651]1979). A preocupação e função basilar desse governo era garantir o direito à propriedade dos que para ele conformavam a sociedade civil⁷. Na realidade, a filosofia lockeana legitimou o processo de acumulação do capital, a usurpação de terras dos negros e povos originários e o direito à escravização. Este último ganhou uma conotação tão legal e justa, que os escravos eram considerados, *por natureza*, subservientes de seus senhores, a quem deviam obediência e sujeição absoluta⁸.

[...] há uma outra categoria de servidores, a que damos o nome particular de escravos, que, sendo cativos aprisionados em uma guerra justa, estão pelo direito de natureza sujeitos à dominação absoluta e ao poder absoluto de seus senhores. Como eu disse, estes homens tiveram suas vidas capturadas, e com elas suas liberdades, perderam seus bens – e estão, no estado de escravidão, privados de qualquer propriedade – e não podem nesse estado ser considerados parte da sociedade civil, cujo principal fim é a preservação da propriedade (LOCKE, [1681] 1994, p. 131-132).

Para Porto-Gonçalves (2010), os Estados Unidos da América recebeu com louvor as proposições lockeanas, pois estas tornaram possíveis a convivência

⁵ John Locke (1632-1704) era médico, mas suas contribuições foram fundamentais para a filosofia política, especialmente no chamado Século das Luzes.

⁶ Para Locke, a noção de estado da natureza não era apenas uma abstração lógica, uma condição hipotética, mas tinha um sentido histórico. Ele se amparou na análise de algumas tribos americanas que não possuíam uma organização civil soberana ou Estado, e que por isso, ainda se encontravam no estado da natureza (LOCKE, [1681] 1994).

⁷ Aqueles que não possuíam propriedades não faziam parte da sociedade civil e nem tinham direitos políticos, a exemplo das mulheres e das pessoas em condição de escravidão.

⁸ A este respeito, ver trabalho de Silva (2009), que tem por título “Da senzala ao mercado: o lugar da escravidão no pensamento liberal brasileiro do século XXI”.

“harmônica⁹” dos médios e pequenos proprietários do Norte, com os latifundiários escravocratas do Sul, e com a expropriação generalizada de vários povos, a exemplo dos Peles Vermelhas, que como tantos outros vieram a ser satanizados pela cinematografia hollywoodiana. E em nome do bem público, Locke ([1681] 1994) sacralizou a propriedade, transformando o direito às condições naturais de vida em direito dos proprietários¹⁰, e defendeu a pena de morte àqueles que não zelassem pelo cumprimento desse princípio.

Por poder político, então, eu entendo o direito de fazer leis, aplicando a pena de morte, ou, por via de consequência, qualquer pena menos severa, a fim de regulamentar e de preservar a propriedade, assim como de empregar a força da comunidade para a execução de tais leis e a defesa da república contra as depredações do estrangeiro, tudo isso tendo em vista apenas o bem público (LOCKE, [1681] 1994, p. 82).

Mas, poucos anos depois, Rousseau¹¹ contrariou as formulações lockeanas, apresentando uma nova interpretação sobre a formação e fundamentos da sociedade civil, sobre o estado de natureza e sobre a criação do próprio Estado. Apesar de defender que a propriedade é o “mais sagrado de todos os direitos dos cidadãos, e mais importante, em certos aspectos, que a própria liberdade” (ROUSSEAU, 1967, *apud* CARNOY, 1988, p. 34), ele acreditava que era preciso limitá-la, pois ela era o princípio da desigualdade e da maldade.

Nesse sentido, a sociedade civil e o Estado foram constituídos para legitimar a expropriação dos povos originários, como prefere chamar Porto-Gonçalves (2010), bem como assegurar a impetuosa supremacia da classe dominante. Entretanto, no plano do discurso institucional, defendia-se o bem-comum, o Estado que zelava pela igualdade e que preservava a ordem em benefício de todos.

O homem rico, dessa forma, pressionado pela necessidade concebeu finalmente o plano mais perspicaz que já passou pela mente humana: ou seja, empregar em seu favor as próprias forças que o atacavam, fazer de seus inimigos aliados, inspirá-los com outras máximas e fazê-los adotar outras instituições que o favorecessem em suas pretensões, [...] “Vamos nos unir”,

⁹ O sentido conotativo da palavra “harmônica” pode ser melhor entendido na expressão utilizada por Ganem (2000): “paz instável”. Esta também foi utilizada para expressar os efeitos das formulações de Locke na convivência dos seres humanos de distintas condições socioeconômicas.

¹⁰ Vê-se isso na sistematização feita por Locke da derrota dos *lleveres*, que “[...] reivindicavam entre outras coisas, o voto universal, uma sociedade de pequenos proprietários e a defesa da igualdade de propriedade, enfim, postulavam igualdade política” (PORTO-GONÇALVES, 2010, p. 29).

¹¹ Rousseau (1712-1778). Suas proposições fundamentaram dois princípios, igualdade e liberdade, da bandeira de luta da Revolução Francesa. Mas, conforme bem destacou Porto-Gonçalves (2010), a burguesia que outrora foi revolucionária na França, não adotou os princípios que defendia, igualdade, liberdade e fraternidade, como universais, ao menos não foram válidos para o Haiti.

disse-lhes o rico, “para proteger o fraco da opressão, refrear os ambiciosos, e garantir a todo homem a posse do que lhe pertence [...]” Alegrem-se todos ofereceram seus pescoços ao jugo, pensando que estavam protegendo sua liberdade; embora tivessem inteligência suficiente para perceber as vantagens de uma constituição política, não tinham experiência suficiente para ver de antemão os perigos disso. Aqueles dentre eles que estavam mais bem qualificados para prever os abusos eram exatamente os que esperavam beneficiar-se dele (ROUSSEAU, 1967, CARNOY, 1988, p. 32).

Rousseau atribuiu o estado de guerra aos interesses cunhados pela organização civil e não ao estado de natureza, conforme Hobbes (1979). Em seus trabalhos, sinalizava as armadilhas do contrato social, denunciando os intentos da sociedade civil por ela obnubilados. Otimista, ele acreditava que a educação poderia reorientar o Estado que de fato deveria atuar sob a direção da “vontade geral”. Todavia, canalizar na educação um papel de transformação da realidade político-social é uma tônica muito presente nos dias de hoje, mas não se pode esquecer que a educação também serve para ratificar a colonialidade do saber e do poder. E, assim, por meio de uma educação apolítica por questões políticas, reproduzir uma sociedade desigual e estratificada¹².

1.1.2 Perspectiva liberal

Conforme sinalizou Carnoy (1988) distinguir a perspectiva¹³ clássica da liberal consiste numa tarefa difícil, “a ponto de os próprios termos poderem ser arbitrários” (p. 36). Mas no âmbito deste trabalho, adota-se o caminho seguido pelo referido autor, que tem Adam Smith como marco limite, não por conta de uma linearidade cronológica, dada sua contemporaneidade com Rousseau, mas justamente porque Smith “estabeleceu uma forte justificativa ‘econômica’ para a procura incessante do interesse próprio, individual, enquanto que na literatura anterior [...] a ênfase estava nas consequências ‘políticas’ dessa procura” (HIRSCHMAN, 1977, *apud* CARNOY, 1988, p. 36). A perspectiva liberal, também chamada de utilitarista, centra-se na

¹² Embora aqui estejamos falando de educação num sentido mais amplo, é interessante ver pesquisa de Carvalho (2004), que exemplifica os distintos modelos e perspectivas político-educacionais reproduzidas na educação-formal.

¹³ Preferimos utilizar o termo “perspectiva” para apresentar as categorias das teorias do Estado de bem-comum, mas Carnoy (1988) adota o termo “doutrina” e assim denomina doutrina liberal e clássica. Embora entendamos a pertinência do termo doutrina, optamos por usar um termo mais genérico e que se aplicasse as demais categorias das teorias em foco.

análise do indivíduo, fundamentando-se no seu comportamento, bem como propõe uma nova leitura para as relações sociais.

Entre os pensadores dessa vertente podemos citar Jeremy Bentham, James Mill, Adam Przeworki e Adam Smith, mas para efeito de análise trata-se apenas deste último, devido sua maior influência no pensamento ocidental e também pela complexidade dessa tarefa que se ousou empreender.

Há uma discussão ampla, principalmente na Economia, sobre a questão intitulada “*Das Adam Smith Problem*”¹⁴. Muitos estudiosos argumentam que existe uma ruptura no pensamento de Smith, marcando a passagem do filósofo para o economista, mas para outros há uma complexa unidade entre as obras “Teoria dos Sentimentos Morais (TSM)” e a “Riqueza das Nações (RN)”¹⁵. Mas independente das disjunções que alimentam esse debate, se há ruptura/superação ou unidade, intentamos discutir brevemente as concepções de Smith sobre a organização social e civil.

Uma assertiva nuclear do pensamento smithiano, que também está presente em Locke, é que os homens são movidos pelo desejo individual de ganho econômico e inconscientemente geram um bem-estar coletivo, mas para tanto, Smith ([1776] 1996) destaca a necessidade do funcionamento livre e ilimitado do mercado, erigindo este à condição de fator de integração e organização social. Trata-se da “mão invisível”¹⁶ do mercado, defendida pelo autor.

¹⁴ A esse respeito ver o trabalho de Ganem (2010).

¹⁵ “A primeira reação à ruptura aparece sob a forma do testemunho de fatos, descobertas de obras e declarações do autor. Senão, vejamos: (i) Inicialmente, por volta de 1890, é demonstrado por quatro autores que teríamos, ao invés de ruptura, a unidade da obra. Baseando-se na publicação de *Lectures on jurisprudence*, é veiculado o argumento de que, antes mesmo de sua partida para a França, Adam Smith já havia formulado as bases teóricas da RN e que teria feito uma relação entre as duas obras, a partir da idéia de uma ação econômica que tinha sua fonte na paixão do *amor-próprio*. (ii) Na declaração dos dois biógrafos oficiais de Adam Smith, que afirmaram não ter havido mudança de opinião do autor, além do fato de este ter declarado que considerava a TSM sua obra mais importante. Soma-se a essas evidências o fato de que Adam Smith reeditou seis vezes a TSM, a última no ano de sua morte, após a RN. (iii) Nos seus últimos escritos, Adam Smith concebeu sua obra como algo unificado e, em 1790, no prefácio à sexta edição, colocara como se arrependia de não ter conseguido completar a tarefa que se propusera em 1759, desenvolvendo a jurisprudência, tarefa iniciada na TSM” (GANEM, 2010, p. 23).

¹⁶ “A noção de mão invisível traduz, segundo a opinião de alguns, a presença de Deus e revela a herança teológica escocesa na obra de Smith. Adianta que, embora seja possível recuperar a herança teológica e fazer uma leitura da mão invisível associada ao divino — ver, a propósito, Evensky (1998); Martin (1990) —, entretanto, compartilho da idéia de que Adam Smith utilizou-a como metáfora, como recurso para fornecer inteligibilidade à regularidade do fenômeno econômico. Para uma versão contemporânea desta perspectiva, ver Pack (1995). Para uma visão das múltiplas noções de mão invisível na obra de Adam Smith, ver Ahmad (1990). Para uma visão da mão invisível como mecanismo automático e maior legado de Adam Smith, ver Tobin (1992)” (GANEM, 2010, p. 31, nota de fim).

Geralmente, na realidade, ele [o indivíduo] não tenciona promover o interesse público nem sabe até que ponto o está promovendo. Ao preferir fomentar a atividade do país e não de outros países ele tem em vista apenas sua própria segurança; e orientando sua atividade de tal maneira que sua produção possa ser de maior valor, visa apenas a seu próprio ganho e, neste, como em muitos outros casos, é levado como que por mão invisível a promover um objetivo que não fazia parte de suas intenções. Aliás, nem sempre é pior para a sociedade que esse objetivo não faça parte das intenções do indivíduo. Ao perseguir seus próprios interesses, o indivíduo muitas vezes promove o interesse da sociedade muito mais eficazmente do que quando tenciona realmente promovê-lo (SMITH, 1996, v. I, p.438).

Segundo Smith ([1759] 1997), ao Estado caberia assegurar a economia de mercado livre, tendo em vista potencializar os benefícios aos homens. O cerne do funcionamento da sociedade é o indivíduo, que na busca voraz e incessante em acumular bens, fomenta a melhoria da coletividade. O bem-estar geral é fruto, sobretudo, da realização do benefício individual, que “[...] dependerá do conjunto de restrições institucionais sob o qual os indivíduos operam” (SANTOS e BIANCHI, 2007, p. 659).

O esforço natural de cada indivíduo para melhorar sua própria condição, quando se permite que ele atue com liberdade e segurança, constitui um princípio tão poderoso que, por si só, e sem qualquer outra ajuda, não somente é capaz de levar a sociedade à riqueza e à prosperidade, como também de superar uma centena de obstáculos impertinentes com os quais a insensatez das leis humanas com excessiva freqüência obstrui seu exercício, embora não se possa negar que o efeito desses obstáculos seja sempre interferir, em grau maior ou menor, na sua liberdade ou diminuir sua segurança (SMITH, 1996, v. II, p. 44).

O egoísmo ganha um sentido positivo, representando uma virtude para a coletividade. Mas embora no pensamento smithiano a busca pelo auto-interesse não tenha uma conotação predatória, que leve a uma condição de penúria social (SANTOS e BIANCHI, 2007), e que a noção de interesse privado não se esgote no auto-interesse e carregue a moralidade subjacente à ideia de amor-próprio (GANEM, 2010), em nome da positividade do “auto”, do eu, implantou-se um modelo de organização social baseado no ganho econômico, a ponto de termos vergonha e dissimularmos a pobreza, e do rico fazer de suas riquezas glória, como bem destacou o Smith ([1759] 1997)¹⁷. Não se trata simplesmente de uma manifestação simpática por nossas alegrias e aflições, como sugere o autor, mas de um modelo muito pertinente à reprodução do capital.

¹⁷ Na perspectiva smithiana, lê-se riqueza e pobreza.

Quanto do pensamento smithiano está impregnado na nossa racionalidade, na nossa forma de agir?

O conceito de que cada indivíduo (homem ou mulher) buscando seus próprios interesses econômicos fornece, inintencionalmente, a melhor forma possível para o bem coletivo ainda conserva uma influência muito grande. A própria suposição de que os 'indivíduos' são a fonte do poder, tanto na sua busca pela riqueza como no seu controle sobre suas paixões, e de que corrupção social, se ela de fato existe, muito mais provavelmente se manifestará no setor público do que no setor privado, está subjacente a atual filosofia política [...] (CARNOY, 1988, p. 43).

Para Smith, “[...] os interesses privados, ao invés de se chocarem, produzindo a guerra, são agraciados por uma mão invisível que os orienta para o bem-estar coletivo” (GANEM, 2012, p. 147). O autor, “herda de Locke a concepção do direito de propriedade como uma extensão do direito à vida” (Ibid., op. Cit.), ratificando a acumulação de bens e ampliando o arcabouço jurídico que legitimou o processo de expansão do capitalismo. A universalidade do desejo de ganho dos seres humanos torna-se o centro explicativo da ordem social, cabendo ao aparato estatal fornecer as bases legais para o funcionamento livre do mercado, pois era na economia que encontrava-se os veios para a “harmonia social”.

1.1.3 Perspectiva pluralista

A perspectiva pluralista emerge como resultado da crítica à concepção de Estado enquanto organismo que expressa a vontade geral. Aplicando um método empírico, Schumpeter ([1942] 1961), influenciado pelas ideias de Weber ([1904] 2009), ataca a noção de bem-comum formulada nas perspectivas anteriores, a clássica e a liberal.

A análise weberiana sobre a racionalidade do desenvolvimento da sociedade capitalista ocidental foi basilar para a elaboração da teoria da democracia de Schumpeter ([1942] 1961)¹⁸. Segundo este, não seria possível exprimir um bem uníssono que atendesse aos anseios de todos os indivíduos. Até mesmo a

¹⁸ Max Weber (1864-1920) e Joseph Schumpeter (1883-1950) compartilharam uma concepção da vida política em que haveria pouco espaço para a participação democrática e para o desenvolvimento coletivo (HELD, 1987).

conformação de preferências sociais comuns não denota “a vontade do povo”, pois possuímos distintas aspirações e valores.

Não há, para começar, um bem comum inequivocamente determinado que o povo aceite ou que possa aceitar por força de argumentação racional. Não se deve isso primariamente ao fato de que as pessoas podem desejar outras coisas que não o bem comum, mas pela razão muito mais fundamental de que, para diferentes indivíduos e grupos, o bem comum provavelmente significará coisas muito diversas. Esse fato, ignorado pelo utilitarista devido a sua estreiteza de ponto de vista sobre o mundo dos valores humanos, provocará dificuldades sobre as questões de princípio, que não podem ser reconciliadas por argumentação racional. Isso porque os valores supremos – nosso conceito sobre o que devem ser a vida e a sociedade – situam-se além dos domínios da lógica (SCHUMPETER, [1942] 1961, p. 307).

Nesse contexto, ganha corpo a corrente do pensamento chamada de pluralismo, que pode ser definida como

[...] um sistema de representação de interesses no qual as unidades constituintes são organizadas em um número não-específico de categorias múltiplas, voluntárias, competitivas, ordenadas não hierarquicamente e auto-determinadas (como para um tipo ou um alvo de interesse), que não são especificamente autorizadas, reconhecidas, subvencionadas, criadas ou de qualquer maneira controladas pelo estado na seleção de liderança ou articulação de interesse, e que não exercem o monopólio da atividade representativa dentro de suas respectivas categorias (SCHMITTER, 1974, apud CARNOY, 1988, p. 54-55).

Apesar das críticas a ideia de bem uníssono, os pluralistas creem num Estado neutro, que está a serviço do eleitorado. A democracia, muito embora não seja um mecanismo que contemple a vontade da totalidade, é o único que melhor pode escolher os governos (MACPHERSON, 1978), sendo o voto um procedimento seminal nesse sistema político.

Essa forma “democrática” de pensar o Estado encontra muita ressonância entre as pessoas de maneira geral. Muitos acreditam que através da participação nas eleições (voto), exercem o poder sobre as decisões governamentais e decidem os rumos da política de determinado país.

Para Carnoy (1988) “a teoria política pluralista é, de algum modo, a ideologia oficial das democracias capitalistas. Com base em seu princípio central de liberdade individual, o pluralismo reivindica para si o direito exclusivo da democracia” (p. 19), mas é no próprio movimento pluralista, através de Schumpeter (1961), que são encontradas as fissuras e críticas a esse modelo de Estado democrático, tão

incorporado e defendido pelo senso comum e, obviamente, pelos que dele se beneficiam, a saber a elite política aristocrática.

Os pluralistas são classificados por Carnoy (1988) em pessimistas e otimistas. Esta classificação se sustenta na “[...] discordância entre os pluralistas sobre em que grau o próprio Estado toma decisões e em que grau o eleitorado controla essas decisões” (p. 54). Schumpeter ([1942] 1961), qualificado por Carnoy (1988) como pessimista, argumenta que a democracia não significa o governo do povo, pois este apenas pode optar, aceitando ou recusando, àqueles representantes que se apresentaram como candidatos no período eleitoral. “A democracia é tão somente um mecanismo de mercado; os votantes são os consumidores; os políticos são os empresários” (MACPHERSON, 1978, p. 82-83).

Os eleitores-consumidores têm sua soberania questionável, pois suas escolhas podem ser resultado da persuasão do provedor (articulador político), que mediante suas estratégias influencia nas preferências do consumidor. Num sistema político que funcione conforme a lógica de mercado, as elites são as portadoras da racionalidade política¹⁹. Por isso, o pessimista Schumpeter (1961) argumenta que os eleitores nem levantam nem tampouco decidem frente aos problemas. De acordo com Carnoy (1988, p. 51) “são os políticos que tomam decisões diante dos problemas e os apresentam eles mesmos aos eleitores, considerando que certos problemas, e não outros, são importantes, e tendo de antemão uma série de opiniões particulares sobre eles”.

Schumpeter ([1942] 1961), mesmo sendo um pluralista²⁰, ou ao menos aquele que influenciou o surgimento do pluralismo, aponta fissuras no corpo teórico que sustenta o modelo de Estado democrático, desvelando, inclusive, que o Estado não é uma organização neutra, já que as decisões são tomadas por representantes que em sua gestão manifestam seus próprios desígnios políticos.

Mas, a maioria dos autores que reformulou a teoria de Schumpeter defende com veemência o poder do eleitorado na tomada de decisão. São por isso classificados por Carnoy (1988) como pluralistas otimistas. Entre estes, merece

¹⁹ A teoria de Schumpeter foi também chamada de teoria elitista. O elitismo surgiu com “uma fortíssima carga polêmica e antidemocrática e antissocialista, que refletia bem o ‘grande medo’ das classes dirigentes dos países onde os conflitos sociais eram ou estavam para se tornar mais intensos” (BOBBIO, MATTEUCCI e PASQUINO, 1998, p. 387).

²⁰ Para alguns autores, a teoria de Schumpeter apenas serviu de base para fomentar o pluralismo, mas não é considerada necessariamente uma teoria pluralista. O pluralismo se inicia a partir da reformulação das ideias schumpeterianas. A guisa de exemplo, ver Costa (2007).

destaque o cientista político Robert Dahl, considerado um dos mais importantes estudiosos da democracia, conforme salienta Costa (2007). Para Dahl ([1956]1996) os eleitores são soberanos e o comportamento estatal deles depende. Os líderes políticos podem identificar e solucionar problemas, contudo o poder²¹ reside nos cidadãos comuns. São eles, na condição de consumidores, que decidem quais problemas querem comprar.

Dahl ([1956] 1996) apresenta sua teoria, que o próprio denomina de teoria pluralista da democracia, bem como cunha o conceito de “poliarquia”, entendido como governo democrático de grande escala. Mas somente em 1971 ele aprofunda as discussões sobre esse conceito, que por sua vez tem servido de base para o desdobramento de vários estudos²², especialmente no contexto norte-americano e também brasileiro. Seus escritos têm contribuído para o debate sobre a democracia contemporânea.

Muitas proposições oriundas do pensamento pluralista ainda se fazem presentes em nossa sociedade, principalmente as de autores otimistas, que para alguns, apenas estes podem ser considerados os “verdadeiros” pluralistas. Os princípios e fundamentos da poliarquia, a crença no poder do eleitorado na tomada de decisão, a ideia de Estado neutro, que atualmente se diz ser laico, e até mesmo a visão estrita de participação, que parece se restringir à participação no processo eleitoral, encontram ressonância nas concepções do senso-comum.

1.1.4 Perspectiva corporativista

O corporativismo surge no final do século XIX, em contraposição a democracia liberal, também propondo uma reformulação da teoria elitista.

A origem do termo “corporativismo” remonta ao sistema das antigas corporações da Europa medieval. Por sua vez, o corporativismo encontra-se também na doutrina social cristã do final do século XIX, inscrita na encíclica *Rerum Novarum* de Leão XIII, como reação ao individualismo liberal e ao marxismo. Essa doutrina foi posteriormente adaptada e modificada nos regimes totalitários mediterrâneos, ibéricos e latino-americanos surgidos nos

²¹ Embora Dahl ([1956] 1996) aborde a “partilha e dispersão do poder”, em muitos trechos de sua obra a noção de poder empregada se aproxima da concepção weberiana de poder.

²² “No Brasil, entre outros estudiosos de sua obra destaca-se um dos mais importantes cientistas políticos do país, Wanderley Guilherme dos Santos, que ao analisar o sistema político brasileiro, comparando-o ao das democracias avançadas, discute os processos de liberação e de participação utilizando o modelo teórico proposto por Dahl” (COSTA, 2007, p. 216).

anos 20 e 30, como o fascismo italiano, o salazarismo português, o franquismo espanhol e o Estado Novo no Brasil (EVANS, 1997, apud ROMANO, 2007, p. 61).

Romano (2007) apresenta a polissemia do termo corporativismo, analisando suas conotações em distintos contextos político-espaciais: i) na leitura de Schmitter, a mais dominante, o corporativismo era entendido como um modo de intermediação de interesses; ii) para Lehmbruch, o termo consistia numa forma institucionalizada de elaboração e formação de políticas públicas; iii) na abordagem de Pahl e Winkler dizia respeito a uma organização da economia, cabendo ao Estado a direção e controle das atividades privadas; iv) nas análises de Offe e Streeck, o corporativismo era um sistema específico de relações laborais ou industriais; v) e para Jessop e Panich, tratava-se de um sistema de controle capitalista sobre a classe operária.

No âmbito deste trabalho não cabe aprofundar essas múltiplas interpretações/proposições, apenas sinalizar a existência dessa polissemia e salientar questões mais gerais do pensamento corporativista que de alguma forma têm relação com os intentos e sujeitos deste estudo. Nesse sentido, destaca-se a tentativa de “aproximar” Estado e líderes das corporações e dos sindicatos, sob o argumento de obtenção da “harmonia” de classes à medida que fomenta a cooperação entre elas.

É a cooperação de grupos que têm posições econômicas distintas e diferentes e que estão colocados frente a frente, e sua relação com o Estado poderoso, independente e legítimo que dão ao corporativismo suas características particulares como um sistema total (CARNOY, 1988, p. 56).

É instigante constatar que ao tempo em que se sustenta um discurso que reza pela harmonia de classes e pela unidade social, perpetua-se a estrutura vertical do poder e acentua-se as desigualdades sociais com fomento às políticas de crescimento econômico.

“O Estado é ‘definido’ como representando o bem-comum, e é essa a razão final do Estado que, em si mesma, dá a ele autoridade moral e legitimidade” (Stepan, 1978, apud CARNOY, 1988, p. 56, grifo do autor). Logo, propõe-se um modelo de organização social que não seja anti-democrático, afinal, luta-se pelo bem-comum, mas não se pode esquecer de sublinhar que cabe às lideranças políticas institucionais julgar o que é o bem-comum. Dessa forma, bem-comum pra quem?

[...] As estruturas corporativas servem em parte para manter uma identidade de classe subordinada, setorial e limitada para esses grupos, particularmente àqueles que dependem da organização sancionada pelo Estado para terem poder político. Dessa forma, os sindicatos de trabalhadores servem para limitar a identidade da classe trabalhadora na medida em que eles restringem sua atividade “política” à barganha coletiva a nível de indústria e de empresa (CARNOY, 1988, p. 59-60).

Nesse caso, o entendimento de Jessop e Panich, apontado na tese de Romano (2007), sobre o corporativismo é muito pertinente. Vê-se que embora haja “convite à participação/cooperação”, o intuito desse sistema estatal é controlar e subordinar a classe trabalhadora.

1.2 Teorias do Estado na perspectiva de classe

As teorias do Estado fundamentadas na perspectiva de classe divergem das concepções do Estado do bem-comum. De modo geral, a partir da abordagem marxista defende-se que o Estado consiste numa “[...] expressão ou condensação de relações sociais de classe, e estas relações implicam na dominação de um grupo por outro. Em consequência, o Estado é ao mesmo tempo um produto das relações de dominação e o seu modelador” (CARNOY, 1988, p. 316).

Apesar desse fio condutor comum, as teorias do Estado na perspectiva de classe apresentam uma forte heterogeneidade, conformando uma miríade de interpretações e proposições. O próprio marxismo²³, fundamentação basilar teórico-analítica dessa perspectiva, não pode ser entendido no singular, haja vista os diversos matizes desenvolvidos ao longo de sua trajetória. A necessidade de tratar o marxismo na sua pluralidade já foi sinalizada por muitos autores, a exemplo de Haupt (1980), Soja (1993) e A. Silva (2009).

Apesar das divergências entre os marxistas, é importante retomar o fio condutor do pensamento de Marx, Engels e Lenin, para compreender tanto os fundamentos da

²³ “A palavra ‘marxismo’ não foi criada por Karl Marx. Ele recusou-se a classificar sua obra num rótulo e, categoricamente, afirmou: ‘Tudo que sei é que não sou *marxista*’” (A. SILVA, 2009, p. 156).

“A origem do conceito ‘marxismo’ pode ser encontrada nos calorosos debates entre os adeptos de Bakunin e Marx, onde os discípulos daquele que não se cansavam no ardor da polêmica em alcunharem seus opositores como ‘marxistas’ ou adeptos do ‘marxismo’. Engels vislumbrava que tal denominação – ‘marxismo’ – poderia descaracterizar a obra de Marx, cuja preocupação fundante é a compreensão do movimento real, reafirmada por Marx em carta a Hyndman de 2 de julho de 1881. ‘No programa do partido é necessário evitar que ele surja como dependendo diretamente em relação a tal ou qual autor, tal ou qual livro’” (RUBEL, 1974, *apud* A. SILVA, 2009, p. 156).

concepção marxista de Estado (que ainda permanecem no debate atual), como as dissensões entre os marxistas (clássicos e contemporâneos). Essa foi uma tarefa perseguida por Carnoy (1988), que mesmo defendendo que esses autores não elaboraram uma teoria completa sobre a política e o Estado, sintetiza a contribuição dos mesmos, reconhecendo a sua relevância para entender a atual discussão marxista sobre o Estado.

1.2.1 Marx, Engels, Lenin e o Estado

Codato e Perissinoto (2001) salientam que fazia parte do projeto intelectual de Marx realizar um estudo sistemático sobre o Estado, como o próprio atesta nas suas cartas a F. Lassalle (de 22 de fevereiro de 1858), a F. Engels (de 2 de abril de 1858) e a J. Weydemeyer (de 1 de fevereiro de 1859). Mas ele não o fez, e para esses autores, o que há em seus escritos é uma concepção genérica sobre o Estado que pode ser usada como fio condutor para análise política.

A (in)existência de uma teoria da política e/ou do Estado nos trabalhos de Marx e Engels é motivo de discordância entre os analistas marxistas²⁴. De um lado, há aqueles que defendem a insuficiência, incompletude ou mesmo inexistência de uma teoria sobre o Estado nas obras desses autores, sobretudo de Marx. Entre esses, como já mencionamos, encontram-se Carnoy (1988) e Codato e Perissinoto (2001). De outro, a exemplo de Urtuzuástegui (2000)²⁵, argumenta-se o inverso, pois mesmo estando disseminada em distintos textos, há uma teoria política que se encontra imbricada com outros temas.

Porém, o grande desafio, para além da ausência de um tratamento sistemático a respeito do assunto, é acompanhar as mudanças do pensamento, especificamente de Marx e Engels, manifestas ao longo dos trabalhos publicados. Essas mudanças, que alguns pesquisadores, como Carnoy (1988), chamam de falta de coerência é que potencializam o surgimento de rupturas e múltiplas interpretações no âmbito acadêmico. Entretanto, não se aprofunda aqui esta discussão, somente se intenta

²⁴ Ver trabalho de Oliveira (2001).

²⁵ “[...] nuestra segunda tesis programática señala que hay, en efecto, una teoría del Estado y de la política en Marx y en Engels; pero, ¡eso sí! hay que saber rastrearla y tematizarla en su especificidade sin violentar la organicidade de los textos en los que se encuentra imbricada con otros temas” (URTUZUÁSTEGUI, 2000, p. 185).

sintetizar o que outrora foi empreendido por Carnoy (1988) no sentido de identificar os fundamentos analíticos que formam o debate marxista acerca do Estado, capturados nas “dissenções” presentes na trajetória dos autores em foco.

Segundo esse autor, as concepções marxistas do Estado burguês podem ser apreendidas a partir a) das críticas de Marx a Hegel; b) da teoria de Marx sobre a sociedade (inclusive sua teoria da economia política); c) das análises de conjunturas históricas específicas realizadas por Marx²⁶; d) da obra de Engels “A origem da família, da propriedade privada e do Estado” ([1884] 1995) e e) da obra de Lenin ([1917] 1987) “O Estado e a Revolução”. Vale salientar a obra “O capital” de Marx²⁷.

Conforme se destacou, Marx apresentou distintas concepções de Estado ao longo de sua trajetória²⁸. Primeiro ele defendeu que a forma do Estado não é fruto das vontades humanas, pois reflete as relações de produção. O processo de vida social, político e intelectual é condicionado pelo modo de produção (MARX, 1982). Ao contrário do que postulava Hegel, o Estado deve ser analisado em seu contexto histórico e é forjado pela sociedade, que por sua vez é moldada pelas relações de produção.

Posteriormente, se opondo a Hobbes, Locke, Rousseau e, principalmente, a Hegel; Marx e Engels defendiam que o Estado não era a expressão do bem-comum, sendo um instrumento de dominação de classes²⁹. Mas não se pode depreender que o Estado seja um complô de classe, é “[...] uma instituição *socialmente necessária*, exigida para cuidar de certas tarefas sociais necessárias para a sobrevivência da comunidade, torna-se uma instituição de classe” (CARNOY, 1988, p. 69, grifos do autor). O Estado capitalista torna-se então fundamental para mediar o conflito e manter a “ordem”, ao tempo em que garante o poder político da classe dominante.

²⁶ O trabalho de Codato e Perissinoto (2001) elucida essa apreensão do Estado a partir do que os autores chamam de “obras históricas” de Marx, nomeadamente “A burguesia e a contra-revolução” (1848), “As lutas de classe em França de 1848 a 1850” (1850) e “O dezoito brumário de Luís Bonaparte” (1852). A partir dessas obras, eles salientam que Marx apresenta uma concepção de Estado que leva em consideração a perspectiva institucional e também funcional.

²⁷ Neste trabalho, não se trata da concepção de Estado apresentada por Marx em sua obra “O Capital”, embora se reconheça sua importância na análise do Estado burguês.

²⁸ A esse respeito ver as periodizações feitas por Barbosa (s/d), em seu trabalho “Estado e poder político em Marx”. O autor define períodos para apresentar as distintas concepções de Estado de Marx no decorrer dos anos.

²⁹ Essa concepção foi inicialmente apresentada em “Ideologia alemã”, obra de Marx e Engels ([1845-1846] 1998). Embora, seja importante ressaltar que anteriormente, em 1840, Marx coadunou com Hegel definindo o Estado como comunitário, expressão dos interesses comuns. Todavia, ele não abandonou por completo essa concepção, conforme vê-se na referida obra “Ideologia alemã” (CARNOY, 1988).

O Estado não é pois, de modo algum, um poder que se impôs à sociedade de fora para dentro; tampouco é “a realidade da idéia moral”, nem “a imagem e a realidade da razão”, como afirma Hegel. É antes um produto da sociedade, quando esta chega a um determinado grau de desenvolvimento; é a confissão de que essa sociedade se enredou numa irremediável contradição com ela própria e está dividida por antagonismos irreconciliáveis que não consegue conjurar. Mas para que esses antagonismos, essas classes com interesses econômicos colidentes não se devorem e não consumam a sociedade numa luta estéril, faz-se necessário um poder colocado aparentemente por cima da sociedade chamado a amortecer o choque e a mantê-lo dentro dos limites da “ordem”. Este poder, nascido da sociedade, mas posto acima dela se distanciando cada vez mais, é o Estado (ENGELS, [1884] 1995, p. 191).

Por isso uma característica típica da análise marxista de Estado diz respeito à função repressiva que ele possui, e a maneira como a repressão subsiste em benefício da “ordem” concebida na/pela classe dominante. Para Marx e Engels ([1848] 1998) “o executivo no Estado moderno não é senão um comitê para gerir os negócios comuns de toda a classe burguesa” (p. 42). Mas isso não significa conceber o Estado num sentido simplista, como um mero fantoche daqueles que governam:

Marx e Engels, não entendiam o Estado como sendo meramente uma extensão da classe governante [...]. Em vez disso, o Estado surge e expressa uma real necessidade global de organização da sociedade – uma necessidade que existe, não importando qual seja a estrutura de classe específica. No entanto, enquanto houver uma classe dominante nas relações sócio-econômicas, ela vai utilizar essa necessidade para moldar e controlar o Estado dentro de suas próprias linhas de classe (DRAPER, 1977, apud CARNOY, 1988, p. 74).

Todavia, em Marx a questão da relação entre o Estado e a classe dominante está imbricada na autonomia estatal, e esta é uma questão imprecisa para o autor, pois em diferentes trabalhos há distintas concepções de autonomia, como mostra Carnoy (1988). Mas mesmo considerando as aludidas imprecisões e incoerências presentes no pensamento marxista (sentido original do termo) ao tratar do Estado, muitos autores posteriores a Marx, recorrem a este na fundamentação de suas análises, seja buscando a crítica, ratificando concepções e/ou reformulando-as. Marx tornou-se uma referência clássica no âmbito acadêmico, e especificamente na discussão do Estado. Ele deixou contribuições importantes, sobretudo, tendo em vista o pensamento e a ideologia predominante em sua época. Não só alertou sobre a dita neutralidade estatal e analisou o papel coercitivo institucional do Estado, mostrando os intentos subjacentes às normas e aos valores definidos como parâmetros políticos

e sociais (tal como fez Rousseau), como introduziu a discussão sobre a natureza de classe e as relações de produção.

Os trabalhos de Marx apresentam outros três pontos fundamentais acerca do Estado, sistematizados por Carnoy (1988), a saber: a) “os membros do sistema de Estado – as pessoas que estão nos mais altos postos dos ramos executivo, legislativo, judiciário e repressivo – tendem a pertencer à mesma classe ou classes que dominam a sociedade civil”³⁰ (p. 73); b) a classe dominante controla o Estado por meio do seu poder econômico global e c) “O Estado é um instrumento da classe dominante porque, dada a sua inserção no modo capitalista de produção não pode ser diferente” (p. 73).

Marx e Engels não se contentaram apenas em expor sua inteligibilidade sobre a realidade, pois se preocuparam em apresentar bases e caminhos para a mudança, afinal “a teoria política marxista é uma teoria da ação” (Ibid., op. Cit., p. 79). Nesse rumo, eles defenderam a liberdade humana e a igualdade social como princípios da democracia. A defesa da “emancipação humana universal” e da “democracia radical”, ora também chamada de “real” e “verdadeira”, se concentra nos trabalhos publicados pelos autores no período de 1843 a 1848, conforme recorte temporal definido por Dias (2009)³¹.

Para a conquista da liberdade humana e igualdade social, seria então necessária uma práxis revolucionária³² emancipatória, pressuposto da chamada

³⁰ Vale salientar que a noção de classe social em Marx também permite múltiplas interpretações e discutir classe social nos dias de hoje é ainda mais complexo do que outrora foi, dada a complexidade do mundo que vivemos e os sentidos que ao longo do tempo foram atribuídos a expressão – classe social. Ver trabalho de R. Lima (2005).

³¹ A periodização, 1843 a 1848, foi definida na pesquisa feita por Dias (2009), pois segundo este, nesse intervalo temporal, Marx elabora o núcleo conceitual do “projeto em defesa da emancipação humana universal e da democracia radical”, do qual não mais se afastará até sua morte em 1883.

“[...] é neste íterim, precisamente no texto A Questão Judaica, que Marx inicia a discussão do significado da emancipação humana; é igualmente nesta época, mais precisamente nos Manuscritos Econômico-filosóficos de 1844, que o Renano apresenta a propriedade privada do tipo burguesa, aliada ao Estado burguês, como o principal obstáculo material à conquista da liberdade pelos homens. Também é neste período que Marx [e também Engels], de início nos Manuscritos de 1844 e depois em A Ideologia Alemã formula sua concepção de sociedade comunista como lugar da autêntica forma de autonomia dos homens e da prática democrática. Em 1847-48, em A Miséria da Filosofia e especialmente no Manifesto do Partido Comunista, Marx reforça a necessidade de uma revolução social radical, já exposta e defendida nas Glosas críticas [...], bem como na Introdução à Filosofia do Direito de Hegel, concluída ainda em 1843. Conforme pensa Marx nestes escritos, é a revolução o meio eficaz para a edificação de uma sociedade comunista, isto é, para o restabelecimento da emancipação humana e da verdadeira democracia, do governo do povo e para o povo” (DIAS, 2009, p. 9-10).

³² “Em Marx, o vocábulo práxis tem uma conotação filosófica, e designa o agir refletido, ponderado” (Ibid., op cit., p. 100).

“revolução radical”³³. Segundo Dias (2009), essa práxis é composta de dois momentos. O primeiro momento consiste na emancipação teórica dos trabalhadores, no sentido de se apropriarem de um saber teórico que lhes possibilitem uma leitura crítica de sua situação enquanto classe oprimida e explorada. Aqui há uma ênfase na necessidade dos trabalhadores compreenderem o trabalho como uma totalidade, como uma atividade ôntica.

A propriedade privada dos meios de produção acabou por anular a função social do trabalho, e o trabalhador passou, pois, a estranhar a si mesmo e o seu próprio trabalho, além de não mais reconhecer os seus pares, deixando, portanto, de se reconhecer como ser social (DIAS, 2009).

O trabalhador se torna tanto mais pobre quanto mais riqueza produz, quanto mais a sua produção aumenta em poder e extensão. O trabalhador se torna uma mercadoria tão mais barata quanto mais mercadorias cria. Com a valorização do mundo das coisas (Sachenwelt) aumenta em proporção direta a desvalorização do mundo dos homens (Menschenwelt). O trabalho não produz somente mercadorias; ele produz a si mesmo e ao trabalhador como uma mercadoria, e isto na medida em que produz, de fato, mercadorias em geral. Este fato nada mais exprime, senão: o objeto (Gegenstand) que o trabalho produziu, o seu produto, se lhe defronta como um ser estranho, como um poder independente do produtor (MARX [1844] 2004, p. 80).

Conforme o pensamento marxista, não é possível conceber a liberdade humana e a igualdade social se o trabalhador estranha o processo de produção e o produto. Por isso, numa sociedade fundamentada nos interesses privados, em que o Estado é apropriado pelos proprietários dos meios de produção, é essencial à classe oprimida fazer a leitura da conjuntura, sendo esta condição primária para a transformação.

O segundo momento que constitui a práxis revolucionária diz respeito às ações revolucionárias propriamente ditas: “1) destruição da sociedade burguesa; 2) o momento da transição socialista; 3) até atingir as condições para a formação da sociedade comunista: conquista da emancipação humana e da democracia radical” (DIAS, s/d, p.6).

³³ “O termo ‘revolução’ tem, em Marx, o sentido de uma luta teórico-prática com a intenção de estabelecer, concretamente, a emancipação humano-social, a sociedade comunista. A palavra ‘radical’, por sua vez, significa que o homem é assumido como raiz, ou seja, como causa e objetivo da ação revolucionária” (Ibid., op cit., p. 98).

Logo, para a emancipação humana e democracia radical é preciso uma práxis revolucionária, que tem como intento final extinguir os meios privados de produção, cabendo à classe proletária, sujeito da revolução, tomar o poder político do Estado (“ditadura do proletariado”) e findar com a supremacia burguesa. Após essas ações, o aparelho estatal seria então extinto.

Em seu trabalho, Barros (2007- 2008) apresenta um trecho da obra “Miséria da Filosofia”, escrita por Marx entre 1846 e 1847, interessante à reflexão desse processo:

A condição de libertação de classe trabalhadora é a abolição de todas as classes, do mesmo modo que a condição de libertação do Terceiro estado, da ordem burguesa, foi a abolição de todos os estados e de todas as ordens. A classe trabalhadora substituirá, no decorrer do seu desenvolvimento, a antiga sociedade civil por uma associação que excluirá as classes e o seu antagonismo, e já não haverá então poder político, pois que o poder político é precisamente o resumo oficial do antagonismo na sociedade civil (MARX, 2001, *apud* BARROS, 2007-2008, p. 99).

Para Barros (2007-2008), o trecho acima é o primeiro aceno da ideia de desaparecimento do Estado no pensamento marxista. Por considerar que o Estado não é neutro e que pode ser utilizado como instrumento de exercício de poder dos que dele se apropriam e, sobretudo, considerando os intentos que motivaram o seu próprio surgimento – moderar os conflitos de classe – e a conotação negativa que lhe foi conferida pela sociedade burguesa, Marx defende o seu fim.

Parece, pois, que para Marx a dependência do poder estatal em relação ao poder de classe é tão estrita que a passagem da ditadura burguesa para a ditadura do proletariado não pode acontecer simplesmente por meio da conquista do poder estatal, isto é, daquele aparelho de que a burguesia se serviu para exercer seu domínio, mas exige a destruição daquelas instituições e sua substituição por instituições completamente diferentes. Se o Estado fosse somente um aparelho neutro acima das partes, a conquista deste aparelho ou mesmo a mera penetração seriam por si só suficientes para modificar a situação existente. O Estado é sim uma máquina, mas ninguém pode manobrá-la a seu gosto: cada classe dominante tem de plasmar a máquina estatal de acordo com suas exigências (BOBBIO, 2006, p. 161).

O fim do Estado é uma consequência do que Dias (2009) chama de “projeto marxiano de emancipação humano social”. Para o referido autor, esse projeto teve início com a denúncia da natureza antidemocrática do Estado hegeliano, do caráter formal-abstrato da democracia (que Carnoy (1988) denomina de ilusório) e da emancipação nos moldes do Estado burguês, seguido da crítica que apontou a propriedade privada burguesa como o maior obstáculo à emancipação humana e à

democracia, e conclui defendendo a necessidade de uma revolução social comunista cunhada pelos trabalhadores que, conscientes de sua condição de classe oprimida e explorada, devem tomar o poder político estatal e realizar a transformação. Só assim seria possível destituir as formas perniciosas a sociabilidade humana, tais como a luta de classes, o trabalho estranhado, a exploração do homem pelo homem, a propriedade privada, entre outras.

A construção de uma sociedade comunista/socialista é também um desejo, para Lenin, que postula a tomada do poder político pelos proletários, ao tempo em que enfatiza a necessidade de reprimir violentamente aqueles que se opuserem ou resistirem à implantação da nova sociedade.

O proletariado precisa do poder político, da organização centralizada da força, da organização da violência, para reprimir a resistência dos exploradores e dirigir a massa enorme da população — os camponeses, a pequena burguesia, os semiproletários — na ‘edificação’ da sociedade socialista (LENIN, [1917] 1987, p. 33)

Lênin não admite uma transição pacífica do modo de produção capitalista para o comunismo. Por isso, em sua tese a “ditadura do proletariado” ganha “[...] um peso estratégico e uma importância teórica que ele nunca teve nos escritos de Marx” (BICCA, 1987, p. 222). Sobre a violência, Marx ([1848] 1998), no Manifesto Comunista, admitiu que chegaria um ponto em que o processo de dissolução da classe dominante tomaria uma feição violenta, mas nos trabalhos do autor estavam em primeiro plano a emancipação humana e a instauração da real democracia. Entretanto, Lenin potencializou o uso da violência e destacou a subversão da dominação, o que antes era o explorado precisava tornar-se o opressor:

Mas a ditadura do proletariado, isto é, a organização de vanguarda dos oprimidos em classe dominante para o esmagamento dos opressores, não pode limitar-se, pura e simplesmente, a um alargamento da democracia. Ao mesmo tempo que produz uma considerável ampliação da democracia, que se torna pela primeira vez a democracia dos pobres, a do povo e não mais apenas a da gente rica, a ditadura do proletariado traz uma série de restrições à liberdade dos opressores, dos exploradores, dos capitalistas. Devemos reprimir-lhes a atividade para libertar a humanidade da escravidão assalariada, devemos quebrar a sua resistência pela força; ora, é claro que onde há esmagamento, onde há violência, não há liberdade, não há democracia (LENIN, 1987, p. 109).

Lenin foi ainda acusado de centralista por defender que a revolução seria realizada pelo partido revolucionário e não pela classe trabalhadora³⁴, pois esta era por ele considerada como “[...] incapaz de desenvolver qualquer missão histórica que Marx lhe atribuía” (CARNOY, 1988, p. 87). Assim como Marx, Luxemburgo acreditava na força e criatividade das massas, e para ela “do ponto de vista histórico, os erros cometidos por um verdadeiro movimento revolucionário são infinitamente mais férteis do que a infalibilidade do mais inteligente Comitê Central” (LUXEMBURGO, 1961, *apud* CARNOY, 1988, p. 87). Eis então, de maneira muito resumida, os pontos nucleares que fundamentaram as dissensões entre o chamado leninismo e marxismo.

1.2.2 O pensamento gramsciano: Sociedade civil e o Estado

Com o objetivo de mostrar a originalidade do pensamento gramsciano, Bobbio (1982) faz uma breve retomada de algumas concepções de Estado existentes até a assunção dos escritos de Gramsci. Esse exercício feito pelo autor contempla a maioria das teorias apresentadas neste capítulo, especificamente as teorias jusnaturalistas do Estado do bem-comum e as concepções de Marx, Engels e Lenin que versam sobre a perspectiva de classe. No âmbito deste trabalho, adota-se o percurso contextual elaborado por Bobbio (1982) não apenas porque o mesmo contribui na elucidação sucinta e panorâmica de boa parte do que até aqui foi tratado, mas também porque julga-se ser tarefa primária identificar os traços originais do pensamento gramsciano em meio ao contexto histórico-político e econômico, e em particular as principais proposições teóricas que marcaram sua época.

Segundo Bobbio (1982) o pensamento político moderno, desde Hobbes até Hegel³⁵, caracteriza-se pela tendência – ainda que propondo diferentes soluções – a considerar o Estado ou sociedade política, em relação ao estado de natureza, como o resultado de um processo de racionalização dos instintos ou dos interesses, na qual “o reino da força desregrada se transforma no reino da liberdade regulada” (p. 19). O Estado é fruto da razão, visto numa conotação positiva, pois é ele que torna viável a vida coletiva do homem.

³⁴ A esse respeito, ver críticas de Rosa Luxemburgo à Lenin, apresentadas no trabalho de Carnoy (1988).

³⁵ No corpo deste trabalho trata-se de Hegel apenas em suas relações e distinções do pensamento marxista, mas a ele não se dispensa um tratamento acurado.

Nesse arquétipo de racionalização do Estado, Bobbio (1982) distingue três variantes principais: a) O Estado como negação radical, ou seja, enquanto eliminação e inversão do estado de natureza (modelo Hobbes-Rousseau); b) O Estado como conservação-regulamentação da sociedade natural. Neste caso, já não se trata mais de proposições/alternativas, mas de uma “realização verdadeira ou *aperfeiçoamento* em relação à fase que o precede” (Ibid., op cit., p. 20) (modelo Locke) e c) o Estado como conservação e superação da sociedade pré-estatal (Hegel).

Mas, a defesa dessas distintas modelizações de Estado chega ao seu apogeu, atingindo o ponto mais alto da parábola (BOBBIO, 1982), porque depois delas passou-se a denunciar os intentos inerentes ao surgimento do Estado e entende-lo como instituição transitória. Tal como se vê na categorização adotada nesse estudo, os diferentes autores que compuseram a perspectiva clássica e/ou liberal, legitimaram a existência e pertinência do Estado, até mesmo Rousseau que mostrou-se como o mais crítico acerca do processo de acumulação do capital. Mas, logo após, com a emergência da perspectiva de classe, por meio dos escritos de Marx e Engels, e posteriormente de Lenin, o Estado é concebido numa conotação negativa, sendo um aparelho coercitivo que representa os interesses particulares. A parábola então inicia o movimento descendente.

Contraopondo o primeiro modelo, na perspectiva marxista “[...] o reino da força não é suprimido, mas antes perpetuado, com a única diferença de que a guerra de todos contra todos foi substituída pela guerra de uma parte contra a outra parte (a luta de classes, da qual o Estado é expressão e instrumento)” (Ibid., op cit., p. 21-2). Em oposição ao segundo modelo, não se concebe uma sociedade natural, mas uma sociedade historicamente determinada, resultado das formas e relações de produção. E, por fim, contrariando o terceiro modelo, o Estado não se apresenta como a superação da sociedade civil, mas é, sobretudo, condicionado por ela.

É nesse contexto que situa-se a teoria do Estado de Gramsci, militante marxista que ao seu modo defendeu a trajetória descensional do Estado. “Não seria difícil encontrar, entre as milhares de páginas dos *Cadernos*, passagens em que ecoam os quatro temas fundamentais do Estado: instrumental, particular, subordinado, transitório” (Ibid., op. Cit., p. 23). Mas a questão nuclear é identificar e analisar a originalidade do autor, ao tempo em que se busca encontrar a unidade em meio às linhas de uma teoria que se apresenta difusa:

[...] quem quer que tenha adquirido uma certa familiaridade com os textos gramsciano sabe que o pensamento de Gramsci tem traços originais e pessoais, que não permitem as fáceis esquematizações, quase sempre inspiradas em motivos de polêmica política, do tipo “Gramsci é marxista-lenista” ou “é mais lenista que marxista”, ou “é mais marxista que lenista”, ou “não é nem marxista nem lenista”, como se os conceitos de “marxismo”, “lenismo”, “marxismo-lenismo” fossem conceitos claros e distintos, com os quais se pudesse resumir essa ou aquela teoria ou grupo de teorias, sem deixar margens de incerteza, e ser usados como se usa um fio de prumo para medir o alinhamento de uma parede. A primeira tarefa de uma investigação acerca do pensamento gramsciano é a de destacar e analisar os traços originais e pessoais, sem outra preocupação que não a de reconstruir as linhas de uma teoria que se apresenta fragmentária, dispersa, não sistemática, com algumas oscilações terminológicas, ainda que apoiada – especialmente nos escritos do cárcere – numa unidade de inspiração fundamental (BOBBIO, 1982, p. 23-4).

Segundo Carnoy (1988) a maior contribuição de Gramsci ao marxismo foi sistematizar uma ciência marxista da ação política, concebendo a política não apenas como atividade autônoma em meio ao contexto do desenvolvimento histórico das forças materiais, mas como uma atividade humana central. Hobsbawm (2011) também partilha dessa assertiva. A centralidade dada à política na teoria marxista gramsciana corrobora para uma melhor apreensão da realidade, embora se deva salientar que isso não significa que a esfera econômica tenha papel secundário, pois a questão ontológica marxiana do ser social e do econômico são fundamentais para a transformação social. A crítica de Montañó (2002) é bem pertinente nesse sentido, pois ele alerta para o perigo que aduz tratar da centralidade política em Gramsci, pois segundo ele, Bobbio, inclusive, incorre no erro de tornar a esfera política como primazia sobre a econômica.

Gramsci adotou os princípios basilares do marxismo, especificamente sobre as origens materiais de classe, o papel da luta e da consciência de classe na transformação social (CARNOY, 1988). Mas, construiu uma teoria própria, a começar por sua concepção de sociedade civil que, aliás, é um conceito-chave, do qual se deve partir para a reconstrução do pensamento gramsciano, tal como nos alerta Bobbio (1982) e Coutinho (1992). Esse também é o caminho metodológico percorrido por Carnoy (1988). A eleição desse conceito deve-se, a sua centralidade e complexidade, pois entendê-lo prescinde apreender um conjunto articulado de concepções e categorias, que por sua vez, corroboram para dar inteligibilidade aos fenômenos oriundos do processo de socialização política.

Em Gramsci, o conceito de sociedade civil se distingue da concepção hegeliana, marxiana e engelsiana. Para ratificar isto, tomamos por base a análise

sumária, empreendida por Bobbio (1982), do conceito de sociedade civil desde os jusnaturalistas até Marx e Engels. Esse exercício corrobora a apresentação do caráter inovador do conceito de sociedade civil para Gramsci.

a) Para os naturalistas, ou jusnaturalistas, como Locke e Rousseau, a expressão *societas civilis*, (segundo uso latino) significa sociedade política, e em algumas interpretações era o próprio Estado. Os termos que conformam a antítese são estado de natureza/ estado civil, ao contrário da tradição hegeliano-marxista em que os termos são sociedade civil/ sociedade política. “Assim, a sociedade civil era o estado da natureza organizado e governado pela vontade coletiva, o Estado” (CARNOY, 1988, p. 91);

b) Para Hegel, a sociedade civil passou a indicar a sociedade pré-política, ou seja, o que seus predecessores imediatos entendiam por sociedade natural, estado de natureza, era a sociedade civil, sendo esta “o reino da dissolução, da miséria e da corrupção física e ética” (HEGEL, apud BOBBIO, 1982, p. 29), justamente o contrário do que foi postulado pelos naturalistas.

c) Em Marx e Engels a sociedade civil e o Estado são polos antagônicos, assim como estrutura e superestrutura, mas constituem uma antítese dialética essencial para o sistema marxista. “O Estado, a ordem política, é o elemento subordinado, enquanto a sociedade civil, *o reino das relações econômicas*, é o elemento decisivo” (ENGELS, 1969, apud BOBBIO, 1982, p. 30-1). A sociedade civil conforma o conjunto das relações materiais entre os indivíduos num determinado grau de desenvolvimento capitalista.

Segundo Bobbio (1982), o conceito de Marx da sociedade civil enquanto momento estrutural pode ser considerado como ponto de partida em Gramsci, uma vez que na identificação da natureza da sociedade civil e sua colocação no sistema, Gramsci introduziu uma grande inovação em relação à tradição marxista: a sociedade civil passou a compor a superestrutura e não mais ao momento da estrutura.

Podem-se fixar dois grandes “planos” superestruturais: o que pode ser chamado de “sociedade civil” (isto é, o conjunto de organismos designados vulgarmente como “privados”) e o da “sociedade política” ou Estado (GRAMSCI, 2000a, p. 20-21).

Mas, para Almeida (2006) a interpretação de Bobbio sobre a teoria política de Gramsci, especialmente acerca do conceito de sociedade civil, consiste numa vertente

liberal. Para ela, Habermas e seus discípulos Arato e Cohen (2000) podem ser categorizados/ qualificados do mesmo modo. Em sua tese, Almeida (2006) defende que o conceito de sociedade civil em Marx, não se limitou ao momento estrutural visto que “ele incorpora a dimensão política e simbólica na construção das classes enquanto sujeitos coletivos que compartilham um mesmo projeto sócio-político, uma mesma representação do mundo e um mesmo sentido de justiça e indignação com o atual momento das coisas” (p. 44).

Entretanto, há de fato um deslocamento da sociedade civil gramsciana para a esfera da superestrutura político-ideológica, enquanto que para Marx a ênfase está na estrutura (relações de produção), o que não significa que Gramsci negligencie ou exclua a dimensão econômica em sua análise sobre as sociedades modernas e que Marx tenha uma visão estrita de sociedade civil, ignorando a dimensão política. Para Almeida (2006) e Coutinho (1999), a grande questão na interpretação de Bobbio é que para ele ao transferir a sociedade civil para a superestrutura, Gramsci também transfere a centralidade ontológico-genético, o que se constitui num equívoco.

A superestrutura torna-se centro da análise, embora não seja determinante no que Gramsci chama de “bloco histórico”, haja vista a dinâmica dialética e contraditória do par infraestrutura/superestrutura. “A estrutura e a superestrutura formam um ‘bloco histórico’, isto é, o conjunto complexo e contraditório das superestruturas é o reflexo do conjunto das relações sociais de produção” (GRAMSCI, 1999, p. 250).

Nesse sentido, ao contrário da concepção marxiana, em Gramsci, Estado e sociedade não conformam polos distintos, pois a superestrutura é composta pela sociedade política (Estado em sentido estrito, Estado-coerção) e pela sociedade civil (Estado ético). A sociedade política expressa o monopólio legal da repressão e da violência, viabilizando que a classe dominante exerça uma ditadura. Seus portadores materiais são os aparelhos repressivos do Estado, tais como a polícia e a justiça. A sociedade civil compreende o conjunto de organizações responsáveis pela elaboração e/ou difusão de determinadas ideologias, concepções de mundo. São elas: igrejas, sindicatos, partidos políticos, escolas, entre outras. Por meio destas, busca-se a direção ético-política e moral da sociedade. Seus portadores materiais são os aparelhos privados da hegemonia, isto é, os organismos sociais coletivos voluntários.

A hegemonia torna-se assim um conceito fundamental na teoria de Gramsci. Segundo Carnoy (1988), ele incorporou a noção de hegemonia burguesa na sociedade civil apresentada por Marx e Engels na obra a “Ideologia Alemã” ([1845-46]

1998) e atribuiu-lhe um sentido próprio, original, mas o conceito de hegemonia de Gramsci tem relação mais estreita com os escritos de Lenin³⁶, como ratifica Gruppi (1978) e Bobbio (1982)³⁷. Gramsci preocupa-se em entender como a filosofia da classe dominante adentra as concepções das classes subalternas, “conquistando” seu consentimento para conformar a hegemonia.

A originalidade de Gramsci, como marxista, fundamenta-se em parte no seu conceito da natureza do domínio burguês (e, de fato, de qualquer ordem estabelecida anterior); em seu argumento de que a força verdadeira do sistema não reside na violência da classe dominante ou no poder coercitivo do seu aparelho de Estado, mas na aceitação por parte dos dominados de uma concepção de mundo que pertence aos seus dominadores. A filosofia da classe dominante atravessa todo um tecido de vulgarizações complexas para aparecer como ‘senso comum’: isto é, a filosofia das massas, que aceitam a moral, os costumes e o comportamento institucionalizado da sociedade em que vivem. Portanto, o problema para Gramsci é compreender como a classe dominante procurou conquistar o consentimento das classes subalternas desse modo; e assim entender como as últimas procederam para derrubar a ordem antiga e produzir uma nova ordem de liberdade universal (FIORI, 1970 *apud* CARNOY, 1988, p. 93-4).

Carnoy (1988), com base em outros estudos, principalmente de H. Giroux e Buci-Glucksmann, identifica dois significados do conceito de hegemonia na teoria de Gramsci: o primeiro diz respeito a um processo que acontece na sociedade civil, no qual uma fração da classe dominante exerce o controle sobre outras frações a ela aliadas. A classe dirigente (fração), por meio de sua liderança moral e intelectual, articula um princípio hegemônico, fruto das visões de mundo e dos interesses dos grupos aliados. O segundo significado refere-se à relação entre as classes dominantes e as dominadas. A hegemonia compreende as tentativas exitosas da classe dominante em usar sua liderança política, moral e intelectual para impor suas concepções de mundo como inteiramente universal, e para forjar os interesses e as necessidades das classes subalternas.

³⁶ “Antônio Gramsci, sem nenhuma dúvida, foi o teórico marxista que mais insistiu sobre o conceito de hegemonia; e o fez reclamando-se de Lênin. Aliás, diria que, se quer ver o ponto de contato mais constante, mais enraizado, de Gramsci com Lênin, esse me parece ser o conceito de hegemonia” (GRUPPI, 1978, p. 1).

³⁷ “No curso da elaboração do conceito de hegemonia realizada nas reflexões do cárcere, Gramsci presta várias vezes homenagem a Lênin, precisamente enquanto teórico da hegemonia. Mas não é habitualmente observado que o termo ‘hegemonia’ não pertence à linguagem habitual de Lênin, embora pertença à de Stálin, o qual, por assim dizer, canonizou o termo. [...] apesar da homenagem que Gramsci presta a Lênin enquanto teórico da hegemonia, o teórico por excelência da hegemonia – em seu significado mais rico no debate contemporâneo acerca do marxismo – não é Lênin, mas sim Gramsci” (BOBBIO, 1982, p. 44-46).

Carnoy (1988) ressalta que a hegemonia não é uma força coesiva, e que está sujeita ao conflito, pois é plena de contradições. Ela também “[...] se expressa na sociedade como o conjunto de instituições, ideologias, práticas e agentes [...] que compreendem a cultura dos valores dominantes” (p. 96).

Nesse rumo, empreende-se a discussão sobre o Estado ampliado na teoria gramsciana, que se assenta, principalmente, nos conceitos de sociedade civil e de hegemonia. O Estado Moderno, expresso na fórmula “sociedade política mais sociedade civil, isto é, hegemonia couraçada de coerção” (GRAMSCI, 2000b, p. 244), é entendido não apenas como aparelho coercitivo, mas como fruto de uma relação orgânica e dialética entre sociedade civil e política, na qual a hegemonia, sob diferentes formas, está em toda parte.

Essa concepção é muito pertinente para os propósitos deste estudo, pois se está investigando a relação entre Estado (sociedade política) e sociedade civil num determinado recorte espacial, embora a pertinência esteja para além dos termos (Estado e sociedade civil), se justificando na apreensão teórica da empiria. No Território do Sisal, muitas lideranças de organizações que compõem a sociedade civil integram o governo petista, que atualmente governa o Estado da Bahia e o Brasil. Na realidade, desde o advento do governo Lula, empossado em 2003, tem-se difundido que o governo é do povo e pelo povo, disseminando assim, alguns princípios das teorias do Estado do bem comum, postulando-se que na história desse país nunca houve um governo que representasse tanto os interesses da coletividade:

Juiz acima das classes, o lulismo não precisa afirmar que o povo alcançou o poder ou que os dominados “comandam a política”, como na formulação que Oliveira foi buscar na África do Sul pós-*apartheid*. Ao incorporar pontos de vista tanto conservadores, principalmente o de que a conquista da igualdade não requer um movimento de classe auto-organizado que rompa a ordem capitalista, quanto progressistas, a saber o de que um Estado fortalecido tem o dever de proteger os mais pobres independentemente do desejo do capital, ele achou em símbolos dos anos 1950 a gramática necessária para a construção ideológica. [...] Enunciado por um nordestino saído das entranhas do subproletariado, o discurso popular ganha uma legitimidade que talvez não tenha tido na boca de estancieiros gaúchos (SINGER, 2012, p. 82-83).

Logo, como investigar a relação entre Estado e sociedade se os entendermos como polos distintos, tal como na teoria marxiana e engelsiana? “Parece que os dominados dominam, pois fornecem a ‘direção moral’ e, fisicamente até, estão à testa de organizações do Estado [...]” (OLIVEIRA, 2010, p. 26). A realidade hoje é muito complexa e não se pode apreende-la de maneira tão estanque: Estado x sociedade.

Estes sujeitos precisam ser entendidos a partir de suas distinções, contradições, mas também de suas relações. A sociedade civil é parte integrante do Estado ampliado, cujos portadores materiais são aparelhos privados da hegemonia. Sindicatos, associações, escolas, igrejas produzem e/ou difundem ideologias. Nesse sentido, no âmbito e através da sociedade civil que as classes disputam a direção intelectual e moral. O Estado (sociedade política) é um agente importante no processo de (re)produção de ideologias, mas não é o único. O vínculo orgânico e contraditório entre sociedade política e civil é essencial para a conformação do Estado, da hegemonia.

O quadro 1 apresenta uma síntese panorâmica das perspectivas de Estado discutidas nesta seção, que permite situar o pensamento de Gramsci, especialmente no sentido de identificar o fio condutor da perspectiva de classe, bem como ressaltar as diferenças entre a abordagem marxiana-engelsiana e a gramsciana, a exemplo da relação entre estrutura e superestrutura.

Ao contrário, de algumas interpretações, que segundo Montañó (2002) são forçadas, Gramsci não defende a setorialização da sociedade civil, o chamado terceiro setor, pois seu modelo teórico não é tripartite – Estado, sociedade civil e estrutura –, segmentando a realidade em três esferas isoladas. A defesa da autonomização da sociedade civil, concebida como o não-estatal, consiste numa tentativa neoliberal de desregulação social, “mercantilizando a sociedade civil”, através da sua despolíticação, da sua desarticulação com as esferas estatal e infra-estrutural e da remoção das contradições de classe (MONTAÑO 2002). A ampliação do “terceiro setor” está atrelada a uma lógica liberal-corporativa que acaba desresponsabilizando o Estado de suas funções e obrigações sociais, historicamente definidas e conquistadas por meio de lutas dos movimentos sociais.

O conceito de sociedade civil, ao longo de sua trajetória, recebeu múltiplos significados e intencionalidades políticas³⁸. O deslocamento desse conceito no âmbito do projeto neoliberal, especialmente nos países da periferia ou semi-periferia do capitalismo, como o Brasil, tem provocado a clivagem entre o Estado, visto como “encarnação do mal” e empecilho à participação e à democratização, e a sociedade civil, vista como “polo de virtudes democratizantes”, conforme destaca Dagnino (2005)

³⁸ “Embora a sua origem esteja ligado à tradição grega, mais especificamente, ao pensamento de Aristóteles, para identificar a esfera da cidadania e da política, é com os pensadores modernos que ele vai ganhar relevância e se desenvolver enquanto conceito político, incorporando os fenômenos e os conflitos próprios da modernidade” (ALMEIDA, 2006, p. 11-12).

Quadro 1: Concepções de Estado

Perspectiva	Concepções de Estado e características		Autor(es)
Clássica e/ou liberal	O Estado é produto da razão (racionalização do Estado);	<ul style="list-style-type: none"> • Ser superior comum que evita o Estado de Guerra, fruto dos inconvenientes do estado da natureza; • Prevenção do colapso; • Lógica dedutiva (abstração). 	Thomas Hobbes
		<ul style="list-style-type: none"> • O estado da natureza tinha um sentido histórico; • Preocupação em garantir o direito à propriedade da sociedade civil; • Legitimação do processo de acumulação do capital, usurpação de terras dos negros e dos povos originários e o direito a escravidão. 	John Locke
		<ul style="list-style-type: none"> • Atribuição do estado de guerra aos interesses cunhados pelo organização civil e não ao estado de natureza; • Defesa da propriedade privada, embora postula-se que era preciso limitá-la, pois ela era o princípio da desigualdade e da maldade; • Canaliza-se na educação um papel de transformação da realidade político-social. 	Jean Rousseau
		<ul style="list-style-type: none"> • O Estado deveria assegurar a economia de mercado livre, tendo em vista potencializar os benefícios aos homens. • Centra-se na análise do indivíduo, fundamentando-se no seu comportamento; • O funcionamento livre e ilimitado do mercado era o fator de integração e organização social: “mão invisível”; • O egoísmo ganha um sentido positivo, representando uma virtude para a coletividade 	Adam Smith
Perspectiva de classe	Estado é Instrumento de dominação de classe	<ul style="list-style-type: none"> • O Estado era representante de interesses particulares - Comitê da classe dominante; • “Violência concentrada e organizada da sociedade” – aparelho coercitivo; • O Estado não é fruto das vontades humanas, pois reflete as relações de produção. 	Marx, Engels e Lenin
		<ul style="list-style-type: none"> • Estado ampliado = Sociedade política (Estado) + sociedade civil; • A sociedade política expressa o monopólio da repressão e da violência; • A superestrutura e o conceito de hegemonia tornam-se centro da análise. 	Gramsci

Elaboração: Jamille da S. Lima.

A redefinição da noção de *sociedade civil* e do que ela designa talvez tenha constituído o deslocamento mais visível produzido no âmbito da hegemonia do projeto neoliberal; por isso mesmo o mais estudado. O crescimento acelerado e o novo papel desempenhado pelas Organizações Não-Governamentais; a emergência do chamado Terceiro Setor e das Fundações Empresariais, com a forte ênfase numa filantropia redefinida (FERNANDES, 1994; LANDIM, 1993; ALVAREZ, 1999; PAOLI, 2002; SALAMON, 1997); e a marginalização, a que alguns autores se referem como “criminalização” (OLIVEIRA, 1997) dos movimentos sociais, evidenciam esse movimento de redefinição. O resultado tem sido uma crescente identificação entre “sociedade civil” e ONGs onde o significado da expressão “sociedade civil” se restringe cada vez mais a designar apenas essas organizações, quando não em mero sinônimo de “Terceiro Setor”. Reforçada pelo que tem sido chamado de “onguização” dos movimentos sociais (ALVAREZ, 1999), essa tendência é mundial (DAGNINO, 2005, p. 52).

A clivagem entre sociedade civil e política não se adequa ao pensamento gramsciano. A sociedade política, entendida como arena de correlação de forças pode se constituir num “[...] espaço a ser disputado e alcançado com vistas à realização da reforma intelectual e moral, bem como na construção de um outro bloco histórico, contra-hegemônico” (ALMEIDA, 2006, p. 14). Embora devamos salientar os perigos do estreitamento da relação sociedade política e civil no contexto político brasileiro, em que o governo dito de esquerda, aliou-se a elite política conservadora talvez indicando uma estratégia de revolução passiva, uma política reformista e não revolucionária, usando os termos de Gramsci.

A revolução passiva foi uma categoria criada e utilizada por Gramsci para analisar o processo de unificação da Itália, o chamado *Risorgimento*³⁹, ocorrido no século XIX, bem como para instrumentalizar os estudos do período que antecede o fascismo, e do governo fascista propriamente dito. A revolução passiva diz respeito a mudanças estrategicamente realizadas pelas classes tradicionais para a conservação do poder e para a manutenção das relações sociais vigentes. Ela compreende dois movimentos: a restauração, enquanto reação à possibilidade de transformação num sentido ascendente (de baixo para cima), e a renovação, na medida em que as velhas classes dirigentes atendem algumas necessidades populares. No *Risorgimento*, por exemplo, a [...] minoria, que conduziu o movimento unitário, na realidade se preocupava mais com interesses econômicos do que com fórmulas ideais e combateu mais para impedir que o povo interviesse na luta e transformasse em luta social (no sentido de uma reforma agrária) do que contra os inimigos da unidade” (GRAMSCI,

³⁹ *Risorgimento* é um termo original do italiano, que significa ressurgimento, ressurreição, reflorescimento.

2002, p. 40). Nesse sentido, a noção de transformismo soma-se a revolução passiva, denotando uma experiência privada de hegemonia.

Numa perspectiva gramsciana, a sociedade política deve consistir num campo de forças, e não numa mera e perigosa relação de parceria, que na maioria das vezes, produz uma pseudoparticipação social.

Infelizmente, a chegada do PT ao governo federal em 2003, longe de contribuir para minar a hegemonia neoliberal, como muitos esperavam, reforçou-a de modo significativo. A adoção pelo governo petista de uma política macroeconômica abertamente neoliberal – e a cooptação para essa política de importantes movimentos sociais ou, pelo menos, a neutralização da maioria deles – desarmou as resistências ao modelo liberal-corporativo e assim abriu caminho para uma maior e mais estável consolidação da hegemonia neoliberal entre nós. Estamos assistindo a uma clara manifestação daquilo que Gramsci chamou de “transformismo”, ou seja, a cooptação pelo bloco no poder das principais lideranças da oposição. E esse transformismo, que já se iniciava no governo Cardoso, consolidou definitivamente o domínio entre nós da hegemonia da pequena política (COUTINHO, 2010, p. 42).

Nesse percurso, nota-se a atinência dos conceitos gramscianos e sua teoria como um todo para os intentos deste estudo. A discussão sobre a sociedade civil, o Estado ampliado, a hegemonia, e especificamente como a articulação dessas categorias de análise corroboram para apreender a celeuma presente na política brasileira, sobretudo no recorte espacial investigado, atestando a relevância do pensamento de Gramsci neste trabalho, como também ratificam a vitalidade dos escritos deste marxista⁴⁰.

⁴⁰ “Gramsci: a vitalidade de um pensamento” é título de uma obra que foi fruto de um evento realizado na UNESP, em 1997, para tratar desta temática, onde os pesquisadores puderam confrontar suas interpretações sobre as contribuições desse pensador italiano. O primeiro artigo do livro, publicado em 1998, é de Coutinho que aponta os porquês da atualidade do autor.

2 O ESTADO BRASILEIRO E A POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL RURAL

A atual conjuntura política do Estado brasileiro parece inverter os termos gramscianos, como sugere Oliveira (2010). Estamos em face de uma nova dominação desde a eleição de Lula em 27 de outubro de 2002. Segundo Oliveira (2010), postulava-se que aqueles historicamente excluídos da agenda estatal ascendiam ao poder e que a pobreza e a desigualdade seriam erguidas à condição de prioridade no plano da política. “Parece que os dominados dominam, pois fornecem a ‘direção moral’ e, fisicamente até, estão à testa de organizações do Estado, de modo direto ou indireto, e das grandes empresas estatais” (OLIVEIRA, 2010, p. 26). Por isso, talvez estejamos ante a construção de uma “hegemonia às avessas”, conforme propõe o autor.

Nos termos de Marx e Engels, da equação “força + consentimento” que forma a hegemonia desaparece o elemento “força”. E o consentimento se transforma em seu avesso: não são mais os dominados que consentem em sua própria exploração; são os dominantes – os capitalistas e o capital, explicita-se – que consentem em ser politicamente conduzidos pelos dominados, com a condição de que a “direção moral” não questione a forma da exploração capitalista (OLIVEIRA, 2010, p. 26).

Considerando a história de vida e trajetória sindical de Lula da Silva, bem como seu projeto de nação apresentado no plano discursivo, e sua luta para chegar à presidência, esperava-se que ele realizasse profundas reformas em nosso país, tendo em vista a conotação orgânica do termo reforma, na qual exprime a busca dos subalternos pela transformação da sociedade. Contudo, no governo Lula, soube-se fazer uso da aura simpática intrínseca a esse termo e antagonizar seu sentido, como perniciosamente fizeram e fazem os neoliberais. Assim, o que era para denotar ampliação de direitos, proteção social, entre outros, passou a significar supressão e restrição de direitos:

[...] As chamadas “reformas” da previdência social, das leis de proteção ao trabalho, a privatização das empresas públicas etc. – “reformas” que estão atualmente presentes na agenda política tanto dos países capitalistas quanto dos periféricos (hoje elegantemente rebatizados de “emergentes”) – têm por objetivo a pura e simples *restauração* das condições próprias de um capitalismo “selvagem”, no qual devem vigorar sem freios as leis do mercado (COUTINHO, 2010, p. 37, grifos do autor).

A assunção do governo Lula deveria ter marcado a emergência de um novo modo de condução da política, norteado por uma concepção de sociedade e leitura de mundo que ao menos pudesse minar a hegemonia neoliberal, como inicialmente se propunha. Entretanto, alguns estudiosos têm destacado, a exemplo de Coutinho (2010), que esse governo corroborou não apenas na continuidade do modelo neoliberal, mas sobretudo, o potencializou, abrindo caminho para uma maior e mais estável consolidação da hegemonia neoliberal.

Neste sentido, a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva foi considerada fundamental para “desmobilizar/ docilizar” importantes movimentos sociais que, cooptados, ou ao menos neutralizados, já não mais obstaculizam com veemência os valores nucleares a reprodução da predatória lógica capitalista.

Já no primeiro mandato, Lula havia sequestrado os movimentos sociais e a organização da sociedade civil. O velho argumento lenista-stalinista de que os sindicatos não teriam função num sistema controlado pela classe operária ressurgiu no Brasil de forma matizada. Lula nomeou como ministros do Trabalho ex-sindicalistas influentes na CUT. Outros sindicalistas estão à frente dos poderosos fundos de pensão das estatais. Os movimentos sociais praticamente desapareceram da agenda política. Mesmo o MST vê-se manietado por sua forte dependência do governo, que financia o assentamento das famílias no programa de reforma agrária (OLIVEIRA, 2010, p. 25).

Esse contexto elucidada o que Dagnino (2004b) chama de “confluência perversa” entre projeto neoliberal e projeto democratizante, resultando no obscurecimento das diferenças e redução dos antagonismos. Conforme salientado no capítulo anterior, não se trata de defender uma clivagem entre sociedade civil e política, numa visão estrita e maniqueísta de concebê-los como polos antagônicos, sendo a sociedade civil a extremidade de “virtudes democratizantes” e o Estado a “encanação do mal”. A celeuma reside na convergência dos distintos projetos políticos⁴¹ do Estado e dos segmentos importantes que compõem a sociedade civil, como os movimentos sociais, por exemplo. Estes, que apostam na possibilidade de uma atuação conjunta com o Estado, acabam por tornar-se interlocutores entre o projeto neoliberal, que ocupa

⁴¹ Estamos usando o termo “projetos políticos” em conformidade com o sentido adotado por Dagnino (2004b), que por sua vez se aproxima da visão gramsciana. O termo designa “[...] os conjuntos de crenças, interesses, concepções de mundo, representações do que deve ser a vida em sociedade, que orientam a ação política dos diferentes sujeitos” (p. 144).

majoritariamente o aparato estatal, com o projeto participativo (DAGNINO, 2004b, p. 147):

Nesse sentido, a coincidência na exigência de uma sociedade civil ativa e propositiva, que estes dois projetos antagônicos apresentam, é, de fato, emblemática de uma série de outras “coincidências” no nível do discurso, referências comuns que, examinadas com cuidado, escondem distinções e divergências fundamentais. Assim, o que essa “confluência perversa” determina é um obscurecimento dessas distinções e divergências, por meio de um vocabulário comum e de procedimentos e mecanismos institucionais que guardam uma similaridade significativa.

Esse obscurecimento desencadeado pela “confluência perversa” fomenta canais fecundos ao avanço e disseminação das concepções neoliberais. A obnubilação do conflito dos distintos projetos políticos ancora o processo de democratização em nosso país e contribui para a desmobilização e despolitização que se assiste⁴².

É nesse contexto de entenebrecimento de projetos políticos historicamente divergentes, de deslizamentos semânticos e deslocamentos de sentidos, como o do termo “reforma” citado anteriormente, e de cooptação de vários segmentos da sociedade civil, que se institucionaliza a abordagem territorial do desenvolvimento rural no Brasil.

A princípio, a incorporação dessa abordagem do desenvolvimento rural parece algo deslocado do contexto aqui apresentado, mas à medida que analisarmos os processos, articulações e argumentos que levaram a conformação dessa complexa adjetivação da noção de desenvolvimento, tornar-se-á mais nítido a atinência dessa contextualização.

2.1 A emergência e disseminação da abordagem territorial do desenvolvimento rural

No Brasil, a abordagem territorial do desenvolvimento ganhou força e operacionalidade nos estudos acadêmicos, nas formulações de planos e diretrizes de

⁴² Essa desmobilização e despolitização persiste mesmo considerando as grandes manifestações populares por todo o país em 2013, surgidas a partir da contestação nas tarifas do transporte público, pois a penetração dos valores neoliberais na sociedade civil é realizada de maneira astuta, silenciosa, num obscurecimento das divergências. Por isso, dilui-se o conflito já que não se vê os princípios que outrora o fundamentaram. Logo, fecunda a aludida desmobilização.

órgãos governamentais, bem como nos documentos e discursos da sociedade civil. Sua difusão deve-se, principalmente, à política territorial implantada pelo governo Lula, através do Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA), a partir do ano de 2003, que desde então tem propagado as benesses dessa abordagem na promoção do almejado desenvolvimento, utilizando-a como suporte basilar na fundamentação teórico-metodológica das políticas públicas.

Mas no âmbito acadêmico, a discussão sobre a abordagem territorial vem sendo fomentada desde a década de noventa. Ricardo Abramovay⁴³ e José Eli da Veiga⁴⁴ foram dois grandes precursores desse debate, que motivados pelas experiências europeias, passaram a disseminar em nosso país as virtudes dessa abordagem para o desenvolvimento rural⁴⁵, ressaltando-a enquanto elemento inovador de governança. Suas produções, de cunho epistemológico e também empírico, difundidas ao longo de sua trajetória de estudos, os ergueram à condição de referência àqueles que defendem essa concepção de desenvolvimento. Nesse sentido, suas contribuições são aportes tanto nos documentos institucionais do Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável (MDA, 2005b e 2006), quanto na fundamentação teórica de pesquisas de vários autores que tratam deste tema, a exemplo de Cunha (2008) e Vasconcelos (2007)⁴⁶.

As discussões acadêmicas brasileiras e as experiências internacionais de reordenamento territorial, principalmente europeias, foram seminais para nortear a

⁴³ No trabalho intitulado “Para uma teoria de estudo territoriais”, Abramovay (s/d) dedica uma seção para tratar das virtudes da noção de território.

⁴⁴ “José Eli da Veiga foi um ativo defensor de uma política de desenvolvimento rural que apoiasse a agricultura familiar, que entrasse em sintonia com o meio ambiente, que valorizasse a inovação e a diversificação produtiva, tendo mesmo assessorado a CONTAG algumas vezes (VEIGA, J. E., 1998), bem como a antiga Secretaria de Desenvolvimento Rural – SDR, do Ministério da Agricultura, em sua primeira metade dos anos 90, na avaliação do PRONAF (ABRAMOVAY & VEIGA, 1997) [...] Tal ênfase ficou evidente com a publicação de seu artigo [...] ‘face territorial do desenvolvimento’ (VEIGA, J. E., 1999), no mesmo período em que realizava pesquisas de pós-doutorado na Europa. Vários outros trabalhos de Veiga entre 1998 e 2006 convergiram no sentido de adotar o território como base de articulação de atores e de ações públicas e privadas e de certa tendência a ‘uma revalorização da dimensão espacial da economia’ (VEIGA, J. E., 1999)” (GUIMARÃES, 2013, p. 153).

⁴⁵ A exemplo, ver trabalhos de Veiga (2000 e 2002a) e Abramovay (2003).

⁴⁶ Outros pesquisadores também se interessaram pela temática territorial, fundando grupos de estudos em distintos centros acadêmicos que, somado às pesquisas de Veiga e Abramovay na Universidade de São Paulo (USP), constituíram uma rede de estudos sobre o assunto: “no Rio Grande do Sul, através de Sergio Schneider e outros (UFRGS/PPGDR), em São Paulo através dos pesquisadores citados e no Rio de Janeiro, através de Sérgio Leite, Nelson Delgado e outros (UFRRJ/CPDA/OPPA), que incluía também pesquisadores da UFSC [...] Também visitantes do CIRAD/INCA em universidades federais, como UFCG, UFRJ, UnB e UFRGS, participaram da rede conduzindo pesquisas e publicando livros e artigos, tendo também o IICA participando de articulações com outros países latino-americanos e europeus, tendo a Secretaria de Desenvolvimento Territorial – SDT como parceira do governo federal” (GUIMARÃES, 2013, p. 152-153).

discussão da abordagem territorial no plano governamental. O Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais (PRONAT), em vigência no Brasil desde o governo Lula, teve inspiração no Programa LEADER⁴⁷, implementado em países europeus desde o ano de 1991 até o ano de 2006. O programa que cumpriu um ciclo de 16 anos, dividido em três etapas, propunha uma abordagem inovadora na promoção do desenvolvimento de áreas rurais: a abordagem territorial e ascendente que, em síntese, consistia numa concepção multidimensional do território, na valorização dos recursos endógenos, no estímulo a participação social no processo de gestão e no fomento às redes de cooperação entre os chamados territórios rurais.

Mediados pelo Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA), representantes da Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT), vinculada ao Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA), bem como representantes de ONGs e universidades, foram especialmente à Espanha, almejando conhecer melhor os propósitos e resultados do Programa LEADER. Posteriormente, outros países latino-americanos passaram a compor essa rede de intercâmbio, dando origem a rede PROTERRITÓRIOS⁴⁸, que foi criada, em 2008, para viabilizar que os diversos governos membros intercambiem conhecimentos em gestão territorial. Talvez isso ajude a explicar o porquê da rápida e ampla difusão do conceito de território na América Latina na última década.

Mas, a incorporação e a disseminação do enfoque territorial na América Latina, principalmente no Brasil, não é uma mera importação de conceitos e metodologias. O conceito é produto, mas também é produtor, como ratifica Gallo (2003), através da perspectiva deleuziana.

Contudo, apesar de considerar a capacidade criativa no processo de produção e utilização do conceito, não se podem ignorar as tessituras político-econômicas que motivaram a adoção da abordagem territorial em vários países da América Latina. A dita “nova” abordagem do desenvolvimento rural implantada nesses países a partir do final do século XX possui estreita relação com as orientações das agências internacionais de apoio à cooperação e ao desenvolvimento, fundos de financiamento e organismos unilaterais, tais como o Banco Mundial, o Banco Interamericano de

⁴⁷ LEADER, do título original em francês: *liassons entre actions de developement de l'economie rurale*.

⁴⁸ A rede é composta pelos países: Brasil, Bolívia, Chile, Colômbia, Costa Rica, El Salvador, Espanha, Guatemala, México, Panamá e Peru. Para maiores informações, consultar o site: http://www.proterritorios.net/site_v14/

Desenvolvimento (BID), a Comissão Econômica para América Latina (Cepal), a Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO), entre outros.

A tese de doutoramento de Favareto (2006) elucida esse processo, mostrando como o papel de financiador desses organismos internacionais influencia as políticas públicas dos países da periferia e da semiperiferia do capitalismo mundial⁴⁹. Nesse sentido, o autor destaca que eles funcionam como “[...] uma espécie de pivô, através do qual gira uma articulação muito peculiar de interesses e competências envolvendo os campos acadêmico, político, econômico”, fomentando “[...] um movimento de legitimação recíproca entre os conhecimentos produzidos cientificamente, a definição de políticas públicas no âmbito de países e governos locais, e a normatização dos procedimentos por estes organismos internacionais” (FAVARETO, 2006, p. 131).

Com base nos estudos de Garcia (2002), Favareto (2006) analisa a trajetória da noção de desenvolvimento rural e identifica quatro grandes momentos que ajudam a entender as permanências e inovações introduzidas ao longo desse percurso. O primeiro momento, compreendido entre os anos de 1930 até 1960, é marcado pelos projetos de desenvolvimento comunitário. Inicialmente os projetos que mais se destacaram se circunscreviam aos Estados Unidos e Índia. Posteriormente o termo passou a ser utilizado pelas Nações Unidas, bem como foi implantado em experiências na Ásia e na África. Defendia-se que as comunidades possuíam potencialidades que precisavam ser estimuladas com apoios pontuais. Para tanto, propunha-se satisfazer as necessidades básicas da população, incentivar a participação social e apoiar o cooperativismo. Vale salientar que esses objetivos fazem parte da tônica do atual enfoque territorial do desenvolvimento rural.

O segundo momento inicia-se a partir dos anos de 1960, quando constatou-se que os projetos de desenvolvimento comunitário eram pontuais e paliativos, pois não alcançaram a dinamização espacial desejada, e dependiam de recursos humanos e

⁴⁹ “Para Arrighi, o essencial para que um Estado seja considerado semiperiférico é que ele possua uma combinação de atividades “tipicamente periféricas” e “tipicamente centrais” em uma proporção tal que ofereça a esses países a possibilidade de resistir à periferização, mas não poder suficiente para superá-la. Caberia então identificar as causas pelas quais esses “equilíbrios de forças” são estáveis. [...] Os processos de exclusão referem-se ao fato de que a riqueza oligárquica dá meios aos Estados centrais para excluir os Estados (semi)periféricos do gozo dos recursos escassos ou sujeitos à acumulação anormal. [...] o traço mais essencial das economias capitalistas é a recompensa desigual por esforços iguais e oportunidades desiguais do uso de recursos escassos. Os êxitos individuais levam meramente a um retesamento das tendências excludentes e exploradoras dos Estados centrais, e com isso aprofundam a distância daqueles que ficam para trás” (LOURENÇO, 2005, p. 181-183).

financeiros externos, dificultando sua execução a longo prazo. Nessa perspectiva, passou-se a se preocupar com mudanças estruturais, especificamente com a reforma agrária. Favareto (2006) aponta que a FAO já havia realizado um estudo mostrando a relação entre o perfil fundiário e a pobreza. Concomitantemente a Cepal e o Comitê Interamericano de Desenvolvimento Agrícola (CIDA), em diferentes estudos, diagnosticaram “[...] um lento crescimento da produção em relação à demanda nacional e internacional e a necessidade de um processo de modernização acompanhado de reforma agrária” (FAVARETO, 2006, p. 134).

Entretanto, a reforma agrária passou a fazer parte da agenda governamental na maioria dos países da América Latina, por conta dos movimentos revolucionários e contestatórios que se sucederam nesse recorte espacial. Mas as ações governamentais não foram tão favoráveis aos camponeses, pois estes se depararam com um ambiente social e institucional que dificultou a concretização dos seus intentos. Como resultado, buscou-se realinhar a estratégia de desenvolvimento, fundamentando o terceiro momento que se estende até final da década de 1980, no qual se defendeu o chamado desenvolvimento rural integrado.

Nessa etapa, [...] priorizaram-se a colonização e a regularização fundiária, e não a partilha das terras a fim de evitar conflitos. Vale lembrar que vários países da América Latina viviam sob regimes de exceção à época, e a intocabilidade da propriedade fundiária era um dos pilares desses regimes. Além dessa dificuldade operacional havia um problema institucional. O desafio era passar de projetos produtivistas para projetos integrados, mas isso trazia um problema de articulação, derivado da enorme pulverização de habilidades e competências em um número significativo de estruturas governamentais. [...] Outro problema estava no descompasso entre as exigências técnicas das agências internacionais e os recursos humanos locais. Formaram-se burocracias e desníveis salariais. Apesar do discurso, a participação dos pobres não acontecia (FAVARETO, 2006, p. 135).

No Brasil, o Estado estimulou a integração da atividade agrícola aos complexos industriais e a modernização da agricultura, ao tempo em que reprimiu os conflitos surgidos nesse processo. A adoção dessa perspectiva de desenvolvimento tanto impulsionou a produtividade, como também ocasionou um aumento da pobreza e da desigualdade. A modernização, que recebeu o nome de Revolução Verde, não trouxe consequências positivas para os agricultores camponeses. Alguns destes conseguiram alcançar a integração competitiva, mas desencadeou a crise dos ideais campesinos, outros só acentuaram a situação de decadência e marginalização.

Nesse contexto, retoma-se o debate sobre o desenvolvimento rural, sob o ponto de vista da associação entre desenvolvimento rural, redução de pobreza e um terceiro elemento que hoje também se faz presente na abordagem territorial, que diz respeito à conservação dos recursos naturais, atualmente tratada através da discussão sobre sustentabilidade. Reclama-se uma perspectiva de desenvolvimento multidimensional, descentralizada, de caráter endógeno e que valorize as redes sociais e o envolvimento da sociedade no processo de planejamento e gestão das políticas públicas. O conceito de desenvolvimento rural acompanhado do qualificativo “territorial” passou a ser amplamente defendido, sob a prerrogativa de atender a esses anseios.

Logo, a partir dos anos 1990, se institui o quarto momento. Em 1996, o Banco Mundial publica seu relatório intitulado “A nova visão do desenvolvimento rural”, marcando o surgimento de uma nova abordagem, que propõe a subversão do enfoque setorial, característico do passado. Desde então, os governos latino-americanos começaram a incorporar essa perspectiva.

No caso brasileiro, o governo Fernando Henrique Cardoso, na segunda metade dos anos 1990, instituiu o Programa Comunidade Ativa e o chamado Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável (DLIS), bem como estimulou a formação de Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural (CMDR). Embora neste governo a ideia de desenvolvimento rural tenha estado centrada na escala municipal, nele se instrumentalizavam princípios basilares definidos pelos organismos internacionais, como participação da sociedade civil na gestão territorial, cooperação, empreendedorismo, solidariedade, dentre outros. Logo, desde o governo FHC começam a ser implementadas no Brasil as orientações da “nova” visão de desenvolvimento rural defendida pelo Banco Mundial e demais organismos internacionais.

Mas, é no governo Lula que a abordagem territorial do desenvolvimento rural se estrutura e ganha força no âmbito das políticas públicas brasileiras. As concepções e metodologias adotadas especificamente pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário passaram a centrar-se na constituição de uma nova escala de governança ou unidade de planejamento e intervenção estatal, que recebeu o nome de território. Desde então, passou-se a conclamar com veemência a dimensão territorial ao conceito de desenvolvimento rural.

2.1.1 A institucionalização da “nova” política de desenvolvimento rural no Brasil e as justificativas para a abordagem territorial

Conforme salientado, a institucionalização da “nova” abordagem para a promoção do desenvolvimento rural no Brasil está calcada na crítica às políticas verticais, unilaterais e autoritárias do passado, propondo a participação de diversos segmentos da sociedade no processo de condução das políticas públicas. Com base nesse intento, a SDT/MDA tem por missão “apoiar a organização e o fortalecimento institucional dos atores sociais locais na gestão participativa do desenvolvimento sustentável dos territórios rurais e promover a implementação e integração de políticas públicas” (MDA, 2005b, p. 3), para assim atenuar as desigualdades sociais, a pobreza e a exclusão social, principalmente nos espaços rurais.

Um dos caminhos para sustentar a exequibilidade desse projeto político do Estado brasileiro, é a valorização do conceito de capital social, apresentado como um dos elementos mediadores do desenvolvimento. Ele é entendido como fator endógeno às comunidades territoriais, que combina atitudes de confiança com condutas de reciprocidade e cooperação (MDA, 2005c). Sob essa ótica, acredita-se que o capital social potencializa o empoderamento coletivo, o pluralismo e a democratização, mostrando-se ainda como veículo necessário ao fomento da coesão social e a equidade territorial.

Essa política de desenvolvimento, centrada no território enquanto institucionalidade da governança, apoia-se ainda no conceito de gestão social, como instrumento que elucida o compartilhamento das responsabilidades pelos rumos do “território” com o conjunto de atores sociais, bem como elege o espaço rural como foco de atuação, considerando que este merece maior atenção no âmbito das políticas públicas:

O Brasil rural ficou relegado a um segundo plano em termos de políticas públicas. Por isso é fundamental ter outro olhar para o rural brasileiro, considerá-lo como um lugar de cidadania, um lugar onde vivem pessoas que têm direitos e talentos para contribuir com o desenvolvimento [...] (MARTINS, 2007, p. 12-17).

Nesse percurso, a abordagem territorial do desenvolvimento reclama uma concepção de ruralidade mais arejada e complexa, que não se resume à dimensão

agrícola, dada a diversidade e multifuncionalidade do espaço rural na sociedade vigente, conforme documento publicado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (CONDRAF) – MDA:

O conceito de **rural** ou de **ruralidade** não está associado exclusivamente à dimensão agrícola, nem é concebido como um resíduo atrasado do urbano. Pelo contrário, a visão de rural e de ruralidade afirmada desde a 1ª CNDRSS destaca positivamente que a diversidade e a multifuncionalidade são marcas específicas dos espaços rurais e que o rural tem um papel importante a desempenhar no desenvolvimento do país. Nessa concepção, o rural é entendido como um espaço social complexo, portador de três atributos interligados, complementares e indissociáveis: (1) é espaço de produção e de atividades econômicas diversificadas e intersetoriais; (2) é espaço de vida, de organização social e de produção cultural para as pessoas e (3) é espaço de relação com a natureza, o que, ao mesmo tempo, estrutura as características assumidas pelos dois atributos anteriores e determina as condições e as possibilidades de sustentabilidade ambiental e de preservação dos recursos naturais existentes. Resulta dessa perspectiva que o desenvolvimento rural deve ser abordado necessariamente como um processo social multifacetado e multidimensional de melhoria das condições de trabalho e de vida das populações rurais, de eliminação das desigualdades econômicas e sociais no campo e de preservação do patrimônio ambiental existente para as novas gerações de brasileiros (MDA/CONDRAF, 2013, p. 13-14).

Para Abramovay (2001), a abordagem territorial do desenvolvimento rural, favorece uma complexa interpretação do rural, contrária a perspectiva cartesiana normativa legitimada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que define o rural como área externa ao considerado perímetro urbano. Veiga, além de criticar contundentemente a metodologia utilizada pelo IBGE, chamando-a de norma administrativa simplificadora (VEIGA, 2002b), opõe-se as perspectivas dicotômicas entre rural e urbano e a perspectiva de *continuum* defendida por Graziano da Silva (1997) (VEIGA, 2004), no intuito de questionar a tese de que o rural sucumbirá com o avanço da urbanização e concomitantemente fundamentar argumentos para justificar o enfoque territorial para o rural.

A crítica à tradicional relação campo-cidade, tem sido alimentada pela constatação das chamadas novas ruralidades, engendradas pela industrialização e modernização da agricultura e pelo avanço das relações capitalistas de trabalho no campo. Para Marques (2002), dado o atual estágio em que se encontra o processo de mundialização do sistema capitalista é nítida a importância de construir novos significados para o espaço rural, pois embora nele a permanência de arcaísmos tenha sido maior do que no urbano, ele também tem sediado intensas e rápidas

transformações, com impactos profundos em sua paisagem e organização socioeconômica.

Rua (2006) indica um hibridismo na constituição do rural hoje, e nesse sentido, assume uma postura propositiva, defendendo a ideia de “urbanidades no rural” que, para o autor, “seriam todas as manifestações do urbano em áreas rurais sem que se trate esses espaços como formalmente urbanos” (RUA, 2006, p. 57). Ele enfatiza que essa definição é distinta da que conduz à inevitável perspectiva do fim do rural, e que ela emerge como uma nova abordagem interpretativa, fruto da fusão das ruralidades e urbanidades.

A proposta [de Rua] nos parece indicar um hibridismo na constituição do rural hoje, pois elementos materiais e imateriais do urbano interagem com os elementos do rural, ou seja, não haveria uma destruição do rural, substituído pelo urbano, mas a conformação de uma nova espacialidade híbrida, produto da fusão entre ruralidades e urbanidades. Acreditamos que sua formulação, embora apresente um elemento novo no modo de olhar o rural, não se constitua propriamente num outro esquema explicativo, diante da aproximação com a perspectiva das novas ruralidades (COELHO NETO, 2013b, p. 159).

O debate sobre o novo rural, empreendido por Veiga (2002), Marques (2002), Rua (2006) e tantos outros pesquisadores tem contribuído para pensar as nuances que compõem a ruralidade nos dias de hoje. As complexas concepções, fecundadas nesse debate, além de criticar as perspectivas cartesianas de conceber o rural, tem alimentado as justificativas para aqueles que defendem uma nova abordagem do desenvolvimento: a territorial, tal como Abramovay (2001).

A inserção da dimensão territorial ao conceito de desenvolvimento rural está relacionada a basicamente quatro argumentos: a) renúncia às perspectivas dicotômicas entre rural e urbano, e a vinculação do rural exclusiva ao setor primário da economia; b) renúncia à ação verticalizada do poder público, que passa a estimular a descentralização e a participação social no processo de elaboração e gestão das políticas públicas, sendo o território a unidade da governança; c) perspectiva híbrida do desenvolvimento rural entre as dimensões econômica, social, ambiental e político-institucional, em contraposição a abordagens setoriais; d) valorização das raízes histórico-geográficas do território, das redes sociais e de solidariedade, enquanto processos endógenos de desenvolvimento.

A concepção de território imbrica-se a outro modo de empreender a política territorial, ligada a uma reclamação horizontal entre Estado e Sociedade civil. O

território é então concebido como uma nova institucionalidade, fruto da construção coletiva dos diferentes sujeitos territoriais.

Neste caso, o território é a unidade espacial de intervenção governamental na qual se pretende construir ou dinamizar uma determinada institucionalidade pública capaz de criar ou de estimular oportunidades para o deslanche de processos econômicos, sociais e políticos julgados coletivamente como adequados ao desenvolvimento sustentável do território (DELGADO et al, 2007, p. 22).

Dessa forma, “o território é condição de processos de desenvolvimento” (SAQUET, 2007, p. 113), na medida em que “reconhecer uma dimensão territorial do desenvolvimento significa, em outros termos, identificar o território como sujeito do desenvolvimento” (CUNHA, 2008, p. 56), dirimindo as assimetrias socioeconômicas, já que o planejamento e a gestão dar-se-ão por meio de uma estrutura que viabiliza a inclusão dos segmentos da sociedade historicamente negados na trajetória das políticas públicas.

Tendo em vista esses argumentos, o MDA/SDT, através do PRONAT, instituiu os territórios no Brasil, de uma maneira “inovadora” (MDA, 2005b), reconhecendo-o como a escala “ideal” para a promoção do desenvolvimento:

[...] a escala municipal é muito restrita para o planejamento e organização de esforços visando à promoção do desenvolvimento. E, ao mesmo tempo, a escala estadual é excessivamente ampla para dar conta da heterogeneidade e de especificidades locais que precisam ser mobilizadas com este tipo de iniciativa. [...] o território é a unidade que melhor dimensiona os laços de proximidade entre pessoas, grupos sociais e instituições que podem ser mobilizadas e convertidas em um trunfo crucial para o estabelecimento de iniciativas voltadas para o desenvolvimento (MDA, 2005b, p. 8).

A formação desses territórios tem como base a área jurídico-política dos municípios. Os limites do recorte territorial se definem a partir da adesão ou saída dos municípios, dos respectivos colegiados ou conselhos territoriais. Nesse sentido, o chamado Território tem sido entendido como

Um espaço físico, geograficamente definido, geralmente contínuo, compreendendo cidades e campos, caracterizado por critérios multidimensionais, tais como o ambiente, a economia, a sociedade, a cultura, a política e as instituições, e uma população com grupos sociais relativamente distintos, que se relacionam interna e externamente por meio de processos específicos, onde se pode distinguir um ou mais elementos que indicam identidade e coesão social, cultural e territorial (MDA, 2005b, p. 7-8).

O PRONAT se constitui no exemplo mais expressivo de aplicação da abordagem territorial. Semelhante ao programa europeu LEADER⁵⁰, ele foi projetado para um horizonte de tempo de quinze anos consecutivos em cada território, dividido em três etapas (ciclos de implementação). Para atender os 450 territórios rurais, que o MDA (2005b) presume existir no Brasil, o PRONAT deverá vigorar no curso de cerca de 32 anos. Atualmente, a SDT afirma estar atuando em 239 territórios rurais⁵¹.

Iniciado em 2003, esse programa apoia-se na construção e fortalecimento das institucionalidades territoriais, entendidas como “espaços (fóruns, conselhos, comissões, comitês, consórcios, [...]) de expressão, discussão, deliberação e gestão, que congregam a diversidade de atores sociais e cuja atenção é voltada à gestão social das políticas e dos processos de desenvolvimento” (MDA, 2005b, p. 11). Suas diretrizes gerais são:

- Adotar a abordagem territorial como referência conceitual para a promoção do Desenvolvimento Rural Sustentável;
- Compreender o território como espaço socialmente construído, lugar de manifestação de diversidades culturais e ambientais que expressam limites e potenciais para a promoção do desenvolvimento rural sustentável;
- Entender o desenvolvimento sustentável dos territórios rurais como um processo que articula, de maneira integrada, as dimensões sociocultural, político-institucional, econômica e ambiental;
- Valorizar ações que estimulem a participação da diversidade de atores sociais nos processos de elaboração, planejamento, implementação e gestão do desenvolvimento sustentável dos territórios rurais, considerando as dimensões de gênero, etnia, geração e raça;
- Adotar metodologias participativas e mecanismos de planejamento ascendente como estratégias de fortalecimento dos processos de descentralização de políticas públicas, estimulando a autogestão dos territórios;
- Estimular a construção de alianças buscando fortalecer o protagonismo dos agricultores familiares nos processos de gestão social das políticas públicas;
- Atuar em sintonia e sinergia com os vários níveis de governo, com as entidades da sociedade civil e organizações dos movimentos sociais representativos dos diversos segmentos comprometidos com o

⁵⁰ Conforme salientamos, o programa LEADER cumpriu um ciclo de 16 anos, dividido em três etapas.

⁵¹ “Mais 74 locais entram na categoria de Territórios Rurais, atingindo a marca de 1.072 municípios contemplados com ações destinadas aos agricultores. A decisão faz parte do Programa de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais (Pronat), do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), que pretende ampliar as políticas públicas em torno do desenvolvimento rural. [...] Antes da inclusão, eram 165 territórios organizados. Esse número salta para 239, chegando próximo da meta estipulada de 280 Territórios Rurais até o fim de 2015. Com essa inclusão, o Pronat atinge municípios de três regiões: Centro-Oeste, Norte e Nordeste, além de beneficiar, no total, um público de mais de 65 milhões de pessoas” (Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/governo/2013/05/mais-74-territorios-rurais-sao-incluidos-em-programa-de-desenvolvimento>. Acesso em 13.01.2013)

desenvolvimento rural sustentável centrado na agricultura familiar e na reforma agrária;

- Estimular a articulação entre as demandas sociais e as ofertas das políticas públicas, promovendo instâncias plurais e participativas, que viabilizem espaços para discussão, negociação, concentração e compartilhamento do poder decisório, no processo de gestão social;
- Priorizar a redução das desigualdades econômicas e sociais, atuando preferencialmente em espaços de elevada concentração de agricultores familiares, assentados da reforma agrária e acampados;
- Incentivar processos de fortalecimento da participação dos diversos atores nas instâncias colegiadas consultivas e deliberativas dos territórios, qualificando os mecanismos de representação e participação direta para a gestão social de políticas públicas;
- Incentivar o desenvolvimento sustentável considerando a importância da dinamização econômica nos territórios rurais, com ênfase na agricultura familiar e na reforma agrária (MDA, 2005b, p. 12-13).

O conjunto de diretrizes e objetivos sistematizados nos documentos referenciais para a implantação da abordagem territorial do desenvolvimento rural no Brasil (e legitimação dos territórios), parece indicar que esse é mesmo “um país de todos”⁵². A preocupação em incluir os que outrora foram ignorados ou esquecidos pelo Estado, em descentralizar e democratizar o planejamento e a gestão pública é uma tônica predominante, na qual parece “[...] ter sido borrado para sempre o preconceito de classe e destruídas as barreiras da desigualdade” (OLIVEIRA, 2010, p. 22-23).

O desenvolvimento territorial é conceito e estratégia necessária à ascensão dos grupos “marginalizados”, numa visão integradora do espaço, da sociedade, mercados e políticas públicas, tendo ainda na equidade, no respeito à diversidade, na justiça social, no sentimento de pertencimento cultural e na inclusão social metas fundamentais a serem atingidas e conquistadas, com vistas a viabilizar uma maior coesão social e territorial, conforme destacam as publicações do MDA (2005c). Por isso, postula-se que a política territorial do desenvolvimento rural representa um notável avanço na própria noção do desenvolvimento.

2.2 O (des)envolver da abordagem territorial

Desenvolvimento é um conceito muito perseguido pelos planejadores das políticas públicas. Mas, enquanto objeto permanente de desejo parece que por si só não tem poder explicativo, exigindo qualificativos, dado o volume de adjetivações que

⁵² Esse é o slogan do governo Lula e que tem sido mantido no governo da então presidente Dilma Roussef.

lhe é dado (econômico, social, sustentável, local, regional, territorial, urbano, endógeno, exógeno, entre tantos outros).

Entretanto, assiste-se a uma ampla defesa pelo qualificativo territorial – sob os argumentos apresentados anteriormente –, que aponta ser esse o elemento que faltava para arejar o conceito de desenvolvimento. Através da abordagem territorial, acredita-se ter construído e/ou encontrado um novo modo de promover o desenvolvimento. A preocupação então se concerne em justificar a abordagem territorial, aprofundar seu arcabouço teórico-metodológico e normatizá-la.

Finalmente rompeu-se com a velha relação entre desenvolvimento e evolução/crescimento/ progresso? Ou o desenvolvimento territorial seria mais uma acepção enganosa, uma nova roupagem para dirigir as expectativas e os rumos da população mais pobre? Esta segunda opção é a defendida pelos pós-desenvolvimentistas, como Arrighi (1997), para quem o desenvolvimento é realidade para poucos.

Desde seu surgimento até o fim do século XIX, a noção de desenvolvimento estava intrinsecamente ligada à ideia de evolução. “[...] no latim tanto desenvolvimento como evolução derivam etimologicamente do verbo *volvere*, e os verbos *evolvere* e *revolvere* apontam respectivamente um movimento progressivo e um movimento regressivo” FAVARETO, 2006, p. 39). Logo, ambos os termos, desenvolvimento e evolução, “[...] se firmaram presos a ideia de algo direcional, de algo relativo a uma atividade em boa medida pré-destinada” (p. 39). Posteriormente, eles foram assimilados à ideia de progresso e deste ao crescimento.

Mas essas assimilações, apesar de contraditoriamente fazerem-se presentes nos dias de hoje, foram amplamente questionadas, tanto por aqueles que não foram contemplados por esse modo de (des)envolver, quanto pelos acadêmicos, que através das suas produções, questionaram a linearidade e a unilateralidade que sustenta essa perspectiva de desenvolvimento. No decorrer do século XX, irrompem-se novas teorias, métodos e conceitos, oriundos de vários campos do conhecimento, inclusive das ciências da natureza, que ganharam corpo e instauraram outras formas de conceber e/ou intervir no mundo, por conseguinte, novas interpretações sobre o processo de desenvolvimento.

Termodinâmica das estruturas dissipativas, Sinérgica, Teoria do Caos, Teoria da Autopoiese, Princípio de *Order from Noise*⁵³, entre outros, contrapunham-se à linearidade e ao reducionismo das coisas, e confluíram para a renovação dos estudos não só da natureza, mas das ciências sociais. Nessa perspectiva, merece destaque o desafio da complexidade proposto por Morin ([1982] 2010), que fazendo aporte a esses trabalhos pioneiros, abraçou o acaso e a desordem na dinâmica da realidade:

A complexidade não é a palavra-mestra que vai explicar tudo. É a palavra que vai nos despertar e nos levar a explorar tudo. O pensamento complexo é o pensamento que, equipado com os princípios de ordem, leis, algoritmos, certezas e idéias claras, patrulha o nevoeiro, o incerto, o confuso, o indizível, o indecidível (MORIN, [1982] 2010, p. 231).

Para Souza (1997), essa abordagem é promissora para as ciências sociais e especificamente, para refletir sobre o desenvolvimento (sócio-espacial). Através dela, o autor identifica e critica os principais sintomas da inclinação obsessiva para a simplificação, que muito caracterizou as teorias do desenvolvimento elaboradas no segundo pós-guerra. São eles: a) monodimensionalidade, que “consiste na interpretação dos fatores do ‘(sub)desenvolvimento’ a partir da consideração menos ou mais exclusiva de uma dimensão [...]” (p. 48), tendo como exemplo mais expressivo o conceito de desenvolvimento econômico; b) separação simplista entre endógeno e exógeno. Estes qualificativos “possuem valor operacional, mas seu emprego não pode levar a que se perca de vista que são mutilações” (p. 49); c) abordagens monoescalares ou muito fracamente multiescalares, desconsiderando “[...] as interações sócio-espaciais horizontais e as articulações ‘verticais’ entre fatores que remetem a distintos níveis escalares” (p. 49); d) negligência para o papel do espaço, separando-o das relações sociais, ou ainda articulando de maneira deficiente espacialidade e historicidade; e) caráter fechado, absolutizante, etnocêntrico e teleológico das teorias: “(Ocidente como modelo implícito, ‘desenvolvimento’ definível universal e transculturalmente), sem contar o seu frequente comprometimento com visões teleológicas (‘etapas do desenvolvimento’), incorrigivelmente simplificadoras [...]” (p. 51).

⁵³ Esse princípio, formulado por Heinz von Foerster, em 1959, indica que os fenômenos organizados podem nascer de uma agitação ou de uma turbulência desordenada.

Muitos desses sintomas do “paradigma da simplificação”⁵⁴ também são alvo de crítica daqueles que defendem a abordagem territorial do desenvolvimento rural. Na realidade, argumenta-se que essa abordagem é necessária justamente por contrapor-se às concepções e projetos de desenvolvimento do passado e pela urgência de uma vertente inovadora que melhor abrangesse a complexidade da realidade social.

Embora não se faça nenhum aporte ao paradigma da complexidade, a política de desenvolvimento territorial rural do MDA propõe romper com os raciocínios lineares e reducionistas, incorporando os seguintes aspectos: a) multidimensionalidade, já que “[...] é preciso entender os processos de desenvolvimento como algo que envolve múltiplas dimensões” (MDA, 2005b, p. 9), sendo elas a econômica, sociocultural, político-institucional e ambiental; b) multiescalaridade, através de redes de articulação de atores e instituições para a condução do processo de planejamento e gestão das políticas territoriais; c) relevância do papel espacial, tendo os territórios rurais como recortes espaciais basilares dos processos de desenvolvimento sendo que a própria abordagem – territorial – parece sinalizar a preocupação com a expressão da espacialidade; d) valorização das especificidades culturais, argumentando que o reconhecimento da identidade territorial é o pressuposto central para a conformação dos territórios⁵⁵. O trecho a seguir, ratifica ao menos a ênfase nos dois últimos aspectos:

A abordagem territorial, no seu conceito, parte do princípio que **o povo é o grande protagonista do processo de desenvolvimento e o elemento definidor do espaço geográfico, que configura o território, deve ser o elemento cultural, aquele que dá sentimento de pertencimento do povo em relação ao espaço geográfico que julga ser seu**. Fugir de forma racional dos tradicionais e limitados espaços de planejamento (município, estado, região) e validar um novo espaço geográfico (mesmo não sendo

⁵⁴ “O termo ‘paradigma’, usado por vários autores a propósito da ‘complexidade’ [...], nos remete a idéia de paradigma científico contida na conhecida obra de Thomas Kuhn sobre a estrutura das revoluções científicas (KUHN, 1982). A análise de Kuhn não deve, porém, ser incorporada sem ressalvas pelas ciências sociais, particularmente a noção de ‘ciência normal’, [...] No caso das ciências sociais, onde a superioridade estritamente científica não é somente a única causa, mas amiúde nem mesmo é a causa mais importante da superação de um enfoque por outro, além do fato de que uma forma de abordagem ‘marginal’ pode coexistir décadas a fio com uma outra ‘oficial’, sem que a ‘marginal’ seja necessariamente abalada sob o ângulo científico, a idéia de ‘ciência normal’, e por extensão também a de ‘paradigma’, pode dar uma impressão errônea do que realmente ocorre. No entanto, talvez seja possível continuar usando a palavra paradigma, mesmo em se tratando das ciências sociais, desde que se abandone a idéia da dominância absoluta com base em uma superioridade estritamente científica” (SOUZA, 1997, p. 45-46).

⁵⁵ A esse respeito ver trabalho de Perico (2009), intitulado “Identidade e território no Brasil”. O Estado da Bahia tornou essa relação território e identidade ainda mais explícita por meio de sua regionalização em “territórios de identidade”. A respeito da regionalização baiana consultar trabalho de Freitas (2006) e de Serpa (2008).

formalmente reconhecido) que vem a ser no futuro objeto de um programa nacional da Presidência da República, **isso é inovador**⁵⁶.

Para muitos, a adoção do enfoque territorial deu novo vigor ao conceito de desenvolvimento, constituindo-se numa considerável inovação. Porém, uma análise mais acurada dos documentos referenciais da política de desenvolvimento rural do MDA, permitirá desvelar o modo operante do (des)envolver dessa política. A princípio, é possível constatar que algumas características da lógica simplificadora se manifestam na política territorial, como o caráter etnocêntrico, dada não apenas a origem da dita inovadora abordagem, mas principalmente pela sua consonante relação com as orientações dos organismos internacionais, conforme já apresentamos.

2.2.1 A constelação de conceitos na abordagem territorial e o desenvolvimento

Tem-se apregoado que a política de desenvolvimento territorial trouxe ventos alentadores para a sociedade brasileira, sobretudo para os que vivem no meio rural, e o que antes era sinônimo de atraso, hoje é “lugar de gente feliz”, conforme proposta aprovada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (CONDRAF):

O Brasil rural é lugar de gente feliz. Nele, os cidadãos e cidadãs que habitam os espaços rurais brasileiros estabelecem relações sociais fundadas no respeito às diferenças, convivem respeitosamente com a natureza, protegem e desfrutam da biodiversidade e contribuem para a melhoria da qualidade ambiental. Têm plena capacidade de exercer sua cidadania, cumprem seus deveres e seus direitos constitucionais são assegurados. Colaboram com a construção democrática e participam da gestão social dos territórios rurais. Preservam e difundem o patrimônio e a diversidade cultural dos seus povos. Têm acesso as políticas públicas de qualidade. Desenvolvem uma multiplicidade de atividades econômicas, com base em relações de cooperação solidária, produzindo e consumindo com ampla responsabilidade social e ambiental. Estão afirmativamente integrados ao conjunto da sociedade, tendo o seu apoio e comprometimento. Contribuem para a soberania e segurança alimentar e nutricional, o desenvolvimento nacional e a manutenção do território brasileiro (MDA/CONDRAF, 2010, p. 27).

⁵⁶ M. Vital, responsável pela diretoria de cooperativismo do PRONAT, em entrevista concedida em 2012 e publicada por Guimarães (2013). Grifo nosso.

No trecho acima, estão implícitos vários termos/conceitos estruturantes da atual política de desenvolvimento rural brasileira, como **sustentabilidade** (“[...] os cidadãos e cidadãs, [...] convivem respeitosamente com a natureza, protegem e desfrutam da biodiversidade e contribuem para a melhoria da qualidade ambiental”); **participação e gestão social** (“Colaboram com a construção democrática e participam da gestão social dos territórios rurais”); **cooperação/solidariedade** (“[...] com base em relações de cooperação solidária [...]”); **concertação** (“Estão afirmativamente integrados ao conjunto da sociedade, tendo o seu apoio e comprometimento”); dentre outros.

Estes são termos muito polêmicos, mas não se pretende neste momento discutir cada um deles, mesmo porque apesar de estarem relacionados, requerem uma profunda e complexa discussão. Apenas objetiva-se problematizar a condição na qual eles foram erguidos, transformados em “[...] crença coletiva para muitos setores da sociedade brasileira (sendo, portanto, inatacáveis e inquestionáveis para aqueles que lhes dão significado social e político)” (CUNHA, PAULINO e MENESES, 2009, s/p). O conjunto deles parece conformar o discurso desejado por aqueles que historicamente foram ignorados no planejamento governamental. Parece finalmente fazer jus à luta dos movimentos sociais pela democratização, especificamente os movimentos do campo. Porém,

A banalização de definições como “capital social”, redes, “economia solidária e popular”; o abuso na detecção de toda sorte de “empreendedorismos”, voluntariados, talentos pessoais e coletivos, microiniciativas, “comunidades solidárias”; a crença em que os formatos institucionais ideais para a promoção do desenvolvimento necessariamente passam por parcerias “público-privadas”, baseadas no poder da “governança” das cooperativas, agências, consórcios, comitês etc., criaram uma cortina de fumaça nas abordagens do tema (BRANDÃO, 2007, p. 38).

Nesse sentido, faz-se pertinente atentar para a confluência perversa sinalizada por Dagnino (2004b), pois o estabelecimento de um vocabulário comum entre os distintos segmentos em foco é emblemático e se constitui num mecanismo central para obnubilar as divergências e com isso confluir para projetos de sociedade divergentes.

O trabalho da autora, ao tratar dos deslocamentos de sentidos, alerta, de forma indireta, sobre a importância do conceito enquanto mecanismo de intervenção na realidade. Esta alimenta a produção conceitual, mas o inverso é igualmente verdadeiro, fazendo com que “conceito-realidade” tornem-se um par dialético.

Inspirado em Deleuze, o estudo de Gallo (2003) nos mostra o papel de transformação dos conceitos. Através dos sentidos que lhes são atribuídos, os conceitos podem ser ferramentas para criar/mudar o mundo, instaurar outros mundos. “O conceito é sempre uma intervenção no mundo, seja para conservá-lo, seja para mudá-lo” (p. 36).

Por isso a reprodução dos conceitos/ideias basilares da política de desenvolvimento territorial rural é muito perigosa, pois além de contribuir para que confundamos desejo com realidade, pode nos levar a defender um projeto de mundo de outrem, do qual não comungamos. A ideia de sustentabilidade⁵⁷ elucida muito bem isto. Originada do campo diplomático, ela teve forte disseminação, como ideia que agradaria a todos, que por sua vez “satisfeitos”, não diriam o que precisava ser dito, portanto, não obstacularizariam o “desenvolvimento” e a empresa ainda ganharia com o *marketing* do discurso sustentável, do “politicamente correto” (PORTO-GONÇALVES, 2001, p. 143):

A idéia de desenvolvimento sustentável é uma idéia diluidora, entre outras coisas, porque tem origem num campo do agir humano cuja natureza é produzir consensos. Sabemos que a idéia de desenvolvimento sustentável não surgiu em nenhuma área acadêmica, nem em nenhuma área científica. É uma idéia que surgiu no campo diplomático. Foi no interior da Comissão Brundtland da ONU que essa idéia ganhou, por assim dizer, cidadania, como uma idéia que agradaria a todo o mundo e, portanto, não diria o que precisava ser dito. Aliás, sublinhe-se, é da natureza do campo diplomático buscar os consensos que, sabemos, têm sempre embutidos, contraditoriamente, na sua prática, o componente de poder que comanda as relações internacionais como o desdobramento das contradições sociais instituintes do mundo tal-qual-ele-é. Não se deve condenar, portanto, os diplomatas, mas entender as limitações de seus discursos, sobretudo quando se tenta recobri-los com qualidades que não lhes são inerentes como, por exemplo, chamar de desenvolvimento sustentável de conceito. Não podemos dizer que desenvolvimento sustentável seja um conceito científico porque, assim, “confundimos alhos com bugalhos”, confundimos desejo com a realidade [...].

A reclamação por um desenvolvimento sustentável amortece e/ou camufla os conflitos, possibilitando a construção de um campo comum e genérico que “[...] permitiu aproximar capitalistas e socialistas, conservacionistas e ecologistas, antropocêntricos e biocêntricos, empresários e ambientalistas, ongs, movimentos

⁵⁷ O discurso governamental sobre a sustentabilidade é muito forte, tanto que o nome de vários programas, planos e projetos carregam esse termo em sua nomenclatura.

sociais e agências governamentais” (LIMA, 2003, p. 104). Além disso, apesar de seu discurso integrador⁵⁸,

[...] as correntes que reclamam um “desenvolvimento sustentável” não apontam para soluções consistentes, uma vez que, se por um lado sublinham os riscos da degradação do “meio ambiente” (nisso diferindo de abordagens como as teorias da modernização e do crescimento), por outro subestimam, no âmbito de um enfoque que contém um viés naturalizante e banalizador das causas dos problemas sociais, o papel do espaço propriamente social (SOUZA, 1997, p. 50).

Sob esse viés, acaba-se ignorando o papel social do espaço, e manifestando mais um sintoma do paradigma da simplificação que elucidamos anteriormente. Incorre-se nos reducionismos que tanto são alvo de críticas. A perspectiva limitante e reducionista pode ser verificada até mesmo na concepção de rural/ruralidade adotada pela política territorial do MDA, no âmbito do PRONAT, conforme destaca Coelho Neto (2013b, p. 162-163):

Parece-nos que houve muito mais uma preocupação em informar que o urbano faz parte dos territórios rurais do que propriamente explicitar o que se entende por rural. Os elementos rurais são objeto apenas de uma nota de rodapé⁵⁹ [...]. A nota de rodapé, apêndice da definição de territórios rurais, faz alusão a quatro elementos como expressão do rural. Primeiro, se remete ao rural romantizado, muito próximo da interpretação dicotômica, opondo rural-natural e urbano-artificial. Segundo, toma o rural como agrícola, ignorando as interpretações que destacam o grau de interação e interdependência e, poderíamos dizer, a inseparabilidade entre os setores, dividindo-os de forma tradicional (primário, secundário e terciário). Terceiro, prioriza variáveis (densidade demográfica e tamanho da população) que, embora operacionais e funcionais, consideramos bastante limitadoras para expressar a complexidade e a diversidade do rural. O quarto elemento, mais uma vez, prevalece uma ausência de clareza, pois não está colocado o que seriam os hábitos culturais e tradições típicas do universo rural.

Trata-se de uma estratégia perniciosa, da qual a política de desenvolvimento territorial do MDA é tributária. Sob a “orientação” de organismos internacionais, vários conceitos foram despolitizados e ganharam uma conotação concernente aos objetivos

⁵⁸ Vale lembrar que uma das diretrizes do PRONAT é “entender o desenvolvimento sustentável dos territórios rurais como um processo que articula, de maneira integrada, as dimensões sociocultural, político-institucional, econômica e ambiental” (MDA, 2005b, p. 12).

⁵⁹ Nota de rodapé aludida pelo autor: **Ambiente natural pouco modificado e/ou parcialmente convertido a atividades agro-silvo-pastoris; baixa densidade demográfica população pequena; base na economia primária e seus encadeamentos secundários e terciários; hábitos culturais e tradições típicas no universo rural** (MDA, 2005a, p. 28, grifo nosso).

do projeto neoliberal. Entretanto, falsamente, afirma-se que a abordagem territorial contrapõe os efeitos da política neoliberal:

A abordagem territorial surge, de um lado, a partir das críticas aos efeitos das políticas neoliberais, num contexto marcado pela profunda retração da capacidade de intervenção do Estado como agente indutor das dinâmicas de desenvolvimento e, de outro lado, das críticas ao viés setorial e à fragmentação das políticas públicas, enquanto instrumentos indutores do desenvolvimento. **A construção dessa nova abordagem visa a suprir essas lacunas**, tornando disponível um referencial capaz de planejar e intervir no tecido social, a partir da articulação de ações nas diferentes escalas (comunitária, municipal, territorial, estadual, regional e nacional). Além disso, **assume grande relevância nessa estratégia a participação das organizações da sociedade civil nas diversas etapas da construção das políticas públicas**, desde a sua formulação até a avaliação de seus impactos e resultados, uma vez que o protagonismo político, desempenhado pelos diversos segmentos organizados da sociedade civil, constitui-se em premissa fundamental dessa nova abordagem (MDA/CONDRAF, 2010, p. 19, grifo nosso).

Nesse documento, a participação social é apontada como atributo essencial do desenvolvimento territorial, pois é através dela que as “organizações da sociedade civil” poderão envolver-se no planejamento e gestão das políticas públicas, tornando-se corresponsáveis pelos rumos de seu futuro e do seu Território. O caráter participativo e cooperativo, basilar nessa perspectiva de desenvolvimento, é que legitima a noção de território como construção coletiva e como institucionalidade que potencializa o exercício da autonomia e cidadania.

Alguns estudos empíricos, a exemplo de Freitas (2009) e Germani (2010), apontam que no caso específico da política de desenvolvimento territorial do MDA, essa participação social aproxima-se a mera gestão dos recursos públicos, cabendo aos membros da sociedade civil assumir funções e responsabilidades restritas à implementação e execução das políticas públicas, em detrimento da partilha da decisão no processo de formulação dessas políticas.

O significado político crucial da participação é radicalmente redefinido e reduzido à gestão. A ênfase gerencialista e empreendedorista transita da área da administração privada para o âmbito da gestão estatal (Tatagiba, 2003) com todas as implicações despolitizadoras delas decorrentes. Estes significados vêm se contrapor ao conteúdo propriamente político da participação tal como concebida no interior do projeto participativo, marcada pelo objetivo da “partilha efetiva do poder” entre Estado e sociedade civil (Dagnino, 2002), por meio do exercício da deliberação no interior dos novos espaços públicos (DAGNINO, 2004b, p. 152).

O deslocamento da noção de participação, que se reduz a gestão, subverte o significado político desse conceito. Sendo assim, a “participação” da sociedade civil nas políticas territoriais, especialmente através dos Conselhos Territoriais, pode ocultar concepções perversas que subvertem a lógica dos movimentos sociais.

O estreitamento entre Estado e sociedade civil, pode constituir-se numa confluência perversa, visto que o alargamento da democracia, que se manifesta na criação de espaços públicos, bem como na crescente participação da sociedade no processo de gestão das políticas públicas, pode tornar-se uma estratégia do Estado em alavancar seus intentos neoliberais. A luta pela constituição dos espaços públicos é um marco importante na democratização da sociedade brasileira, todavia a participação da sociedade civil nas instâncias decisórias, defendida historicamente pelos esforços dos movimentos sociais na instalação do projeto democratizante e participativo, pode servir a uma tônica do projeto que lhe é antagônico: o modelo neoliberal (DAGNINO, 2004b).

Coadunando com essa lógica de pensamento, segue os estudos de Cunha, Paulino e Meneses (2009). Estes autores defendem que o uso da noção de território, e das ideias a ela imbricadas, como participação social, autogestão, concertação, etc., no âmbito das políticas públicas de desenvolvimento, expressam uma tentativa de modernização, com ênfase na racionalização institucional. Para eles, a abordagem territorial do desenvolvimento oculta concepções neoliberais, que defendem o encolhimento das responsabilidades sociais do Estado e sua transferência para a sociedade civil.

A adoção do enfoque territorial nas políticas de desenvolvimento rural brasileiras contribuiu para acentuar o debate no âmbito acadêmico, dado a quantidade crescente de trabalhos que tratam da temática nos últimos anos⁶⁰, como também potencializou o uso e apropriação pela sociedade civil de conceitos a ela imbricados⁶¹. Mas dentre todos os conceitos disseminados, o de território parece ser o que ganhou maior notoriedade e banalização. Assim como os outros, ele tem sofrido com a despolitização e o modismo:

⁶⁰ “Atualmente o Google Acadêmico nos retorna 15.000 títulos relevantes publicados entre 2003 e 2012 com combinações das palavras ‘Desenvolvimento + territórios + rurais’. Para os dez anos anteriores o Google retorna 3.000 títulos e os dez anteriores a estes retorna 883 títulos” (GUIMARÃES, 2013, p. 236).

⁶¹ A sociedade civil não apenas reproduz o conceito, mas também pode re-significá-lo, atribuindo-lhes novos significados. Mas a este respeito, daremos maior atenção no capítulo posterior.

O Banco Mundial hoje está falando de território, cuidado! Há uma confusão, um modismo que gera esvaziamento [...] Se tudo é territorial isso esvazia o sentido desse conceito teórica e politicamente tão importante. Todo conceito tem um núcleo epistêmico, no caso do território é a questão do poder; e há momentos em nossas análises que o poder não é o foco, então não use o território. Está virando um modismo intelectual, uma confluência perversa de discursos que implicam práticas antagônicas. A socióloga Evelina Dagnino discute o que chama de “confluência perversa” que é quando todo mundo está usando a mesma palavra, mas fazendo coisas completamente distintas; então gera uma confusão intelectual terrível. E se Pierre Bourdieu está certo quando diz que é da natureza da realidade social a luta permanente para dizer o que é a realidade social, e se todos estão dizendo a mesma coisa, alguém está enganando alguém. E vem o Banco Mundial e esvazia mais o debate territorial que com tanto custo os movimentos indígenas e camponês conseguiram resignificar. O mesmo aconteceu com a idéia de participação (PORTO-GONÇALVES, 2011, p. 45).

A rápida difusão e amplo uso da “abordagem territorial” provocam uma aguda vulgarização de conceitos. O apelo ao conceito de desenvolvimento territorial rural é motivado, principalmente, pela crítica contundente as abordagens economicistas e setoriais de projetos de desenvolvimento realizados no passado, e pela necessidade de instituir uma perspectiva multidimensional, integrada e descentralizada para planejar e gerir os “territórios” rurais. Entretanto, o apelo a esse conceito e, por conseguinte, ao conceito de território, torna-se uma tônica predominante, que parece garantir a superação da concepção setorial e exógena de desenvolvimento rural e ao mesmo tempo abranger a complexa dinâmica social. Assim, incorre-se num sério risco de sobrevalorização do conceito e de

[...] transformá-lo num conceito que não só, epistemologicamente, tem a pretensão de dar conta de toda a complexidade do espaço geográfico (muitas vezes até se confundindo conceitualmente com ele), como também, num sentido normativo, acaba se tornando uma verdadeira panacéia em termos de políticas públicas [...] (HAESBAERT, 2010b, p. 156).

A ênfase exacerbada no conceito de território tem ainda colocado em pauta a discussão sobre o esgotamento do conceito/ categoria região. Por conta da defesa exaustiva da abordagem territorial do desenvolvimento rural, nota-se que mesmo após a publicação de obras que retomam o debate sobre o conceito de região, ao tempo em que mostram a pertinência desse conceito na atualidade, tal como se vê em Lencioni (1999) e Haesbaert (2010a), têm nascido um novo discurso destacando o esgotamento do conceito de região. Nesse sentido, analisam-se na próxima seção deste trabalho as consequências do enaltecimento da noção de território, tanto para avaliar o aludido arejamento da própria discussão sobre o desenvolvimento rural,

quanto para compreender a relação comparativa e até mesmo substitutiva do conceito de região pelo de território.

2.2.1.1 A escala do desenvolvimento rural: da região ao território

Recentemente, Haesbaert (2010a) publicou seu livro intitulado “Regional-global”, sistematizando os momentos de alegada ruptura e reavivamento do conceito de região, com intuito de criticar discursos que defendem a exaustão desse conceito, destacando o caráter político do mesmo e a pertinência da abordagem regional na atualidade. Uma década antes, Santos (1994) já havia criticado o discurso de esgotamento e desaparecimento da noção de região, salientando que o que esmaeceu foi a capacidade de reinterpretar e de reconhecer o espaço em suas divisões e recortes atuais. Mas, apesar disto, alguns estudiosos, em defesa da abordagem territorial do desenvolvimento rural, têm alegado que o conceito de região está esgotado e não é pertinente no âmbito da atual política de desenvolvimento rural em curso no Brasil.

Conforme destacado no corpo deste texto, o território é concebido como uma nova institucionalidade na política de desenvolvimento do MDA. A formação desses territórios tem como base a área jurídico-política dos municípios. O Território tem sido entendido como

[...] um espaço físico, geograficamente definido, geralmente contínuo, compreendendo cidades e campos, caracterizado por critérios multidimensionais, tais como o ambiente, a economia, a sociedade, a cultura, a política e as instituições, e uma população com grupos sociais relativamente distintos, que se relacionam interna e externamente por meio de processos específicos, onde se pode distinguir um ou mais elementos que indicam identidade e coesão social, cultural e territorial (MDAa, 2005, p. 28).

A pesquisa desenvolvida pelo Observatório de Políticas Públicas para a Agricultura (OPPA), do Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (CPDA/UFRRJ), aponta um crescente consenso em torno da necessidade de se conceber o desenvolvimento rural sob a abordagem “territorial”, bem como ratifica o uso indiscriminado do conceito de território nessa nova perspectiva de operacionalização das políticas públicas:

Levando em conta a experiência recente no exercício das políticas públicas, uma primeira observação que pode ser feita, num nível mais geral, é que parece existir um consenso crescente sobre a necessidade de pensar ‘territorialmente’ as políticas, e de consolidar um nível ‘intermunicipal’ de articulação para se operacionalizar propostas de desenvolvimento, reconhecendo os limites da dimensão local/municipal para tanto. Nessa direção, **um aspecto que ainda merece um esforço maior de compreensão, é o uso indiscriminado do conceito de ‘território’, que em muitos casos torna-se simplesmente sinônimo de micro ou mesoregião, sem atentar para o fato de que envolve um conjunto de relações, disputas e interesses e de que não há um único território, mas territórios sobrepostos conforme os objetivos para os quais os mesmos são definidos** (DELGADO et al, 2007, p. 59, grifo nosso).

Na realidade, território é empregado como “[...] ambiente de análise e campo de programação e execução de ações e políticas públicas em prol de um caráter de normatização, ao invés de se dedicar à percepção das práticas sociais e das relações de poder – *lócus* de luta política” (SOUZA e FILIPPI, 2008, p. 2-3).

A condição fundante, que as relações de poder desempenham na reflexão sobre a territorialidade, é uma assertiva que goza de uma flagrante unanimidade entre os geógrafos; pelo menos, se constitui numa ideia relativamente constante entre aqueles que dispensaram seus esforços para erigir o território à condição de categoria de análise da geografia. Há pelo menos três décadas, os geógrafos têm insistido na centralidade do conceito de poder para pensar a territorialidade (COELHO NETO, 2013a, p. 30)

As relações de poder, nucleares na definição da territorialidade, são ignoradas no conceito de território adotado pela atual política de desenvolvimento rural brasileira.

Logo,

O território que deveria ser visto como ambiente politizado, em conflito e em construção é posto como ente mercadejado e passivo, mero receptáculo. O que é fruto de relações sociais aparece como relação entre objetos. Há uma coisificação e o território parece ter poder de decisão, transformado em sujeito coletivo (BRANDÃO, 2007, p. 50).

Nessa perspectiva, há “[...] uma indiferenciação geral do espaço social, redefinido como simples espaço operacional passível de ser modificado por qualquer estratégia de controle organizacional” (DUPAS, 2003, p. 62). Mais uma vez atesta-se um dos sintomas do paradigma da simplificação: a negligência para com o papel social.

O território entendido como recorte espacial de atuação ou escala instrumental da governança, mais se aproxima da noção de região do que de território, o que explica a confusão na distinção e associação desses conceitos, fato muito comum com a disseminação dessa política.

Segundo Schneider e Tartaruga (2004), a noção de território adotada na abordagem territorial do desenvolvimento, não está em conformidade com o caráter analítico e conceitual, reivindicado principalmente pela Geografia, pois trata-se de uma abordagem essencialmente normativa de sentido instrumental e prático. Assim, para esses autores, “é comum que o território perca seu sentido heurístico e conceitual e passe a ser utilizado como sinônimo de espaço ou região, conforme o caso” (p. 11) e ainda assim, “não se pode reivindicar ou reclamar das perspectivas ou abordagens territoriais por serem a-teóricas” (p.11), pois elas foram criadas com a finalidade eminentemente prática/operacional.

[...] se defende a necessidade de se distinguir o uso e o significado do território como conceito de análise, tal como lhe confere a geografia e outras disciplinas como a antropologia ou a biologia, dos sentidos instrumentais e práticos que lhe são atribuídos pelos enfoques ou abordagens territoriais. [...] A diferença fundamental entre o uso e significado conceitual e instrumental do território é que o sentido analítico requer que se estabeleçam referências teóricas e mesmo epistemológicas que possam ser submetidas ao crivo da experimentação empírica, e, depois, reconstruídos de forma abstrata e analítica. O uso instrumental e prático não requer estas prerrogativas e, por isso, pode-se falar em abordagem, enfoque ou perspectiva territorial quando se pretende referir a um modo de tratar fenômenos, processos, situações e contextos que ocorrem em um determinado espaço (que podem ser demarcados por atributos físicos, naturais, políticos ou outros) sobre o qual se produzem e se transformam (SCHNEIDER e TARTARUGA, 2004, p. 10).

Ora, se a própria formulação teórica, pode, inclusive, derivar-se da observação e análise dos fenômenos empíricos, não se justifica o lapso entre discussões tão arejadas no âmbito acadêmico sobre o conceito de território, empreendidas principalmente por geógrafos, e a concepção funcional de território que alicerça a noção de desenvolvimento nos documentos oficiais do MDA, especialmente no âmbito do PRONAT. Mesmo reconhecendo a necessidade operacional da política governamental, não se pode ignorar o número de pesquisas e proposições epistemológicas acerca do tema, como também não se pode negar que a noção instrumental de território, adotada pelo governo federal como parâmetro para a delimitação e intervenção no espaço, alimente o processo de elaboração teórica.

Se o conceito de território é balizador para implementar a proposta política de desenvolvimento, é fundamental que ela não apresente defasagem conceitual sobre o que lhe é básico, pois a aplicabilidade empírica do conceito depende da interpretação e articulação das concepções teóricas em que se sustenta ou deveria sustentar-se.

A defasagem conceitual é ainda mais contundente quando se analisa o argumento central que justifica a substituição do conceito de região pelo de território, e, por conseguinte, do desenvolvimento regional em favor do territorial: a alusão ao esgotamento do conceito de região. Sérgio Schneider, por exemplo, apesar de não cair na mera coisificação do território, tem defendido o esgotamento teórico e prático da abordagem regional, apontando sistematicamente argumentos que sustentam o suposto desgaste da noção de região e os ganhos do emprego do conceito de território como unidade de referência das políticas públicas.

No que se refere à indagação acerca dos fatores que ocasionaram a emergência da abordagem territorial como tentativa de síntese para as discussões sobre o desenvolvimento rural, é possível afirmar que a origem está em dois processos distintos. Primeiro, pelo esgotamento teórico e prático da abordagem regional, que torna evidente os limites da noção de região como unidade de referência para se pensar as ações e políticas públicas destinadas à promoção do desenvolvimento rural. [...] (SCHNEIDER, 2004, p. 100).

A própria tese de Favareto (2006) que muito contribuiu para a contextualização sobre a emergência da abordagem territorial do desenvolvimento rural, deixa explícito que o conceito de região não tem pertinência na realidade atual, pois para ele o referido conceito apresenta limites que obstaculizam sua aplicabilidade. Sob seu ponto de vista, o autor se apropria de uma citação de Milton Santos que trata de uma crítica ao conceito de região sob os moldes da Geografia Tradicional para fundamentar a consequente substituição da região por território nas políticas de desenvolvimento.

Para Milton Santos, (apud Lencioni 2003: 192), nas condições atuais da economia universal a região teria perdido o caráter de realidade viva, dotada de coerência interna. A ausência desta 'autonomia regional' seria, assim, uma das razões da falência da geografia regional tal como considerada nos moldes clássicos. A segunda crítica diz respeito às fronteiras epistemológicas. Embora se situe no âmbito da ciência social, a geografia difere da teoria social à medida que considera aspectos da natureza para a compreensão da realidade (Lencioni: 2003: 203). Enquanto **a geografia humana sofreu uma espécie de hipertrofia**, a geografia física continuou sua trajetória de valorização, impulsionada pela valorização dos temas ambientais e ecológicos. Do outro lado, a geografia regional, ante o entendimento da geografia como ciência social, sem atentar para sua especificidade que consistia em incorporar a natureza, acabou sendo negada. Isto é, a especificidade da geografia precisava ser esquecida para sua afirmação como ciência social. Finalmente, em afinidade com este espírito dos tempos, **o descenso do planejamento regional**, em muito relacionado à primeira destas críticas, **completa o quadro de esvaziamento da legitimidade do uso do conceito de região na geografia [...]** Entende-se

assim parte das razões que levam a substituir região por território na retórica e nos estudos sobre desenvolvimento [...] (FAVARETO, 2006, p. 125-126, grifos nossos).

O próprio Milton Santos alerta: “Não pensamos que a região haja desaparecido. O que esmaeceu foi a nossa capacidade de reinterpretar e de reconhecer o espaço em suas divisões e recortes atuais [...]”, (SANTOS, 1994, p. 102). Em momento posterior ele afirma que “a região continua a existir, mas com um nível de complexidade jamais visto pelo homem” (SANTOS, 1999, p. 16). Logo, por que falar em esgotamento do conceito de região?

Souza e Filippi (2008) numa crítica a vulgarização da “nova” abordagem de desenvolvimento rural, deixa implícito a perspectiva de substituição da noção de região por território:

Na verdade, o desenvolvimento territorial poderá se tornar uma panaceia absorvida nos discursos tecnocráticos e no cognitivo dos sujeitos envolvidos com a articulação e mobilização em prol dos territórios rurais. Retoma-se o ‘localismo’ com outros argumentos, contudo, conforme frisam SCHNEIDER (2004), BRANDÃO (2007), BLUME & SCHNEIDER (2003) e SCHEJTMAN Y BERDEGUÉ (2004), **deve haver um cuidado com a extrema vulgarização, porque isso criaria obstáculos a uma melhor exploração, de maneira positiva, das potencialidades que representa o conceito de território, principalmente o seu significado de superação da noção de região** e Estado-nação (SOUZA e FILIPPI, 2008, p.4).

Conforme salientou Haesbaert (2010a), o ir e vir dos conceitos ao longo da trajetória de qualquer campo do conhecimento, nos revela não apenas a busca por novas palavras/expressões, mas, principalmente, novos conteúdos que estas palavras comportam numa tentativa de expressar e acompanhar as transformações da realidade. Atualmente, a hegemonia do conceito de território, sobretudo na América Latina, se aproxima daquela adquirida pelo conceito de região no início do século XX. Isto não significa que se deva substituir o conceito de região pelo de território, como muitos têm proposto e/ou feito, mas analisar as perspectivas ou questões que eles são capazes de dar conta.

A análise do processo de formação dos territórios implantados pela política nacional de desenvolvimento territorial rural revela sérias fragilidades conceituais e também operacionais. Apesar de se combater a abordagem regional, o que se tem chamado de território normativo, não deixa de ser uma nova forma de regionalização do espaço.

Como categorizou Perico (2009), a constituição dos Territórios Rurais obedeceu um percurso operacional dividido em três momentos:

- Momento 1: A Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT) caracterizou as microrregiões geográficas, a partir de informações secundárias, geopolíticas e demográficas fornecidas pelo IBGE. Dois critérios básicos foram utilizados para a seleção: população (microrregiões com população municipal com média até 50.000 habitantes) e densidade demográfica (microrregiões com densidades inferiores a 80 habitantes por hectare). Posteriormente esses recortes regionais foram classificados de acordo a presença relativa de unidades de produção oriundas da agricultura familiar e o cálculo do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), tendo em vista identificar e priorizar as microrregiões com níveis de desenvolvimento mais baixos. Esse exercício resultou na seleção de 120 microrregiões geográficas, também chamadas de microrregiões rurais.

- Momento 2: Sobre a base das microrregiões geográficas selecionadas, iniciou-se o processo de demarcação dos territórios. Corrigiram-se possíveis imperfeições na definição dos limites regionais, a partir de um refinamento nas bases de informação utilizadas no processo de regionalização, descrita no momento 1. Em seguida, foram feitos novos reajustes no arranjo espacial conformado, a partir do reconhecimento da identidade dos atores locais/estaduais, expressa, principalmente, nas reuniões realizadas pelos Conselhos Estaduais de Desenvolvimento Rural. Esse processo legitimou a transformação das microrregiões em territórios, metodologicamente com significado de Territórios de Identidade.

- Momento 3: Este momento trata-se da culminância da “territorialização” em si, enquanto produto da ação e da gestão do território.

Observa-se que nessa trajetória metodológica, o MDA/SDT fez uso de recursos estatísticos para instituir uma “nova regionalização”. Posteriormente, através do reconhecimento da identidade dos sujeitos envolvidos nos arranjos organizacionais pré-estabelecidos, subteve-se que foram criados ou ratificados elos de coesão entre os municípios que constituem o então chamado Território.

Embora os próprios documentos publicados pelo MDA enfatizem que “os territórios são mais do que simples base física”, eles são entendidos como área geográfica de atuação e por isso, são equivocadamente compreendidos como escala equivalente ao nível microrregional:

A característica mais significativa da política empreendida pela Secretaria de Desenvolvimento Territorial consiste na definição do objeto de ação focada no planejamento e na gestão dos Territórios de Identidade – que consistem em conjuntos de municípios que conformam unidades de atuação [...]. É fundamental entender que o âmbito da gestão da política de desenvolvimento rural foi definido enquanto espaço equivalente ao nível microregional, conforme expresso na política territorial do Estado Brasileiro (PERICO, 2009, s/p).

O Estado da Bahia, por exemplo, em consonância com a política do MDA foi fragmentado pelo governo Jacques Wagner em vários recortes, “os territórios”, especificamente chamados de Territórios de Identidade, materializando uma espécie de quebra-cabeça ou “territórios-zona”, utilizando os termos de Haesbaert (2004)⁶². Como se pode perceber no mapa 1, os territórios, espacialmente definidos a partir dos limites político-administrativos municipais, conformam no Estado baiano uma lógica areolar. Nesse percurso o território é definido como “uma **área geográfica de atuação** de um projeto político-institucional, que se constrói a partir da articulação de instituições em torno de objetivos e métodos de desenvolvimento comuns” (SEI, 2004, p. 114, grifo nosso). Aqui é possível notar a profunda despolitização do conceito por meio de seu deslocamento de sentido: o que antes expressava a espacialidade das relações de poder, passa a ser sinônimo de área geográfica de atuação.

Alguns trabalhos destacam que o processo de implementação da política territorial de desenvolvimento da SDT/MDA na Bahia, é um caso exemplar, de profunda singularidade em relação à sistemática dos demais estados, como vê-se em Rocha e Paula (2007) e Delgado et al. (2007). Essa asserção está sustentada na crença de que a delimitação dos territórios se deu de forma amplamente descentralizada e participativa entre Estado e sociedade, sendo a territorialidade definida pelo reconhecimento da identidade dos sujeitos envolvidos⁶³. Porém, vários estudos empíricos, como os já citados neste texto, apontam o inverso.

Reconhece-se que pode haver ganhos com a perspectiva de descentralização política legitimada pelo MDA, principalmente se houver a transparência do conflito e a proposição de um debate aberto, em que a sociedade civil não abra mão de sua visão universalista de direitos (DAGNINO, 2004b). Assim, poder-se-á fazer melhor uso da abordagem territorial do desenvolvimento, especialmente dos espaços públicos que

⁶² Para Haesbaert (2004), os “territórios-zona” se definem como tal pela predominância da lógica zonal, de controle de áreas e limites ou fronteiras.

⁶³ A lógica zonal de demarcação dos territórios, ainda que seja conduzida de maneira participativa, não atende a complexidade que pressupõe espacializar a identidade

ela institui, “assegurando o seu qualificativo *públicos* e o que ele promete” (DAGNINO, 2004b, p. 161, grifo da autora).

Mapa 1: Territórios de Identidade da Bahia, 2014



Fonte: SEI, 2014.

Disponível em: http://www.sei.ba.gov.br/site/geoambientais/mapas/pdf/mapa_territ_ident2014.pdf

2.2.2 Uma década de PRONAT: onde se chegou?

A breve síntese dos resultados do PRONAT, após dez anos de execução, tem por base a tese de doutoramento de Guimarães (2013)⁶⁴. Pressupõe-se que a avaliação desse programa constitui-se num excelente termômetro da implementação da abordagem do desenvolvimento territorial no Brasil.

Em 2003, ano em que o PRONAT foi implantado, havia uma expectativa em relação ao anunciado modo descentralizado de condução do programa, e à promessa de um desenvolvimento integrado, ascendente e multidimensional, centrado na agricultura familiar e reforma agrária⁶⁵. Nesse sentido, as diretrizes desse programa alimentaram ainda mais a fé popular na realização da reforma agrária. Na realidade, desde a eleição do governo Lula acreditava-se que ela fosse concretizada, “[...] considerando que, na década anterior, a hegemonia do debate e das idéias em torno do que deveria ser uma reforma agrária foi compartilhada pelo Partido dos Trabalhadores (PT), como principal força partidária de esquerda, e pelo MST” (STÉDILE, 2005, p. 15).

O governo Lula, por seu lado, vem tomando o agronegócio como um dos seus pilares de sustentação, tendo até mesmo nomeado o Presidente da Associação Brasileira de *Agribusiness*, o Sr. Roberto Rodrigues, para Ministro da Agricultura, e o Sr. Luis Fernando Furlan, proprietário de uma das maiores empresas brasileiras do setor agroindustrial, a Sadia, para seu Ministro Desenvolvimento, Indústria e Comércio. O governo Lula também assumiu posições contrárias aos que lutam pela reforma Agrária em questões estratégicas, como a que culminou na liberação do plantio e comercialização de produtos transgênicos e, ainda, com a demissão do Sr. Clayton Campanhola da Presidência da Embrapa⁶⁶, ele que tinha compromisso com um desenvolvimento tecnológico com sentido democrático já que voltado para a agricultura familiar, e nomeado o Sr. Silvio Crestana, cuja proposta vai na perspectiva da busca de competitividade internacional, no melhor jargão produtivista e economicista do *agrobusiness* (PORTO-GONÇALVES, 2005, p. 29).

⁶⁴ O autor foi consultor do Instituto Interamericano de Cooperacion para la Agricultura (IICA), Costa Rica, no período de 1997 a 2003, bem como foi assessor especial do ministro do MDA, entre 2003 e 2009. Consultar currículo do autor: <http://lattes.cnpq.br/8832406794447361>.

⁶⁵ Entre suas principais diretrizes, merece destaque: i) Atuar em sintonia e sinergia com os vários níveis de governo, com as entidades da sociedade civil e organizações dos movimentos sociais representativos dos diversos segmentos comprometidos com o desenvolvimento rural sustentável **centrado na agricultura familiar e na reforma agrária**; ii) Priorizar a redução das desigualdades econômicas e sociais, **atuando preferencialmente em espaços de elevada concentração de agricultores familiares, assentados da reforma agrária e acampados**; iii) Incentivar o desenvolvimento sustentável considerando a importância da dinamização econômica nos territórios rurais, **com ênfase na agricultura familiar e na reforma agrária** (MDA, 2005b, p. 12-13, grifo nosso).

⁶⁶ Embrapa - Empresa Brasileira de Agropecuárias -, uma instituição nacional reconhecida mundialmente pela excelência de suas investigações científicas e, principalmente, tecnológicas.

A reforma agrária não somente saiu da pauta prioritária, como foi eminentemente negligenciada. Até mesmo no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, o PRONAF⁶⁷, imprimiu-se contornos antagônicos ao que foi proposto:

As evidências mostram que, desde 1996 até 2008, os agricultores familiares da região Sul, supostamente mais rica, foi a que mais recebeu recursos do PRONAF, ficando a região Nordeste, supostamente mais pobre, com a segunda ou terceira colocação quanto ao volume de recursos aplicados pelo crédito do PRONAF (AQUINO & SCHNEIDER, 2010). Dado o critério aplicado até 2003 de priorizar os investimentos do PRONAF Infraestrutura em municípios com mais baixo IDH, a desejável convergência entre investimentos públicos de interesse dos agricultores familiares e crédito de fomento produtivo para os agricultores familiares não foi priorizada, ao menos em termos de volume de recursos aplicados. Além disso, deve-se considerar que recentemente **o PRONAF adotou critérios que se apoiam em uma “lógica evolucionista” que elege os agricultores de maior renda como o seu público preferencial favorecendo que a maioria dos recursos esteja sendo concentrados em agricultores de maiores posses, os preferidos dos bancos** (AQUINO & SCHNEIDER, 2010, apud GUIMARÃES, 2013, p. 35, grifo nosso).

Onde está a descentralização e participação social nos rumos do “território”? O que a experiência do PRONAT nos ensinou acerca do reconhecimento da multidimensionalidade do desenvolvimento, da diversidade e pluriatividade do novo rural, quando se prioriza a monocultura e o latifundiário? Segundo Guimarães (2013), foram empreendidos esforços para dirimir algumas contradições, especialmente no sentido de destacar a multidimensionalidade do desenvolvimento, porém as estruturas públicas, as políticas, os recursos e instrumentos de ação são setoriais:

[...] **O planejamento segue o orçamento e não o contrário, como indica a lógica.** Ou seja, é muito raro que políticas públicas, mesmo sob uma mesma coordenação ministerial, dialoguem, troquem experiências e desenvolvam ações integradas. No governo, neste sentido, há muito mais conflito e competição do que cooperação. Isso fica patente quando se verifica que iniciativas promissoras, como a câmara interministerial de coordenação do Plano Nacional de Desenvolvimento Regional e do Ministério da Integração Nacional e os estudos do MPOG sobre a **“dimensão territorial do PPA” foram “esquecidos”** quando das mudanças ministeriais entre o primeiro e segundo mandato do governo Lula (p. 204, grifo nosso).

O PRONAT e suas diretrizes foram simplesmente sucumbidas. “A reforma agrária foi paralisada, os movimentos sociais retraídos, o desenvolvimento rural

⁶⁷ Vale salientar que o PRONAT originou-se de uma linha de ação do PRONAF.

encapsulado pelo combate à miséria e os investimentos em infraestrutura restritos ao PAC II [...]” (GUIMARÃES, 2013, p. 227). O governo petista não conseguiu alcançar minimamente os objetivos delineados, e o PRONAT sequer foi reconhecido “[...] como um ‘programa nacional’, deixando-se de usar a sigla PRONAT e passando-se a denominar o desenvolvimento territorial apenas como uma ‘estratégia’ de governança para o meio rural (Ibid., op cit., p. 187).

[...] O programa foi abortado no nascedouro. O desinteresse do MDA em levar o Programa adiante o fez sucumbir do segundo para o terceiro ano, quando seria um momento importante de revisões metodológicas, ajustes de concepção e de operação. Temas como os projetos estratégicos, a gestão da matriz de ofertas, o Comitê Gestor Estadual, o monitoramento, entre tantos, ficaram sem tratamento. Os agentes dos ministérios participantes, quando começaram a entender o Programa, na sua plenitude para além do aporte de recursos isolados, o Programa sumiu sem dar satisfação até para eles (W.J.V.D.⁶⁸, 2012, apud GUIMARÃES, 2013, p. 225).

Este contexto levou à criação do Programa “Territórios da Cidadania” (PTC), com o propósito de resgatar dívidas sociais, corrigir a lacuna deixada pelo PRONAT, universalizar programas básicos de cidadania e fomentar uma dinamização econômica em áreas rurais empobrecidas⁶⁹. A escolha e priorização dos territórios incorporados ao PTC (Mapa 2) foram ponderadas a partir dos seguintes critérios⁷⁰:

- a) Ser território do PRONAT – MDA;
- b) Menor Índice de Desenvolvimento Humano - IDH territorial;
- c) Maior concentração de beneficiários do Programa Bolsa Família;
- d) Maior concentração de agricultores familiares e assentados da reforma agrária;
- e) Maior concentração de populações tradicionais, quilombolas e indígenas;
- f) Baixo dinamismo econômico;
- g) Maior organização social e

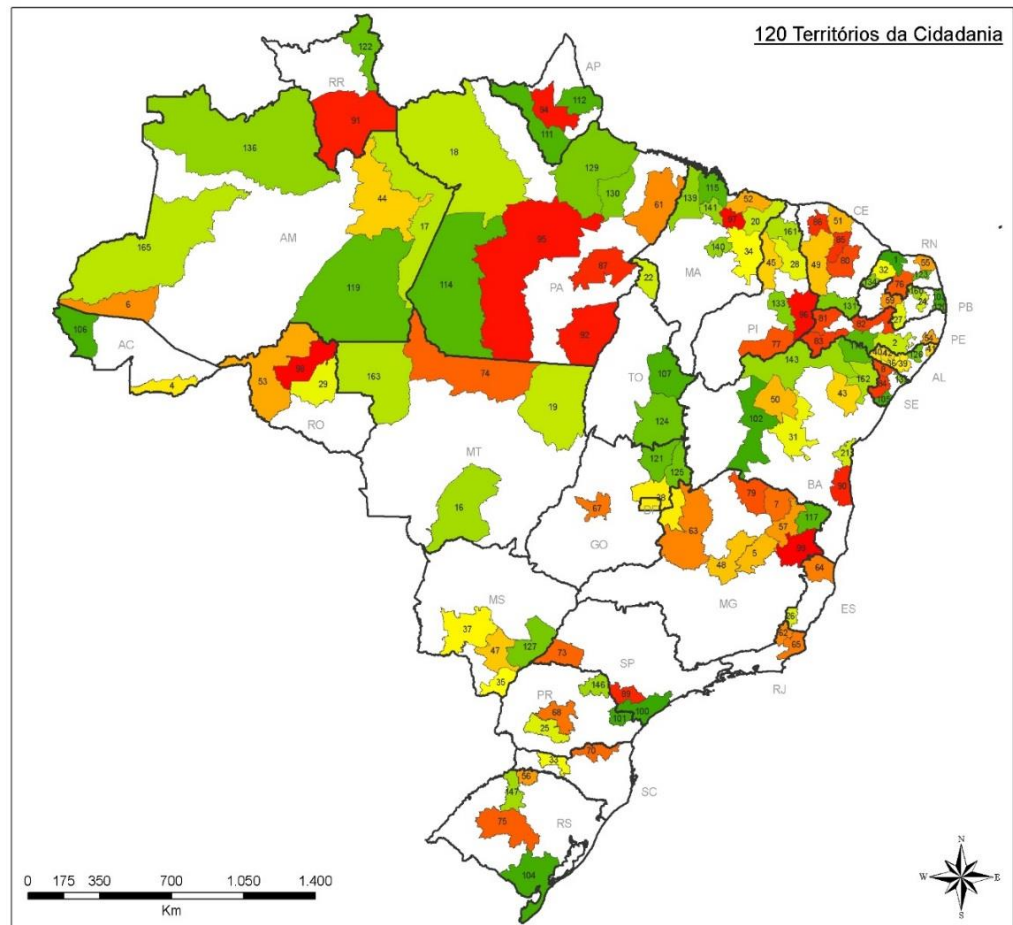
⁶⁸ O entrevistado é coordenador do programa na Bahia, operador nacional e estadual do Programa Territórios da Cidadania.

⁶⁹ A pobreza rural se caracteriza quando se constata: i) baixo acesso a serviços básicos; ii) estagnação da geração de renda; iii) carência de políticas integradas e sustentáveis que possibilitem autonomia econômica de médio prazo, conforme informações disponíveis no site: <http://www.territoriosdacidadania.gov.br>.

⁷⁰ Os critérios constam no decreto de 25 de fevereiro de 2008. Disponível em: <http://www.territoriosdacidadania.gov.br/dotlrn/clubs/territoriosrurais/xowiki/portlets/territorios/pages/folder-chunk>.

h) Maior concentração de municípios de menor Índice de Desenvolvimento de Educação Básica (IDEB)⁷¹.

Mapa 2: Territórios da Cidadania, Brasil



Legenda

Brasil	126 - Mata Alagoana - AL	20 - Baixo Parnaíba - MA	47 - Grande Dourados - MS	75 - Região Central - RS
Territórios da Cidadania	127 - Vale do Vinhedo - MS	21 - Baixo Sul - BA	48 - Sertão de Minas - MG	76 - Serido - RN
Código - Nome - UF	129 - Marajó - PA	22 - Bico do Papagaio - TO	49 - Inhamuns Craterus - CE	77 - Serra da Capivara - PI
1 - Acu-Mossoro - RN	130 - Baixo Tocantins - PA	24 - Borborema - PB	5 - Alto Jequiúnhonha - MG	79 - Serra Geral - MG
100 - Vale Do Ribeira - SP	131 - Cariri - CE	25 - Cantuáriguacu - PR	60 - Itrecê - BA	8 - Alto Sertão - SE
101 - Vale Do Ribeira - PR	133 - Vale do Caninde - PI	26 - Caparaó - ES	51 - Vales do Curu e Aracatiacu - CE	80 - Sertão Central - CE
102 - Velho Chico - BA	134 - Alto Oeste - RN	27 - Cariri Ocidental - PB	52 - Lençóis Maranhenses/Murin - MA	81 - Sertão do Araripe - PE
103 - Zona Da Mata Norte - PB	135 - Baixo São Francisco - SE	28 - Carnaubais - PI	53 - Madeira Mamore - RO	82 - Sertão do Pajeú - PE
104 - Zona Sul Do Estado - RS	136 - Alto Rio Negro - AM	29 - Central - RO	54 - Mata Sul - PE	83 - Sertão Do São Francisco - PE
105 - Sul Sergipano - SE	139 - Alto Turi e Gurupi - MA	31 - Chapada Diamantina - BA	55 - Mato Grande - RN	84 - Sertão Ocidental - SE
106 - Vale Do Juruá - AC	140 - Médio Mearim - MA	32 - Sertão Do Apodi - RN	56 - Médio Alto Uruguai - RS	85 - Sertes De Caninde - CE
107 - Jalapão - TO	141 - Campo e Lagos - MA	33 - Meio Oeste Contestado - SC	57 - Médio Jequiúnhonha - MG	86 - Sobral - CE
111 - Sul Do Amapá - AP	143 - Sertão do São Francisco - BA	34 - Cocalis - MA	59 - Médio Sertão - PB	87 - Sudeste Paraense - PA
112 - Dos Lagos - AP	146 - Norte Pioneiro - PR	35 - Cone Sul - MS	6 - Alto Juruá - AM	89 - Sudoeste Paulista - SP
114 - BR 163 - PA	147 - Noroeste Colonial - RS	36 - Da Bacia Leiteira - AL	61 - Nordeste Paraense - PA	90 - Litoral Sul - BA
115 - Baixada Ocidental - MA	16 - Baixada Cuiabana - MT	37 - Da Reforma - MS	62 - Noroeste - RJ	91 - Sul De Roraima - RR
117 - Baixo Jequiúnhonha - MG	160 - Curinetau - PB	38 - Das águas Emendadas - DF/GO/MG	63 - Noroeste De Minas - MG	92 - Sul Do Para - PA
118 - Itaparica - BA/PE	161 - Cocalis - PI	39 - Do Agreste - AL	64 - Norte - ES	94 - Centro Oeste - AP
119 - Madureira - AM	162 - Semi-árido Nordeste II - BA	4 - Alto Acre e Capixaba - AC	65 - Norte - RJ	95 - Transamazônica - PA
120 - Zona Da Mata Sul - PB	163 - Nordeste - MT	40 - Do Alto Sertão - AL	67 - Vale Do Rio Vermelho - GO	96 - Vale Do Guaranás - PI
121 - Chapada dos Veadeiros - GO	165 - Mesorregião Alto Solimões - AM	41 - Do Litoral Norte - AL	68 - Parana Centro - PR	97 - Vale Do Itapeturu - MA
122 - Terra Indígena Raposa Serra do Sol - RR	17 - Baixo Amazonas - AM	42 - Do Médio Sertão - AL	7 - Alto Rio Pardo - MG	98 - Vale Do Jamari - RO
123 - Potengi - RN	18 - Baixo Amazonas - PA	43 - Do Sisal - BA	70 - Planalto Norte - SC	99 - Vale Do Mucuri - MG
124 - Sudeste - TO	19 - Baixo Araguaia - MT	44 - Manaus e Entorno - AM	73 - Portal Do Paranapanema - SP	
125 - Vale do Parana - GO	2 - Agreste Meridional - PE	45 - Entre Rios - PI	74 - Portal Da Amazonia - MT	

Fonte: MDA/SDT.

⁷¹ Este último critério passou a ser utilizado para a incorporação de Territórios a partir de 2009 (Incluído pelo Decreto de 23 de março de 2009).

A seleção dos 120 territórios (Mapa 2) reacendeu as expectativas da população rural alvo do programa. Esperavam-se os serviços públicos e perspectivas de mudanças anunciadas, mas a trajetória do PTC não foi diferente do PRONAT. Ele foi distorcido e seguidamente abandonado pelos gestores governamentais, como ratificam os trechos a seguir:

Os recursos repassados às prefeituras nos territórios da cidadania passaram a atender a doação de tratores e retroescavadeiras descontinuando centenas de projetos estruturantes que se vinham implantando juntamente com organizações sociais dos agricultores familiares. Novamente a faca e o queijo na mão dos mandatários para garantir apoio político aos aliados do governo. Os modestos indicadores econômicos no Brasil começam a mostrar problemas em diversas frentes, como a redução das atividades econômicas e a queda no emprego (GUIMARÃES, 2013, p 227).

O PRONAT não previa recursos suficientes para fazer tudo que pretendia. O Programa Territórios da Cidadania poderia corrigir esta lacuna, mas foi distorcido e durou pouco. O MDA não soube construir e liderar o Programa para que ele se tornasse o redentor da pobreza no Brasil. Questões internas não foram superadas como a vaidade do grupo da direção superior do Ministério que tinha preconceito da Secretaria de Desenvolvimento Territorial que era considerada como uma secretaria secundária e que gerava 'muita mobilização e conversa, mas pouca efetividade' (W.J.V.D., 2012)⁷².

Segundo Guimarães (2013), apesar dos desvios metodológicos, alguns resultados oriundos do pouco tempo em que o PTC vigorou, podem ser destacados, tais como ampliação da assistência técnica e extensão rural para comunidades quilombolas, interiorização de programas de assistência social como o programa "Farmácia Popular", que antes do PTC baseava-se em critérios arbitrários que excluía muitos pequenos municípios. Os critérios do programa de habitação popular Minha Casa, Minha Vida também foram alterados, passando a contemplar municípios do Programa Territórios da Cidadania com população igual ou inferior a 50 mil habitantes.

Porém o que significam estes resultados ante o que foi prometido desde o PRONAT? Para onde foi o vigor anunciado pela adoção da abordagem territorial do desenvolvimento rural? A política de desenvolvimento territorial rural, implantada no Brasil, em consonância com as orientações dos organismos internacionais, não provocou nenhuma mudança estrutural (FAVARETO, 2006), nem sequer se mostrou multisetorial. Os programas implantados foram praticamente interrompidos, mas o

⁷² Trecho de entrevista concedida a Guimarães e publicada pelo autor em sua tese (GUIMARÃES, 2013, p. 205).

discurso pela abordagem territorial ainda persiste. Ela continua na moda e se mostra presente na continuidade de documentos publicados pelo MDA. Muitos ainda continuam a utilizá-lo como referência de suas ações, como as organizações que se propõe a investigar. Aqui a concepção de Furtado (1974) acerca do desenvolvimento como mito toma corpo, pois a noção de desenvolvimento parece ser conclamada como conteúdo sistematizador de valores e concepções de mundo que orientam o comportamento e a ação. O conceito de desenvolvimento, e neste caso, o desenvolvimento territorial rural, constitui-se num instrumento de poder mobilizador e organizador do mito.

3. A POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL RURAL E OS CAMINHOS DOS ATIVISMOS SOCIAIS NO TERRITÓRIO DO SISAL

As proposições da política de desenvolvimento territorial do governo federal brasileiro têm repercutido no Território do Sisal de uma maneira singular e notória. Este Território tem sido apresentado como uma experiência exitosa de organização e cooperação, ganhando destaque em diferentes escalas:

Foram lançadas as novas bases de apoio ao **Território do Sisal, uma experiência bem-sucedida de organização e cooperativismo**, que merece a mesma atenção dos demais territórios em fase de estruturação (MDA, 2005a, p. 25, grifo nosso).

Uma das **experiências desenvolvidas no Território do Sisal, na Bahia, vai ganhar visibilidade internacional** em 2010. A presidente do Colegiado Territorial, Gilca Moraes, vai a Dubai, nos Emirados Árabes Unidos, apresentar as ações do Conselho Regional de Desenvolvimento Rural Sustentável da Região Sisaleira (Codes Sisal) no Território. **Eleito pelo Prêmio Caixa Melhores Práticas, da Caixa Econômica Federal, como uma das 20 experiências brasileiras mais bem-sucedidas** em gestão local, o Codes Sisal vai receber o prêmio de R\$ 25 mil⁷³

Configurando um arranjo organizacional forjado por 20 municípios baianos (Mapa 3), o Território do Sisal⁷⁴, originalmente delineado para atender um programa específico do MDA, o PRONAT, foi também reconhecido pelo atual governo baiano como uma unidade espacial de planejamento, sendo por isso considerado um Território de Identidade na instância estadual, além de também ser um Território Rural e da Cidadania, na instância federal. A fragmentação espacial do Estado da Bahia em “territórios de identidade”, implantada em 2007 pela Secretaria de Cultura do Estado (SECULT/SEDECULT⁷⁵), é tributária da política de desenvolvimento rural proposta pelo MDA desde o ano de 2003⁷⁶.

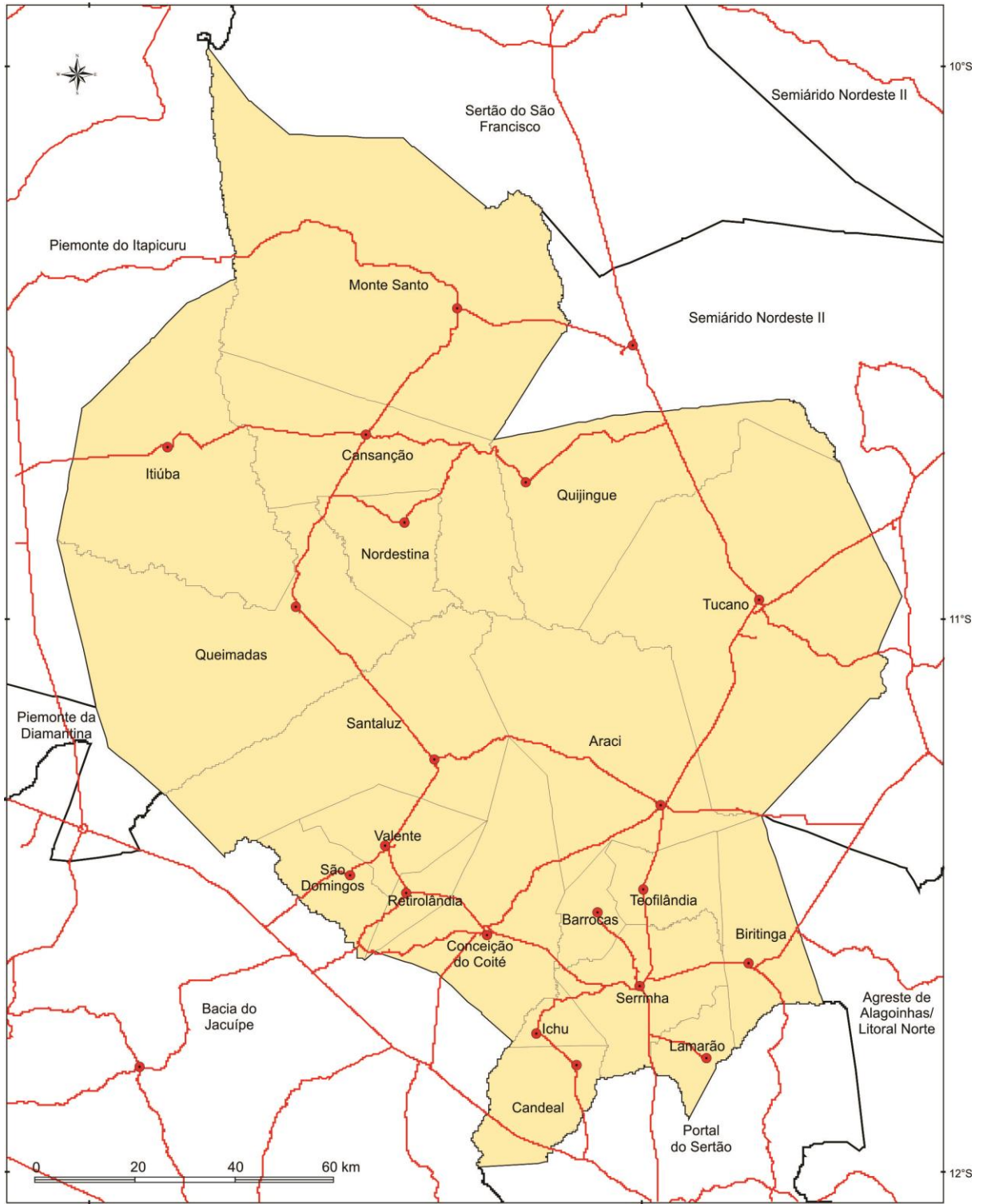
⁷³ (Disponível em: www.mda.gov.br/sdt, acesso em 17 out. 2012).

⁷⁴ Esse território foi homologado pelo Colegiado do Territorial do Sisal em 25/09/2003, conforme dados do Ministério do Desenvolvimento Agrário/Sistema de Informações Territoriais (MDA/SIT).

⁷⁵ A SUDECULT é o órgão diretamente responsável pela política de “territorialização” da cultura da SECULT/BA.

⁷⁶ “O Território de Identidade é uma estratégia de desenvolvimento, que agrupa municípios com afinidades sociais, culturais, históricas, econômicas, geográficas etc., criada pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), a partir de 2003” (SECULT, 2013, p. 7).

Mapa 3: Território do Sisal – Bahia



- Limite do território de identidade
- Limite político e administrativo municipal da Bahia
- Rodovia
- Território de identidade Sisal
- Sede municipal

Fonte: limite do território de identidade: BAHIA, 2012; limite político e administrativo municipal, IBGE, 2010; sede municipal e rodovia: SIG-BA, 2003

Sistema Geográfico: sistema de coordenadas lat/long
Sistema geodésico: SIRGAS 2000

Elaboração: Israel de Oliveira Junior, Jamile da Silva Lima, 2014

Desde a pesquisa desenvolvida pela Superintendência de Estudos Econômicos da Bahia (SEI), entre os anos de 2002 e 2003⁷⁷, o recorte espacial em tela, nesse período nomeado “Território APAEB Valente”⁷⁸ foi classificado como território consolidado e prioritário⁷⁹. Esta primeira categorização foi conferida porque nesse Território identificou-se a existência de um projeto territorial bem estruturado, com ações e atividades bem gerenciadas e executadas de maneira contínua e permanente, apresentando resultados satisfatórios conforme planejado. Nesse sentido, salienta-se a capacidade política e gerencial das instituições que atuam nesse Território, uma vez que “para ser considerado território consolidado importa a permanência no espaço e a capacidade política e gerencial das instituições na condução do processo, independentemente do tipo de projeto que se executa”⁸⁰ (SEI, 2004, p. 118).

A segunda categorização deve-se a sua maximização no atendimento aos critérios estabelecidos pelo referido estudo. São eles: a) sustentabilidade social, política, econômica e ambiental; b) atendimento prioritário às categorias sociais mais fragilizadas; c) predominância de ações/atividades nos municípios rurais classificados como deprimidos⁸¹; d) consistência das ações/atividades futuras.

⁷⁷ A pesquisa intitulada “Análise territorial da Bahia rural” foi desenvolvida pela SEI no período de 2002 e 2003 a partir do Projeto de Cooperação Técnica entre o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA) e o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). Através dela, objetivava-se identificar e classificar territórios ou projetos territoriais no estado da Bahia, para fornecer um conjunto de elementos e subsídios à construção do Plano Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável. Os resultados foram socializados no ano de 2004 através de um relatório.

⁷⁸ O Território APAEB Valente era espacialmente mais amplo que o Território do Sisal, contemplando outros municípios, hoje constituintes de outros territórios, como Campo Formoso, Quixabeira, Jaguarari e Pintadas. Porém, enfatiza-se o município de Valente, considerado o único município rural dinâmico do Território, destacando o trabalho da APAEB Valente como forma de elucidar a teia de organização social que nele se concentra.

⁷⁹ No estudo realizado pela (SEI) “os territórios podem ser considerados consolidados ou emergentes e, dentro dessas categorias, prioritários, potenciais ou não-prioritários” (SEI, 2004, p.117).

⁸⁰ A ênfase na capacidade gerencial tem sido uma tônica predominante nas políticas de desenvolvimento territorial. Empiricamente, alguns estudos indicam que isso tem levado a um deslocamento e despolitização do conceito de participação, que a passa a ser entendido como mera gestão de recursos públicos. A esse respeito ver publicação de Germani (2010).

⁸¹ “Para classificar os municípios rurais em dinâmicos, transitórios e deprimidos, calculou-se, tomando por base os anos de 1995 e 2000, as taxas de crescimento do Índice de Desenvolvimento Econômico e do Índice de Desenvolvimento Social de cada município. Identificada a mediana da taxa de variação de cada índice, atribuiu-se uma qualificação alta (acima da mediana), média (próxima à mediana) e baixa (abaixo da mediana). Posteriormente, combinaram-se as qualificações, a fim de classificar o município em dinâmico, transitório ou deprimido” (SEI, 2004, p. 124). É considerado deprimido o município cujas taxas de variação forem baixas.

Nesse sentido, tomando por base a forte consolidação das experiências sociais existentes no Território Sisal, os governos estadual e nacional têm o priorizado no âmbito das políticas públicas e o erguido a condição de referência da perspectiva de desenvolvimento ascensional a que está se propondo.

A gente até diz, e muitas dessas pessoas que vem [...], encontros internacionais do território e os outros companheiros e companheiras de outros territórios de todo o Brasil, eles colocam que **o Território do Sisal é a menina dos olhos de todo o Brasil e hoje é a menina dos olhos de outros países também**. A exemplo disso a gente tem recebido a todo momento caravanas e pessoas que vem buscar, beber da nossa fonte⁸².

[...] o estado da Bahia receberá a visita de uma Comitativa do Governo do Estado do Maranhão que pretende conhecer a experiência dos territórios de identidade, seus processos de organização, os avanços na execução de políticas públicas e mobilização social. **O Governo do Estado da Bahia, através da SEPLAN, da Casa Civil, da SUAF/SEAGRI e o Governo Federal, através da SDT/MDA, escolheram o Território do Sisal como a experiência a ser visitada por essa comitativa, tendo em vista que o território é uma referência nesse processo de organização social** – através do CODES Sisal e do tecido social em si e agora fortalecendo esse processo com a organização do Poder Público – através do Consórcio Público Territorial (CONSISAL, grifo nosso)⁸³.

Mas, o aludido sucesso do Território do Sisal não se explica através das recentes ações das políticas de desenvolvimento territorial. A preeminência do Território do Sisal resulta dos esforços dos ativismos sociais, historicamente empreendidos no sentido de uma contra-hegemonia. Os ativismos, parte constituinte da sociedade civil⁸⁴, são um conjunto de ações políticas organizadas:

[...] os ativismos sociais (ou ativismos, simplesmente, para evitar uma redundância) são um conjunto mais amplo de ações políticas organizadas, do qual os movimentos sociais seriam um subconjunto. Os ativismos, como ações públicas organizadas e relativamente duradouras, diferenciam-se de ações coletivas efêmeras e pouco organizadas ou desorganizadas, [...]; e como ações públicas, em sentido forte, diferenciam-se tanto da criminalidade ordinária (mesmo organizada) e de organizações terroristas, quanto de grupos de pressão e lobbies em sentido restrito, que tendem a atuar nos 'corredores do poder estatal', pressionando parlamentares ou administradores públicos e articulando tráfico de influência, entre outras atividades que não são propriamente públicas (SOUZA, 2006, p. 278).

⁸² Presidente do CODES-Sisal (Conselho Regional de Desenvolvimento Rural Sustentável da Região Sisaleira) em entrevista cedida a Agripino S. Coelho Neto, em 16.03.2012, grifo nosso. A realização da entrevista foi acompanhada pela autora deste estudo.

⁸³ Disponível em: <http://www.calilanoticias.com/2011/10/vice-governador-do-maranhao-visita-territorial-do-sisal.html>. Acesso em 10.12.2013, grifo nosso.

⁸⁴ Conforme anunciado no primeiro capítulo, a sociedade civil é entendida na perspectiva gramsciana.

Para compreender o papel singular desses ativismos sociais no âmbito das políticas de desenvolvimento territorial, em face aos resultados galardoados que se tem anunciado, faz-se necessário analisar o contexto temporal, sociopolítico e econômico do arranjo espacial institucionalmente denominado de Território do Sisal, pois esse contexto conforma pré-condições para a forte identificação e adesão à política de desenvolvimento territorial rural.

3.1 Território do Sisal: da dita inospitalidade à reinvenção dos modos de vida

O Território do Sisal apresenta uma realidade sociopolítica e econômica bastante emblemática e conflituosa. Para a leitura desse contexto, Coelho Neto (2013c) aciona os termos “permanências” e “emergências”, empregados como um par dialógico para compreender a coexistência entre condições estruturais perdurantes ou que não sofreram mudanças significativas, e novos fenômenos, novos agentes sociais.

As permanências não indicam o congelamento absoluto de fenômenos do passado, mas a coexistência de elementos/componentes do passado que podem ser reconfigurados e ressignificados no presente. Não concebemos permanências e emergências numa perspectiva de sucessão, mas de coexistência, ou seja, a persistência (ou recorrência) de características, fenômenos, agentes do passado que experimentam diferentes graus de transformação, convivendo (e coexistindo) com novos fenômenos, novos agentes e novas formas (COELHO NETO, 2013c, p. 120-121).

Empiricamente, as permanências manifestam-se pelo conjunto de condições estruturais e pela particularidade histórica que se forjou no Território do Sisal, reconhecido pela prevalência das chamadas adversidades físico-naturais atribuídas à seca, por um conjunto de indicadores socioeconômicos desfavoráveis exemplificados pelos índices de analfabetismo, desemprego, entre outros, bem como pelos esquemas de autoritarismo e clientelismo político. As emergências revelam-se na latência e complexificação de redes de organizações sociais, que no âmbito desta pesquisa são apontadas como ativismos sociais.

3.1.1 Os caminhos do determinismo: a “hostilidade” da natureza e a fibra do sertanejo

A primeira permanência, aqui destacada, encontra-se calcada no plano dinâmico da natureza. Localizado numa área de ocorrência de secas longas⁸⁵, no domínio morfológico do semiárido (Mapa 4), o Território do Sisal “apresenta um conjunto de traços fisionômicos que reúne os elementos da mais conhecida e expressiva caracterização do sertão nordestino brasileiro” (COELHO NETO, 2013c, p. 146). Os municípios que o constitui apresentam: i) alta irregularidade de chuvas, com dois períodos destacados: um chuvoso e outro seco, com índices pluviométricos que variam entre 400 a 900mm (Quadro 2), temperaturas elevadas, oscilando entre 20,7° a 26,8°C⁸⁶ e escassez de umidade⁸⁷, características do clima tropical semiárido; ii) caatinga arbustivo-arbórea, herbáceas, xerófilas e caducifólias (AB’ SABER, 2003), ficando cinza-calcinada nos meses secos e exuberantemente verde nos chuvosos (AB’ SABER, 1999); solos predominantemente da classe dos Neossolos⁸⁸, sendo eles distróficos (de média ou baixa fertilidade), e em maior extensão espacial, eutróficos (Quadro 2), considerados pela Embrapa (2001) com aptidão restrita a nula (Mapa 5).

O Rio Itapicuru é o único perene no Território (Mapa 6), mas devido as barragens, represas e açudes construídos⁸⁹, como também a retirada da mata ciliar, pisoteio nas margens dos rios, despejos de efluentes e entulhos (Figura 1), “o leito, no limite do talvegue do rio, não chega a alcançar um metro de profundidade, mesmo em período chuvoso” (CERQUEIRA e VALE, 2011, p. 12).

⁸⁵ Expressão atualmente utilizada em substituição a ideia de “Polígono das secas”, instituída na década de 1930.

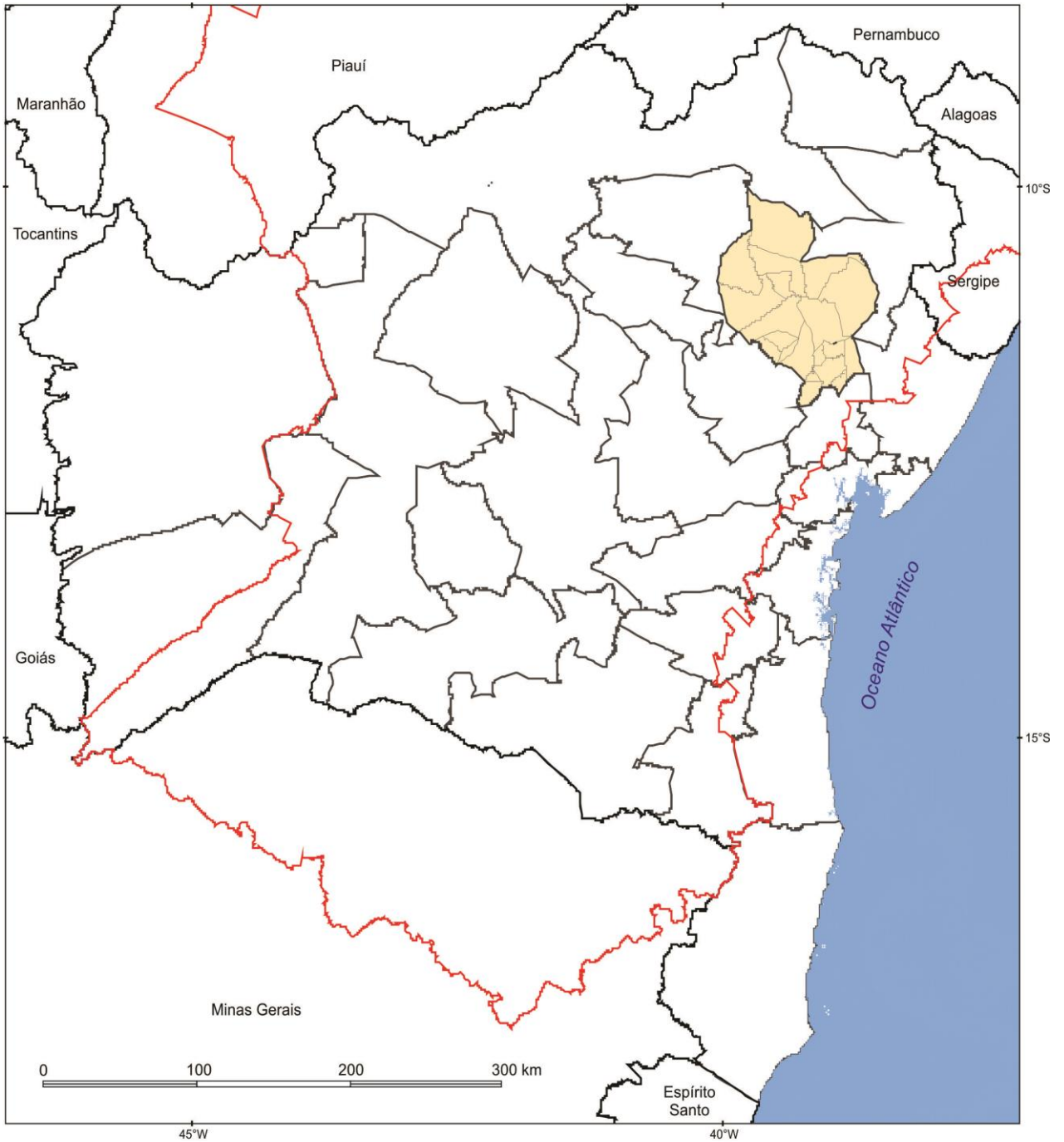
⁸⁶ “Este padrão das condições meteorológicas resulta em um índice de aridez acentuado, entre 30 e 66%, e evapotranspiração real entre 339 a 916mm” (SEI, 2009 apud CERQUEIRA e VALE, 2012, p. 1438).

⁸⁷ O conjunto desses fatores (índices pluviométricos baixos, distribuídos irregularmente e temperaturas elevadas) favorece a evapotranspiração e provoca uma deficiência hídrica (MOREIRA, 2002).

⁸⁸ A classe dos Neossolos “compreende solos constituídos por material mineral, ou por material orgânico pouco espesso, que não apresentam alterações expressivas em relação ao material originário devido à baixa intensidade de atuação dos processos pedogenéticos, seja pela razão de características inerentes ao próprio material de origem, como maior resistência ao intemperismo ou composição químico-mineralógica, ou por influência dos demais fatores de formação (clima, relevo ou tempo), que podem impedir ou limitar a evolução dos solos” (EMPRABA, 2006, p. 84).

⁸⁹ Segundo Inventário Socioambiental de Barragens na Bahia (2012), elaborado pelo grupo de pesquisa Geografar (A Geografia dos Assentamentos na Área Rural), foram realizadas 22 obras entre barragens, represas e açudes ao longo do Rio Itapicuru. Destas, oito estão situadas no Território do Sisal e em sua maioria tem a finalidade de abastecimento.

Mapa 4: Localização do Território do Sisal no semiárido baiano



- Limite político e administrativo estadual
- Limite político e administrativo municipal
- Limite da região Semiárida
- Limite do território de identidade
- Território de identidade Sisal

Fonte: limite do território de identidade: Bahia, 2012; limite político e administrativo municipal, IBGE, 2010; Semiárido: Brasil, 2005

Sistema Geográfico: sistema de coordenadas lat/long
Sistema geodésico: SIRGAS 2000

Elaboração: Israel de Oliveira Junior, Jamile da Silva Lima, 2014

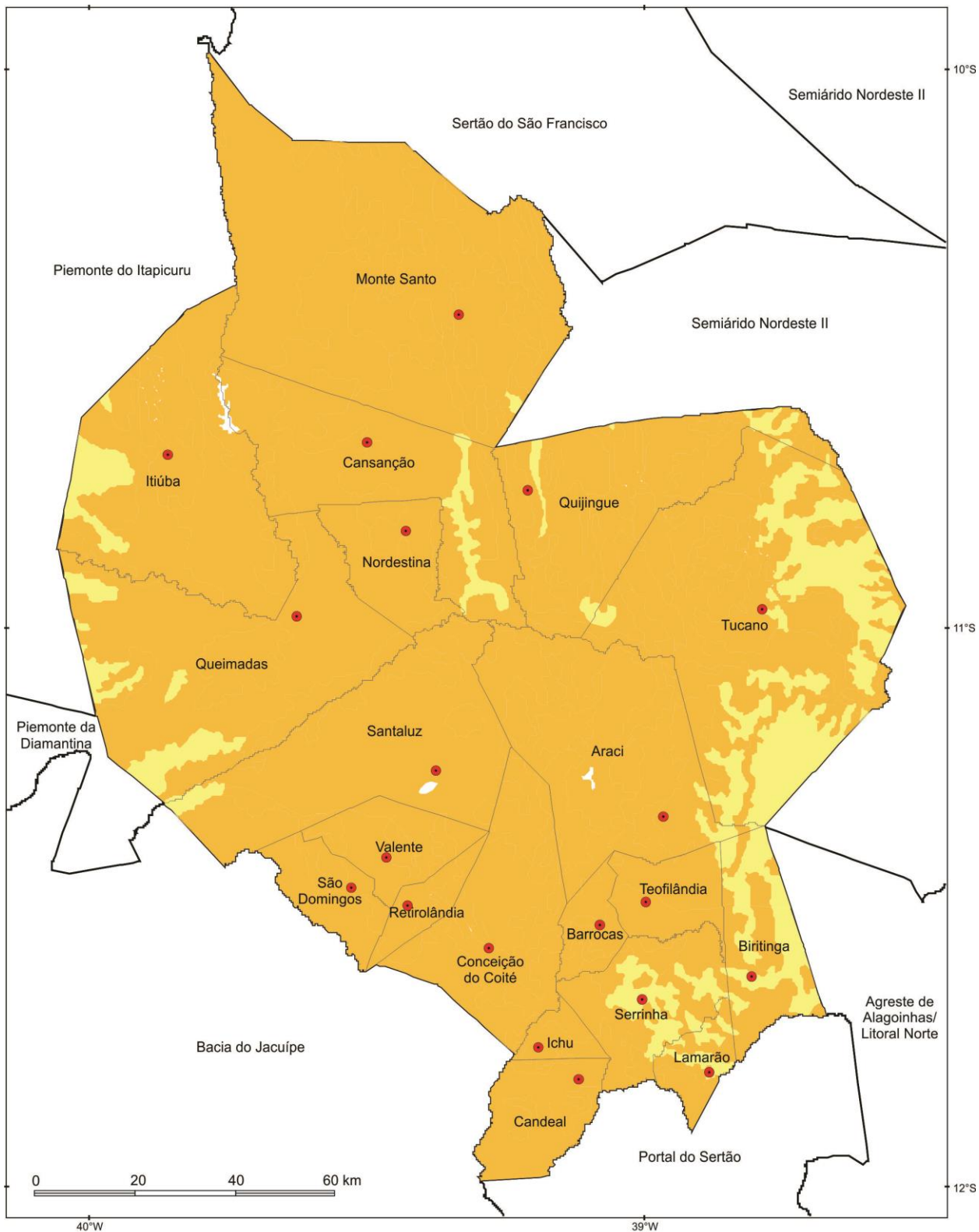
Quadro 2: Síntese das características fisiográficas do Território do Sisal

GEOMORFOLOGIA	GEOLOGIA	SOLOS	VEGETAÇÃO	ISOIETAS
Depressão Sertaneja Periférica e Interplanáltica (<i>pedimentos funcionais, pediplano sertanejo, serras e maciços residuais</i>)	Cráton São Francisco Rochas Ígneas (<i>granodioritos e tonalitos</i>) Rochas Metamórficas (<i>mármore e anfíbolitos</i>) Greenstone Belt do Rio Itapicuru	Planossolo Háplico (<i>eutrófico</i>) Neossolo Regolítico (<i>eutrófico</i>) Neossolo Litólico (<i>eutrófico</i>) Vertissolo	Agropecuária Caatinga	400 mm a 600 mm
Bacia Sedimentar Recôncavo-Tucano (<i>tabuleiros, formas de dissecação e aplanamentos</i>)	Formas sedimentares (<i>folhetos, arenitos, argilitos, lateritas e cascalho</i>)	Latossolo Vermelho-Amarelo (<i>distrófico</i>) Neossolo Quartzarênico Neossolo Litólico (<i>distrófico</i>)	Agropecuária Caatinga Cerrado	600 mm a 900 mm

Fonte: SIG-BAHIA, 2003. In: CERQUEIRA e VALE, 2011, p. 13.

Elaboração CERQUEIRA, 2011.

Mapa 5: Aptidão dos Solos – Território do Sisal



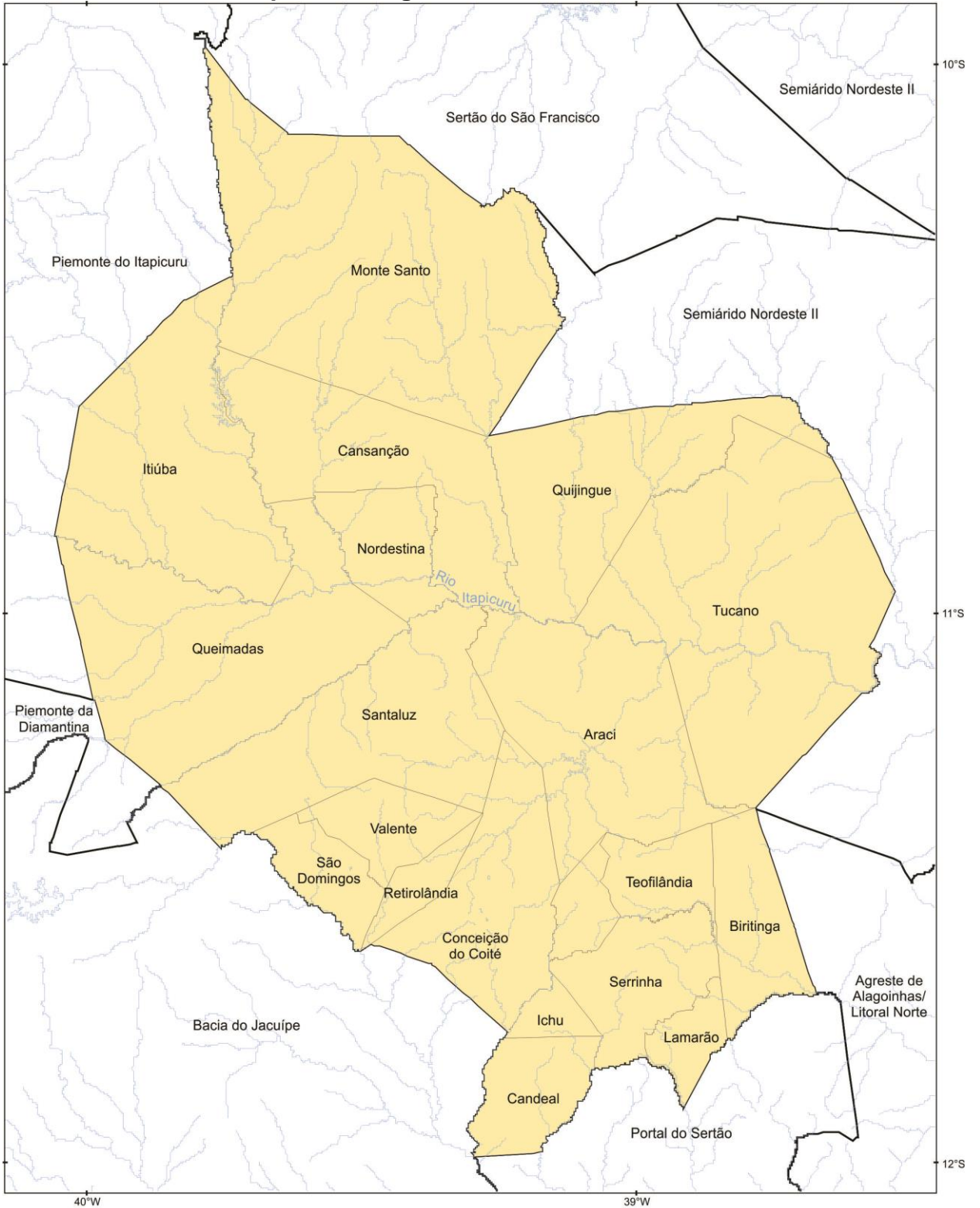
- Limite do território de identidade
 - Limite político e administrativo municipal da Bahia
 - Sede municipal
- Aptidão do solo**
- Baixo a médio
 - Restrito a nulo

Fonte: limite do território de identidade: Bahia, 2012; limite político e administrativo municipal, IBGE, 2010; solo: SIG-BA, 2003

Sistema Geográfico: sistema de coordenadas lat/long
Sistema geodésico: SIRGAS 2000

Elaboração: Israel de Oliveira Junior, Jamile da Silva Lima, 2014

Mapa 6: Hidrografia – Território do Sisal



- Limite do território de identidade
- Limite político e administrativo municipal da Bahia
- Rio
- Território de identidade Sisal

Fonte: limite do território de identidade: BAHIA, 2012; limite político e administrativo municipal, IBGE, 2010; rio: SIG-BA, 2003

Sistema Geográfico: sistema de coordenadas lat/long
Sistema geodésico: SIRGAS 2000

Elaboração: Israel de Oliveira Junior, Jamile da Silva Lima, 2014

Figura 1: Trecho do rio Itapicuru, Pov. Pedra Grande, Tucano–BA



Fonte: disponível em: <https://www.flogao.com.br>. Acesso em 13.12.2013.

A pesquisa desenvolvida por Cerqueira e Vale (2012) aponta que além de ser o principal recurso hídrico do Território, a rede hidrográfica do rio Itapicuru contribui para a manutenção do equilíbrio ambiental. Porém, devido ao acentuado assoreamento deste rio, associado ao intenso desmatamento da caatinga, aos manejos inadequados do solo e aos condicionantes morfoclimáticos, tais como elementos fisiográficos, morfodinâmicos, litológicos, pedogenéticos e atmosféricos, tem-se identificado no Território do Sisal um avançado processo de deterioração do patrimônio natural, especificamente na Depressão Sertaneja⁹⁰ que representa a área mais degradada e suscetível à desertificação, conforme estudo das referidas autoras.

Esse contexto só potencializa a significação sociopolítica do fenômeno da seca. Os elementos da natureza do semiárido são apropriados e apresentados como obstáculos ao desenvolvimento. Este, insistentemente perseguido, parece ser inalcançável por conta da dinâmica da natureza. Na problemática da seca, encontraram-se argumentos para justificar a permanência histórica de problemas sociais e econômicos⁹¹, que sob essa ótica são “naturalizados”.

⁹⁰ A Depressão Sertaneja é uma unidade geomorfológica bastante representativa no Território do Sisal.

⁹¹ Os municípios do Território do Sisal apresentam acentuados problemas socioeconômicos, exemplificados pelos índices de analfabetismo, desemprego, baixa renda, concentração fundiária, entre outros. Este assunto será tratado com profundidade a seguir (enquanto uma outra permanência).

A seca é, na realidade, uma palavra-chave. Ela representa objetivamente falta de chuva, mas também simbolicamente a Região Nordeste e os problemas sociais e econômicos que são peculiares às condições da sua *natureza hostil*, como: miséria, analfabetismo, doença, descapitalização etc. (CASTRO, 1997, p. 181, grifo da autora).

Os longos períodos de estiagens (Figura 2), característicos da semiaridez climática, objetivamente podem limitar a agricultura⁹² nos moldes praticados no Território do Sisal (considerando as técnicas predominantemente utilizadas pelos trabalhadores do campo). Mas, o sentido que lhes foi atribuído por distintos sujeitos sociais corroborou para a construção de um imaginário social da natureza semiárida, forjado para fundamentar a imagem e “retórica da seca”.

Figura 2: Paisagem do município de Retirolândia–BA



Fonte: Jamille Lima, em 02 nov./2012.

As imagens são muito importantes na construção do imaginário social. No processo de construção e incorporação de imagens também forja-se e/ou adota-se signos e símbolos a elas intrinsecamente associados. As imagens são instrumentos de poder, como aponta os escritos de Raffestin (1993), Harvey (1989), e Haesbaert

⁹² Castro ([1996] 2008) destaca a latência de um novo discurso germinado por uma pequena parcela do setor empresarial e da administração pública, que com auxílio de modernas tecnologias, vê na escassez pluviométrica uma benesse climática para a agroindústria, tal como a reprodução de pragas, dificultada pelos baixos índices pluviométricos. A natureza semiárida é apontada como vantagem competitiva, mas para tanto são necessárias técnicas e tecnologias de irrigação. No âmbito nacional, este discurso coexiste contraditoriamente com o antigo discurso, “que atribui à natureza dificuldades que explicam os problemas sócio-econômicos da Região [Nordeste]” (CASTRO, 2008, p. 297).

(2004). Para este, “[...] as representações espaciais também são instrumentos/estratégias de poder, na medida em que muitas vezes agimos e desdobramos relações sociais em função das imagens que construímos da realidade” (p. 91-92).

Para Castro (1997) o simbólico e o imaginário podem ser fecundos não só para arejar o entendimento teórico dos geógrafos sobre o espaço, mas eles também podem ser uma possibilidade metodológica de compreensão do real em seu sentido empírico. “O território, enquanto forma e símbolo, é o continente que afeta o seu conteúdo social e é da mesma forma afetado por ele” (CASTRO, 1997, p. 176-177). Apesar de a imaginação originar-se de um atributo humano, ela é indissociável dos atributos espaciais, pois são estes que nutrem as representações individuais e coletivas.

É possível, pois, propor que todo imaginário social, da mesma forma que possui um forte componente político possui também um forte componente espacial pelo poder simbólico atribuído aos objetos geográficos, naturais ou construídos, que estão em relação direta com a existência humana. Em outras palavras, todo imaginário social pode revelar-se em imaginário geográfico (CASTRO, 1997, p. 177).

Nessa perspectiva, a autora argumenta em favor de uma relação entre a “*geograficidade* da experiência humana” e o discurso político, visto que algumas peculiaridades da natureza são intencionalmente apropriadas e utilizadas em prol de um imaginário coletivo, forjado para alicerçar a retórica ou a ação política. Paradigmas e concepções deterministas são reproduzidos para justificar práticas hierárquicas, que acabam por naturalizar de maneira sagaz e organicista condições socioeconômicas desfavoráveis.

No Brasil, o caso do semi-árido nordestino é exemplar. Desde o final do século passado, a sua natureza semi-árida tem sido vista como a principal causa dos problemas da região e tem sido amplamente utilizada nos discursos das elites regionais para obter maiores benefícios junto ao governo federal (CASTRO, 1992). Na realidade, a idéia de que o clima semi-árido é responsável pelo atraso do Nordeste faz parte do imaginário regional, e nacional, e revela uma percepção na qual o determinismo da natureza está implícito, tanto na idéia de que o ‘sertanejo é antes de tudo um forte’ de Euclides da Cunha, como na perspectiva do território condenado ao sofrimento e à pobreza por uma natureza difícil de ser domada. No entanto, quando esta mesma natureza torna-se base de discurso e fonte de recursos públicos, mais do que um símbolo do imaginário social, ela passa a representar um valioso poder simbólico para o imaginário político regional. A natureza semi-árida, neste caso, portanto, é exemplarmente apropriada pelo imaginário coletivo através das imagens que são retrabalhadas no sistema

de valores, dando suporte ao discurso e aos atos políticos (CASTRO, 1997, p. 181).

A seca tomada enquanto tônica explicativa para realidade regional é uma assertiva tão vigorosa, que mesmo os ativismos sociais do Território do Sisal, acabam por reproduzi-la. No plano Territorial de Desenvolvimento Sustentável do Sisal, elaborado com a participação de distintas organizações da sociedade civil do Território do Sisal, atribui-se as condições de miserabilidade da população às estiagens prolongadas:

Os longos períodos de seca que se repetem, de forma cíclica, em média a cada 12 anos, têm sido o grande vilão da situação de pobreza e de miséria em que se encontra grande parte da população. O índice pluviométrico anual, além de baixo, é irregular, mais de 70% das chuvas se concentram num curto espaço de tempo, ficando a maior parte do ano sem chover, o que inibe a atividade produtiva. Já nos períodos de estiagem prolongada, os índices pluviométricos caem para 200 mm e 400 mm, inviabilizando quase que completamente a vida humana, gerando grandes fluxos migratórios da população, que busca a sobrevivência em outras regiões (CODES-SISAL, 2010, p. 22).

“A seca continua comparecendo como notícia nos principais veículos de comunicação do país, informando a recorrência das práticas emergenciais assistencialistas (distribuição de alimentos e de água com caminhões pipas) [...]” (COELHO NETO, 2013, p. 155). Estas, além de corroborarem para garantir a estabilidade da aristocracia política regional, que geralmente é também a elite fundiária, visto que a propriedade da terra no Nordeste possui uma dimensão peculiar simbólico-política (CASTRO, [1996] 2008), implicitamente também afixam uma profunda mácula de inferioridade que estigmatiza a população que vive no semiárido, denunciada no trecho abaixo:

A imagem construída em relação ao semi-árido é aquela da inviabilidade e da insustentabilidade. Dita imagem é gerada, principalmente, pelo fato que dele somente se veiculam, comentam e valorizam as notícias e fatos da seca, da falta de água, da hipotética incapacidade de seu povo, das políticas assistencialistas com que a região é tratada, das doações alienadoras. Como se ao seu povo faltasse a capacidade de gerir seu próprio destino (MOC, 2006, p. 6).

Mas, os fundamentos das tradicionais estruturas de poder não são absolutos, “[...] é justamente no solapamento das formas elaboradas do seu discurso que podem ser encontrados trunfos importantes para a redução do seu espaço político e para a

percepção do seu processo de mudança” (CASTRO, [1996] 2008, p. 293). Nesse sentido, destacam-se os esforços empreendidos, principalmente pelos ativismos sociais do Território do Sisal, na tentativa de desconstruir o discurso “dos oprimidos/vitimados” pela seca, embora contraditoriamente eles também ratifiquem e postulem esse discurso.

O slogan da APAEB-Valente “O Sertão tem tudo que se precisa. Se faltar a gente inventa” (APAEB, 2006) elucida o movimento de reconstrução da imagem regional e a nova concepção de convivência com o semiárido, defendida pelos ativismos no Território do Sisal.

A conformação do novo imaginário social nesse Território nutre-se, principalmente, do poder simbólico atribuído a *Agave sisalana*, o sisal (Figura 3). Além de ser um objeto econômico-funcional, sendo por isso um simulacro apregoado no brasão de vários municípios do Território do Sisal (Figura 4), essa planta, simboliza a vida e o despertar da esperança. Mesmo sob altas temperaturas ele não perde o esverdeado⁹³, demonstrando elevada capacidade de resiliência e projeção ascensional, pois está sempre “apontando para cima”⁹⁴, considerando crescimento apical da planta⁹⁵ (Figura 5).

Figura 3: Brasão de alguns municípios do Território do Sisal



Elaboração: Jamille Lima, 2013.

⁹³“O sisal é do ponto de vista fisiológico, quase um sistema fechado, apresentando mecanismos eficientes de economia de água, porém mantendo o balanço de CO₂ positivo. O metabolismo CAM é muito importante para plantas como o sisal, que vivem em ambientes xéricos, onde a disponibilidade de água é em geral baixa. Tem elevada eficiência no uso de água, gastando em média 75g de água para produzir um grama de fitomassa contra mais de 500g nas plantas de metabolismo C₃, podendo chegar até 1.000g de água por grama de fitomassa produzida (BARRETO e BARBOSA, 2001, s/p). “Durante o seu desenvolvimento, se os dias não forem completamente ensolarados, as folhas tornam-se flácidas, diminuindo o vigor e enfraquecendo as fibras” (SILVA et al., 2008, p. 4).

⁹⁴ Expressão utilizada por representante da COOPERAFIS, em entrevista cedida a Agripino S. Coelho Neto, em 16.03.2012. A realização da entrevista foi acompanhada pela autora deste estudo

⁹⁵ “O pseudocaule de *A. sisalana* pode, quando adulto, atingir uma altura de até 1,20 m e um diâmetro de 20 cm; depois desta fase, em especial quando as plantas são regularmente cortadas, o tronco deixa de crescer em diâmetro, uma vez que todo o crescimento da planta passa a ser apical” (SILVA et al., 2008, p. 2).

Originário da península de Yukatan, no México, o sisal foi introduzido no Brasil no início do século XX, em 1903 especificamente, por iniciativa de Horácio Urpia Júnior (PINTO, 1969). Apenas a partir do final da década de 1930, por estímulo governamental, o cultivo do sisal desponta no semiárido baiano como atividade econômica (MARQUES, 2002), adquirindo expressividade, manifesta nas transformações desencadeadas (COELHO NETO, 2013c): a) ativação da economia dos municípios sisaleiros; b) desenvolvimento de aglomerações e surgimento de novos municípios, como Araci (1956) e Valente (1958) (PINTO, 1969); c) reorganização da estrutura fundiária, haja vista o processo de minifundização engendrado com o “esfalecimento de grandes propriedades e dos estabelecimentos já existentes” (PINTO, 1969, p. 39) e d) formação de um elo organizacional a partir do qual foram criadas várias organizações sociais⁹⁶.

Figura 4: Plantação de Sisal–Retirolândia



Fonte: Coelho Neto, 2013.

Figura 5: Pseudocaule do Sisal



Fonte: CODES-SISAL, 2010.

A importância político-econômica da atividade sisaleira no contexto regional [Território do Sisal], revelou que esta é uma alternativa exitosa de convivência com o semiárido. A adaptação da planta *Agave sisalana* às condições edafoclimáticas das regiões semiáridas elucida a tentativa de construção de um novo conteúdo/imagem

⁹⁶ O desejo de valorização do preço do sisal e de melhorar os sistemas produtivos contribuiu para a latência da Associação dos Pequenos Agricultores Rurais (SANTOS, 2007), por exemplo.

para o Território do Sisal, simbolizando a resiliência e força da população que nele vive, em contraposição a aludida incapacidade⁹⁷ de seu povo. Porém, isso acaba alimentando a “permanência dos condicionantes naturais”, ou seja, uma apropriação determinista dos elementos da natureza semiárida. Inspirados na célebre frase de Euclides da Cunha⁹⁸ “o sertanejo é, antes de tudo, um forte” ([1902] 1952, p. 101), diferentes agentes sociais estabelecem uma analogia entre a fibra do sisal e a bravura necessária para viver em meio à “hostilidade física” do semiárido:

Mas aqui se configura a nordestinidade do baiano. A começar por suas paisagens, pontilhadas por lajedos, carrascais e tabuleiros, onde vicejam mandacarus, caroás, facheiros, macambiras e gravatás, tão bem descritas pelo grande clássico da literatura nacional, Os Sertões, de Euclides da Cunha. E como parte indissociável desta paisagem, com ela própria se confundindo, assoma a **figura heróica** do vaqueiro, com suas típicas vestimentas de couro para permitir adentrar na caatinga. É também nesta paisagem áspera e pedregosa onde, mais do que nas demais regiões da Bahia, passeiam os bodes e os jumentos, os mais eloquentes representantes da autêntica fauna do sertão nordestino e que tiveram papel determinante para assegurar as condições mínimas de vida do sertanejo. [...] Qualquer iniciativa voltada para a territorialização de políticas públicas a serem desenvolvidas pelos governantes não pode deixar de levar em conta esta **fibra do sertanejo, tão forte quanto a fibra do sisal** (CODES-SISAL, 2010, p. 15-18, grifo nosso).

Para Euclides da Cunha, "**o sertanejo é, antes de tudo, um forte**". **Se ele tivesse conhecido a disposição de uma pequena cidade sertaneja da Bahia, com certeza teria dito que o sertanejo é, antes de tudo, um valente**. Essa é a impressão que se guarda depois de visitar o município baiano recordista na produção de sisal (90 mil toneladas/ano) [...]. **A paisagem é inóspita como em qualquer lugar nos milhares de quilômetros do semi-árido nordestino**. Em Valente ainda não pega celular, **mas o desenvolvimento local do município e região proporcionado pelo cultivo da planta fibrosa é evidente** [...] (EMBRAPA, 2004, grifo nosso)⁹⁹.

⁹⁷ Ver trecho citado anteriormente (p. 108) de autoria do MOC (2006).

⁹⁸ Segundo o sociólogo brasileiro Martins (2008), “[...] Euclides da Cunha fez um refinado discurso europeu sobre a tragédia dos miseráveis de Canudos, que ele nunca compreendeu, porque não compreendia a linguagem do silêncio e dos silenciados; porque não compreendia a dialética de um fazer História à margem da realidade dominante e das idéias dominantes. Chegou ao sertão árido de Canudos, num cenário de miséria e morte, trajando camisa de seda. Ele, oficial militar que ali estava como jornalista ilustrado, e os oficiais envolvidos na guerra contra os sertanejos místicos imaginavam-se na França de 1789. Chamavam-se entre si de cidadãos, e o eram, de uma república imaginária, transportando para o Brasil de terra adentro a reacionária e insubmissa Vandéia dos pobres da terra para derrotá-la aqui a ferro e fogo. O Brasil das elites, republicanas ou não, era uma ficção, e o povo mera massa informe de matéria-prima para moldar o cidadão fictício que somos até hoje” (MARTINS, 2008, p. 10-11).

⁹⁹ Disponível em: http://www.cnpa.embrapa.br/noticias/2004/noticia_20041004.html. Acesso em 10.01.2014.

Figura 6: Folheto da Cooperativa Regional de Artesãs Fibras do Sertão



Fonte: Reprodução por scanner do folheto original da COOPERAFIS.

Desse modo, “[...] o determinismo da natureza está implícito, tanto na idéia de que o ‘sertanejo é antes de tudo um forte’ [...], como na perspectiva do território condenado ao sofrimento e à pobreza por uma natureza difícil de ser domada” (CASTRO, 1997, p. 181). Os modos de apropriação da natureza e significação sociopolítica da seca nutrem a persistência das políticas assistencialistas e deixam fora da pauta a crítica à deficiência da infraestrutura hidráulica e à gestão dos recursos hídricos, uma vez que a “culpa” é, quase unicamente atribuída à “dinâmica da natureza”.

Na sociedade civil em seu sentido amplo na concepção gramsciana, o reconhecimento das forças da natureza enquanto fator determinante para a vida no

semiárido, reforça um espírito conformista e fatalista. A pesquisa de campo realizada por Vilbégina Santos (2011) ratifica a sobreposição da interpretação fatalista, mesmo quando o intento é mostrar a perspectiva de convivência com o semiárido¹⁰⁰. A leitura determinista sobre a natureza do semiárido ainda é forte e se faz presente nos interstícios institucionais e sociais.

3.1.2 As características socioeconômicas

Para Coelho Neto (2013c), as características sociais e econômicas do Território do Sisal também compõem o quadro de permanências. A assertiva se sustenta na identificação empírica de um conjunto de elementos que mantêm determinada durabilidade no Território do Sisal. Nesse sentido, destacam-se: i) a ruralidade como traço da vida regional, ii) a bipolarização da estrutura fundiária, iii) o processo produtivo tecnologicamente arcaico e socialmente desigual e injusto, e iv) os indicadores socioeconômicos desfavoráveis, como IDH, IDS e Analfabetismo.

A importância da ruralidade na estruturação da vida regional, primeira permanência sinalizada por Coelho Neto, consiste num elemento instigante em face às perspectivas que anunciaram o desaparecimento do rural e à intensidade e amplitude do processo de urbanização experimentado em distintas escalas. Em dez municípios do Território do Sisal, tem-se mais de 60% da população vivendo na zona rural (Mapa 7), sendo Monte Santo o município de maior indicador, com 83,10% (Tabela 1). Nenhum dos municípios desse recorte regional alcançou o grau médio de urbanização brasileira (84,35%), nordestina (73,10%) e baiana (72,1%)¹⁰¹. São Domingos e Ichú foram os que mais se aproximaram desses percentuais, apresentando respectivamente, taxas de urbanização de 64,12% e 64,03%. Os indicadores quantitativos da população domiciliada por local de residência atestam a relevância da ruralidade no Território do Sisal. O ritmo de decréscimo da população rural em relação à urbana é mais moroso em comparação ao apresentado nas outras escalas destacadas.

¹⁰⁰ Como exemplo, destaca-se a fala do Sr. Raimundo em discussão entre participantes de um grupo focal, dirigida pela pesquisadora Vilbégina Santos: “Penso que a gente tem que aprender a conviver com ele, né? Aproveitar melhor o que ele oferece. Porque nos períodos chuvosos a gente tem que se preparar, porque a gente sabe que a seca no Nordeste é grande, né? **O Nordeste nasceu pra sofrer**” (SANTOS, 2011, p. 108, grifo nosso).

¹⁰¹ Fonte dos dados: Censo demográfico, IBGE (2010).

Mapa 7: Participação da população rural na composição populacional nos municípios do Território do Sisal, Bahia – 2010

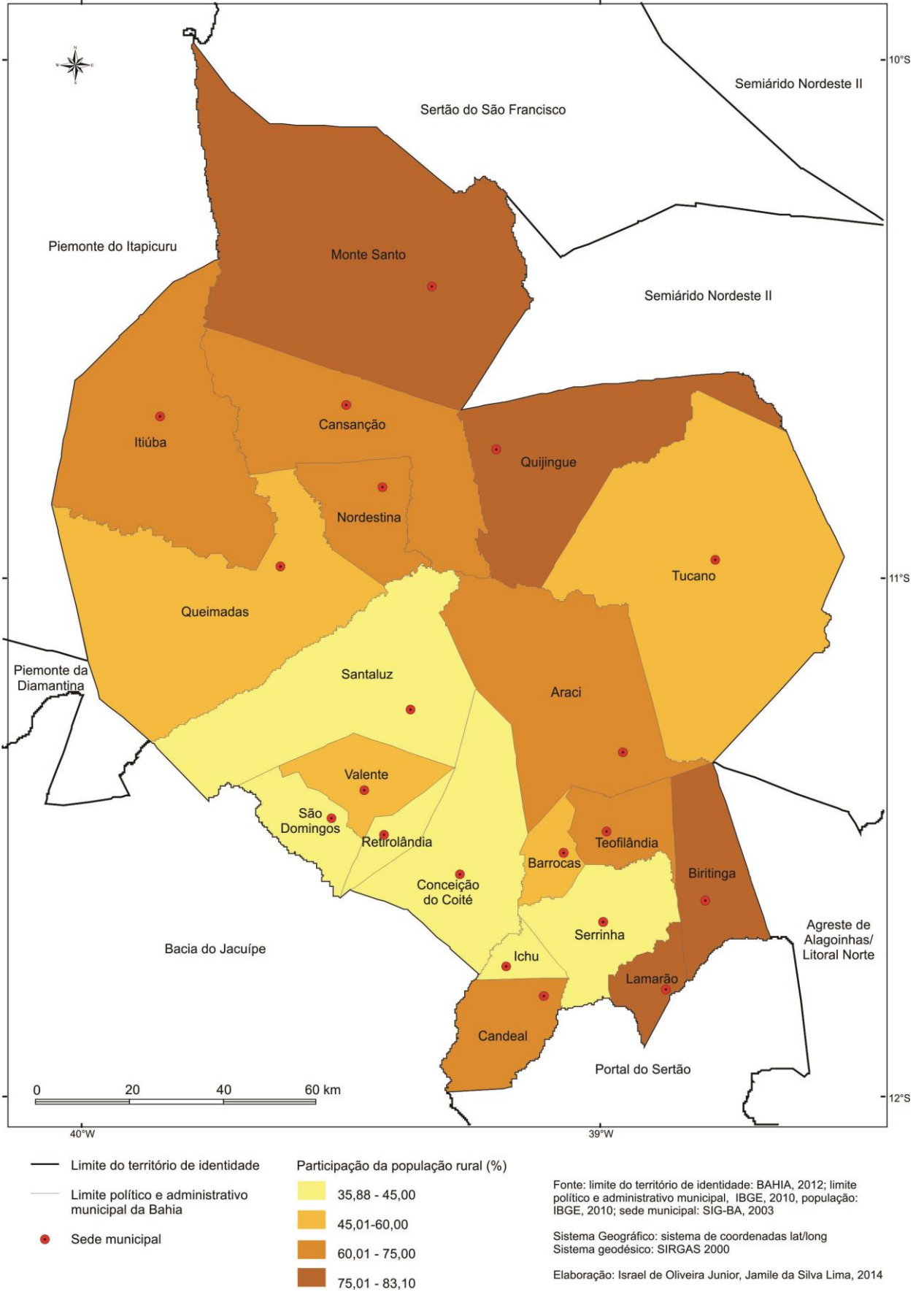


Tabela 1: Participação da população rural na composição populacional nos municípios do Território do Sisal, Bahia – 1991/2010

Municípios	População total		População rural (absoluta)		População rural (relativa)	
	1991	2010	1991	2010	1991	2010
Araci	45.341	51.651	33.757	32.013	74,45%	61,98%
Barrocas	—	14.191	—	8.496	—	59,87%
Biritinga	14.620	14.836	12.839	11.319	87,82%	76,29%
Candeal	10.728	8.895	8.187	5.419	76,31%	60,92%
Cansanção	30.903	32.908	23.977	21.887	77,59%	66,51%
C. do Coité	52.338	62.040	32.336	25.762	61,78%	41,52%
Ichú	8.596	5.255	5.472	1.890	63,66%	35,97%
Itiúba	34.403	36.113	27.335	26.414	79,46%	73,14%
Lamarão	10.275	9.560	8.754	7.475	85,20%	78,19%
Monte Santo	51.280	52.338	46.425	43.493	90,53%	83,10%
Nordestina	9.315	12.371	7.945	8.450	85,29%	68,30%
Queimadas	23.162	24.602	14.731	12.110	63,60%	49,22%
Quijingue	23.958	27.228	20.569	20.851	85,85%	76,58%
Retirolândia	11.300	12.055	7.418	5.333	65,65%	44,24%
Santaluz	30.634	33.838	17.930	13.043	58,53%	38,55%
S. Domingos	10.276	9.226	6.834	3.310	66,50%	35,88%
Serrinha	76.013	76.762	38.159	29.574	50,20%	38,53%
Teofilândia	21.570	21.482	17.791	14.790	82,48%	68,85%
Tucano	46.618	52.418	36.487	30.460	78,27%	58,11%
Valente	17.830	24.560	11.392	11.073	63,89%	45,09%
Total	529.160	582.329	378.338	333.162	71,50%	57,21%

Fonte: IBGE, Censos Demográficos, 1991, 2010.

Elaboração: Jamille da Silva Lima.

Porém, a ruralidade se assinala, principalmente, na análise da base econômica e política do Território do Sisal. Essa asserção é ratificada pelos estudos de Coelho Neto (2013c). Acionando a noção de multifuncionalidade e pluriatividade de Carneiro (1998), o autor destaca o papel de centralidade da agropecuária, especificamente do cultivo do sisal, na dinâmica econômica e político-territorial da sociedade local-regional, bem como o grau de complexidade da relação campo-cidade nesse Território.

A multifuncionalidade entendida como “um modo de vida” e “não como uma profissão como outra qualquer” (CARNEIRO, 1998, p. 234), empiricamente é constatada na diversificação dos papéis sociais desempenhados por alguns

segmentos da sociedade civil do Território do Sisal. Associações, cooperativas e sindicatos que, em sua maioria originaram-se no campo a partir da atuação das pastorais rurais, aglutinam esforços não apenas para a organização do processo produtivo e da comercialização, mas também para mobilização e ativismo político (a exemplo da ampliação e fortalecimento das redes de participação política), e para apoiar e promover atividades socioculturais e educativas (criação de centros culturais, clubes sócio-recreativos e escolas agrícolas) (COELHO NETO, 2013c).

A pluriatividade, na qual o rural é compreendido para além da atividade agrícola, é evidenciada na “diversificação de atividades dos agricultores que vivem no campo” e dos “que vivem nas pequenas cidades e dependem exclusivamente da produção de sua pequena propriedade rural ou diversificam sua atuação com atividades urbanas terciárias” (COELHO NETO, 2013c, p. 161). A existência da pluriatividade no Território do Sisal é uma condição pretérita, destacada em publicações anteriores, tais como Pinto (1969) e Andrade (1993).

Outra permanência encontra-se no âmbito da estrutura fundiária. Em distintas pesquisas, Santos (2002 e 2007) apresenta uma ambivalência denominada de “bipolarização”, sendo “de um lado o grande latifúndio e do outro o processo de minifundização¹⁰² implantado, seja por venda ou por herança [...]” (SANTOS, 2002, p. 11). Com base na leitura de Andrade (1987), Castro ([1997] 2008) afirma que especialmente no sertão nordestino, essa estrutura fundiária que opõe latifúndio ao minifúndio possui uma dimensão política peculiar, tendo em vista que a posse da terra “[...] está associada a baixos níveis de produção, a utilização da propriedade como reserva de valor, não apenas econômico mas também simbólico, do que como unidade de produção” (p. 302).

A análise da estrutura fundiária ratifica a coexistência das duas polaridades. O censo agropecuário referente ao ano de 2006 retrata que a quantidade de minifúndios¹⁰³, estabelecimentos compreendidos entre 1 a 10 hectares, é bastante expressiva, correspondendo a mais de 60% do total de estabelecimentos e a apenas quase 12% da área total apropriada (Tabela 2).

¹⁰² A minifundização no Território do Sisal é destacada por vários autores, a exemplo de Pinto (1969), Andrade (2002) e Silva (2008).

¹⁰³ O tamanho apresentado foi considerado com base nos estudos de Andrade (2002).

É grande o quantitativo resultante da soma do número de minifúndios com as pequenas propriedades (entre um a quatro módulos fiscais)¹⁰⁴, porém elas inversamente ocupam uma extensão territorial pequena perante a totalidade. Mais de 50% dos estabelecimentos são propriedades de até 5 hectares, que por sua vez equivalem a aproximadamente 5% do total da área apropriada.

Tabela 2: Estrutura fundiária, Território do Sisal - 2006

Grupo de Área	Estabelecimento (Qt)	Área (ha)	Estabelecimento(%)	Área(%)
Mais de 0 a menos de 0,1 ha	148	X ¹	0,23	X
De 0,1 a menos de 0,2 há	220	X	0,33	X
De 0,2 a menos de 0,5 há	4737	1805	7,20	0,16
De 0,5 a menos de 1 há	5952	4737	9,05	0,41
De 1 a menos de 2 há	8063	11760	12,26	1,02
De 2 a menos de 3 há	5586	14616	8,50	1,26
De 3 a menos de 4 há	4773	15100	7,26	1,30
De 4 a menos de 5 há	3952	17370	6,01	1,50
De 5 a menos de 10 há	10148	72640	15,43	6,28
Da 10 a menos de 20 há	8749	123527	13,31	10,67
De 20 a menos de 50 há	8230	253669	12,52	21,92
De 50 a menos de 100 ha	2376	163976	3,61	14,17
De 100 a menos de 200 ha	1071	146431	1,63	12,65
De 200 a menos de 500 ha	657	196032	1,00	16,94
De 500 a menos de 1000 ha	207	135835	0,31	11,74
De 1000 a menos de 2500 ha	62	X	0,09	X
De 2500 ha e mais	12	X	0,02	X
Produtor sem terra	807	0	1,23	0
Total	65750	1157498	100,00	100,00

Fonte: IBGE. Censo Demográfico, 2006. In: Banco de dados Geografar. Disponível em: www.geografar.ufba.br

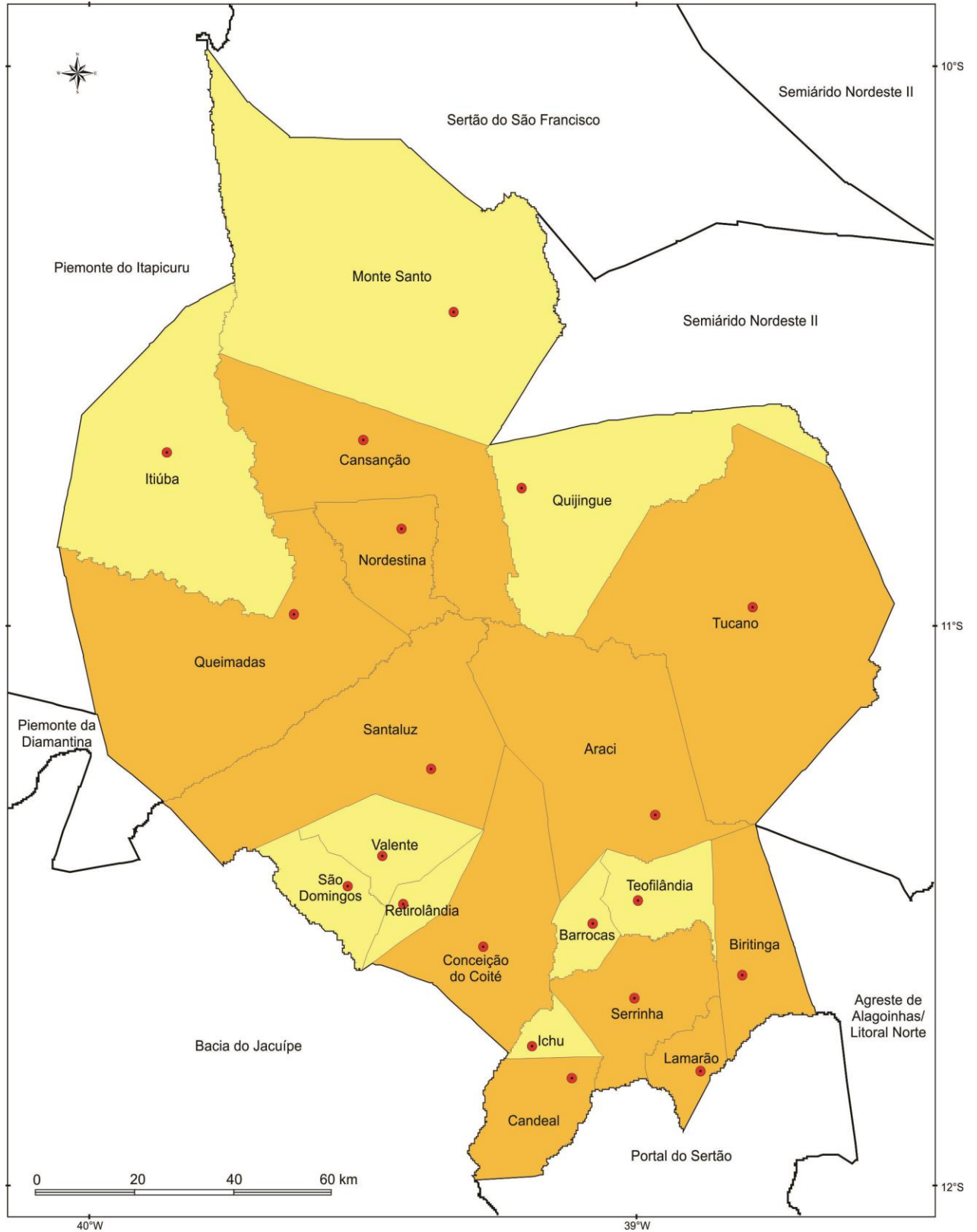
Elaboração: Jamille da S. Lima.

Nota (X¹): Essas informações não contam na base de dados do IBGE.

O índice de Gini dos vinte municípios que constituem o Território do Sisal aponta o elevado nível de concentração fundiária. Em 85% do total de municípios, a concentração de terras é considerada de forte a muito forte (Mapa 8). Trata-se da herança de processos históricos originados no regime das sesmarias implantado pela Coroa Portuguesa no período colonial (COELHO NETO, 2013c). O sertão baiano, estruturado em latifúndios, foi ocupado através da pecuária extensiva.

¹⁰⁴ Conforme artigo 4º, II da Lei nº 8.629/93, pequena propriedade é “o imóvel rural de área compreendida entre um e quatro módulos fiscais”. O módulo fiscal, unidade de medida agrária usada no Brasil, instituída pela Lei nº 6.746, de 10 de dezembro 1979, corresponde a 50 ha.

Mapa 8: Índice de Gini – Território do Sisal, 2006



- Limite do território de identidade
- Limite político e administrativo municipal da Bahia
- Sede municipal

Índice de gini
 35,88 - 45,00
 45,01-60,00

Fonte: limite do território de identidade: Bahia, 2012; limite político e administrativo municipal, IBGE, 2010; índice de gini: IBGE, 2006; sede municipal: SIG-Ba, 2003

Sistema Geográfico: sistema de coordenadas lat/long
 Sistema geodésico: SIRGAS 2000

Elaboração: Israel de Oliveira Junior, Jamile da Silva Lima, 2014

Atualmente, é ainda a pecuária extensiva a principal atividade das grandes propriedades, sendo o cultivo do sisal apenas um complemento para alimentar o rebanho bovino. Nas pequenas e médias propriedades¹⁰⁵ têm-se a produção do sisal como atividade majoritária, sendo associada a agricultura de subsistência no primeiro caso, e a pecuária no segundo (Quadro 3).

Quadro 3: Uso do solo e relações de produção por categoria de propriedade da terra nos municípios de Valente e Santa Luz - 1988-1990.

CATEGORIA / TAMANHO DA PROPRIEDADE	USO DO SOLO	RELAÇÕES DE PRODUÇÃO
Microfúndios (menos de 1 ha)	pequeno “campo de sisal” e culturas de subsistência.	trabalho familiar na propriedade e outras atividades para complemento da renda
Minifúndios (1 a menos de 10 hectares)	predomínio do sisal, e pequenos criatórios de caprinos e ovinos para autoconsumo e venda.	trabalho familiar na propriedade e trabalho remunerado em outras propriedades.
Pequenas propriedades familiares (10 a menos de 50 hectares)	cultivo do sisal é dominante, consorciado com cultivos de subsistência (milho, feijão e mandioca).	trabalho familiar na propriedade e trabalho remunerado em outras propriedades.
Pequenas empresas familiares (50 a menos 200 hectares)	o sisal ocupa a maior parte, mas verifica-se a expansão da pecuária (bovinos, caprinos e ovinos).	Trabalho familiar, complementado com um ou dois trabalhadores assalariados e alguns temporários.
Médias empresas familiares (200 a menos 500 hectares)	o sisal ainda é majoritário, entretanto, a pecuária assume uma feição mais especializada.	mão de obra assalariada é a base do trabalho, com grande números de trabalhadores temporários.
Médias propriedades (500 a menos 1000 hectares)	a pecuária é a atividade dominante, acompanhada de pequena parcela de sisal para alimentação do gado.	mão de obra permanente (cuidar do gado) e temporária (sisal e pastagens). O proprietário faz a gestão da fazenda, mantendo comércio na cidade ou ocupando cargo político.
Grandes propriedades (acima de 1.000 hectares)	a pecuária extensiva é a atividade dominante, mas verifica-se parcela improdutiva das terras.	uso de mão de obra permanente e temporária. Os proprietários possuem atividades comerciais, alguns são donos de bateadeiras e exportadores de sisal, ocupando, também, cargos políticos.

Fonte: ANDRADE (1993, 2002).

Elaboração: Agripino S. Coelho Neto (2013).

¹⁰⁵ As médias propriedades aludidas corresponde ao que Andrade (2002) denomina de “empresas familiares” (200 a menos de 500 hectares). “Independente da possibilidade de questionamento sobre a categoria “empresas familiares” (usado pela autora), os dados permitem uma generalização que lança luz sobre a organização espacial, social e produtiva, no que diz respeito à relação entre tamanho da propriedade e ocupação do solo/relações de produção, exatamente os elementos que compõem a base do argumento da bipolaridade fundiária” (COELHO NETO, 2013c, p. 165).

Nas médias e grandes propriedades o trabalho é assalariado e este salário cumpre sua função de recriar o trabalhador. Sem muitas alternativas, o trabalhador vende sua força de trabalho, acabando por vender a sua produção/riqueza, que “[...] se ergue diante dele como algo que não lhe pertence, como uma potência que lhe é estranha e que subordina a sua capacidade de trabalho” (MARTINS, 1980, p. 34). Nesse sentido, “a riqueza aparece como sendo exatamente o contrário do que ela é: só o trabalhador produz valor, produz riqueza, e o trabalho pertence originalmente ao trabalhador [...]” (MARTINS, 1980, p. 34). Contudo, a riqueza, produto do trabalho aparece como produto do capital, obnubilando a verdadeira essência das relações sociais no capitalismo.

Nas propriedades de até 200 hectares o trabalho familiar é nuclear, isentando-se do trabalho assalariado. Neste caso em que o produtor familiar é proprietário da terra e dos instrumentos que utiliza no seu trabalho, não se trata de uma sujeição formal, nem tampouco sujeição real do trabalho ao capital. Há o que Martins (1980) denomina de “sujeição da renda da terra ao capital”. O processo inicia-se a partir da dependência do produtor em relação ao crédito fundiário, aos intermediários¹⁰⁶, entre outros:

O que hoje acontece com a pequena lavoura da base familiar é que o produtor está sempre comprometido com a garantia de empréstimos para investimento e sobretudo para custeio de lavouras. Sem qualquer alteração aparente na sua condição, mantendo-se proprietário, mantendo o seu trabalho organizado com base na família, o lavrador entrega ao banco anualmente os juros dos empréstimos que faz, tendo como garantia não só os instrumentos, adquiridos com os empréstimos, mas a terra. Por esse meio, o banco extrai do lavrador, a renda da terra, sem ser o proprietário dela. O lavrador passa imperceptivelmente da condição de proprietário real a proprietário nominal, pagando ao banco a renda da terra que nominalmente é sua. Sem o perceber ele entra numa relação social com a terra mediatizada pelo capital, em que além de ser o trabalhador é também de fato o arrendatário (p. 47).

Mesmo sem a propriedade da terra, criam-se as condições para extrair a renda da terra. Na maioria das vezes, o produtor rural não percebe que ele é apenas um proprietário nominal que produz riqueza para outrem. “A riqueza que cria realiza-se

¹⁰⁶ Os intermediários são muito comuns na produção e comercialização do sisal. A esse respeito ver Pinto (1969), Santos (2002 e 2007) e Coelho Neto (2013c). O processo de intermediação tem natureza especulativa e também ajuda a entender a expropriação das riquezas dos agricultores rurais. Estes que mais trabalham, são os menos valorizados pelo que fazem, tanto no sentido subjetivo, quanto objetivamente falando. O detalhamento da cadeia produtiva do sisal apresentado em distintos estudos, como Santos (2007), Lima (2008) e Alves, Santiago e Lima (2005), é bastante elucidativo para compreender essa celeuma.

em mãos estranhas as suas [...]” (Ibid., Op. Cit., p. 47). De maneira velada, o lavrador tem sua produção e a própria terra expropriadas.

“Entre os mais de 100 territórios apoiados pelo MDA, [o Sisal] é o Território com maior concentração de agricultores familiares e onde se empregam mais pessoas por hectare, correspondendo ao dobro das médias estadual e nacional” (SAYAGO, 2007, p. 72). Este é mais um título de destaque do Sisal no cenário brasileiro. Porém, atrelado a ele, especificamente, estão a superexploração do trabalho, a precarização das condições de trabalho, a concentração fundiária, a expropriação das riquezas e a sujeição da renda da terra ao capital.

Ao conjunto de problemas aqui arrolados, soma-se “as irregularidades em relação à legislação trabalhista, à incidência do trabalho infantil¹⁰⁷ e os acidentes de trabalho provocados pelas técnicas rudimentares adotadas ao longo do processo produtivo¹⁰⁸” (COELHO NETO, 2013c, p. 171). As pesquisas de Alves, Santiago e Lima (2005) e Lima (2008) informam essa situação aviltante. Nascimento (2008) também denunciou a perversidade característica da extração da fibra de sisal:

A principal característica da indústria da fibra do sisal é seu baixo índice de modernização e capitalização em relação ao paradigma industrial vigente no pós-guerra, já que apenas se aproveitava de 3 a 5% da planta do sisal, o que tornou o custo de produção muito elevado. Outro fator que tem impacto no processo de modernização é a baixa aplicação tecnológica no cultivo e beneficiamento do sisal. Por se tratar de um plantio comercial quase que exclusivo de países subdesenvolvidos (México, Brasil e alguns países africanos), a extração da fibra do sisal sempre empregou um grande contingente de força de trabalho em condições muito precárias, caracterizando-a como um processo perverso e extremo de exploração da mão-de-obra feminina e infantil e de exposição da mão-de-obra masculina a freqüentes mutilações, propiciadas pelo uso intenso do motor do sisal numa jornada média de 12 horas diárias (NASCIMENTO, 2008, p. 28).

¹⁰⁷ “Um dos grandes problemas sociais existentes na região sisaleira é a alta incidência do trabalho infantil. Segundo informações da Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), cerca de 9.000 crianças trabalham no corte e no processamento do sisal, em média, perfazendo uma jornada de 12 horas de trabalho, auferindo uma remuneração de R\$ 2,50 por semana” (ALVES; SANTIAGO; LIMA, 2005, p. 41).

¹⁰⁸ Outras alternativas têm sido desenvolvidas para substituir a máquina desfibradora convencional, a *paraibana*, responsável por desencadear várias mutilações nos que a manuseavam. Uma delas é a “Faustino”, máquina criada por José Faustino dos Santos. Mas, “trata-se de uma máquina de grande porte, de custo elevado, difícil deslocamento (é puxada por um trator, enquanto a *paraibana* por animais de carga) e inadequada para a pequena produção. A operação da *Faustino* requer o trabalho de 7 homens: 4 jogam a folha, 1 opera, 1 colhe a fibra após o desfibramento e 1 amarra a fibra em pacotes. Outro tipo de máquina é a *Corona*, que funcionou na Companhia de Celulose da Bahia na década de 1980, mas é inviável pela quantidade de água necessária para o desfibramento” (LIMA, 2008, p.69).

As condições desfavoráveis que historicamente caracterizam o Território do Sisal, também se expressam nos indicadores socioeconômicos, tais como os apresentados na Tabela 3. A taxa de analfabetismo da população com 25 anos ou mais de idade¹⁰⁹ é bastante preocupante, pois na maioria dos municípios esse índice é superior a 30%, chegando a atingir quase metade da totalidade da população nessa faixa etária, como nos casos de Monte Santo e Quijingue, cujo índice é de 45,32 e 45,61, respectivamente.

Tabela 3: Indicadores socioeconômicos do Território do Sisal

Municípios	Taxa de analfabetismo 25 anos ou mais ¹	% de pobres ²	% da renda apropriada pelos 10% mais ricos ³	IDHM ⁴	IDS Bahia Ranking ⁵
Araci	43,98	52,70	40,68	0,53	267
Barrocas	26,19	32,83	31,83	0,61	127
Birtinga	33,62	52,84	36,59	0,53	300
Candeal	32,30	36,55	34,50	0,58	364
Cansanção	37,00	53,28	41,82	0,55	333
Conceição do Coité	25,50	32,42	35,51	0,61	116
Ichú	17,87	34,31	33,35	0,63	18
Itiúba	33,33	54,50	40,54	0,54	361
Lamarão	41,93	53,56	34,63	0,51	363
Monte Santo	45,32	55,01	38,36	0,50	405
Nordestina	39,10	54,61	36,79	0,56	351
Queimadas	29,91	43,24	38,34	0,59	270
Quijingue	45,61	50,84	42,86	0,54	375
Retirolândia	24,52	31,79	36,39	0,63	120
Santaluz	30,74	38,74	37,46	0,59	122
São Domingos	27,53	27,18	34,82	0,64	140
Serrinha	21,19	31,96	42,47	0,63	62
Teofilândia	41,63	44,84	33,12	0,56	159
Tucano	37,67	47,22	62,60	0,57	311
Valente	20,69	21,48	40,89	0,63	89

Fonte: (1), (2) e (3): Atlas do Desenvolvimento Humano, PNUD/ONU 2013. (4) IBGE, Censo Demográfico 2010; (5) SEI, 2006.

Elaboração: Jamille da S. Lima.

A pauperização da vida é também uma questão alarmante. É grande a proporção dos indivíduos¹¹⁰ com renda domiciliar *per capita* igual ou inferior a R\$ 140,00 mensais, em agosto de 2010¹¹¹. Em oito municípios o percentual de pobres ultrapassa 50%, ao tempo em que a desigualdade impera, como verifica-se nos

¹⁰⁹ Razão entre a população de 25 anos ou mais de idade que não sabe ler nem escrever um bilhete simples e o total de pessoas nesta faixa etária multiplicado por 100 (PNUD, 2013).

¹¹⁰ O universo de indivíduos é limitado àqueles que vivem em domicílios particulares permanentes.

¹¹¹ Em 2010 o salário mínimo era de R\$510,00, conforme Lei nº 12.555, de 15 de junho de 2010.

elevados percentuais da renda apropriada pelos 10% mais ricos. O caso mais gritante é o município de Tucano, onde a décima parte da população apodera-se de mais de 60% da renda total.

O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) aferido a partir de outros três indicadores: educação (alfabetização e taxa de matrícula), longevidade (esperança de vida ao nascer) e renda (PIB *per capita*), também reforça o conjunto de condições pretéritas desfavoráveis que se impõe ao devir da sociedade. Nesse rumo, o cálculo do Índice de Desenvolvimento Social (IDS), composto pelos indicadores de Saúde (INS), Educação (INE), Serviços Básicos (ISB) e Renda Médias dos Chefes de Família (IRMCH), posicionou o Território do Sisal na classe de pior desempenho do estado baiano.

3.1.3 Indistinção entre o público e o privado: a reinvenção e permanência das forças político-empresariais

Pinto (1969), Santos (2002 e 2007) e Coelho Neto (2013c) mostram a estreita relação entre o empresário e o representante político no contexto regional sisaleiro. As esferas pública e privada se imbricam e conformam a essência do patrimonialismo¹¹², entendido como dominação exercida por uma autoridade legitimada por laços tradicionais. A partir do direito consuetudinário submete-se ao poder individual do governante, que seleciona seus funcionários com base na relação de “confiança”:

No patrimonialismo, o governante trata toda a administração política como seu assunto pessoal, ao mesmo modo como explora a posse do poder político como um predicado útil de sua propriedade privada. Ele confere poderes a seus funcionários, caso a caso, selecionando-os e atribuindo-lhes tarefas específicas com base na confiança pessoal que neles deposita e sem estabelecer nenhuma divisão de trabalho entre eles. [...] Os funcionários, por

¹¹² A respeito da confusão público-privado e sua relação com o patrimonialismo, ver Holanda (1995). Para o autor, “Não era fácil aos detentores das posições públicas de responsabilidade, formados por tal ambiente, compreenderem a distinção fundamental entre os domínios do privado e do público. Assim, eles se caracterizam justamente pelo que separa o funcionário “patrimonial” do puro burocrata, conforme a definição de Max Weber. Para o funcionário “patrimonial”, a própria gestão política apresenta-se como assunto de seu interesse particular; as funções, os empregos e os benefícios que deles auferem, relacionam-se a direitos pessoais do funcionário e não a interesses objetivos, como sucede no verdadeiro Estado burocrático, em que prevalece a especialização das funções e o esforço para se assegurarem garantias jurídicas aos cidadãos. A escolha dos homens que irão exercer as funções públicas faz-se de acordo com a confiança pessoal que mereçam os candidatos, e muito menos de acordo com as capacidades próprias. Falta a tudo a ordenação impessoal que caracteriza a vida no Estado burocrático” (HOLANDA, 1995, p. 145-146).

sua vez tratam o trabalho administrativo, que executam para o governante como um serviço pessoal, baseado em seu dever de obediência e respeito. [...] Em outras palavras, a administração patrimonial consiste em administrar e proferir sentenças caso por caso, combinado o exercício discricionário da autoridade pessoal com a consideração devida pela tradição sagrada ou por certos direitos individuais estabelecidos (BENDIX, 1986, p. 270).

Para Coelho Neto (2013), o patrimonialismo no Território do Sisal subsiste juntamente com outras formas de “políticas conservadoras”, conforme denominação do autor. São elas o paternalismo, manifesto na consecução de “[...] favores pessoais de toda ordem, desde arranjar emprego público até os mínimos obséquios [...]” (LEAL, [1949] 1997, p. 60) e o clientelismo, que se constitui num “movimento que confunde o ato de votar com a afinidade pessoal, diretamente criada, hoje por herança, por motivos de gratidão ou interesse sobretudo [...]” (M. SANTOS, [1987] 2007, p. 93-94). O clientelismo se realiza “[...] pela oferta de benefícios materiais, os mais individuais possíveis, de maneira a evitar conflitos e maximizar o seu arco de influência eleitoral”. O governante opera “como intermediário entre sua clientela e os recursos públicos” (AVELINO FILHO, 1994, p.227)

O conjunto dessas práticas conservadoras, entendidas como “[...] ideias e atitudes que visam à manutenção do sistema político existente e de seus modos de funcionamento, apresentando-se como contraparte das forças inovadoras” (BONAZZI, 2000, p. 242), dão sustentação ao compromisso coronelista no Território do Sisal (COELHO NETO, 2013c). Esse fenômeno trata-se de uma reciprocidade entre poder público e o poder privado dos chefes locais (LEAL, [1949] 1997), muito elucidativo na imbricada relação entre os empresários do sisal e os representantes políticos institucionais nas esferas municipal e estadual.

Nesse sentido, a concentração fundiária deve ser de fato acionada como chave explicativa para o coronelismo (LEAL, [1949] 1997), especificamente em sua manifestação no Território do Sisal (COELHO NETO, 2013c), em que além da bipolarização fundiária e da sujeição da renda da terra ao capital, tem-se a propriedade da terra como capital simbólico (vide discussões do tópico anterior).

Um exemplo muito ilustrativo da estrutura do sistema coronelista no Território do Sisal é o caso do município de Conceição do Coité, analisado por Coelho Neto (2013c). A gestão da prefeitura municipal é marcada pela dominação de uma rede familiar que articula a propriedade da terra e o beneficiamento, industrialização e comercialização do sisal por um lado, e por outro, exerce o controle da estrutura

política local. Essa assertiva é ratificada relacionando as informações do Quadro 4 com as apresentadas no Quadro 5.

Quadro 4: Panorama do domínio político familiar na prefeitura do município de Conceição do Coité - Bahia– 1933 a 2009

FAMÍLIA	DOMÍNIO POLÍTICO	
	MANDATO	PREFEITO
SILVA PINTO	<ul style="list-style-type: none"> • 02.01.1931 – 02.01.1933 • 03.01.1933 – 06.02.1933 • 23. 04.1944 - 31.06.1945 • 01.01.1946 – 31.07.1946 • 01.01.1955 – 07.04.1955 	<ul style="list-style-type: none"> • Vespasiano da Silva Pinto • Durval da Silva Pinto (interino) • Duvaltércio Silva Pinto • Duvaltércio Silva Pinto • Durval da Silva Pinto (interino)
RAMOS GORDIANO	<ul style="list-style-type: none"> • 07.02.1933 – 12.04.1935 • 07.04.1959 – 07.04.1963. • 29.11.1970 – 30.03.1971 	<ul style="list-style-type: none"> • Leopoldino Ramos Gordiano • Emídio Ramos Gordiano • Antônio Nunes Gordiano Filho
PINTO RESEDÁ	<ul style="list-style-type: none"> • 01.08.1946 – 15.03.1948 • 31.10.1980 – 30.04.1981 • 20.03.1985 – 20.07.1985 	<ul style="list-style-type: none"> • Eustórgio Pinto Resedá • Evódio Ducas Resedá (interino) • Emério Vital Pinto Resedá (interino)
CALIXTO	<ul style="list-style-type: none"> • 16.03.1948 – 01.02.1951 • 01.02.1951 – 31.12.1954 • 07.04.1955 – 07.04.1959 • 07.04.1967 –08.11.1970. 	<ul style="list-style-type: none"> • Teócrita Calixto da Cunha • Wercelêncio Calixto da Mota • Teócrita Calixto da Cunha • Theognes Antônio Calixto
RIOS ARAÚJO	<ul style="list-style-type: none"> • 31.03.1973 – 31.01.1977 • 31.01.1983 – 20.03.1985 • 20.07.1985 – 01.01.1989 • 01.01.1989 – 01.01.1993 • 01.01.1997 – 31.12.2000 • 01.01.2001 – 31.12.2004 • 01.01.2005 – 31.12.2008 • Empossado em 01.01.2009. 	<ul style="list-style-type: none"> • Hamilton Rios de Araújo • Hamilton Rios de Araújo • Hamilton Rios de Araújo • Éwerton Rios d’Araújo Filho • Éwerton Rios d’Araújo Filho • Wellington Passos de Araújo • Éwerton Rios d’Araújo Filho • Renato Souza dos Santos (1)

Fonte: COELHO NETO, 2013, p. 182.

Nota: (1) “O atual prefeito Renato Souza dos Santos não é membro da Família Rios Araújo, porém, sua eleição foi assegurada pelo apoio de Hamilton Rios de Araújo, a quem deve obediência”.

Trata-se de um município sisaleiro conhecido por sua dinamicidade econômica, mas também “[...] como aquele que tem um ferro com ‘três erres’ (3 R’s), designando a articulação das famílias Ramos, Rios e Resedá no controle da política municipal, numa manifesta referência ao mecanismo de currais eleitorais próprio do coronelismo” (COELHO NETO, 2013c, p. 181).

Quadro 5: Firms industriais e comerciais que opera(ra)m com sisal no Território do Sisal

RAZÃO SOCIAL	SEDE DA EMPRESA	EXECUTIVO RESPONSÁVEL
Teócrita Calixto Comércio e Indústria Sisal Ltda.	Salvador	Teócrita Calixto ⁽¹⁾
Hamilton Rios Indústria e Comércio e Exportação Ltda.	Conceição do Coité	Hamilton Rios de Araújo
Fibra Comércio e Exportação de Sisal Ltda.	Conceição do Coité	José Ricardo Araújo Ferreira
Fibraex Indústria Comércio e Exportação Ltda.	Conceição do Coité	José Hamilton Passos de Araújo ⁽²⁾
Sisaex Indústria Comércio e Exportação Ltda.	Conceição do Coité	Maurício Mota D'Araújo ⁽³⁾
Sisalandia Fios Naturais Ltda.	Retirolândia	Adevaldo Martins dos Santos ⁽⁴⁾

Fonte: Coelho Neto, 2013, p. 185.

Nota: (1) Esta firma não consta mais nos dados do Guia Industrial da FIEB; retiramos a informação da listagem apresentada no estudo de Pinto (1969) sobre as empresas mais importantes na década de 1960. (2) José Hamilton Passos de Araújo é filho de Hamilton Rios de Araújo; (3) Maurício Mota D'Araújo é irmão do ex-prefeito Éwerton Rios d'Araújo Filho, que por sua vez é sobrinho de Hamilton Rios de Araújo; (4) Adevaldo Martins dos Santos foi prefeito de Retirolândia três vezes.

Essas práticas políticas conservadoras são incisivas na inibição da liberdade do indivíduo, pois “em nome de virtudes cardeais, como a gratidão e o reconhecimento, há uma renúncia efetiva à responsabilidade. O indivíduo emudece e empresta sua voz, tornando-se, paralelamente, o ventríloquo daquele que fala em seu lugar” (SANTOS, [1987] 2007, p. 95). Nesse sentido, fecundam-se as condições necessárias para a própria reprodução e manutenção do sistema de domínio coronelista.

3.1.4 As emergências: latência e fortalecimento dos ativismos sociais

Para compreender a complexidade dos ativismos sociais no Território do Sisal, bem como sua estreita relação com a atual política de desenvolvimento territorial da SDT/MDA, recorreremos a um procedimento historiográfico de periodização, com base na temporalidade categorizada por Coelho Neto (2013c). O autor identifica três momentos que “se caracterizam por comportamentos distintos das organizações civis em termos de estratégias construídas, mas, também, em função dos diferentes contextos sociais, político-institucionais e econômicos nos quais elas se movimentam” (p. 209).

O primeiro período, compreendido entre as décadas de 1950 a 1970, é denominado de embrionário, justamente por propiciar as condições estruturantes para

a gênese do tecido organizacional desse Território. Nesta fase, destaca-se o trabalho seminal das pastorais rurais da Igreja Católica, que através da ação religiosa e assistencial (NASCIMENTO, 2000), estimularam os pequenos agricultores a refletirem sobre as condições objetivas de vida no campo¹¹³. Nesse sentido, caminhou-se na direção do associativismo comunitário e especialmente da sindicalização¹¹⁴.

A valorização dos produtos dos pequenos agricultores, a denúncia das mutilações causadas pelo processo de desfibramento do sisal, o socorro à lavoura sisaleira e o combate ao trabalho infantil foram bandeiras sempre presentes nesse movimento popular (NASCIMENTO, 2000, p. 46).

Também merece destaque o papel desempenhado pelo Movimento de Organização Comunitária (MOC), responsável pela mobilização dos camponeses, no sentido de buscar autonomia social e econômica. A “Associação de Desenvolvimento Sustentável e Solidário da Região Sisaleira¹¹⁵ (APAEB-Valente)”, por exemplo, foi gestada nesse período pela ação conjunta da Igreja Católica e do MOC, embora sua institucionalização foi concretizada na década de 1980:

A APAEB foi fundada em 02 de julho de 1980, mas antes, no período da ditadura ainda, já existia uma manifestação, com apoio da igreja católica. Só que se reunia debaixo de pé árvores. E, nos anos 80 ainda existia reflexo da ditadura, então o pessoal não se reunia na cidade, se reunia debaixo de pé de árvore. Depois com a igreja católica e também com o MOC fundou a associação. A fundação da APAEB se deve há um grupo de pessoas junto com a igreja e com o MOC, que inclusive até hoje ainda existe pessoas dessa época dentro da própria diretoria da APAEB (Representante da APAEB-Valente, em 22.04.2008)¹¹⁶.

Entretanto, Nascimento (2000) salienta que o trabalho da pastoral rural e a presença marcante das CEB's conformaram no Território do Sisal uma “participação limitada” (p. 47), atribuindo ao surgimento e atuação do MOC a importância pela passagem **“de formas de convivialidade simples (coesão primitiva e participação limitada) para formas de organizações mais complexas (coesão social e**

¹¹³ Enfatiza-se o trabalho das Comunidades Eclesiais de Base (CEB's), que levaram “[...] a um aumento da conscientização de um maior despertar frente à situação de opressão vivida no meio rural. [...] As CEB's eram compostas, geralmente, por 15 ou 20 pessoas que atuavam reunindo recursos organizacionais, que possibilitavam a existência e resistência de alguns movimentos autônomos (luta sindical, basicamente) (NASCIMENTO, 2000, p. 47).

¹¹⁴ No Território do Sisal, a fundação dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais (STRs) ocorre, no final da década de 1960 e início dos anos 1970 (COELHO, NETO, 2013c).

¹¹⁵ Este é sua razão social após o processo de municipalização da entidade. Na época, era chamada “Associação dos Pequenos Agricultores Rurais do Estado da Bahia (APAEB)”.

¹¹⁶ Entrevista cedida a autora em pesquisa anterior.

participação ampliada)” (p. 47, grifos do autor). Nascimento (2000) identifica uma tensão na relação entre o MOC e as CEB’s manifesta nas distintas perspectivas de ação e intervenção na realidade regional¹¹⁷.

Contudo, a aludida interpretação do autor não dirime o papel fulcral da vertente progressista da Igreja Católica na direção moral e intelectual do Estado ampliado (concepção gramsciana). O próprio MOC, organização hoje de grande relevância no apoio ao cooperativismo, sindicalismo e associativismo no Território do Sisal, “surgiu a partir do trabalho social da Igreja Católica”¹¹⁸. Esta contribuiu para a democratização da sociedade brasileira (ALBUQUERQUE, 2004), mas especialmente para a germinação dos ativismos sociais nesse recorte regional.

O segundo período abrange a década de 1980 até o ano de 1995. Trata-se do momento de ampliação e reforço do associativismo¹¹⁹, bem como do surgimento das primeiras experiências de cooperativismo de crédito¹²⁰, a exemplo da Cooperativa Valentense de Crédito Rural (COOPERE), fundada em março de 1993. Derivada da atuação da APAEB-Valente (nomenclatura atual), a Coopere é considerada uma experiência pioneira no Nordeste brasileiro (SABOURIN, 2009). Silva e Berenguer (2006) a situa como a maior cooperativa de crédito da Bahia, promotora do desenvolvimento regional. Os autores se respaldam, inclusive, na expressividade numérica (“capital social” que saltou de um pouco mais de R\$ 4.000,00 em 1993 para R\$ 1.331.986,29 após decorridos 10 anos) e escalar (do local ao regional) angariada pela organização.

¹¹⁷ Para Nascimento (2000), o passo [ir de formas de convivialidade simples para formas de organizações complexas] “não foi dado pelas CEB’S, mas pelo movimento social como um todo e, particularmente a partir do surgimento do MOC, já que é no contexto de evolução da participação social dos pequenos agricultores que o mesmo surge, redimensiona seu trabalho e vai influenciar na mudança de correlação de forças na região semi-árida. As lideranças formadas no âmbito das CEB’s logo se viram ameaçadas pela presença do MOC como articulador de mudanças. Apesar de suas inegáveis contribuições na organização incipiente dos agricultores, os limites das CEB’s ficavam cada vez mais claros à medida que o MOC propiciava uma nova linha de ação que não se centrava, exclusivamente, no elemento religioso e assistencial, mas que se abria à busca pela autonomia em duas dimensões: a social e a econômica” (p. 47-48).

¹¹⁸ Informação disponível em: http://www.moc.org.br/moc_his.php. Acesso em 04.07.2014.

¹¹⁹ As associações são “formas organizadas de ações coletivas, empiricamente localizáveis e delimitadas, criadas pelos sujeitos sociais em torno de identificações e propostas comuns, como para a melhoria da qualidade de vida, defesa de direitos da cidadania, reconstrução comunitária, etc” (SCHERER-WARREN, 1999, p. 15).

¹²⁰ Segundo Coelho Neto (2013c, p. 217), no âmbito regional e nacional, “o cooperativismo se torna uma estratégia largamente difundida e acolhida pelas práticas dos agricultores. Até o MST organiza sua própria rede cooperativista, com a criação em 1992, da Confederação Nacional das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil (CONCRAB), associando ‘[...] cooperativas de produção e de serviços com movimento’ (SABOURIN, 2009, p. 82).

O terceiro período inicia-se a partir do ano de 1996, encontrando-se em pleno movimento. Refere-se à conformação de complexas redes de organizações civis que operam em múltiplas escalas, porém com maior densidade na escala regional e nacional. A complexidade é oriunda do crescimento exponencial do número de organizações sociais, principalmente das associações (SANTOS, COELHO NETO e SILVA, 2011)¹²¹, assim como do organograma reticular constituído pelas alianças entre elas. Trata-se da intensificação do associacionismo:

O associacionismo voluntário se manifesta na constituição de entidades organizadas “[...] de indivíduos coligados entre si por um conjunto de regras reconhecidas e repartidas, que definem os fins, os poderes e os procedimentos dos participantes, com base em determinados modelos de comportamento oficialmente aprovados (CESAREO, 1986, p. 64). Concebidas de acordo com esse nível de abrangência e generalidade, as associações resultantes podem ser pensadas em face de uma variedade de funções desenvolvidas e de interesses prevalentes, prestando-se “[...] a todo gênero de rubricas – culturais, econômicas, políticas, religiosas, cívicas, esportivas etc. [...]” (RIOS, 2007, p. 91), e ensejando a formação de uma variada gama de formas organizacionais (COELHO NETO, 2013c, p. 191).

Progressivamente a escala regional tornou-se um recurso organizativo e cooperativo, oriundo de um movimento espacial ascendente de mobilização e articulação da sociedade civil. Esse movimento é denominado de extroversão territorial (COELHO NETO, 2013), “manifesta na abertura para a participação em/formação de redes em outras escalas espaciais” (Op. Cit., p. 263).

Na verdade podemos afirmar que sempre conviveram, na reprodução dos grupos sociais, processos de extroversão, de maior abertura e mobilidade, e processos de introversão, de maior fechamento a relativa estabilidade. É como se, em seu sentido mais amplo, a reclusão representasse a contra-face dos movimentos centrífugos, priorizadores dos fluxos e das relações ‘para fora’, mais extrovertidas (HAESBAERT, [2002] 2006, p. 24-25).

A Fundação de Apoio à Agricultura Familiar do Semiárido da Bahia (FATRES) e a Agência Regional de Comercialização do Sertão da Bahia (ARCO Sertão) são, exemplos de “organizações-rede”¹²². Embora com objetivos distintos, ambas as

¹²¹ Em diagnóstico sobre o associativismo no Território do Sisal, os autores identificaram 2.166 associações registradas em cartório, sendo um pouco de mais 50% delas de natureza comunitária e 17, 31% associações produtivas.

¹²² “As organizações-rede não restringem sua ação a uma única escala, mas operam em múltiplas escalas. Essa estratégia é válida para os sindicatos de trabalhadores rurais e para as cooperativas de agricultores que organizam suas federações e confederações, apropriando-se das mais diversas escalas espaciais” (COELHO NETO, 2013c, p. 286).

entidades atuam propositalmente em rede, pois esta se constitui numa estratégia de conectar indivíduos e organizações, sob a perspectiva de horizontalidade fundamentada pelos atores coletivos (SCHERER-WARREN, 1993 e 1999; MARTINHO, 2003), que por sua vez utilizam esse arranjo organizacional para valorizar a participação conjunta dos nós, baseada em princípios de colaboração e cooperação. Nesse sentido, as redes são úteis a formação e interlocução dos sujeitos sociais:

Conforme Touraine (1994, p. 213-45) o sujeito é vontade de um indivíduo de agir, [...] tornar-se o agente de uma obra coletiva [...] É pela relação ao outro como sujeito que o indivíduo deixa de ser um elemento de funcionamento do sistema social e se torna criador de si mesmo e produtor da sociedade (SCHERER-WARREN, 1999, p. 15).

A FATRES e a ARCO Sertão caracterizam-se por uma morfologia reticular “solidária”, que estabelece elos conjuntivos entre organizações sociais espacialmente difusas no substrato físico-material de alguns municípios do semiárido baiano. A atuação em rede dessas organizações é uma estratégia econômica, ideológica e simbólica, intentando-se provocar transformações e/ou desenvolvimento, principalmente no nível local/regional.

A idéia de rede como conceito propositivo utilizado por atores coletivos e movimentos sociais refere-se a uma estratégia de ação coletiva, i.é, a uma nova forma de organização e de ação (como rede). Subjacente a essa idéia encontra-se, pois, uma nova visão do processo de mudança social – que considera fundamental a participação cidadã – e da forma de organização dos atores sociais para conduzir esse processo (SCHERER-WARREN, 1999, p.24).

Criada em 1996, a FATRES conforma uma rede a partir do agrupamento de Sindicatos de Trabalhadores Rurais (STRs) dos municípios do Território do Sisal¹²³, objetivando mobilizar, assessorar e articular seus filiados para unir forças no sentido de contribuir para o desenvolvimento territorial rural¹²⁴. Busca-se a reflexão e

¹²³ Atualmente a FATRES é composta por 16 Sindicatos dos seguintes municípios: Araci, Candeal, Cansanção, Conceição do Coité, Ichú, Itiúba, Monte Santo, Nordestina, Queimadas, Quijingue, Retirolândia, Santaluz, São Domingos, Serrinha, Tucano e Valente. Informações disponível em: <http://www.fatres.org/sindicatos>.

¹²⁴ A relação da FATRES com a promoção do desenvolvimento territorial será retomada no capítulo a seguir.

enfrentamento dos problemas históricos concernentes a realidade rural sisaleira, pleiteando sua subversão.

Desde sua fundação em 1996, a FATRES direcionou sua atuação aos trabalhadores e trabalhadoras rurais, tendo como foco estratégico de ação a mobilização e articulação dos dirigentes e lideranças sindicais rurais, no sentido, de fortalecer diretamente as organizações sindicais (STRs), para fazerem frente às questões sociais relativas à realidade rural da região (inicialmente estiagem, os trabalhadores mutilados do sisal – campanha um milhão de mutilados, aposentadoria, erradicação do trabalho infantil, acesso a terra, dentre outras). Além na parceria com outros movimentos sociais da região (APAEB, MMTR, ASCOOB, CEAIC, POLOS SINDICAIS, dentre outras) para o desenvolvimento de processos sociais voltados à mudança da realidade social sisaleira¹²⁵

A ARCO Sertão é uma organização não-governamental, com personalidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, sediada no município de Valente-Bahia. Atualmente é composta por 30 entidades da sociedade civil, entre cooperativas e associações, espacialmente distribuídas no semiárido baiano, sendo que mais de 70% dessas organizações concentram-se no Território do Sisal, especificamente nos municípios de Conceição do Coité, Retirolândia e Valente¹²⁶. Os objetivos dessa ONG basicamente sintetizam-se em dois grandes eixos norteadores de sua ação: i) apoio à comercialização: preocupando-se em assegurar sustentabilidade financeira aos seus associados, a ARCO Sertão busca corroborar no processo de comercialização dos também chamados “empreendimentos solidários” filiados. Na realidade, esse foi o anseio para a fundação da ARCO Sertão; ii) articulação política-institucional: percebeu-se que a integração jurídica institucional de várias entidades corporifica e fortalece a ação da coletividade.

São muitos os exemplos de organizações-rede no Território do Sisal.¹²⁷ Porém, a formação dessas organizações não se deve estritamente a iniciativa do movimento associacionista, mas também ao processo de indução estatal, conforme verifica-se no caso da própria ARCO Sertão.

Inicialmente, o interesse em criar uma organização (ARCO Sertão) que aglutinasse várias experiências cooperativistas (especialmente) surge a partir da necessidade de unir esforços para superar vicissitudes socioeconômicas enfrentadas

¹²⁵ (Disponível em: <http://www.fatres.org/historico>. Acesso em: 17 jul. 2014)

¹²⁶ Informações obtidas por meio da pesquisa de campo, 2013-2014.

¹²⁷ A Cooperativa de Crédito Rural (ASCOOB), a Associação de Rádios Comunitárias do Sisal (Abraço Sisal) e Cooperativa Regional de Artesãs Fibras do Sertão (COOPERAFIS) também são exemplos de “organizações-rede”. A este respeito, ver Coelho Neto (2013c).

por grupos de produção formados por beneficiários do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), capacitados em processos produtivos pelo Programa Nacional de Geração de Emprego e Renda (PRONAGER)¹²⁸. Este programa, além de fomentar a organização produtiva do seu público alvo – desempregados e subempregados, pequenos produtores e suas famílias, trabalhadores do setor informal de baixa-renda e com pouca qualificação profissional, grupos atendidos por programas de proteção social, entre outros –, teve um relevante papel político, visto que incentivou a formação de entidades civis num nível local e nesse processo, indiretamente corroborou na estruturação da ARCO Sertão, que tem representatividade em âmbito regional.

[...] O PRONAGER estimulou a fundação de muitas cooperativas por aqui. [...] E nisso, foi surgido a fundação de uma associação para fortalecer as cooperativas que vieram do PRONAGER, do programa do governo PRONAGER. E a ARCO Sertão foi criada nesse sentido, pra ajudar na comercialização dessas pequenas cooperativas fundadas nessa época (Representante da ARCO Sertão, em 09 out. 2007)¹²⁹.

As cooperativas recém criadas por incentivo do PRONAGER careciam ser assistidas nesse processo de latência. Assim, tornou-se extremamente fecundo pensar numa agência que pudesse coordenar e articular os esforços dessas cooperativas:

[...] a gente viu que uma cooperativa sozinha, ela tinha mais dificuldades. Quando ela se junta e até pra acessar mercado, digamos que uma cooperativa ela não tenha condições de fornecer um determinado produto, mas quando se juntar várias cooperativas, né, na medida que você recebe um pedido tem como você fornecer uma quantidade maior de produtos. [...] Uma cooperativa só, tem diversas linhas. A minha mesmo tem 9 linhas de comercialização e isso dificulta. É...Não comercializa. O município não abrange a comercialização. Aí, foi nisso que foi criado a Arco, até mesmo por incentivo do MOC e do MDA. O Ivan foi quem sugeriu isso a gente, pra a gente fundar uma associação, que, como agora tão surgindo muitas redes, né? Ela fica como uma rede. Pra que ela funcione como uma rede, pra comercializar os produtos dos agricultores, das agriculturas familiar da

¹²⁸ “O Programa Nacional de Geração de Emprego e Renda (PRONAGER) é o resultado do acordo de cooperação técnica firmado entre o governo brasileiro, através do Ministério da Integração Nacional (MI) e a Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação (FAO/ONU), com a interveniência da Agência Brasileira de Cooperação do Ministério das Relações Exteriores (ABC/MRE) e apoio técnico do IATTERMUND – Instituto de Apoio Técnico aos Países de Terceiro Mundo, que detém os direitos de aplicação da Metodologia de Capacitação Massiva cedidos ao PRONAGER para sua utilização no Brasil, mediante convênio de Cooperação Técnica” (www.setec.mt.gov.br/web, acesso em 26 jun. 2009).

¹²⁹ Entrevista concedida a autora em pela Presidente da Agência Regional de Comercialização do Sertão da Bahia, em 09 out. 2007, no município de Valente-Ba.

economia solidária. Teve apoio da ADS, da SDT, com Wilson também (Representante da ARCO Sertão, em 09 out. 2007)¹³⁰.

As próprias cooperativas estavam com dificuldades para se estruturar. Nessa perspectiva, criar uma ONG de atuação regional que as integrasse sob a forma de redes era uma proposta extremamente sinuosa de materializar. Mas, o apoio do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), da Agência de Desenvolvimento Solidário (ADS) e do Movimento de Organização Comunitária (MOC), conforme constata-se no depoimento anterior, bem como o estabelecimento de parcerias com outras organizações, como a APAEB, por exemplo, foi central para a consolidação e institucionalização da ARCO Sertão, fundada em dezembro de 2002.

Percebe-se que movimento associacionista potencializa a extroversão territorial, fomentando nós, que ora podem constituir-se em territórios, elementos da rede. As redes fecundam o surgimento e estruturação de novas organizações, que densificam fluxos e pontos num processo simultâneo de introversão e extroversão territorial:

É como se os processos sociais que compõem essa dinâmica se manifestassem mais sob a forma de rede à escala regional-nacional e de território à escala local. Nesse sentido, poderíamos afirmar que muitas vezes a distinção entre rede e território é uma simples (nada simples...) questão de escala [...]. O que se manifesta como rede em uma escala pode se manifestar como território em outra, este como elemento daquela (HAESBAERT, 1995, apud HAESBAERT, 1995, p. 200).

Porém, pode-se constatar que a dinâmica das redes empreendidas pelos ativismos sociais no Território do Sisal, não pode ser compreendida desconsiderando as relações com o Estado, sobretudo, ante as práticas político-econômicas neoliberais em vigência neste país. O incentivo do Estado à rede associacionista no Território do Sisal é pressuposto precípuo para viabilizar a inteligibilidade do real.

No contexto nacional, tem-se experimentado a dilatação do processo de democratização, em concomitância com o encolhimento do Estado e a respectiva transferência de suas responsabilidades para a sociedade civil (DAGNINO, 2004b). Como resultado, constata-se o estímulo estatal a criação de espaços de participação, como conselhos gestores de políticas e orçamentos participativos, bem como a

¹³⁰ Entrevista concedida a autora em pela Presidente da Agência Regional de Comercialização do Sertão da Bahia, em 09 out. 2007, no município de Valente-BA.

criação e consolidação de experiências associacionistas, especialmente o cooperativismo e associativismo, enquanto mecanismos estratégicos de expressão do avanço democrático no Brasil. Nesse sentido, alguns “[...] setores da sociedade civil que se engajam nessa aposta e passam a atuar nas novas instâncias de participação junto ao Estado”, acabam por serem os interlocutores do “projeto neoliberal, que ocupa majoritariamente o aparato do Estado” (DAGNINO, 2004b, p. 147).

O estreitamento da relação Estado – sociedade civil é bastante perigoso, devido à confluência de projetos políticos historicamente antagônicos, conforme já destacado em capítulo anterior. Entretanto, esta situação é acentuada tendo em vista o amplo processo de construção de uma “hegemonia às avessas”, sinalizada por Oliveira (2010).

Um fato expressivo deste período é a ascensão política do Partido dos Trabalhadores (PT), conquistando o mandato em várias prefeituras municipais no Brasil e, principalmente, a eleição de sua principal liderança para a Presidência da República, em 2002. O PT foi gestado na esteira do movimento sindical, conseguindo disseminar suas bases nos movimentos sociais urbanos e rurais brasileiros. Em decorrência desta origem histórica ligada aos movimentos populares e das exigências morais que este vínculo exigia, assim como pelas possibilidades de ganho eleitoral, o discurso da participação social adquiriu maior ênfase, permitindo que os espaços de participação fossem incentivados/ativados, criando uma propensão ao associativismo (COELHO, NETO, 2013c, p. 222).

Em face à luta pelo processo de ampliação da democracia no Território do Sisal, especialmente considerando a necessidade dos ativismos sociais em dirimir o conjunto de práticas políticas conservadoras (patrimonialismo, clientelismo e paternalismo), historicamente enraizadas nesse recorte regional, o discurso em favor da crescente participação da sociedade civil nos processos de planejamento e gestão territorial, é reconhecido como sinuosa conquista. Nesse contexto, promulga-se a política de desenvolvimento territorial do MDA, principalmente por ela está calcada na crítica às políticas verticais, unilaterais e autoritárias do passado, ao tempo que propõe a participação de diversos segmentos da sociedade no processo de condução das políticas públicas.

Nesse rumo, é comum que vários segmentos da sociedade civil no Território do Sisal, enalteçam a política territorial do MDA, uma vez que defender, principalmente as propostas do PNOT, consiste numa maneira legal de resistir e opor-se as oligarquias políticas locais/regionais, bem como de enfatizar seus princípios de horizontalidade e participação na gestão pública:

Território, marcado pela exclusão social, mas também pela história de lutas dos movimentos sindicais, associativista, cooperativista, organização das mulheres, entre outros, quebra o pré-conceito do coronelismo estabelecido em toda a Região Nordeste, e fortalece a construção e o fortalecimento de uma cidadania viva (CODES-SISAL, 2010, p. 57).

A valorização do Conselho Regional de Desenvolvimento Rural Sustentável da Região Sisaleira (CODES-Sisal), caminha nesse sentido. Acredita-se que este conselho potencializa o processo de planejamento integrado e participativo, bem como legitima a construção de “[...] um novo modelo de definição de políticas públicas, onde as representações da sociedade civil têm o destaque que merecem” (CODES-SISAL, 2010, p. 13).

Criado em 2002, portanto, possuindo anterioridade em relação à política de desenvolvimento territorial do MDA, o CODES-Sisal representa uma resposta salutar a luta regional pela subversão político-econômica. O depoimento da presidente desse conselho contextualiza o surgimento dessa organização:

Eu acredito muito que o surgimento dessa união e participação pra formação do CODES nasce junto com o PETI [Programa de Erradicação do Trabalho Infantil]. Na época Dra. Graça Porto da DRT [Delegacia Regional do Trabalho] veio para a região com o intuito de prender todos os donos de motor de sisal e todos os donos de bateadeiras, porque estavam usando mão de obra infantil. Esses cinco sindicatos sentam com a Dra. Graça Porto e chegaram à conclusão de que não ia resolver o problema com a prisão desses donos de motor, até porque a maioria dos donos de motor eram os pais das crianças que estavam lá trabalhando. Então foi se pensar em estratégias para melhorar as condições de vida daquele pai para que a criança não precisasse trabalhar.

Aí se inicia um ciclo e uma formação de rede. [...] Aí formou o fórum da sociedade civil. Era um momento em que toda a sociedade civil do território – que até então não era território, era região do sisal – tinha um momento de se reunir e discutir o que era preciso se propor para a gestão pública. [isso ocorreu] na década de 90, precisamente em 97/98, porque a decisão do PETI ela se dá em 94, mas o programa só é implantado em 97.

Aí começa a se agrupar e a fortalecer, até que em 2002 surge a ideia de se formalizar uma instituição regionalizada que tivesse caráter de poder e discutir diretamente com a união as propostas de desenvolvimento dessa região. É aonde nasce o Conselho de Desenvolvimento Rural Sustentável da Região Sisaleira. **O CODES do Sisal não é política de governo, ela é uma política da necessidade da população sisaleira**¹³¹

¹³¹ Entrevista concedida a Coelho Neto, pela Presidente do CODES-Sisal, em 16 mar. 2012. A entrevista foi filmada e acompanhada pela autora.

Entretanto, apesar de oriundo dos esforços dos ativismos sociais, é após a implantação do PNOT que esse Conselho ganha maior expressividade, e particularmente, fecunda-se maior alinhamento com as perspectivas de ação do Estado brasileiro. Atualmente, esse Conselho é composto por 20 prefeituras municipais, seis instituições governamentais e vinte e quatro segmentos da sociedade civil (CODES-SISAL, 2010).

O Plano Territorial de Desenvolvimento Sustentável do Sisal elaborado pelo CODES-Sisal e, portanto, com as organizações sociais que o compõe, reforça a proposta do MDA. O colegiado Territorial do Sisal coaduna com a abordagem de desenvolvimento implementada pela SDT/MDA e estabelece estreitas relações com os representantes governamentais desse Ministério:

O Território do Sisal, hoje Território da Cidadania, representado pelo Conselho Regional de **Desenvolvimento Rural Sustentável da Região Sisaleira do Estado da Bahia** (CODES SISAL), não se propõe a ocupar o espaço do poder público nem das organizações sociais, mas **a constituir-se no instrumento** catalisador das potencialidades técnicas e políticas **para implementação do desenvolvimento sustentável no Território**. [...] Finalizando, queremos agradecer a todos os representantes da sociedade civil e do poder público pela dedicação e empenho na construção desse processo de trabalho, ao MOC, à ASCOOB, a todos os organismos governamentais do Estado da Bahia e federais que apóiam decididamente esse trabalho, **com destaque para a SDT/MDA, e os colaboradores técnicos que nos ajudam, com seus conhecimentos, a compreender melhor nossa realidade** (CODES-SISAL, 2010, p. 13, grifo nosso).

Nesse rumo, Estado e Sociedade Civil estabelecem fortes parcerias, principalmente porque defender a perspectiva de desenvolvimento territorial do MDA torna-se uma necessidade umbilical para garantir legalmente o envolvimento local/regional da sociedade civil no encaminhamento das políticas públicas. Mas, quais as implicações políticas desse pleito ante ao anunciado contexto neoliberal que nos caracteriza?

3.2 (Des)envolvendo o Território do Sisal: relações entre o Estado Brasileiro e os ativismos sociais

A sociedade civil no Território do Sisal conformou um articulado tecido associacionista que, historicamente tem lutado pela democratização do planejamento

e gestão pública, forjando condições potenciais de intervenção social, tais como a criação de espaços públicos, especificamente o CODES-Sisal. Os ativismos sociais do Território do Sisal têm buscado a direção ético-política e moral da sociedade sob um novo modo de conceber as relações sociais, calcado em tramas/tessituras solidárias de cooperação e descentralização do poder. Construiu-se uma nova organização política e produtiva, em contraposição às formas coronelistas (ainda existentes), com o objetivo precípua de angariar um outro modo de engendrar as relações sociais.

Organizados e articulados sob redes, os ativismos sociais potencializam o poder de ação da coletividade frente aos seus campos de luta. Muito mais do que um arquétipo reticular, as redes constituem-se num “[...] elemento organizativo, articulador, informativo e de empoderamento de coletivos [...] no seio da sociedade civil e na sua relação com outros poderes instituídos” (SCHERER-WARREN, 2007, p. 42). Parecem tentar compor uma “contra-racionalidade”, usando expressão de Santos (2004), para assim reestruturar as relações de poder e promover a transformação social.

As redes provocam movimento de extroversão territorial, mas também de introversão, podendo ser elemento constituinte da própria territorialidade¹³². A luta pela territorialidade, por sua vez, manifesta, principalmente, no conflito com agentes instituidores das chamadas práticas políticas conservadoras, é uma luta pela racionalidade do território. Nesse âmbito, a manipulação e reorganização das escalas geográficas constituem-se num recurso estratégico para viabilizar os propósitos da anunciada “contra-hegemonia”.

O CODES que é o Conselho Regional, e aí por ser um conselho tem que ter representantes de várias instâncias... Dentro do CODES você construiu um plano de desenvolvimento territorial. Dentro desse plano existem eixos temáticos, um deles é a questão da agricultura familiar, dentro desse eixo está a questão também da comercialização. E o que é acontece? O principal papel da Arco Sertão é a discussão política, porque quando você parte pra construir um plano nesse nível, você tem pessoas de prefeituras, sobretudo, brigando por sua fatia a nível de município. Aí eu tô aqui representando uma entidade regional, um, dois, três, ou cinco municípios desse território, como é o caso por exemplo do Sisal. E aí nesse sentido que a Arco entra com a sua experiência, porque nós já caminhamos por isso aqui, por essa estrada [...] (Representante do MOC)¹³³.

¹³² A este respeito ver Haesbaert (2004), especificamente o conceito de “território-rede” elaborado pelo autor.

¹³³ Representante do Programa de Comunicação do MOC, em entrevista concedida a autora em 09 out. 2007 no município de Valente-BA.

A substituição da expressão “Região Sisaleira” em favor do “Território do Sisal” não é uma mera mudança vocabular, nem tampouco se resume a uma distinta configuração espacial, dada a quantidade de municípios que conforma cada uma dessas regionalizações. Trata-se de enfatizar uma nova institucionalidade, fundamentada numa perspectiva híbrida de desenvolvimento, na renúncia a ação verticalizada do poder público e na valorização das redes sociais de solidariedade, enquanto processos endógenos de desenvolvimento. Está intrínseca a chamada “inovação” do des(envolver), em que o território parece ser a escala adequada para a construção de alianças e estratégias para sanar os problemas da “velha” região do sisal. Neste caso, o conselho territorial legitimado pela política de desenvolvimento do MDA é de grande valia:

O trabalho do CODES é de grande importância. **É o melhor lugar para viabilizar a participação da sociedade civil. O CODES-Sisal é modelo. O CODES-Sisal é o povo.** O CODES só tá precisando divulgar suas ações, porque isso ainda está muito escondido. Tem gente que ainda acha que território é terreno, quilômetro quadrado e território é política (Representante da FATRES, grifo nosso)¹³⁴.

A escala [Território do Sisal] é uma categoria da prática sociopolítica dos ativismos sociais, denotando “[...] uma estratégia socioespacial que reestrutura as relações de poder, permitindo a potencialização das ações das organizações-rede, fragilizadas no âmbito da escala local” (COELHO NETO, 2013c, p. 323). A construção do Território do Sisal parece viabilizar a permutação de experiências, o estabelecimento de alianças e enfrentamentos à tradicional elite político-econômica sisaleira. Esse pensamento coaduna com a interpretação de Brandão (2010) a respeito da escala enquanto categoria da prática:

Como ‘categoría de la práctica’, la construcción escalar es un proceso eminentemente político al establecer la diferenciación de determinado ángulo de la lucha social por el control del espacio. Como una forma especial de organización y disposición de recursos políticos (incluyendo el uso de recursos simbólicos y discursivos), la ‘política de escala’ se manifiesta en la creación de espacios e instancias en que se tratará de establecer alianzas, enfrentamientos, etc., lo que permitirá hacer uso de los instrumentos, dispositivos, y recursos diversos, según este prisma de control” (BRANDÃO, 2010, p. 249).

¹³⁴ Entrevista concedida a autora em 20 mai. 2010, no município de Serrinha-BA.

Fundamentando-se no pensamento de Acserlrad (2002) e González (2010), Coelho Neto (2013c) defende que as organizações sociais do recorte regional em foco, empreendem políticas de escala, haja vista “o uso da escala como estratégia para se organizar e alcançar seus propósitos, cujos entrelaçamentos de discursos e práticas têm o espaço como referência” (p. 239).

La llamada ‘políticas de escalas’ es el campo en el que tienen lugar las luchas materiales y discursivas entre diferentes actores por establecer configuraciones escalares hegemónicas. En esta lucha los actores utilizan ‘narrativas escalares’ para justificar e ‘dar empaque’ a sus argumentos (GONZÁLEZ, 2010, p. 125-126).

A escala é “[...] tanto un objeto como un médio para las luchas económicas-políticas” (GONZÁLEZ, 2010, p. 126). Trata-se de “[...] producciones humanas colectivas, dinámicas, multidimensionales, con los diversos actores e trayectorias históricas en disputa, en movimiento procesual, contingente y abiertas” (BRANDÃO, 2010, p. 243). Porém, a tese de Guimarães (2013) nos revela o caráter centralizador do processo de elaboração da atual política de desenvolvimento territorial, permitindo-nos questionar a conformação desta escala em específico [território] enquanto construção coletiva¹³⁵, tal como propõe Brandão (2010).

Independente do Território do Sisal ser derivado ou não do agir coletivo dos sujeitos (DAMETTEIS e GOVERNA, 2005), verifica-se que além do interesse em envolver-se/participar nas decisões políticas governamentais (possibilidade alardeada nos documentos do MDA), os ativismos sociais vislumbraram-se em beneficiar-se “[...] (e se fortalecer) com as promessas de mudanças advindas da nova política territorial

¹³⁵ Segundo Sabourin (2007) “[...] os contornos e a definição da maioria dos territórios apoiados foram propostos pelo MDA em Brasília, mas decididos pelos Conselhos de Desenvolvimento Rural e pelos governos dos Estados e dos municípios em relação com alguns interlocutores locais, geralmente a partir de considerações políticas ou sindicais. A população interessada não foi consultada e, em muitos casos, ela ignora ainda até a existência do território ou do projeto de território após alguns anos. De fato, o processo de territorialização está sendo contrariado ao mesmo tempo pela concepção de pequenos projetos locais e pela natureza do sistema federal, em particular pelos canais de financiamento e de implementação das infraestruturas e equipamentos, que só podem passar pelos Estados ou municípios” (p. 730). Para Coelho Neto (2013), “a conformação espacial que o Território do Sisal assumiu como território rural na política do MDA, corresponde em grande medida, com o arranjo espacial estabelecido pelas práticas sociais organizativas precedentes, [...] embora ela [presidente do CODES-Sisal] que os municípios de Riachão do Jacuípe e Nova Fátima poderiam fazer parte do Território do Sisal” (COELHO NETO, 2013, p. 317).

do Estado Brasileiro, apontado pelo novo contexto político-institucional desenhado pelo Governo Lula” (COELHO NETO, 2013, p. 318).

“Reconhecer uma dimensão territorial do desenvolvimento significa, em outros termos, identificar o território como sujeito do desenvolvimento” (CUNHA, 2008, p. 56). Propõe-se pensar o planejamento e gestão das políticas públicas numa escala regional, através de uma estrutura que viabiliza a inclusão dos segmentos da sociedade historicamente negados na trajetória política deste país. Destaca-se não somente o abandono das políticas verticais, como também a supressão do clientelismo, manifesto especialmente na escala municipal. Dessa forma, “o território é condição de processos de desenvolvimento” (SAQUET, 2007, p. 113). O depoimento a seguir ratifica esse entendimento:

Eu vejo assim, né, que esse é um momento do CODES no território é muito importante. E é um espaço que o grupo tem que tá discutindo aquilo que é prioridade para o território e não pensar em si próprio, mas sim pensar pra um território. Eu vejo assim: que e acaba aquilo que chega um vereador e diz: “Eu quero isso!” E simplesmente porque o cara era vereador conseguia, que não trabalhou pra o município dele, que muitas vezes nem funcionava, como hoje nós temos assim várias *casas de farinha que nem funcionavam e muitos outros projetos aí, moinho e outros*, simplesmente fechados, construídos, fechados e muitas vezes, simplesmente no período de eleição o cara se promoveu e até hoje nunca funcionou. Imagine só o custo disso e que se você coloca aquilo em outra comunidade poderia funcionar, mas como as coisas são feitas hoje dentro do território isso não acontece mais, porque existe uma discussão dentro da comunidade, pra ver se a comunidade tem interesse (Representante da ARCO Sertão)¹³⁶.

“O Território do Sisal se torna a plataforma espacial que dá sustentação à elaboração de enunciados, discursos e reivindicações” (COELHO, NETO, 2013c, p. 354). Alguns líderes de organizações sociais argumentam que “as pautas que chegam com o nome do território são mais acatadas”¹³⁷, salientando que “a Região Sisaleira era mais esquecida e hoje o Território do Sisal é mais valorizado”¹³⁸.

O Território do Sisal tem sido uma bandeira levantada pelos mais variados agentes sociais. O Movimento de Organização Comunitária (MOC), por exemplo,

¹³⁶ Entrevista concedida a autora em 09 out. 2007.

¹³⁷ Entrevista concedida a Coelho Neto em 01 mai. 2012, na cidade de Santaluz, pelo presidente e vice-presidente do Centro de Apoio às Iniciativas Comunitárias do Semi-árido da Bahia. A entrevista foi acompanhada e gravada pela autora.

¹³⁸ Entrevista concedida a Coelho Neto em 01 mai. 2012, na cidade de Santaluz, pelo presidente e vice-presidente do Centro de Apoio às Iniciativas Comunitárias do Semi-árido da Bahia. A entrevista foi acompanhada e gravada pela autora.

desde 2005, criou um projeto especial de apoio as ações dos Territórios Rurais e deste desmembrou um sub-programa intitulado “Desenvolvimento Territorial”. Esse projeto tem apoio direto da SDT/MDA e “o MOC vem assumindo a responsabilidade de realização de inúmeros eventos de formação, debates e negociações de políticas voltadas para o desenvolvimento dos Territórios Rurais baianos”¹³⁹, sobretudo do Território do Sisal, seu campo de maior atuação.

O MOC tem um amplo poder de persuasão na dinâmica das organizações da sociedade civil nesse Território, pois ele ajudou na estruturação e consolidação de uma miríade de organizações¹⁴⁰, como também acompanha diretamente o trabalho que elas desenvolvem¹⁴¹. É comum que um representante do MOC participe e ainda coordene as reuniões gerais de cooperativas e associações que atuam no Território do Sisal. Por isso, quando o MOC reconhece que a política de desenvolvimento territorial da SDT é uma “ação exitosa”, está intrínseca uma ampla possibilidade que várias outras organizações comunguem com essa lógica de pensar.

Nos últimos anos, em função da dinâmica que vem sendo estabelecida na Bahia, com o processo de revelação, identificação e organização dos Territórios de Identidade e o reconhecimento destes como unidades de planejamento, [...] **o MOC, através do Sub-programa de Desenvolvimento Territorial, promoveu e apoiou a elaboração, a qualificação e a gestão dos Planos Territoriais de Desenvolvimento Rural Sustentável**, que visam estimular o desenvolvimento harmônico dos Territórios Rurais [...], especialmente nos Territórios do Sisal e Bacia do Jacuípe (MOC, 2008, p. 35-36, grifo nosso).

Outra organização protagonista na difusão dos preceitos da política de desenvolvimento territorial é a Fundação de Apoio à Agricultura Familiar do Semiárido da Bahia (FATRES). Ela tem insistido em i) ratificar a demarcação espacial homologada pelo CODES-Sisal, ou seja, o Território do Sisal¹⁴², ii) valorizar esse conselho territorial enquanto instância basilar necessária à participação social e descentralização política, e iii) disseminar a ideia de desenvolvimento territorial, inclusive, intitulando-se agente propulsor desse desenvolvimento, como constata-se na figura 7.

¹³⁹ Disponível em <http://www.moc.org.br>. Acesso em: 05 mai. 2010. Atualmente o “Desenvolvimento Territorial” não constitui mais um sub-programa do MOC.

¹⁴⁰ Vê-se, por exemplo, nas informações apresentadas na Figura 12 (capítulo anterior).

¹⁴¹ A ARCO Sertão, por exemplo, é uma organização bastante assistida pelo MOC.

¹⁴² Esse território foi homologado pelo Colegiado do Território do Sisal em 25/09/2003, conforme dados do Ministério do Desenvolvimento Agrário/Sistema de Informações Territoriais (MDA/SIT).

A FATRES tem estabelecido relações diretas entre sua atuação, o propalado êxito do Território do Sisal e a constituição do colegiado territorial, denominando-se ser “[...] uma mãe para o CODES desde o momento de sua fundação” (FATRES, 2009, p. 4).

O Território do Sisal vive um momento de grande expansão, motivado pelo sucesso das políticas públicas destinadas aos vários setores da sociedade. **Nos últimos anos, a partir da fomentação de um amplo debate puxado pela FATRES, o Território protagonizou uma série de iniciativas que resultaram em ações concretas na vida do/a agricultor/a familiar.** [...] A FATRES tem uma enorme preocupação com as políticas para o Território, por conta disto, tem dado uma contribuição significativa no processo de construção e conquista das políticas territoriais, de fortalecimento da Cadeia Produtiva do Sisal, de organização dos Sindicatos, Centrais de Associações, Cooperativas de Produção e Comercialização, Ligas Desportivas e Culturais, Movimentos de Reforma Agrária, de Mulheres e Jovens, dentre outras iniciativas. A FATRES, além de ter liderado o processo de criação do CODES, o coordenou por dois mandatos e, atualmente, foi novamente convidada a presidi-lo. Temos lidado com constantes desafios, vencemos parte deles e **estamos em consolidação de um projeto ideal para o Território do Sisal** (Coordenador Geral da FATRES, grifo nosso)¹⁴³

Figura 7: Layout Página inicial do site da FATRES



Fonte: Disponível em: <http://www.fatres.org/>. Acesso em: 06 jul. 2014.

A FATRES tem assumido uma posição de liderança no Território do Sisal, sobretudo, devido a sua estreita relação com o colegiado territorial e com proposta de

¹⁴³ In: FATRES, 2009, p. 2.

desenvolvimento rural do MDA. Anunciando estar em fase de “consolidação de um projeto ideal para o Território do Sisal” (vide depoimento anterior), a FATRES reforça a nova institucionalidade escalar, o Território, como também destaca sua inserção sociopolítica e o seu papel de interlocutora entre sociedade civil e Estado, preocupando-se em apresentar “[...] diretamente aos centros do poder decisório demandas concernentes às carências e às inquietações pulverizadas na ‘periferia’ do sistema político” (DOIMO; MITRE; MAIA, 2007, p. 121).

A ratificação do Território do Sisal enquanto escala necessária à participação social e ao estreitamento das relações entre sociedade política e civil (Estado ampliado), sinaliza a luta pela democratização e horizontalidade das políticas públicas. Mas, por outro lado, constitui-se numa estratégia umbilical para viabilizar a interlocução pleiteada e o próprio fortalecimento das organizações sociais. Defender a política de desenvolvimento territorial, incluindo suas diretrizes e metodologias, parece ser condição nuclear para o diálogo com o Estado.

O Território do Sisal é uma construção coletiva, com muito planejamento conseguiu grandes conquistas, a exemplo da mobilização e diálogo com dois Ministérios, para tratar do desenvolvimento sustentável. **Com essas discussões, conseguiu-se por em pauta a problemática do sisal como uma das prioridades do governo Federal, algo jamais visto.** “O Território é um espaço que, além de elaborar e planejar políticas públicas para a região, pode também entrar no colegiado fazendo proposições de mudanças de estratégia de governo” destaca Urbano, enfatizando o crescimento do Território, a partir da parceria com os governos municipal, estaduais e federal, de uma forma que leva a construção coletiva deixando um pouco de lado as questões particulares e discutindo o desenvolvimento da sociedade (CARVALHO¹⁴⁴, 2010, p. 3, grifo nosso).

Mas “a alusão ao Território do Sisal não consiste apenas em uma estratégia assumida pelas organizações sociais que possuem uma posição proeminente no Colegiado Territorial” (COELHO NETO, 2013c, p. 354). Há também de se considerar as ações desenvolvidas por outros sujeitos sociais e agências governamentais, que através de variados canais de comunicação conferem centralidade ao Território do Sisal, como constatado nos títulos de notícias sobre essa realidade regional apresentados no Quadro 6.

¹⁴⁴ Trata-se de “uma publicação das ações desenvolvida pela União de Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária do Estado da Bahia – UNICAFES Bahia e Fundação de Apoio aos Trabalhadores Rurais e Agricultores Familiares do Semiárido da Bahia – FATRES, que tem Urbano Carvalho como diretor” (CARVALHO, 2010, p. 4).

Quadro 6: Noticiários com alusão ao Território do Sisal

Título da Notícia	Fonte/origem da notícia
“Mulheres do Território do Sisal trocam experiências sobre comunicação”.	Movimento de Organização Comunitária (MOC) => (disponível em: < http://www.moc.org.br/boletins.php?periodo=2012 >Acesso em: 15 nov. 2012).
“INSS e sindicatos dos trabalhadores rurais e agricultores familiares do Território do Sisal discutem questões previdenciárias”.	FATRES => (disponível em: < http://www.fatres.org/home_0.html >Acesso em: 15 nov. 2012).
“O alerta vermelho no Território do Sisal da Bahia ”.	EMBRAPA => (disponível em: < http://www.cpatsa.embrapa.br/imprensa/noticias/o-alerta-vermelho-no-territorio-do-sisal-da-bahia/ >Acesso em: 15 nov. 2012).
“ Território do Sisal ganha Centro de Referência em Atenção à Mulher”.	UPB => (disponível em: < ">http://www.upb.org.br/uniao-dos-municipios-da-bahia/informativos-e-noticias/index.php?id=786&pag=> Acesso em: 15 nov. 2012).
“Prefeitos do Território do Sisal discutem agravamento da seca com governo do Estado”.	Site Gil Notícias => (disponível em: < http://gilsantosnoticias.com/?p=8647 >Acesso em: 15 nov. 2012).
“FATRES apresenta pauta emergencial do Território do Sisal ao Governo da Bahia”.	Site Calila Notícias => (disponível em: < http://www.calilanoticias.com/2012/05/fatres-apresenta-pauta-emergencial-do-territorio-do-sisal-ao-governo-da-bahia.html >Acesso em: 15 nov. 2012).
“SECA: Todo o Território do Sisal em Estado de Emergência”.	Site Junior Notícias => (disponível em: < http://www.juniornoticias.com/2012/03/seca-todo-o-territorio-do-sisal-em.html >Acesso em: 15 nov. 2012).
“Boa notícia para nosso Território da Cidadania (Sisal) : Empresários mexicanos querem agroindustrializar sisal da Bahia”.	Site Portal de Notícias => (disponível em: < http://www.portaldenoticias.net/deusimar/?p=3646 >Acesso em: 15 nov. 2012).

Fonte: COELHO NETO, 2013c, p. 355.

A esse contexto, somam-se as ações governamentais estratégicas de estímulo ao chamado desenvolvimento territorial. O MDA, por exemplo, cria diversos programas e publica muitos editais para a seleção de projetos, com o objetivo de “beneficiar” aqueles considerados animadores(as), facilitadores(as) e assessores(as) das dinâmicas territoriais, tais como, conselheiros(as), líderes de movimentos sociais, sindicatos, organizações não-governamentais, entre outros. Mas, para que estes possam beneficiar-se pelos referidos programas e/ou para participarem dos processos seletivos instituídos pelos editais, é necessário atentar às exigências normativas, técnicas e conceituais estabelecidas pelo governo federal, especificamente pelo Ministério em questão. Essas exigências acabam estimulando e induzindo as organizações sociais a coadunarem com as diretrizes estabelecidas.

A seguir, apresentamos alguns critérios que constam no edital 1/2009, publicado pelo MDA, cujo objetivo era selecionar projetos elaborados pelas organizações da sociedade civil:

- Demonstração de possibilidades concretas para atuar em parcerias com as institucionalidades gestoras do desenvolvimento territorial e em colaboração com outras entidades da sociedade civil que atuam no assessoramento às atividades de dinamização econômica, cooperativismo e comercialização;
- **Projetos apresentados devem estar em consonância com a política de desenvolvimento territorial e com as prioridades estabelecidas pela SDT**, bem como estar de acordo com as ações propostas no planejamento anual de seu Departamento de Cooperativismo;
- **Articulação das ações propostas com as prioridades estabelecidas nos PTDRS¹⁴⁵ e Programas/Projetos deles decorrentes;** [...]
- **Prioridade a propostas que contribuam para a adequada articulação e integração das políticas de fortalecimento do cooperativismo, da comercialização e do desenvolvimento territorial¹⁴⁶**

A análise desses critérios nos permite afirmar que qualquer organização social que almeje participar desse processo seletivo, tem que obrigatoriamente, fundamentar-se na perspectiva de desenvolvimento territorial estabelecida pela SDT. Muitas vezes, na ânsia em beneficiar-se das ações orçamentárias, instituídas por esses editais, acaba-se adotando as concepções empregadas pela SDT/MDA sem a devida reflexão das diretrizes propostas.

Contudo, a relação entre a SDT/MDA e a sociedade civil não é um processo simples. Embora muitas organizações incorporem com facilidade as proposições governamentais, até mesmo por necessidade, como no caso do interesse em beneficiar-se dos editais, não podemos ignorar a capacidade crítica e criativa inerente a prática dos sujeitos sociais. Por outro lado, a crença na mudança de conteúdo da política de desenvolvimento territorial é uma tônica predominante, como se constata no depoimento a seguir:

As pessoas ainda acham que território é terreno, quilômetro quadrado. Mas território e desenvolvimento territorial é planejamento integrado, é diagnóstico participativo¹⁴⁷. Tira o individualismo dos municípios para favorecer a coletividade. Mas tem gente que tá no movimento e apenas ouviu falar, não conhece direito o que é. Eu acho que precisa de divulgação e de

¹⁴⁵ Entenda por PTDRS o que hoje é chamado PRONAT. A sigla refere-se ao Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais.

¹⁴⁶ Disponível em: www.mda.gov.br, acesso em: 20 dez. 2009.

¹⁴⁷ Na próxima seção realizar-se-á uma breve análise da concepção de participação efetivada nos colegiados territoriais.

conhecimento, porque falam de território e de região ao mesmo tempo. Isso enfraquece a discussão do movimento (Representante da FATRES)¹⁴⁸.

Esse depoimento sinaliza a necessidade de discussão da abordagem territorial do desenvolvimento entre os segmentos da sociedade civil no Território do Sisal, como também ratifica a confusão entre região e território, e a conseguinte despolitização deste conceito. Ao tratar de território sem seu núcleo epistêmico, o poder, caminha-se para “uma confluência perversa de discursos que implicam práticas antagônicas” (PORTO-GONÇALVES, 2011, p. 45), uma vez que essa confluência sustenta um processo global de adequação das sociedades ao modelo neoliberal (DAGNINO, 2004b). Os equívocos conceituais região/território são apenas um indicativo dos descaminhos da política de desenvolvimento rural no Território do Sisal.

3.2.1 Os (des)caminhos da política de desenvolvimento rural no Território do Sisal

A busca pelo desenvolvimento é uma questão basilar para os ativismos sociais do Território do Sisal. Muitas organizações carregam o termo “desenvolvimento” em sua própria razão social, como é o caso da Associação de Desenvolvimento Sustentável e Solidário da Região Sisaleira, da Associação de Desenvolvimento Comunitário de Nova Brasília, da Associação de Desenvolvimento Comunitário do Povoado de Tanque Novo, do Conselho Regional de Desenvolvimento Rural Sustentável da Região Sisaleira do Estado da Bahia, da Cooperativa de Desenvolvimento Econômico e Tecnológico da Região Sisaleira, entre outras. Mas a noção de desenvolvimento é conclamada de maneira mais expressiva na missão das organizações, conforme destacado no Quadro 7.

Essa concatenação com o desenvolvimento é potencializada após o alinhamento dos intentos das organizações sociais no Território do Sisal com a política de desenvolvimento rural, conforme contexto e pressupostos apresentados na seção anterior. Faz-se uso da concepção de desenvolvimento, planejamento e gestão, empreendendo “[...] um grande esforço de apagar as marcas de identidade legitimadora de dominação e exclusão” (SANTOS, 2011, p. 57), no sentido de

¹⁴⁸Entrevista concedida a autora em 20 maio de 2010 no município de Serrinha-BA.

construir um projeto político coletivo, simbolizado no *slogan* do CODES “Sisal: um Território de fibra e resistência”.

Figurando como uma construção inventada, racional e abstrata, a identidade territorial do sisal é, antes de tudo, um discurso performativo que se orienta a produzir outras “dizibilidades” e visibilidades e, em última instância, tenta se sobrepor às práticas que tradicionalmente dominaram a região, num jogo de disputas hegemônicas, no sentido defendido por Gramsci (SANTOS, 2011, p. 57).

Quadro 7: Missão das organizações sociais que atuam no Território do Sisal

NOME DA ORGANIZAÇÃO	MISSÃO/ VISÃO
Agência Regional de Comercialização do Sertão da Bahia	Promover o desenvolvimento social, político e econômico dos empreendimentos da agricultura familiar e economia solidária
Associação Comunitária dos Amigos do Centro São João de Deus	Contribuir para o desenvolvimento integral dos jovens e da comunidade , através de capacitação profissional de grupos produtivos, cuidando das relações interpessoais e desenvolvendo atividades de geração de trabalho e renda, através da agricultura familiar e economia solidária.
Associação dos Pequenos Agricultores familiares de Serrinha	Contribuir para a melhoria da qualidade de vida dos agricultores e agricultoras familiares da Microrregião de Serrinha, visando a sua permanência na unidade produtiva familiar, numa perspectiva de desenvolvimento local sustentável.
Cooperativa Agrícola e Comercial de Araci	Fortalecer a economia local a partir do fomento à vocação econômica dos cooperados, contribuindo para o desenvolvimento comunitário.
Fundação de Apoio aos Trabalhadores Rurais da Região do Sisal	Contribuir para a construção e consolidação do desenvolvimento social e ambientalmente sustentável , voltado para a melhoria das condições sociais de vida dos trabalhadores e trabalhadoras da agricultura familiar da região Semiárida da Bahia.
Movimento de Organização Comunitária	Contribuir para o desenvolvimento integral, participativo e ecologicamente sustentável da sociedade humana , através de capacitação, assessoria educativa, incentivo e apoio a projetos referenciais, buscando o fortalecimento da cidadania, a melhoria da qualidade de vida e a erradicação da exclusão social.
Cooperativa Valentense de Crédito Rural	Ser reconhecido como a principal instituição financeira propulsora do desenvolvimento econômico e social dos associados.

Fonte: Pesquisa documental, 2012–2014, grifo nosso.

Santos (2011) explicita o papel da comunicação, especificamente das rádios comunitárias, na disseminação das propostas do PTDRS (atual PRONAT)¹⁴⁹. A criação das rádios comunitárias no Território do Sisal integra as estratégias dos ativismos sociais em opor-se a dominação política, reconhecendo-as como mecanismo importante de mobilização e articulação popular. “A relação da comunidade local com a rádio se converte em uma importante mediação, enquanto estratégia por meio da qual são operadas as leituras dos conteúdos veiculados pela própria rádio” (SANTOS, 2011, p. 116). Trata-se de relevante instrumento de socialização¹⁵⁰.

As rádios comunitárias emergem da necessidade de viabilizar instrumentos alternativos. A maioria surge no final dos anos 90 e início de 2000, provocadas pelos movimentos sociais locais, como o MOC, Apaeb, Sindicatos de Trabalhadores Rurais e Polos Sindicais, e grupos ligados as Comunidades Eclesiais de Base da Igreja Católica e apoio financeiro de organismos internacionais de cooperação como a CRS ligada a Igreja Católica Europeia (GOMES, 2006, p. 5).

Contudo, a pesquisa de campo realizada por Santos (2011) retrata que apesar da ênfase no construto identitário do Território do Sisal, dada pelo rádio Valente FM¹⁵¹, especificamente, há um movimento de estranhamento em relação a essa plataforma espacial, pois “não se reconhece nela a validade como categoria abrangente no sentido de acolhimento dos significados referentes ao local forjados pelos movimentos

¹⁴⁹ “A matéria que traz a visita dos vereadores de diversos partidos de Valente ao secretário de Relações Institucionais do governo Jaques Wagner, Rui Costa, na petição de várias demandas na área da saúde, segurança e agricultura, é bem ilustrativa. No relato, o atendimento às reivindicações dos vereadores está condicionado ao alinhamento das demandas ao PTDRS”. Trata-se de matéria divulgada no dia 4 de maio de 2009, pela rádio Valente-FM.

¹⁵⁰ Essa assertiva é ratificada pelo depoimento de “Basílio”, participante do Grupo Focal da pesquisa de campo realizada por Santos (2011): “Realmente a rádio ajuda muito. A rádio quando tem projeto do agricultor, aí eles sempre jogam no ar pro pessoal procurar, pede que o prefeito mande alguém mande alguém ir lá e tal, ela sempre joga pro ar, né? A gente agradece sempre muito a ela, ela informa muita coisa que a gente não sabe e incentiva a gente procurar”.

¹⁵¹ “A Rádio Valente FM é uma rádio comunitária mantida com a ajuda da APAEB. [...] mas vive perseguida por interesses comerciais ou políticos e sob ameaça de fechamento pela ANATEL. Porém a Valente FM continua firme cumprindo sua parte na luta pela democratização dos meios de comunicação, levando ao povo informação verdadeira e programas educativos e culturais. Integrante da ABRAÇO (Associação Baiana de rádios Comunitárias), participa das articulações e lutas pela legalização da atividade” (APAEB, 2001, p. 38). “Com uma abrangência relativamente grande, capaz de transmitir até mesmo para os municípios vizinhos, ela aborda questões locais, regionais, nacionais e internacionais. O objetivo da rádio é fomentar o espírito crítico na população, incentivar e abrir espaço para o debate, auxiliando na construção de uma identidade local. Atualmente o projeto passa por uma reformulação de sua missão, com o objetivo de torná-la mais abrangente, porém possui também objetivos específicos muito bem definidos, como a capacitação e promoção de cursos, a democratização dos meios de comunicação, divulgação de eventos, assessoria, organização de debates, etc” (NETO e FANTINI, 2005, p. 21-22).

sociais”, desconhecendo “quaisquer diferenças entre as nomenclaturas ‘região’ e ‘território’” (p. 105). A pesquisadora trabalhou com três grupos focais, categorizados por faixa etária, sendo dois grupos de Jovens e um de Adulto.

A ênfase dada pela rádio Valente FM a temas ligados a cultura rural atende a um direcionamento proposto pelo PTDRS no que se refere ao plano de comunicação [...]. Ainda a partir do trecho do programa anteriormente citado¹⁵², foi lançado aos grupos um questionamento em relação a nomenclatura “Território do Sisal”, utilizada pela Valente FM em diversas matérias e que se alinha, deste modo, aos discursos dos movimentos sociais e ao próprio PTDRS. Em relação a concepção construída pelos 3 grupos em torno da ideia de região/Território do Sisal, se evidencia que não há uma correspondência significativa entre esta e aquela construída pelos movimentos sociais, legitimada pelo poder público e divulgada na rádio, enquanto critério para o estabelecimento de políticas públicas para a região. No grupo Adultos não se explicita sequer a oposição entre região e território, o que torna o entendimento em relação ao último termo limitado aos aspectos da cultura do sisal e sua produtividade ao longo dos anos (SANTOS, 2011, p. 104).

Haesbaert (2009) considera fundamental a preocupação com as implicações políticas dos conceitos. O conceito não é simplesmente uma abstração, nem tampouco mera representação do real, “é um instrumento, uma ‘medi-ação’ (no sentido concomitante de ‘meio-ação’) a que recorreremos para sua compreensão, mas que, de forma alguma se restringe a este caráter ‘mediador’ ou de ‘meio’” (HAESBAERT, 2009, p. 97). “Os conceitos não são somente descritivos ou reveladores do mundo e da realidade, mas eles são também constitutivos e produtores do mundo e da realidade” (CRUZ, 2010, p. 6). Por isso, o uso indiscriminado e despolitizado dos conceitos/termos território e região, conforme ratificados nos depoimentos abaixo, tem sérias implicações éticas e políticas.

Carlos: Eu particularmente, pra mim, eu nunca usei esse termo território, entendeu? Eu sempre venho no costume de antes, pra mim é região sisaleira.

Sirlene: É que na verdade, quando a gente fala não é Território do Sisal é sim região sisaleira.

Naldeci: É que na verdade e meio complicado. Eu mesmo confundo tudo, você ouve em uma palestra ai fala “território” e da “região”, só que na verdade eu tenho muita dificuldade. Na rádio mesmo eles falam território e às vezes região.

¹⁵² A autora se refere ao programa exibido em 27 de abril de 2009, na qual “tratou-se da crise econômica internacional que prejudicou o escoamento da produção sisaleira, tendo impactos diretos na economia local. Na ocasião, o locutor Cleber Silva ressaltou a importância do sisal para o Território, cobrando das autoridades políticas medidas de proteção a cultura do sisal. Segundo o locutor, o sisal representa o Território, devendo ser por isso tratado como assunto prioritário, uma vez que muitas famílias dependem direta e indiretamente do cultivo do sisal” (SANTOS, 2011, p. 101).

Sabrina: É a mesma coisa [Território e região]

Mariana: É o jeito de chamar que é diferente, mas tudo fala daqui mesmo, do lugar que tem sisal: Valente, Araci, Retiro, Coite e mais um bocado¹⁵³.

A pesquisa de Santos (2011) informa que apesar da ampla divulgação pelas rádios comunitárias das benesses da política de desenvolvimento territorial, o reconhecimento delas “não é suficiente para que os grupos [grupos focais sujeitos da investigação] as percebam como uma concertação institucional validada pelo ‘Território do Sisal’ enquanto política pública” (p. 107). As críticas as ações alvo do plano territorial de desenvolvimento rural sustentável são incisivas, a exemplo do depoimento abaixo:

Basílio: É o que eu falei ainda pouco, né? Sempre nas conversas a chefia diz que vai melhorar, melhora pra uns pra outros não. Aí não vê uma coisa boa pra todo mundo. [...] mas se pelo menos cumprisse a metade era bom, né? A gente fala dez coisas pra cumprir dois, seria bom demais, né? Por exemplo, o projeto do governo de casa, dá financiamento pra uma casa [...] porque a casa é um bem imóvel mais fácil de adquirir, né? Será que esse projeto resolveu ou não foi pra frente?¹⁵⁴

As organizações sociais do Território do Sisal também têm enfrentado problemas no desenvolver da política territorial. Apesar dos esforços em defender uma escala intermunicipal de articulação para operacionalização das propostas de desenvolvimento, não se conseguiu acabar com a visão municipalista, nem tampouco com as práticas políticas conservadoras, pois o colegiado territorial parece não ter forças garantir a implementação dos seus intentos, esbarrando-se com o clientelismo político dos prefeitos. O clientelismo é a dificuldade mais inquietante enfrentada pelas organizações sociais, conforme depoimentos sistematizados no Quadro 8. Os líderes das organizações destacadas nesse quadro, consensualmente, entendem que o ideal de coletividade pressupõe o conceito de desenvolvimento territorial rural. Preocupa-se em aglutinar forças para dirimir as práticas autoritárias e verticais, viabilizando mudanças estruturais no Território.

¹⁵³ Depoimentos do Grupo Focal de Jovens. In: SANTOS, 2011, p. 105.

¹⁵⁴ In: SANTOS, 2011, p. 106: Grupo focal de Adultos.

Quadro 8: Relação das organizações sociais que atuam no Território do Sisal com à política de desenvolvimento territorial rural

Nome da organização	Concepção de Desenvolvimento Territorial Rural	Envolvimento da organização com o MDA e resultados da política territorial	Dificuldades enfrentadas na condução da política de desenvolvimento territorial rural
MOC	“O MOC entende as ações dele em conjunto, porque a gente não pode pensar o desenvolvimento territorial trabalhando coisas separadamente”.	“O MDA tem várias ações, vários programas na questão do desenvolvimento territorial. [...] Isso é bom pra política e pra gestão dos recursos, porque é uma decisão coletiva, porque antes cada um ia lá e buscava sua parte”.	“Os investimentos quando vem, vem via prefeitura. Todas prefeituras estão inadimplentes, é uma duas ou três que não estão. Então, se o empreendimento quer um investimento e consegue passar o projeto, mas se a prefeitura tiver inadimplente acaba perdendo o projeto”.
Rede de Produtoras da Bahia¹⁵⁵	“É você tá unindo forças pra a gente tá discutindo as dificuldades do seu Território pra que ele cresça, porque o Território crescendo tem a valorização na questão que eles trabalham muito que é o meio ambiente, porque no nosso Território [Sisal] quando diz assim: entrou a seca, a gente perde muito com isso”	“A Rede junto com outros movimentos constituiu na união das organização pra tarem discutindo essas temáticas no caso da região. [...] A Rede contribui para a formação das produtoras tá participando desses espaços e também das atividades do território”.	“Então as dificuldades eu acho que é a partir da ação das pessoas tarem nos espaços porque eu tenho um caminho bem andado, mas eu vim conhecer agora onde que a gente fica no território”
Agência Regional de Comercialização do Sertão da Bahia	“[...] Eu vejo assim: que e acaba aquilo que chega um vereador e diz: Eu quero isso! [...] porque existe uma discussão dentro da comunidade, pra ver se a comunidade tem interesse”	“E nessa base que a gente conseguiu as bases de serviço. [...] a Arco já tá estruturada abrangendo vários municípios. A sessão lá optou que ela viesse pela Arco pra fortalecer esses empreendimentos do lado de cá”	“E um dos obstáculos que eu vejo ainda é um pouco assim a cultura do poder público”

Fonte: Trechos de entrevistas concedidas a autora durante os anos de 2007 à 2014.

Elaboração: Jamille da S. Lima

Porém, apesar dos resultados obtidos através dessa política de desenvolvimento territorial, a exemplo da base de serviços da Arco Sertão, a velha

¹⁵⁵ Apesar da Rede de Produtoras da Bahia atuar na escala estadual e estar sediada no município de Feira de Santana – Ba, ela possui estreita relações com as organizações sociais do Território do Sisal. Inclusive, a entrevista foi concedida a autora, durante a realização da II Feira de Agricultura Familiar e Reforma Agrária do Território do Sisal que aconteceu no município de Serrinha-BA.

estrutura política mostra-se como elemento obstacularizador para os ativismos sociais:

[...] E um dos obstáculos que eu vejo ainda, é um pouco assim, a cultura do poder público. Hoje é um território que só de projetos perdemos acho que mais de 2 milhões. Só no município de Santaluz perdemos mais de um milhão. Um foi pra a construção de abatedouro, de caprinos e ovinos, que a prefeitura se recusou a assinar, só dependia dele a assinatura. Imagine o que isso ia gerar pra pessoas que ia trabalhar no dia a dia e além disso, agregação de valor e gerar empregos pra aqueles que tão lá. Ele que é doido, porque Santaluz é um dos municípios que mais tem caprinos e ovinos, então o prefeito se recusou a assinar. Outro projeto que ele deixou de assinar foi a construção da bateadeira de sisal. Imagine a importância disso. Um outro projeto seria a construção de uma escola de família agrícola, que ele simplesmente se recusou a assinar. Ele disse: eu assino, agora só na comunidade que eu indicar. Agora na comunidade que ele tava sugerindo lá não ia funcionar. A discussão aconteceu que a gente abriu processo. A escola de família agrícola ela só se sustentava onde a comunidade tava envolvida. O prefeito simplesmente disse que só aceito se for em determinada comunidade, justamente pra quê? Pra não dizer que não assinava, mas que foi construído em outra comunidade e que lá não ia funcionar. Então a importância do território é essa, é que não vai mais projeto para comunidade que não é discutido lá, agora acho que cabe a cada gestor público tá entendendo um pouco disso e fazendo a coisa acontecer (Representante da ARCO Sertão¹⁵⁶).

Dificuldade de apoio político, por causa de rivalidades políticas. Quem tá no poder é de esquerda e a segunda presidente era de direita, era muito politqueira. Aí até hoje, mesmo depois que ela saiu ficou assim (Representante da COOPEV¹⁵⁷)

O poder público, principalmente o poder municipal só veio dá apoio agora com o projeto que ta aí. Antes, na gestão passada dava. Nessa outra por questão política, aí não tava dando nenhum apoio. Agora como a gente mudou a diretoria, porque antes tinha a presidente que era mulher de um vereador da oposição. Agora como mudou a direção, a gente já procurou o prefeito e ele já mandou o engenheiro para ver a construção da sede (Representante da COPOFITE¹⁵⁸)

Porém, a rede associacionista desse Território não tem conseguido impedir a reprodução do conjunto de ações seminais do fenômeno coronelista, haja vista as fissuras na própria estrutura da política de desenvolvimento territorial rural.

¹⁵⁶ Entrevista concedida a autora 09 out. 2007. Esse depoimento é bastante elucidativo da permanência do clientelismo político, que se faz efervescente no Território do Sisal até os dias atuais.

¹⁵⁷ Entrevista concedida pela representante da diretoria da Cooperativa dos Pequenos Empreendedores de Valilândia Região Sisaleira a autora em mai. 2013.

¹⁵⁸ Entrevista concedida pela representante da diretoria da Cooperativa Polivalente Filhos da Terra a autora em abr. 2008. A COPOFITE é filiada a ARCO SERTÃO.

Segundo relato de técnicos da SDT, os prefeitos conseguem cada vez mais “furar” os processos participativos dos colegiados para ter acesso aos recursos do Pronaf Infraestrutura por meio de emendas parlamentares. Em 2005, metade do valor total dos projetos foi contratada mediante emendas, o que mostra bem o quanto a lógica supostamente participativa encobre a prática clientelista de transferência de recursos públicos. **Prefeitos bem-relacionados com deputados federais não despendem tempo e recursos nas diversas reuniões de que as organizações sociais na sua grande maioria sem outros meios ou articulações precisam participar para poder interferir ou ter acesso aos recursos públicos federais** (ABRAMOVAY et al., 2006, p. 15, grifo nosso).

Esse trecho de Abramovay et. al (2006), ajuda a explicar a resistência dos prefeitos em participar das reuniões do CODES-Sisal¹⁵⁹. A participação e a representatividade nos colegiados territoriais são questões que também não escapam a crítica. Não há participação de distintos segmentos sociais, tratando-se da paridade existente entre Estado os representantes dos chamados agricultores familiares, isto considerando o que reza o Plano Territorial de Desenvolvimento Sustentável do Sisal (2010), pois poucos representantes do Estado, especificamente das instâncias municipais, frequentam as reuniões do CODES-Sisal, uma vez que o acesso aos recursos públicos através das emendas parlamentares dispensa essa tarefa.

[...] por um lado, muitos dos interesses dos agricultores familiares encontram-se aí representados por meio de suas organizações formais. Por outro, porém, esta representação não é nem de longe suficiente para estimular o surgimento de projetos voltados à valorização dos recursos específicos das regiões rurais. Ao contrário, a lógica de representação da política não estimula a aparição de organizações que se voltam para a inovação e a aprendizagem. Sua base setorial opõe-se objetivamente a sua ambição supostamente territorial e confina suas ações a um conjunto de pequenos projetos em que suas organizações representativas participam, mas cujo impacto é irrisório. Mais que isso: o desenvolvimento rural brasileiro contemporâneo não está assentado numa opção estratégica capaz de agregar energias de amplos setores sociais e de um conjunto consistente de atores governamentais, privados, profissionais e associativos. Esta é a raiz de uma lógica de funcionamento por pequenos projetos cuja relevância é ínfima (ABRAMOVAY et al., 2006, p. 20).

“A existência de espaços efetivamente públicos só se garante pela efetiva pluralidade e diversidade de seus participantes, pela equivalência de seus recursos de informação, conhecimento e poder” (DAGNINO, 2005, p. 62). Mas isto nos “remete a uma outra, larga e difícil, agenda cultural e política” (Op. Cit., p.62).

¹⁵⁹ Informação constatada com base na participação da autora em reuniões do CODES-Sisal durante o ano de 2012-2013.

A participação social, tão enfatizada nos documentos do MDA e no discurso das organizações sociais do Território do Sisal, acaba se confundido com mera gestão dos recursos públicos¹⁶⁰, tal como Freitas (2009) constatou no Conselho do Território do Litoral Sul – BA. E mais uma vez ratifica-se o deslocamento de sentido de conceitos fundamentais para o projeto democratizante defendido pela sociedade civil. “O significado político crucial da participação é radicalmente redefinido e reduzido à gestão. A ênfase gerencialista e empreendedorista transita da área da administração privada para o âmbito da gestão estatal” (DAGNINO, 2004b, p. 152), descaracterizando o conteúdo propriamente político da participação.

Os conselhos limitam-se a “[...] assumir funções e responsabilidades restritas à implementação e execução das políticas públicas, provendo serviços antes considerados como deveres do Estado, do que compartilhar o poder de decisão quanto à formulação de políticas públicas” (DAGNINO, 2004a, p. 102). Eles “são mediadores entre recursos federais voltados a uma finalidade predeterminada e às populações beneficiadas” (BEDUSCHI FILHO e ABRAMOVAY, 2003, p. 17), funcionando “[...] como instâncias importantes de elaboração de demandas” (MEDEIROS e DIAS, 2011, p. 22).

As relações entre Estado e ONG parecem constituir um campo exemplar da confluência perversa [...]. Dotadas de competência técnica e inserção social, interlocutores “confiáveis” entre os vários possíveis interlocutores na sociedade civil, elas são freqüentemente vistas como os parceiros ideais pelos setores do Estado empenhados na transferência de suas responsabilidades para o âmbito da sociedade civil (DAGNINO, 2005a, p. 101).

“Estamos assistindo a uma clara manifestação daquilo que Gramsci chamou de ‘transformismo’, ou seja, a cooptação pelo bloco no poder das principais lideranças da oposição” (COUTINHO, 2010, p. 42). A confluência perversa acaba por obscurecer os antagonismos dos distintos projetos políticos da sociedade civil e política,

¹⁶⁰ O cunho gerencial pode ser ratificado neste trecho: “[...] **a política de desenvolvimento territorial, de acordo com sua concepção e baseada no corpo normativo existente, é um tipo de ação gerencial que estrutura o apoio estatal à organização dos atores que vivem nos territórios, para que estes possam – a partir do repasse de recursos públicos e de sua ação coletiva para direcionar a aplicação destes recursos** (geralmente restrita à fase de definição e elaboração dos projetos territoriais) – desencadear e manter processos que favoreçam a “dinamização econômica” e a ação social coletiva voltada ao desenvolvimento rural. Ou seja, a política depende essencialmente da existência ou criação de uma capacidade social de coordenação e articulação política e administrativa para gerir ações, que se dispersam em diversos órgãos governamentais, programas e políticas públicas, entidades privadas, agentes financeiros etc” (MEDEIROS e DIAS, 2011, p. 207, grifo nosso).

contribuindo para despolitização e desmobilização dos até então chamados de ativismos sociais. Mas, nesse novo contexto, essa expressão/qualificação para as organizações sociais do Território do Sisal, pode, inclusive, ser questionada.

A FATRES, por exemplo, é uma organização bastante elucidativa dessa celeuma. O papel que ela tem desempenhado após o alinhamento com a Política de Desenvolvimento Territorial Rural do MDA, principalmente, considerando sua liderança na gestão do CODES-Sisal, “aponta um arrefecimento da luta e do enfrentamento político, acompanhado, todavia, por um impulso na direção de ações de caráter mais assistencialista” (COELHO NETO, 2013c, p. 378).

A FATRES atualmente vem tomando uma postura diferente do que era no início. **No início ela era mais de luta, de organização, mobilização e enfrentamento. Hoje ela tá trabalhando mais com a execução de projetos**, entende! **Antigamente era: mobilizações, enfrentamento, ocupação de secretarias do governo, de governadoria, mobilização em Brasília, tudo articulado pela FATRES.** Dava resultado porque terminava garantindo o direito do trabalhador que estava ameaçado, esquecido. E aí com uma articulação regional, casada com a estadual em cadeia com a nacional, se faziam grandes movimentos; **os gritos pela terra que conseguiam levar uma pauta de negociação e saíam com grandes resultados favoráveis, hoje já não seguem essa linha**, estão mais pautados em projetos (grifo nosso)¹⁶¹.

Esse “transformismo” está estritamente relacionado com a revolução passiva, conforme termos gramscianos. A perigosa relação de parceria entre Estado e sociedade civil tem resultado numa pseudoparticipação social e num esvaziamento político da luta histórica dos movimentos sociais do campo: a conquista da terra e a reforma agrária. No contexto da atual política de desenvolvimento rural, há um silêncio em torno da questão fundiária (MEDEIROS e DIAS, 2011).

É interessante observar que **os territórios de identidade que ganham dinamismo são aqueles que contam com grupos sociais mais organizados e têm assumido uma participação ativa na PDT [Política de Desenvolvimento Territorial]. No entanto, é uma participação que se destina a fazer projetos, disputar recursos, participar de oficinas, cursos de capacitação, mas que parecem tirar da pauta a luta política pela conquista da terra e pela reforma agrária** (GERMANI, 2010, p. 30, grifo nosso).

A leitura de Germani (2010) ao perfil assumido pelas organizações sociais na condução e adesão da/a política de desenvolvimento territorial do MDA é bastante

¹⁶¹ Entrevista concedida à Ariane Matos, pela Secretária de Políticas Sociais do Sindicato dos Trabalhadores Rurais e Agricultores Familiares de Serrinha em 17 fev. 2010.

pertinente, sendo empiricamente ratificada no depoimento de uma liderança sindical ao avaliar o trabalho desenvolvido pela FATRES:

Até o momento só tivemos esses projetos do Braúna, Sertão Produtivo que estão sendo realizados aqui. Na área de reforma agrária, arrumar terra para o trabalhador rural, até agora não tivemos nenhum benefício¹⁶².

Mas a crítica atenta aos descaminhos resultantes da confluência perversa, pode também emergir dos “movimentos infinitesimais dentro das fissuras ou das próprias fraturas do tecido social”, utilizando termos de Certeau (1995). O trecho abaixo apresenta a leitura crítica de uma dirigente sindical sobre a atuação da FATRES, em meio ao contexto político nacional e baiano sintomático da “hegemonia às avessas”:

Eu acho que com a chegada de Wagner na Bahia, de Lula na Presidência da República terminou acomodando muito o movimento sindical. Ai a gente sente como se com muita liderança se sinta como que já resolvemos o problema. Já elegeram Wagner, já elegeram Lula, já elegemos um monte de Deputados, já fez um monte de projeto pra enfiar a mão no dinheiro público e para buscar para cá para o nosso povo, aí já se sente como realizado. E eu vejo por outro lado, **eu vejo que com esse comodismo, o povo tá ficando meio esquecido, as políticas sindicais estão ficando enfraquecidas e o trabalhador está começando a perder a credibilidade no movimento sindical. E isso me deixa muito preocupada, me deixa muito abatida, abatida, muito triste** (grifo nosso)¹⁶³

Todavia, majoritariamente, as organizações sociais do Território do Sisal, veem o Ministério do Desenvolvimento Agrário como um grande parceiro, cujas concepções e metodologias na promoção do desenvolvimento territorial são consideradas exitosas. Muitos não percebem “que a principal política territorial do Governo Federal se encontra na alçada do Ministério da Integração Nacional e seu programa voltado para as mesorregiões” (FAVARETO, 2006, p. 14)¹⁶⁴, e continuam enaltecendo as ações da política de desenvolvimento territorial rural do MDA, sentindo-se ainda orgulhosos pela construção pioneira do “Território do Sisal”, conforme depoimento abaixo:

¹⁶² Entrevista concedida à Ariane Matos, pelo Secretário de Previdência Social do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Tucano, em 13 fev. 2010.

¹⁶³ Entrevista concedida à Ariane Matos, pela Secretária de Políticas Sociais do Sindicato dos Trabalhadores Rurais e Agricultores Familiares de Serrinha em 17 fev. 2010.

¹⁶⁴ A afirmação de Favareto (2006) tem por base a publicação de Abramovay et. al (2006).

Em março de 2003 foi criada a Secretaria Nacional de Desenvolvimento Territorial, onde **o Território do Sisal foi o primeiro a ser reconhecido pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), como Território da Cidadania. Urbano Carvalho foi o primeiro presidente Territorial do Brasil.** Essa nova responsabilidade o deixou frente a frente de muitas reuniões; representou o Território dentro do Fórum Internacional de Reforma Agrária e por três edições, levou as experiências da região para o Salão Nacional dos Territórios Rurais, um evento de grandes proporções para a agricultura familiar do Brasil. [...] A política de desenvolvimento social aplicada no Território do Sisal está sendo destaque este ano de 2010. O trabalho que começou em 2002 foi reconhecido recentemente no Prêmio da Caixa Econômica Federal pelas Melhores Práticas em Gestão Local, concorrendo com experiências de todo o Brasil. Entre as 100 melhores Práticas, o território do Sisal teve duas e uma delas ficou entre as 20 melhores e concorrerá as melhores práticas do mundo, no prêmio Internacional em Dubai. Urbano se orgulha do trabalho bem feito: **“Eu tenho uma satisfação muito grande de fazer parte desse prêmio. Sinto-me orgulhoso de o Território do Sisal fazer uma gestão diferenciada e com democracia dando espaço para todos participarem”**¹⁶⁵ (grifo nosso).

Nesse sentido, reproduzem-se as concepções da política de desenvolvimento territorial rural do Estado, e com elas a nebulosidade que cerca as intenções que orientam a participação e democratização das políticas públicas. Os documentos elaborados pelas organizações sociais que atuam no Território do Sisal, ratificam as benesses do alinhamento com a política territorial implementada pelo MDA. Desenvolvimento territorial e território são conceitos/ideias que recentemente passaram a fazer parte do coro dessas organizações que, em sua maioria, não perceberam o sentido da racionalização institucional intrínseco a essa política territorial.

Para Cunha, Paulino e Meneses (2009) a abordagem territorial, teoricamente multidimensional, é uma forma de o Estado fazer uso do conceito de território e outros termos a ele relacionados, para garantir legitimidade científica e política ao seu projeto modernizador. O foco nos mais pobres e o uso desses conceitos transfiguram o Estado para escapar-lhe a crítica e esconder suas características principais e suas patentes contradições.

“O conceito – ou, se preferirmos, o conceituar é também uma ação, um ‘acontecimento’, como afirma Deleuze, pelo simples fato de que nossas interpretações nunca são descomprometidas e neutras” (HAESBAERT, 2009, p. 98). Brandão (2010)

¹⁶⁵ Trecho extraído do folheto intitulado “Trajetória de Vida de Urbano Carvalho”. Trata-se de “uma publicação das ações desenvolvida pela União de Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária do Estado da Bahia – UNICAFES Bahia e Fundação de Apoio aos Trabalhadores Rurais e Agricultores Familiares do Semiárido da Bahia – FATRES, que tem Urbano Carvalho como diretor” (CARVALHO, 2010, p. 4).

salienta o caráter político do conhecimento, reforçando a estreita relação entre conhecimento (científico) e a produção de realidades sociais.

Nesse sentido, vale lembrar que a instituição da lógica territorial a noção de desenvolvimento, está atrelada a uma “orientação” de organismos internacionais, conforme pontuado no segundo capítulo desta dissertação. A noção de território implantada vincula-se a uma política neoliberal global, num contexto brasileiro caracterizado pela “hegemonia às avessas” (OLIVEIRA, 2010). Portanto, seu uso reproduz realidades, já que o conceito “é também uma forma de implicação/recriação do/com o mundo” (HAESBAERT, 2009, p. 98).

[...] a criação de conceitos é uma forma de transformar o mundo; os conceitos são as ferramentas que permitem ao filósofo criar um mundo à sua maneira. Por outro lado, os conceitos podem ainda ser armas para a ação de outros, filósofos ou não, que dispõem deles para fazer a crítica do mundo, para instaurar outros mundos. [...] Que não se faça uma leitura idealista do conceito: não se trata de afirmar que é uma idéia (conceito) que funda a realidade; num sentido completamente outro, o conceito é imanente à realidade, brota dela e serve justamente para fazê-la compreensível. É por isso que o conceito pode ser ferramenta tanto de conservação como de transformação. O conceito é sempre uma intervenção no mundo, seja para conservá-lo, seja para mudá-lo (GALLO, 2008, p. 35-36).

Por isso, os deslizamentos semânticos e a despolitização dos conceitos são tão perigosos e pertinentes à reprodução da lógica neoliberal, especificamente no Território do Sisal, no qual para além da luta por formas de produção mais solidárias, luta-se contra as práticas políticas conservadoras. Ao longo deste estudo, problematizou-se o uso da noção de território, e das ideias a ela imbricadas, no âmbito das políticas públicas de desenvolvimento rural vigentes neste país. Através do qualificativo territorial promete-se dar um novo vigor ao desenvolvimento rural, mas continua-se agindo sob as bases de um Estado essencialmente de caráter capitalista. Este parece se apropriar da abordagem territorial do desenvolvimento, para dar nova roupagem a política que prometia-se distinguir-se:

[...] **Reproduz-se assim o traço essencial da política da qual teve a intenção de distinguir-se** – e que vigorou até 2003 – **só que, agora, numa escala que vai além do município**. E sua capacidade de promover o fortalecimento da agricultura familiar é muito limitada pela pulverização dos recursos com que trabalha. Sua capacidade de contribuir à criação do ambiente no qual as populações rurais possam ampliar suas oportunidades de reprodução social é nula, pois esta preocupação encontra-se fora de seu horizonte estratégico (ABRAMOVAY, et al., 2006, p. 12, grifo nosso).

Ainda que os ativismos sociais interpretem esses conceitos e atribuam significações próprias, não se consegue desvencilhar-se da ideologia que alicerça essas conceituações. Embora alguns identifiquem a configuração do processo de despolitização e desmobilização da sociedade civil, o movimento em defesa das benesses da política de desenvolvimento territorial do MDA é grande, pois acredita-se ser ela o melhor caminho para democratizar o planejamento e gestão pública.

Nesse percurso, nutrem-se aspirações perversas e excludentes de um Estado, que se manifesta como “[...] expressão ou condensação de relações sociais de classe” [...]. Em consequência, o Estado é ao mesmo tempo um produto das relações de dominação e o seu modelador” (CARNOY, 1988, p. 316)

Até mesmo a própria ideia de capital social, apresentada no âmbito do PRONAT do MDA, como um dos elementos mediadores do desenvolvimento e fator endógeno às comunidades territoriais, tem ganhado na prática uma conotação extremamente capitalista. O que era para ser uma combinação de atitudes de confiança com condutas de reciprocidade e cooperação, conforme rege a teoria de Bourdieu (1996), é, para a Cooperativa de Crédito Rural do Semiárido da Bahia (Sicoob-Coopere), um meio de ampliar proventos dos chamados colaboradores:

Agora, além dos colaboradores receberem seu salário normal como já acontece hoje, **poderão ampliar seus proventos desde que atinjam metas pré-estabelecidas pela direção da cooperativa, como ampliação do capital social [...]** “Para nós esse é mais um momento importante, uma prova que estamos antenados com a boa governança. São muitas outras cooperativas que estão observando essa nossa iniciativa para quem sabe um dia, também implantarem em suas organizações”, declara o presidente do Sicoob-Coopere¹⁶⁶, grifo nosso).

Cunha, Paulino e Meneses (2009) defendem que o uso da noção de território, e por conseguinte, de participação social, autogestão, concertação, solidariedade, etc., no âmbito das políticas públicas de desenvolvimento, expressam uma tentativa de modernização. Para eles, as políticas territoriais do MDA apresentam muitos pontos semelhantes aos projetos modernizantes do passado, objetos de contundente crítica sociológica:

- a) A atualização de um indisfarçado dualismo entre tradicional e moderno – que define como mundos sociais distintos aspectos contraditórios de uma

¹⁶⁶ Disponível em www.sicoobcoopere.coop.br, acesso em: 14 ago. 2009.

mesma figuração, com a diferença de que o tradicional é muitas vezes valorizado discursivamente para ser combatido institucionalmente;

b) A utilização da ciência e da técnica como meios de legitimação de formas específicas de dominação, com a diferença de que agora as ciências sociais que fundamentam a promulgação de vasto corpo de instrumentos legais e não de projetos econômicos;

c) A tentativa de atender a grupos sociais marginalizados, incorporando conceitos como o de capital social;

d) A incapacidade de instituir formas satisfatoriamente modernas nos termos das próprias visões de modernidade que lhe inspiram, dado que não conseguem combater as tendências inerciais expressas pelo patrimonialismo, clientelismo e ineficiência dos órgãos estatais (CUNHA, PAULINO e MENESES, 2009, p. 18).

“Apesar de todos os malabarismos analíticos praticados pelas ‘teorias modernas’ do territorial [...] jaz ainda uma visão de ambiente não construído socialmente” (BRANDÃO, 2007, p. 31). Conforme mostrou-se no capítulo anterior, essa proposta política está em consonância com as orientações dos organismos internacionais, que por sua vez continuam associando estritamente a pobreza à agricultura. O relatório sobre desenvolvimento do Banco Mundial ratifica isso:

No século XXI, **a agricultura continua a ser um instrumento fundamental para o desenvolvimento sustentável e a redução da pobreza** [...] Abordar as disparidades de renda nos países em transformação requer um enfoque abrangente que adote múltiplos meios para sair da pobreza – passar para uma agricultura de alto valor, descentralizar a atividade econômica não-agrícola para as áreas rurais e **prestar assistência para ajudar as pessoas a saírem da agricultura** (BANCO MUNDIAL, 2007, p.1-2, grifos nossos).

Apesar da emergência da abordagem territorial do desenvolvimento rural anunciar várias mudanças em relação aos projetos de desenvolvimento do passado que tinham a região como unidade de intervenção, continua-se regionalizando o espaço com enfoques semelhantes, que associam pobreza à agricultura, mas agora se revestem do discurso de participação social, sustentabilidade, reconhecimento da identidade, ente outros que legitimam formas históricas de dominação. “Embora afirmem, com ares de grande descoberta científica, que a história *conta*, a geografia *conta*, as instituições *contam*” (BRANDÃO, 2007, p. 31), não conseguiu-se empreender as mudanças anunciadas no modo de (des)envolver implantado desde o governo Lula. Trata-se de um Estado que se diz ser “o Estado do bem-comum”, mas que atua como instrumento de dominação de classe, refletindo as relações de produção.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise das implicações sociopolíticas resultantes da adesão dos ativismos sociais do Território do Sisal a política de desenvolvimento territorial rural do MDA, especialmente no âmbito do Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais, contribuiu para ampliar o debate sobre o papel do Estado na promoção das políticas públicas, o papel da sociedade civil no processo de descentralização política e a importância dos conceitos na (re)produção de realidades e na transformação social.

Pôde-se perceber a complexidade da reprodução dos conceitos/ideias de desenvolvimento territorial e território. A incorporação da abordagem territorial nas políticas públicas de desenvolvimento rural está atrelada a uma dinâmica de intersecção entre o conhecimento científico e a instância político-econômica mundial. Nesse contexto, os organismos internacionais ocupam posição de destaque, principalmente pelo seu papel de financiador, e, portanto, “orientador” das perspectivas de desenvolvimento adotadas nos países da periferia ou semiperiferia do capitalismo mundial.

Desde a década de 1990, período em que os organismos internacionais passaram a defender a abordagem territorial, que os países da América Latina começaram a incorporá-la em suas políticas de desenvolvimento. No Brasil, a partir do governo FHC adotam-se princípios e elementos desse enfoque, como o incentivo ao cooperativismo, à participação social, à sustentabilidade, entre outros. Mas é em 2003, com a criação da Secretaria de Desenvolvimento Territorial, vinculada ao Ministério de Desenvolvimento Agrário que essa abordagem ganha corpo. O território, instrumentalidade dessa política, passou a ser visto como instância que viabiliza o estreitamento da relação sociedade e Estado, e como estratégia metodológica de ascensão dos agricultores (historicamente excluídos), numa visão integradora do espaço, da sociedade, dos mercados e das políticas públicas.

A inserção da dimensão territorial ao conceito de desenvolvimento rural está relacionada a basicamente quatro argumentos: a) renúncia às perspectivas dicotômicas entre rural e urbano, e a vinculação do rural exclusiva ao setor primário da economia; b) renúncia à ação verticalizada do poder público, que passa a estimular a descentralização e a participação social no processo de elaboração e gestão das políticas públicas, sendo o território a unidade da governança; c) perspectiva híbrida

do desenvolvimento rural entre as dimensões econômica, social, ambiental e político-institucional, em contraposição a abordagens setoriais; d) valorização das raízes histórico-geográficas do território, das redes sociais e de solidariedade, enquanto processos endógenos de desenvolvimento.

No Território do Sisal, especificamente, os ativismos sociais têm defendido a abordagem territorial do desenvolvimento rural sob quatro argumentos: a) renúncia a ação verticalizada de exercício de poder; b) necessidade de valorização do Território enquanto escala que viabiliza a participação social e a interlocução entre sociedade política e civil (Estado ampliado), sobretudo, através do conselho territorial, o CODES-Sisal; b) possibilidade de beneficiar-se e fortalecer-se com as promessas de mudanças advindas da nova política territorial do Estado Brasileiro, anunciadas pelo novo contexto político-institucional desenhado desde o Governo Lula; e c) estratégia de enfatizar o coletivo, já que o Território representa “o povo”, sendo por isso, a plataforma espacial que dá sustentação à elaboração de enunciados, discursos e reivindicações.

Este último argumento se assemelha aos princípios basilares das teorias do Estado do bem-comum. O Território se constitui numa instância institucional que elucida o Estado democrático, contemplando a vontade da totalidade, representada pelos distintos segmentos que compõem os conselhos territoriais. Através da participação nos espaços públicos legitimados pela abordagem territorial do desenvolvimento rural, acredita-se que os rumos das políticas públicas e do território sejam definidos pela sociedade, representada nesses espaços.

Mas, conforme apresentado ao longo desta dissertação, essa participação se aproxima da mera gestão de recursos públicos, sendo caracterizada pelo prefixo pseudo, pois reduz o conteúdo propriamente político da participação, expresso na ênfase gerencialista. Perversamente, os deslizamentos de sentidos camuflam o conflito entre Estado e sociedade civil, que historicamente manifestaram projetos políticos distintos.

No Território do Sisal, a formação e a complexificação da rede associacionista, os ativismos sociais, resultam dos esforços historicamente empreendidos no sentido de uma contra-hegemonia, com o objetivo precípua de angariar uma nova organização política e produtiva, em contraposição as formas coronelistas ainda existentes. Busca-se a reflexão e enfrentamento dos problemas históricos

concernentes a realidade política, fundiária e socioeconômica sisaleira, pleiteando sua subversão.

Porém, a sintonia que esses ativismos têm apresentado em relação à política de desenvolvimento territorial do MDA, tem arrefecido essa luta e esse enfrentamento político. A Fundação de Apoio aos/as Trabalhadores/as Rurais, Agricultores/as Familiares da Região do Sisal e Semiárido da Bahia (FATRES), por exemplo, é uma organização bastante elucidativa dessa celeuma. O papel que ela tem desempenhado após o alinhamento com a Política de Desenvolvimento Territorial Rural, principalmente, considerando sua liderança na gestão do CODES-Sisal, ratifica um arrefecimento da luta pela conquista da terra e pela reforma agrária, acompanhado por um impulso na direção de ações de caráter mais assistencialista. Reproduzem-se as concepções da atual política de desenvolvimento rural do Estado, e com elas a nebulosidade que cerca as intenções que orientam a participação e a democratização das políticas públicas.

Neste sentido, os ativismos sociais têm antagonicamente contribuído para a estabilidade das condições estruturais perdurantes do Território do Sisal, as chamadas permanências, tais como a estrutura fundiária, já que a luta pela terra não é mais uma bandeira como outrora foi no passado, ou ao menos, ela não tem a conotação de antes. Isto se agrava, dada a importância da concentração fundiária na fundamentação do coronelismo, especificamente em sua manifestação no Território do Sisal, em que além da bipolarização fundiária e da sujeição da renda da terra ao capital, tem-se a propriedade da terra como capital simbólico.

Esta pesquisa também mostrou que os defensores da abordagem territorial para o desenvolvimento rural não conseguiram aglutinar forças para garantir as mudanças estruturais anunciadas pelo Estado brasileiro, como dirimir as políticas clientelistas, por exemplo. Apesar dos esforços em defender uma escala intermunicipal de articulação para operacionalização das propostas de desenvolvimento, não se desvinculou da visão municipalista, nem tampouco das práticas políticas conservadoras, pois o conselho territorial parece não conseguir assegurar a implementação dos seus intentos, uma vez que ainda esbarra-se no clientelismo político dos prefeitos. Estes, não precisam sequer estar presentes no CODES-Sisal, uma vez que o acesso aos recursos públicos pode ser feito através das emendas parlamentares.

Nesta perspectiva, o conjunto de ações seminais do fenômeno coronelista no Território do Sisal, continua manifestando-se e fortalecendo-se, haja vista o arrefecimento da luta dos ativismos sociais e as próprias fissuras apresentadas no desenvolver da política territorial do MDA.

Este estudo ainda aponta que a adoção do termo território em substituição a região, está sustentada em equívocos conceituais sobre essas categorias espaciais e embora se proponha um arejamento da perspectiva de desenvolvimento rural, continua-se reproduzindo aspectos semelhantes aos projetos do passado que tanto se criticou. A política de desenvolvimento territorial rural, implantada no Brasil, em consonância com as orientações dos organismos internacionais, não provocou nenhuma mudança estrutural (FAVARETO, 2006), ainda que se proponha a descentralização das políticas públicas e a abordagem não-setorial do desenvolvimento.

A noção de território implantada vincula-se a uma política neoliberal global, num contexto brasileiro caracterizado pela “hegemonia às avessas” (OLIVEIRA, 2010). Por isso, os deslizamentos semânticos e a despolitização dos conceitos são tão perigosos e pertinentes à re(produção) da lógica neoliberal, o que exige-nos refletir sobre os des-caminhos do desenvolvimento, bem como problematizar sua própria concepção, que parece não ter desarraigado do seu *lócus* de enunciação, as matrizes evolucionistas, etimologicamente relacionadas ao verbo *volvere*, especificamente o verbo *evolvere* que indica um movimento progressivo. Neste caso, o desenvolvimento territorial seria mais uma acepção enganosa para tratar o rural, uma nova roupagem para dirigir as expectativas e os rumos da população mais pobres, conforme abordagem dos pós-desenvolvimentistas.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo: HUCITEC, 1992.

_____. **Ruralidade e desenvolvimento territorial** (2001). Disponível em: http://www.abramovay.pro.br/artigos_jornal/2001/Ruralidade_e_desenvolvimento.pdf Acesso em 01 de jul. 2010.

_____. **O futuro das regiões rurais**. Porto Alegre: Ed. Da UFRGS, 2003.

_____. **Para uma teoria de estudo territoriais** (s/d). Disponível em: http://www.cidts.ufsc.br/articles/Abramovay_Para_uma_teorias_dos_estudos_territoriais.pdf. Acesso em 06 fev. 2014.

ABRAMOVAY, Ricardo et al. **O processo de constituição dos territórios rurais**. São Paulo: Fipe; Brasília: SDT/MDA, 2006.

AB'SÁBER, Aziz Nacib. Sertões e sertanejos: uma geografia humana sofrida. In: **Estudos Avançados**. Dossiê Nordeste seco. São Paulo: IEA/USP, v. 13, n. 36, maio/agosto, 1999.

_____. **Os domínios de natureza no Brasil: potencialidades paisagísticas**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

ALBUQUERQUE, Maria do Carmo. Participação cidadã nas políticas públicas. In: FUNDAÇÃO KONRAD ADENAUER. **Participação Cidadã: Novos conceitos e Metodologias**. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2004.

ALMEIDA, Érica Terezinha Vieira de. **A sociedade civil e os seus múltiplos significados no debate contemporâneo: uma leitura gramsciana**. 293 fls. Tese (Doutorado em Serviço Social). Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2006.

ALVES, Maria Odete; SANTIAGO, Eduardo Gião; LIMA, Aantônio Renan Moreira. **Diagnóstico socioeconômico do setor sisaleiro do Nordeste brasileiro**. Fortaleza: BNB, 2005 (Série Documentos do ETENE, n. 04).

ANDRADE, Benedita Pereira de. **Sisal et societe rurale dans le Nordeste du Bresil: Le cas de Valente et de Santa Luz (Bahia)**. 1993. 282 f. These (Doctorat de Geographie) - Université de Toulouse, Le Mirail, Toulouse-França, 1993.

_____. **Sisal e sociedade rural: o caso de Valente e Santa Luz- Bahia**. In: LAGE, C. S.; ARGOLO, J. L. A. SILVA, M. A. da. (Orgs.). **O sisal baiano: entre a natureza e a sociedade: uma visão multidisciplinar**. Salvador: UFBA, 2002. p. 71-80.

APAEB. **Relatório Anual 2000**. Valente: APAEB, 2001. 60 p.

APAEB. **Relatório Anual 2006**. Valente: APAEB, 2007. 16 p.

ARCO SERTÃO. **Estatuto Social**. Valente: ARCO Sertão, 2003.

ARRIGHI, Giovanni. **A ilusão do desenvolvimento**. 3.ed. Petrópolis: Vozes, 1997.

AVELINO FILHO, George. Clientelismo e política no Brasil: revisitando velhos problemas. In: **Novos Estudos**, n. 38. Mar. 1994.

BANCO MUNDIAL. **Relatório sobre o desenvolvimento mundial 2008**: agricultura para o desenvolvimento. Washington D.C., 2007.

BARBOSA, Walmir. (s/d). **Estado e poder político em Marx**. Disponível em: http://www.goiania.ifg.edu.br/cienciashumanas/images/downloads/artigos/estado_po_derpolitico_marx.pdf. Acesso em 15/10/2013.

BARRETO, Artur. Franco; BARBOSA, Johan Kely Alves. Mecanismos de Resistência à seca que possibilitam a produção em condições de semi-árido nordestino. In: **Anais do III Simpósio Brasileiro de Captação de Água de Chuva no Semi-árido**. Areia-PB: Universidade Federal da Paraíba. Centro de Ciências Agrárias, Programa de Pós – Graduação em Agronomia, 2001, s/p.

BARROS, Vinicius Soares de Campos. Algumas considerações sobre a teoria marxiana do Estado. In: **Perspectiva filosófica**, v. 2, n. 28, p. 80-104, jul./dez. 2007 e n. 29, jul-dez/2008.

BEDUSCHI FILHO, Luiz Carlos; ABRAMOVAY, Ricardo. Desafios para a gestão territorial do desenvolvimento sustentável no Brasil. In: **Anais do XLI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural**, 2003.

BENDIX, Reinhard. **Max Weber**: um perfil intelectual. Trad. Elisabeth Hanna e José Viegas Filho. Brasília: UNB, 1986.

BICCA, Luiz. **Marxismo e Liberdade**. Tradução Vânia Sampaio. São Paulo: Loyola, 1987.

BOBBIO, Norberto. **Nem com Marx, nem contra Marx**. Trad. Marco Aurélio Nogueira. São Paulo: Editora UNESP, 2006.

_____. **O conceito de sociedade civil**. Trad. COUTINHO, C. N. Rio de Janeiro: Graal, 1982.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de política**. 5. ed. Brasília: UnB, 1998.

BONAZZI, Tiziano. Conservadorismo. In: BOBBIO, N.; MATEUCCI, N.; PASQUINO, G. **Dicionário de Política**. Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília, 2000, p. 242-246.

BOURDIEU, Pierre. **Razões práticas**: sobre a teoria da ação. Campinas: Papyrus, 1996.

BRANDÃO, Carlos Antônio. **Território e desenvolvimento**: as múltiplas escalas entre o local e o global. Campinas – São Paulo: Editora da Unicamp, 2007.

_____. Producción social del ambiente construido y sus escalas espaciales: notas para una teoría acerca de las acciones y decisiones de sujetos concretos. In: FERNÁNDEZ, V. R.; BRANDÃO, C. **Escalas y políticas del desarrollo regional**: desafíos para América Latina. Buenos Aires / Madrid: Miño y Dávila, 2010, p. 241-272.

BRASIL. Lei nº 8.629 de 25 de fev. 1993. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18629.htm. Acesso em: 20 mai. 2014.

CARNEIRO, Maria José. Ruralidade: novas identidades em construção. **Estudos, Sociedade e Agricultura**. Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ, n. 11, p. 53-75, out. 1998.

CARNOY, Martin. **Estado e teoria política**. Trad. Equipe de tradutores do Instituto de Letras da PUC - Campinas. Campinas, São Paulo: Papyrus, [1984] 1988.

CARVALHO, Maria Inez. **Fim de século**: a escola e a geografia. 4 ed. Ijuí: Unijuí, 2004.

CARVALHO, Urbano. **Trajetória de vida de Urbano Carvalho**. 2010.

CASTRO, Iná Elias de. *Seca versus seca*. Novos interesses, novos territórios, novos discursos no Nordeste. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da; CORRÊA, Roberto Lobato (Orgs.). **Brasil**: questões atuais da reorganização do território. 5 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008 [1996].

_____. Imaginário político e território: natureza, regionalismo e representação. In: CASTRO, I. E. et al. **Explorações Geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

CERQUEIRA, Mílvia Oliveira; VALE, Raquel de Matos Cardoso do. Processos de degradação e desertificação no Território do Sisal Bahia. In: **Anais do VIII Encontro Baiano de Geografia/X Semana de Geografia da UESB**. Vitória da Conquista - Bahia: UESB, 2011. p. 01-15.

_____. Domínio morfoclimático semiárido e condicionantes para a desertificação no Território do Sisal (Bahia). In: **Revista Geonorte**, v. 2, p. 1433-1446, 2012.

CERTEAU, Michel de. **A cultura do plural**. Campinas: Papyrus, 1995.

CODATO, Adriano Nervo; PERISSINOTTO, Renato Monseff. O estado como instituição. Uma leitura das “obras históricas” de Marx. In: **Crítica Marxista**. Rio de Janeiro, n.13, Editora Revan, out. 2001.

CODES-SISAL. **Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável do Sisal**. Valente: CODES-SISAL, 2010.

COELHO NETO, Agripino Souza. Emergência e atuação das redes de coletivos sociais organizados no território do sisal. In: COELHO NETO. A. S.; SANTOS, E. M.

C.; SILVA, O. A. (Orgs.). **(Geo) grafias dos movimentos sociais**. UEFS Editora, 2010.

_____. Componentes definidores do conceito de território: a multiescalaridade, a multidimensionalidade e a relação espaço-poder. In: **Revista Geographia**, 2013a, v. 15, p. 23-52.

_____. Política de desenvolvimento territorial rural no Brasil: limites da concepção de ruralidade e de territórios rurais. In: **Campo-território: Revista de Geografia Agrária**, v. 8, n. 16, p. 152-169, ago., 2013b.

_____. **A trama das redes socioterritoriais no espaço sisaleiro da Bahia**. 426f. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Federal Fluminense, Niterói – RJ, 2013c.

COHEN, Jean Louis; ARATO, Andrew. **Sociedad civil y teoria política**. México: Fondo de Cultura Económica, 2000.

COSTA, Homero de Oliveira. Democracia e participação na teoria pluralista. In: **Cronos**, Natal-RN, v. 8, n. 1, p. 215-228, jan./jun. 2007

COUTINHO, Carlos Nelson. **Democracia e socialismo**. São Paulo: Cortez, 1992.

_____. **Gramsci**: um estudo sobre o seu pensamento político. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

_____. A hegemonia da pequena política. In: OLIVERA, F.; BRAGA, R. e RIZEQ, C. **Hegemonia às avessas**: Economia, política e cultura na era da servidão financeira. São Paulo: Boitempo, 2010.

CRUZ, Valter do Carmo. **Pela outra margem da fronteira**: território, identidade e lutas sociais na Amazônia. 200f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal Fluminense, 2006.

_____. Uma proposta metodológica para o uso/operacionalização dos conceitos na pesquisa em Geografia. In: **Anais do XVI Encontro Nacional de Geógrafos, Porto Alegre**, AGB, 2010.

CUNHA, Euclides da. **Os sertões**. 22.ed. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1952 [1902].

CUNHA, Luiz Alexandre Gonçalves. Desenvolvimento Territorial: algumas reflexões teórico-conceituais derivadas de um estudo monográfico. In: FRANCELINOI, A. CORRIJO, B. R.; CANDIOTTO, L. Z. P. (Orgs.). **Desenvolvimento territorial e agroecologia**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

CUNHA, Luis Henrique; PAULINO, Jonatta Souza; MENESES; Valdênio Freitas (2009). O uso da idéia de território nas políticas públicas para o mundo rural como estratégia de modernização. **Anais do XIV CISO – Encontro de Ciências Sociais do Norte e Nordeste**. Recife, n.1, 2009.

DAGNINO, Evelina. Sociedad Civil, participación, ciudadanía: De que estamos hablando? In: **Erasmus - Revista para el Diálogo Intercultural**, Buenos Aires, v.6, n.2, p. 205-306, 2004a.

_____. Construção democrática, neoliberalismo e participação: os dilemas da confluência perversa. In: **Política e Sociedade**, n.5, p. 139-164, out./2004b.

_____. Políticas culturais, democracia e projeto neoliberal. In: **Revista Rio de Janeiro**, n. 15, p. 45-65, jan./abr., 2005.

DAHL, Robert. **Prefácio à teoria democrática**. Rio de Janeiro: Zahar, 1996 [1956].

_____. **Poliarquia**: participação e oposição. São Paulo: Edusp, 1997 [1971].

DELGADO, Nelson Giordano et al. **Desenvolvimento territorial**: articulação de políticas públicas e atores sociais. Relatório parcial. Rio de Janeiro: IICA/OPPA, 2007.

DEMATTEIS Giuseppe; GOVERNA, Francesca. Il territorio nello sviluppo locale. Il contributo del modelo Slot, In: DEMATTEIS G.; GOVERNA, F. (Org.). **Territorialità, sviluppo locale, sostenibilità**: il modello Slot, Milano, Angeli, 2005, p.15-38.

DIAS, Antonio Francisco Lopes (s/d) **Emancipação e democracia em Marx**. Disponível em: http://www.sif2013.org/encontros/17/trabalhos/796%20-%20pt_br%20%20Texto%20SIF%20Emancipacao%20e%20democracia%20em%20Marx.pdf. Acesso em 16/10/2013.

_____. **Emancipação e democracia em Marx**. 179 fls. Dissertação (Mestrado em Filosofia). Universidade Federal do Ceará, 2009. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/cp086327.pdf>. Acesso em 16/10/2013.

DOIMO, Ana Maria; MITRE, Maya; MAIA, Rousiley. Movimentos sociais, internet e novos espaços públicos: o caso da DH NET. In: DIAS, Leila Christina; SILVEIRA, Rogério Leandro Lima da (Orgs.). **Redes, Sociedade e Território**. 2. ed Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2007.

DUPAS, Gilberto. **Tensões contemporâneas entre o público e o privado**. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2003.

EMBRAPA. Centro Nacional de Pesquisa de Solos. **Sistema Brasileiro de Classificação de Solos**. 2 ed. Rio de Janeiro: Embrapa Solos, 2006.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. Trad. Leandro Konder. 13.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995 [1884].

FATRES. **Desenvolvimento do Território do Sisal**. Jornal Institucional. v.1, n.1, set./out. 2009.

FAVARETO, Arilson da Silva. **Paradigmas do desenvolvimento rural em questão: do agrário ao territorial**. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2006.

FREITAS, Hingryd Inácio de. **A questão (da reforma) agrária e o desenvolvimento territorial rural no litoral sul da Bahia**. 215 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2009

FURTADO, Celso. **O mito de desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

GALLO, Silvio. **Deleuze e a Educação**. Belo Horizonte: Autêntica: 2003.

_____. Filosofia e o exercício do pensamento Conceitual na educação básica. In: **Revista educação e filosofia**, Uberlândia, v. 22, n. 44, p. 55-78, jul./dez. 2008.

GANEM, Ângela. Adam Smith e a explicação do mercado como ordem social: uma abordagem histórico-filosófica. In: **Revista de Economia Contemporânea**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 2, p. 9-36, jul./dez. 2000.

_____. O mercado como ordem social em Adam Smith, Walras e Hayek. In: **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 21, n. 1, p. 143-164, abr. 2012.

GEOGRAFAR. **Base de dados sobre barragens**, 2012. Disponível em: <http://www.geografar.ufba.br/site/main.php?page=db-barragens>. Acesso em 01 mai. 2014.

GERMANI, Guiomar Inez. Questão agrária e movimento sociais: a territorialização da luta pela terra na Bahia. In: COELHO NETO. A. S.; SANTOS, E. M. C.; SILVA, O. A. (Orgs.). **(Geo) grafias dos movimentos sociais**. UEFS Editora, 2010.

GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. São Paulo: UNESP, 1991.

GOMES, Gislene Moreira. Comunicação, cultura e participação: reflexões sobre a construção do desenvolvimento territorial na Região Sisaleira da Bahia. **UNIrevista**, Salvador, V. 1, n. 3, jul. 2006.

GONZÁLEZ, Sara. Las narrativas escalares da globalización: neoliberalismo y ciudades competitivas. In: FERNÁNDEZ, V. R.; BRANDÃO, C. **Escalas y políticas del desarrollo regional: desafíos para América Latina**. Buenos Aires / Madrid: Miño y Dávila, 2010, p. 123-149.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**. v.1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

_____. **Cadernos do Cárcere**. v. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000a.

_____. **Cadernos do Cárcere**. v. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000b.

_____. **Cadernos do Cárcere**. v. 5. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

GRUPPI, Luciano. **O conceito de hegemonia em Gramsci**. Rio de Janeiro: Graal, 1978.

GUIMARÃES, Marcelo Duncan Alencar. **Desenvolvimento territorial: territórios e redes**. 262 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2013.

HAESBAERT, Rogério. Desterritorialização: entre as redes e os aglomerados de exclusão. In: CASTRO, I. E. de et al. (orgs.) **Geografia: Conceitos e Temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

_____. Concepções de território para entender a desterritorialização. In: SANTOS, M. BECKER, B. K. **Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial**. 2. Ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006 [2002].

_____. **O Mito da Desterritorialização**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

_____. Dilema de conceitos: espaço-território e contenção territorial. In: SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. S. (Orgs.) **Território e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão Popular: UNESP. Programa de Pós-graduação em Geografia, 2009.

_____. **Regional-global: dilemas da região e da regionalização na Geografia contemporânea**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010a.

_____. Território e região no desafio dos conceitos para uma política de ordenamento territorial. In: COELHO NETO, A. S.; SANTOS, E. M. C.; SILVA, O. A. (Orgs.). **(Geo) grafias dos movimentos sociais**. UEFS Editora, 2010b.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. São Paulo: Edições Layola, 1989.

HAUPT, Georges. Marx e o marxismo. In: HOBBSAWM, E. J. (Org.) **História do Marxismo I: o marxismo no tempo de Marx**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

HELD, David. **Modelos de democracia**. Belo Horizonte: Paidéia, 1987.

HOBBS, Thomas. **Leviatã ou matéria, Forma e Poder de um Estado Eclesiástico e Civil**. Col. Os Pensadores. Trad.: João Paulo Monteiro e Maria Beatriz Nizza da Silva. 2 ed. São Paulo: Abril Cultural, 1979 [1651].

HOBBSAWM, Eric. **Como mudar o mundo**. São Paulo: Companhia da Letras, 2011.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. Rio de Janeiro, Companhia das Letras, 1995.

KAGEYAMA, Angela Antonia. **Desenvolvimento rural: conceitos e aplicação ao caso brasileiro**. Porto Alegre: Editora da UFRGS: Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, 2008.

LEAL, Vitor Nunes. **Coronelismo, Enxada e Voto**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997 [1949].

LENCIONI, Sandra. **Região e Geografia**. São Paulo: Edusp, 1999.

LENIN, Vladimir Ilitch. **O Estado e a Revolução**. São Paulo: Hucitec, 1987 [1917].

LIMA, Aline dos Santos. **O PETI em Retirolândia-Ba**: implicações e impasses (1997-2007). Dissertação (Mestrado em Cultura, Memória e Desenvolvimento Regional). Santo Antonio de Jesus: Universidade do Estado da Bahia, 2008.

LIMA, Gustavo da Costa. O discurso da sustentabilidade e suas implicações na educação. In: **Revista Ambiente & Sociedade** – vol. VI, n. 2 jul./dez. 2003.

LIMA, Rodne de Oliveira. Sujeito e história: sobre o conceito marxista de classes sociais. In: **Mediações**: Revista de Ciências Sociais, Londrina, v. 10, n.1, p. 125-140, jan.-jun. 2005.

LOCKE, John. **Segundo tratado sobre o governo civil**: ensaio sobre a origem, os limites e os fins verdadeiros do governo civil. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994 [1681].

LOPES, Jecson. Girão. Thomas Hobbes: a necessidade da criação do Estado. In: **Griot: Revista de Filosofia**, Amargosa – Bahia, v. 6, n.2, p. 170-187, dez. 2012.

LOURENÇO, André Luís Cabral de. Semiperiferia: uma hipótese em discussão. In: **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 14, n. 1, p. 177-186, jan./jun. 2005.

MACHADO, Gustavo Bittencourt. **Da identidade de resistência à identidade de projeto no Território do Sisal, (Bahia)**: o caso da APAEB-Valente. (2006). Disponível em: <http://www.sober.org.br/palestra/5/1163.pdf>. Acesso em 03 de jul.2010

MACPHERSON, Crawford Brough. **A democracia liberal**: origens e evolução. Trad. Nathanael C. Caixeiro. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1978.

MARQUES, Marta Inez Medeiros. O conceito de espaço rural em questão. In: **Terra Livre**. São Paulo: Ano 18, n. 19, jul./dez. 2002, p. 95-112.

MARQUES, Nonato. Histórico sobre a cultura do sisal. In: LAGE, C. S.; ARGOLLO, J. L. A. SILVA, M. A. da. (Orgs.). **O sisal baiano**: entre a natureza e a sociedade: uma visão multidisciplinar. Salvador: UFBA, 2002. p. 15-18.

MARTINHO, Cássio. **Redes**: uma introdução às dinâmicas da conectividade e da auto-organização. Brasília: WWF-Brasil, 2003. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/et000023.pdf>. Acesso em 15/12/2008.

MARTINS, Humberto. Territórios Rurais: a busca pela igualdade no meio rural. In: **Territórios Rurais**. Brasília. Ano 3. n. 2, p. 7-11, jul./dez.2007.

MARTINS, José de Souza. A sujeição da Renda da Terra ao Capital e o novo sentido da luta pela Reforma Agrária. **Bol. Geogr. Teorética**. Rio Claro: 1980, p. 31-47.

_____. **A sociabilidade do homem simples**: cotidiano e história na modernidade anômala. 2 ed. rev. e ampl. São Paulo: Contexto: 2008.

MARX, Karl. Trabalho estranhado e propriedade privada. In: Marx, Karl. **Manuscritos econômicos-filosóficos**. Trad. Jesus Ranieri. São Paulo: Boitempo, 2004 [1844].

_____. **Para a Crítica da Economia Política**. São Paulo: Abril Cultural, 1982 [1859].

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. Trad. Luis Cláudio de Castro e Costa. São Paulo: Martins Fontes, 1998 [1845-46].

_____. **Manifesto Comunista**. Trad. Álvaro Pina. São Paulo: Boitempo, 1998 [1848].

MDA. **Referências para uma Estratégia de Desenvolvimento Rural Sustentável no Brasil**. Documentos Institucionais, n. 01. Brasília: MDA/SDT, 2005a.

MDA. **Marco referencial para apoio ao Desenvolvimento dos Territórios Rurais**. Documentos Institucionais, n. 02. Brasília: MDA/SDT, 2005b.

MDA. **Referências para a Gestão Social de Territórios Rurais**. Documentos Institucionais, n. 03. Brasília: MDA/SDT, 2005c.

MDA. **Referências para a gestão social dos Territórios Rurais**. Documentos de apoio, n. 04. Brasília: SDT/MDA, 2006.

MDA. **Territórios Rurais**. Brasília, n. 1. Jan/Jun, 2005.

MDA/CONDRAF. **Política de Desenvolvimento do Brasil Rural (2013)**. Disponível em: http://www.deser.org.br/publicacoes/PDBR_Publica%C3%A7%C3%A3o%20final_LIVRETO.pdf.

MEDEIROS, Leonilde Sérvolo de; DIAS, Marcelo Miná. Marco jurídico-normativo para o desenvolvimento rural com enfoque territorial. In: LEITE, S. P. et. al. **Políticas públicas, atores sociais e desenvolvimento territorial no Brasil**. Brasília: IICA, 2011.

MOC. **Trilhando Caminhos para a convivência com o semi-árido**. Relatório anual - 2006. Feira de Santana: MOC, 2006.

MOC. **Os objetivos de desenvolvimento do milênio nas ações do MOC**. Relatório anual – 2008. Feira de Santana, 2008.

MONTAÑO, Carlos. **Terceiro setor e questão social**: crítica ao padrão emergente de intervenção social. São Paulo: Cortez, 2002.

MOREIRA, Maria Auxiliadora da Nova. Dinâmica de ocupação do solo no sertão sisaleiro da Bahia (Nordeste do Brasil): estudo de caso nos municípios de Valente e Santa Luz. In: LAGE, C. S.; ARGOLLO, J. L. A. SILVA, M. A. da. (Orgs.). **O sisal baiano: entre a natureza e a sociedade: uma visão multidisciplinar**. Salvador: UFBA, 2002. p. 25-29.

MORIN, Edgar. **Ciência com Consciência**. 14 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010 [1982].

NASCIMENTO, Humberto Miranda do. **Capital social e desenvolvimento sustentável no Sertão Baiano: a experiência de Organização dos Pequenos Agricultores no Município de Valente**. 119 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Econômico, Espaço e Meio Ambiente) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2000.

_____. A convivência com o semi-árido e as transformações socioprodutivas na Região do Sisal – Bahia: por uma perspectiva territorial do desenvolvimento rural. In: **Campo-Território: Revista de Geografia Agrária**, v.3, n. 6, p. 22-44, ago. 2008.

NETO, José Emygdio de Carvalho; FANTINI, Livia Gomes. **Projeto Conexão Local**. APAEB: Associação de Desenvolvimento Sustentável e Solidário da Região Sisaleira. Fundação Getúlio Vargas: 2005. Disponível em: http://gvpesquisa.fgv.br/sites/gvpesquisa.fgv.br/files/cl_2005_apueb.pdf. Acesso em: 25 jul. 2014.

OHMAE, Kenichi. **O fim do Estado-nação: a ascensão das economias regionais**. Rio de Janeiro: Campus, 1996.

OLIVEIRA, Fábio de. Política e Estado no pensamento marxista. In: **Sequência: Estudos Jurídicos e Políticos**. v. 22, n. 43, p. 9-28, 2001.

OLIVEIRA, Francisco. Hegemonia às avessas. In: OLIVERA, F.; BRAGA, R. e RIZEQ, C. **Hegemonia às avessas: Economia, política e cultura na era da servidão financeira**. São Paulo: Boitempo, 2010.

PERICO, Rafael Echeverri. **Identidade e Território no Brasil**. 2009. Disponível em: <http://www.iica.org.br/Docs/Publicacoes/PublicacoesIIICA/IdentidadeTerritorioBrasil.pdf>. Acesso em: 20/05/2010.

PINTO, Maria Novais. Contribuição ao estudo da influência da lavoura especulativa do sisal no estado da Bahia. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, n. 31 (3), p. 3-102, jul./set. 1969.

PNUD. **Atlas do Desenvolvimento Humano dos Municípios**, 2013. Disponível em: http://www.pnud.org.br/IDH/Default.aspx?indiceAccordion=1&li=li_AtlasMunicipios. Acesso em 4 mai. 2014.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. Meio Ambiente, ciência e poder: diálogo de diferentes matrizes de racionalidade. In: SPOSATI, A.; SAWAIA, B. B.; PORTO-

GONÇALVES, C. W. et. Al. **Ambientalismo e participação na contemporaneidade**. São Paulo: EDUC/FAPESP, 2001.

_____. A Nova Questão Agrária e a Reinvenção do Campesinato: o caso do MST. In: **OSAL**: Observatorio Social de América Latina. Ano 6, n. 16. Buenos Aires: CLACSO, jun./2005

_____. A reinvenção dos territórios: a experiência latino-americana e caribenha. In: COELHO NETO. Agripino S.; SANTOS, Ednúsia M. C.; SILVA, Onildo. A. (Orgs.). **(Geo) grafias dos movimentos sociais**. UEFS Editora, 2010.

_____. O modelo de desenvolvimento do agronegócio: limites e perspectivas. In: **Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros – Seção Três Lagoas/MS – nº 14 – Ano 8, Novembro 2011.**

QUIJANO, Aníbal. El fantasma del desarrollo em América Latina. In: **Revista Venezolana de Economía y Ciencias Sociales**, vol.6, n.2, 2000.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 1993.

ROCHA, Ana Georgina Peixoto; PAULA, Ana Mônica Hughes. de. O uso do conceito de território na perspectiva do desenvolvimento rural. **Revista Desenbahia**, Salvador, v. 4, n. 6, p.123-138, mar., 2007.

ROMANO, Jorge Osvaldo. **Política nas políticas**: um olhar sobre os estudos na agricultura brasileira. 352 fls. Tese (Doutorado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade). Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2007.

RUA, João. A Resignificação do Rural e as Relações Cidade-Campo: uma contribuição geográfica. **Revista da ANPEGE**, Fortaleza, v. 1, n. 1, p. 45-66, 2006.

RUCKERT, Aldomar Arnaldo. Reforma do Estado, reestruturações territoriais, desenvolvimento e novas territorialidades. **Geosp**: Espaço e Tempo, São Paulo, n. 17, p. 79-94, 2005.

SABOURIN, Eric. **Camponeses do Brasil**: entre a troca mercantil e a reciprocidade. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

SANTOS, Antonio Tiago Loureiro Araújo dos; BIANCHI, Ana Maria. Além do Cânon: mão invisível, ordem natural e instituições. In: **Estudos Econômicos**, São Paulo, v. 37, n. 3, p. 635-662, jul./set. 2007

SANTOS, Ednúsia Moreira Carneiro. **Reorganização Espacial e Desenvolvimento da Região Sisaleira da Bahia**: O Papel da associação dos Pequenos Agricultores do Município de Valente. 2002. 92 f. Dissertação (Mestrado de Geografia) – Instituto de Geociências, UFBA, Salvador, 2002.

_____. **Associativismo e territorialidade na Região Sisaleira da Bahia**: relações com o desenvolvimento. 295 f. 2007. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Federal de Sergipe, Aracajú.

SANTOS, Ednúsia Moreira Carneiro; COELHO NETO, Agripino Souza Coelho; SILVA, Onildo Araújo. **Gente ajudando gente: o tecido associativista do Território do Sisal**. Feira de Santana: UEFS Editora, 2011.

SANTOS, Milton. **O Espaço do cidadão**. 7 ed. São Paulo: Edusp, 2007 [1987].

_____. **Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico informacional**. São Paulo: Hucitec, 1994.

_____. **A natureza do espaço: técnica e tempo; razão e emoção**. 4ed. São Paulo: EDUSP, 2004 [1996].

_____. Modo de produção técnico-científico e diferenciação espacial. In: **Território**. n.6. Rio de Janeiro: UFRJ/Garamond, 1999.

_____. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 16 ed. Rio de Janeiro: Record, 2008.

SANTOS, Roselí Alves dos; MARSCHENER, Walter. Identidade territorial e desenvolvimento: a formação de um plano de Desenvolvimento Territorial Rural Sustentável do Território Sudoeste do Paraná. In: FRANCELENOI, A. CORRIJO, B. R.; CANDIOTTO, L. Z. P. (Orgs.). **Desenvolvimento territorial e agroecologia**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

SANTOS, Vilbégina Monteiro dos. **Cartografando as produções de sentidos: recepção radiofônica do projeto político-identitário no Território do Sisal**. 141f. Dissertação (Mestrado Multidisciplinar em Cultura e Sociedade). Universidade Federal da Bahia, 2011.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Abordagens e concepções de território**: São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SAYAGO, Doris. **Linha de base: Território Grande Dourados - MS, Território do Sisal - BA, Território do Nordeste Paraense - PA**. Brasília: EMBRAPA, 2007.

SCHERER-WARREN, Ilse. **Redes de movimentos sociais**. 2. ed. São Paulo: Layola, 1993.

_____. **Cidadania sem fronteiras: ações coletivas na era da globalização**. São Paulo: Hucitec, 1999.

_____. Redes sociais: trajetórias e fronteiras. In: DIAS, Leila Christina & Silveira, Rogério L.L. da (Orgs.). **Redes, Sociedade e Território**. 2. Ed. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2007

SCHNEIDER, Sérgio. A abordagem territorial do desenvolvimento rural e suas articulações externas. **Sociologias**. Porto Alegre, ano 6, n. 11, jan./jun. 2004, p. 88-125.

SCHNEIDER, Sérgio; TARTARUGA, Iván Gerardo Peyré. Território e abordagem territorial: das referências cognitivas aos aportes aplicados à análise dos processos sociais rurais. **Raízes**: Revista de Ciências Sociais, Paraíba, Universidade Federal de Campina Grande, vol. 23, n.1, p. 99 -117, jan./dez., 2004.

SCHUMPETER, Joseph. **Capitalismo, socialismo e democracia**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961 [1942].

SECULT. **Conferência Territorial de Cultura**: Sisal, 2013. Disponível em: https://conferenciadecultura.files.wordpress.com/2013/07/cartilha_sisal_web.pdf. Acesso em: 10 jun. 2014.

SEI. Relatório de pesquisa: análise territorial da Bahia rural. In: SEI. **Análise Territorial da Bahia Rural**. Salvador: SEI, 2004.

SERPA, Angelo. Uma abordagem sócio-cultural para o conceito de região na Geografia e no planejamento. In: **Geonordeste**: Revista de pós-graduação em Geografia. Ano XIX, n.1, p. 11 – 32, 2008.

SILVA, André Drumond Mello. **Da Senzala ao Mercado**: o lugar da escravidão no pensamento liberal brasileiro do século XIX. 124 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política). Universidade Federal de Minas Gerais, 2009.

SILVA, Antônio Ozaí. Esboço para a história da esquerda no Brasil. In: **Espaço Plural**. Ano X. n. 20, 2009.

SILVA, José Graziano da. **O novo rural Brasileiro** (1997). Disponível em: http://www.geografia.fflch.usp.br/graduacao/apoio/Apoio/Apoio_Valeria/Pdf/O_novo_rural_brasileiro.pdf. Acesso em 01 de jul. 2010.

SILVA, Odilon Reny Ribeiro Ferreira da. et. al. **Cultivo do Sisal no Nordeste Brasileiro**. Circular Técnica 123, Campina Grande-PB: Embrapa, jul./ 2008.

SILVA, Onildo Araújo da. A influência recíproca na ação: o Estado e as associações no Território do Sisal. In: COELHO NETO. A. S.; SANTOS, E. M. C.; SILVA, O. A. (Orgs.). **(Geo) grafias dos movimentos sociais**. UEFS Editora, 2010.

SILVA, Solange Lima. **A gestão social no Território do Sisal**: uma análise do Conselho Regional de Desenvolvimento Sustentável da Região Sisaleira do Estado da Bahia – CODES-SISAL. 2008. 161 f. Dissertação (Mestrado em Cultura, Memória e Desenvolvimento Regional) – Departamento de Ciências Humanas, Campus V, UNEB, Santo Antonio de Jesus, 2008.

SILVA, Sylvio Bandeira de Melo e; BERENQUER, Maria Olívia Vianna. Capital sócio-territorial, microcrédito e desenvolvimento regional no Sertão Baiano. In: **Anais do III Seminário Internacional sobre Desenvolvimento Regional**. Santa Cruz do Sul-RS: EDUNISC, 2006. p. 1-25.

SILVA, Sylvio Bandeira de Melo e; SILVA, Barbara-Christine Nentwig Silva. **Estudos sobre Globalização, Território e Bahia**. 2. ed. Salvador: UFBA. Mestrado em Geografia, 2006.

SINGER, André. **Os sentidos do Lulismo**: reforma gradual e pacto conservador. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

SMITH, Adam. **A Riqueza Das Nações**: Investigação Sobre Sua Natureza e Suas Causas. v. I e II. São Paulo: Abril Cultural, 1996. (Coleção Os Economistas).

_____. **La Teoria de los Sentimientos Morales** [1759]. Alianza Editorial, S.A, Madrid, 1997.

SOJA, Edward William. **Geografias pós-modernas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

SOUZA, Armando Lírio de; FILIPPI, Eduardo Ernesto. Controvérsias do Desenvolvimento Territorial: Alguns aspectos da ruralidade na Amazônia Brasileira. In: **Anais do IV Congresso Internacional de La Red Sisal**, Argentina, Mar del Plata, out. 2008, p. 1-23.

SOUZA, Marcelo Lopes de. Expulsão do paraíso: o “paradigma da complexidade” e o desenvolvimento sócio-espacial. In: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C.; CORRÊA, R. L. **Explorações Geográficas**: percursos no fim do século. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

_____. **A prisão e a ágora**: reflexões em torno da democratização do planejamento e da gestão das cidades. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

STÉDILE, João Pedro (Org.). **A Questão Agrária no Brasil: O debate na esquerda 1960-1980**. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

SWEEZY, Paul et. al. **A transição do feudalismo para o capitalismo**. Trad.: Isabel Didonnet. 5 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

URTUZUÁSTEGUI, Jorge Veraza. Crítica Del Estado y substancia de lo político: Marx 1843. In: **Revista Crítica Jurídica**, n. 17, ago. 2000. Disponível em: <http://www.juridicas.unam.mx/publica/librev/rev/critica/cont/17/teo/teo13.pdf>. Acesso em 14/10/2013.

VASCONCELOS, Teodulo Augusto Campelo de. A economia solidária na construção social do desenvolvimento territorial. In: ORTEGA, A. C.; FILHO, N. A. (Orgs.). **Desenvolvimento Territorial**: Segurança Alimentar e Economia Solidária. São Paulo: Editora Alínea, 2007.

VEIGA, José Elia da. **A face rural do desenvolvimento**: natureza, território e agricultura. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2000.

_____. **Cidades imaginárias**: o Brasil é menos urbano do que se calcula. Campinas: Autores Associados, 2002a.

_____. A Face Territorial do Desenvolvimento. In: **Revista Internacional de Desenvolvimento Local**. Vol. 3, n. 5, Set. 2002b. Disponível em: http://www3.ucdb.br/mestrados/RevistaInteracoes/n5_jose_eli.pdf.

_____. **Nova visão de desenvolvimento rural** (2003). Disponível em: http://www.zeeli.pro.br/wp-content/uploads/2012/06/019_29-07-03-NOVA-VISAO-DE-DESENVOLVIMENTO-RURAL.pdf. Acesso em: 01.06.2013

_____. Nem tudo é urbano. In: **Ciência e Cultura**, v. 56, n. 2. São Paulo, abr./ jun., 2004.

WEBER, Max. **A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo**. 6a reimpressão. São Paulo: Martin Claret, 2009 [1904].

APÊNDICE

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
PESQUISADORA: Jamille da Silva Lima

ROTEIRO DE ENTREVISTA

A. IDENTIFICAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO SOCIAL

Data de realização da entrevista: ____/____/____

Nome da organização: _____

Endereço _____

Cidade (localização da sede): _____ Telefone: _____

Natureza: a. () Associação b. () Cooperativa c. () Outros _____

E-mail (caso a entidade tenha): _____

Nome do representante entrevistado: _____

Cargo que ocupa: _____ Telefone: _____

E-mail (do representante): _____

A. CARACTERIZAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO

1. Descreva o contexto de origem e a trajetória de formação da organização.

2. Quantos e quais as naturezas (indivíduos, associações, cooperativas, sindicatos) dos filiados da organização? _____

3. Quais os municípios residem/sediam os filiados da organização? _____

4. Quais as atividades desenvolvidas pela organização? _____

4. Para desenvolver as atividades, a organização estabelece parcerias? Quais?

5. Que tipo de apoio ou serviço é prestado aos associados?

6. Quais as principais dificuldades enfrentadas pela organização?

B. RELAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO COM A PERSPECTIVA DO MDA

7. Como a organização concebe o desenvolvimento territorial?

8. Como a organização contribui para o desenvolvimento territorial?

9. Você conhece a proposta territorial do MDA? _____

10. A organização tem participado do processo de construção do Território do Sisal? Qual o papel e a forma de inserção / participação dela nesse processo?

11. Quais os resultados efetivos da política territorial do MDA/ SDT?

12. Quais os problemas e dificuldades enfrentados na condução dessa política?

13. Como a organização define e avalia a atuação do CODES-Sisal?
